



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Departamento de Linguística e Literatura

Curso de Doutoramento em Linguística

A GRAMÁTICA DA FRASE DO CIWUTEE

Candidato: Joaquim João Razão

Supervisor: Professor Catedrático Armindo Saúl Atelela Ngunga

Maputo, Dezembro de 2023

A GRAMÁTICA DA FRASE DO CIWUTEE

Tese apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Doutor em Linguística no Departamento de Linguística e Literatura da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane

Candidato: Joaquim João Razão

Supervisor: Professor Catedrático Armindo Saúl Atclela Ngun'ga

Maputo, Dezembro de 2023

O Júri

Presidente:	<u>Victor Menezes Justino</u>	<u>17/07/2024</u>
Supervisor:	<u>[Signature]</u>	<u>18/07/2024</u>
Arguente principal:	<u>Rozem Quénab</u>	<u>26/06/2024</u>
Arguente Convidado:	<u>[Signature]</u>	<u>11/12/2023</u>
Arguente interno:	<u>Daniel Luy</u>	<u>09/08/2024</u>

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, João Razão e Isabel Zuada João, pelo amor e apoio incondicional.

Ao vosso lado sou mais forte!

AGRADECIMENTOS

Um trabalho como este não teria sido possível se não tivesse tido o valioso apoio que recebi de forma directa ou indirecta de várias fontes. Por isso, chegada esta hora, cumpre-me o elevado dever de registar aqui os meus agradecimentos a todos pelo que fizeram e pelo que ainda poderão fazer por mim.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus e aos meus antepassados pelo dom da vida, pela protecção, pela saúde e por me ajudar, mais uma vez, a realizar este sonho.

Em seguida, aos meus pais, João Razão e Isabel Zuada João, pelo respeito pela diferença, por terem inculcado em mim o gosto pela ciência, pela cultura *wutee* e pelas outras culturas, e por serem a minha permanente fonte de inspiração. A eles, devo o que sou hoje e o que serei “amanhã”. Por isso, muito obrigado!

O meu agradecimento especial vai para o meu supervisor, Professor Catedrático Armindo Saúl Atelela Ngunga, por ter sido a minha luz e parte do que tenho feito em torno deste trabalho, na convivência académica e social, estudar com ele “dói, mas não dói”!

Agradeço igualmente ao meu Regente, Prof. Doutor Feliciano Chimbutane, que me ensina a saber ver, estar na e fazer a Carreira Docente. Foi o Prof. Doutor Feliciano Chimbutane que me mostrou o caminho da Gramática Generativa. Agradeço a ele por me ter proposto estudos em morfossintaxe e por se dedicar à minha formação académica.

Em seguida, agradeço à minha família nuclear e a todos os membros da etnia Chasara (Nyawukaranga) pelo amor, pela compreensão e por terem, em algum momento, aceite o desafio da distância. Agradeço por aceitarem partilhar a minha atenção com a tela do computador e por terem suportado os momentos tristes que nos abalaram ao longo da caminhada e, sobretudo, por terem permitido que eu continuasse a olhar para frente.

O meu agradecimento é extensivo ao meu irmão Guitai J. Razão que acreditou em mim e aceitou partilhar o pouco que tinha para financiar os meus estudos na graduação.

O meu muito obrigado aos meus irmãos, primos, tios e sobrinhos pela compreensão da minha ausência nos convívios familiares e pelo incumprimento de algumas obrigações familiares.

À memória dos meus irmãos e amicíssimos (Florido, Gumisayi, Paima, Bhiwuti, Phaulo Mumanyika) pela companhia na escola e na caça.

Agradeço aos meus professores da 1ª e 2ª classes, Rui Zarembessa Mata e Chico.

Aos meus professores de doutoramento, nomeadamente: Prof. Doutor Gregório Firmino, Professor Catedrático Armindo Saúl Atelela Ngunga e outros.

Agradeço igualmente aos meus colegas de doutoramento, nomeadamente: Chonane, Maurício, Mathano. Sentirei saudades dos nossos encontros de preparação para as apresentações!

Pelo companheirismo, agradeço aos meus colegas da turma de 2008 do curso de Licenciatura em Ensino de Línguas Bantu, com quem partilhei os primeiros passos em Linguística Bantu.

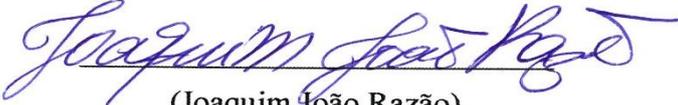
Agradeço ainda aos meus amigos e amigas de infância, da adolescência, da juventude: Phauro Manyika, José Cusaia, Regina Dobo, José Dobo Nyamadzawu Sete, Alexandre Mecajo, Jambato Florindo, Chimoio Mero, Navaio Daita e Victória Daita. Eles fazem parte da minha vida!

Para terminar, agradeço a todos os meus amigos e familiares de quem não me esqueci embora não os tenha mencionado aqui.

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

Declaro, por minha honra, que esta tese nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito. Ela é resultado da minha pesquisa pessoal, estando incluídas ao longo do texto e na bibliografia as fontes bibliográficas por mim utilizadas.

O candidato



(Joaquim João Razão)

ÍNDICE	
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO	v
RESUMO	x
ABSTRACT.....	xi
LISTA DE ABREVIATURAS	xii
LISTA DE FIGURA	xv
LISTA DE TABELAS	xv
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	1
1.0. Introdução.....	1
1.1. Sobre a língua de estudo.....	3
1.1.1. Estudos anteriores	6
1.2. Objectivos	6
1.2.1. Geral.....	6
1.2.2. Específicos.....	7
1.3. Relevância do estudo	7
1.4. Questão de partida.....	10
1.5. Hipóteses.....	11
1.6. Delimitação do estudo	11
1.7. Organização do estudo.....	11
1.8. Resumo do capítulo.....	12
CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA	14
2.0. Introdução.....	14
2.1. Conceitos operatórios	14
2.1.1. Sintaxe	14
2.1.1.1. Frase.....	15
2.1.2. A Gramática.....	17
2.2. Constituintes N (Q/Wh).....	26
2.3. A diferença entre PP e GP	28
2.4. Línguas de objectos simétricos e assimétricos.....	30
2.5. Morfossintaxe	32
2.6. Alguns estudos sobre a morfossintaxe das línguas bantu	34
2.7. Estrutura verbal das línguas bantu.....	38

2.8.	Extensões verbais.....	45
2.9.	Classes e prefixos nominais.....	54
2.10.	Resumo do capítulo.....	56
CAPÍTULO III: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....		57
3.0.	Introdução.....	57
3.1.	Antecedentes da Gramática Generativa.....	58
3.2.	Estruturalismo.....	59
3.2.1.	A Gramática Generativa.....	59
3.2.2.	Estrutura Sintáctica.....	61
3.2.3.	Teoria Padrão.....	62
3.2.4.	Teoria Padrão Estendida (Chomsky 1970).....	65
3.2.5.	Teoria Padrão Estendida revista.....	68
3.2.6.	A Teoria de Princípios e Parâmetros, a Teoria da Regência e Ligação.....	69
3.2.7.	A proposta de Pollock.....	69
3.2.8.	A proposta de Larson (1988) e de Halle e Keyser (1993).....	71
3.2.9.	O Princípio de Espelho.....	73
3.2.10.	Resumo do capítulo.....	79
CAPÍTULO IV: METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO.....		81
4.0.	Introdução.....	81
4.1.	Método.....	82
4.1.	Técnicas de recolha de dados.....	83
4.1.1.	Entrevista.....	85
4.2.	Seleção, tratamento e análise do corpus.....	85
4.3.	Perfil dos informantes (consultores linguísticos).....	87
4.4.	Organização e tratamento de dados.....	88
4.5.	Aspectos éticos e mecanismo de análise de dados.....	88
4.6.	Resumo do capítulo.....	89
CAPÍTULO V: ANÁLISE DA GRAMÁTICA DA FRASE.....		91
5.0.	Introdução.....	91
5.1.	A incorporação das extensões verbais.....	91
5.1.1.	A extensão causativa (*-i/-ici-; -is-).....	96
5.1.1.1.	Causativa morfológica.....	98
5.1.2.	Extensão applicativa (*-il-, -id-, -ir-).....	102
5.1.3.	Extensão passiva (*-u/-ibu-; (i)w-).....	108

5.1.3.1. Extensão passiva em verbos transitivos de valência II.....	109
5.1.3.2. Extensão passiva em verbos transitivos de valência III.....	113
5.1.3.3. Extensão passiva em verbos intransitivos.....	114
5.1.4. A extensão pseudo-passiva, estativa ou neutra (*-ik-)	119
5.1.4.1. A Extensão pseudo-passiva/neutra em Ciwutee	121
5.1.5. A extensão Recíproca (-an-)	124
5.1.6. A extensão intensiva (-isis-).....	131
5.1.7. A extensão persistiva (-irir-)	135
5.1.8. A extensão reversiva/separativa (-ur-/-or-)	137
CAPÍTULO VI: DESCRIÇÃO DE FRASES COM FORMAS VERBAIS EXTENSAS	140
6.0. Introdução	140
6.1. Co-ocorrência das extensões causativa e passiva em frases	141
6.2. Co-ocorrência de quatro (4) extensões verbais em frases.....	150
CAPÍTULO VII: NATUREZA DA FRASE E MOVIMENTO N (Q/WH)	154
7.0. Introdução	154
7.1. Algumas características do sujeito em frases	154
7.2. Frases com locativos	156
7.2.1. Co-ocorrência de locativos com outros prefixos nominais.....	158
7.2.2. Co-ocorrência de locativos e sua distribuição com outros prefixos nominais.....	159
7.2.3. Marcação de locativos.....	161
7.2.4. Marcação do locativo como pronome reflexivo	163
7.3. Representação sintáctica do movimento do constituinte N (Q/Wh) no PE	164
CAPÍTULO VIII: ALGUNS TESTES DE OBJECTOS SINTÁCTICOS	170
8.0. Introdução	170
8.1. Testes para se determinar a (as)simetria dos objectos no Ciwutee à luz do PE e Incorporação	170
8.2. Ordem de ocorrência de objectos sintácticos.....	173
8.3. Pronominalização.....	177
8.4. Passivização.....	179
8.5. Conclusão parcial da análise de dados.....	183
CAPÍTULO IX: MOTIVAÇÕES PARA ALGUMAS ABORDAGENS TEÓRICAS.....	184
9.0. Introdução	184
9.1. Sobre Svoice	184
9.2. Aplicativa Alta.....	187

9.3. Aplicativo Alto em Nyungwe e Ciwutee	190
CAPÍTULO X: CONCLUSÕES	194
10. Conclusões.....	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	198
ANEXOS	I
Ficha de recolha de dados.....	II

RESUMO

O presente trabalho tem por objectivo estudar a gramática da frase, envolvendo as extensões verbais na frase, a ordem de ocorrência na estrutura verbal bem como a selecção categorial, as funções sintácticas, papéis temáticos, estes últimos três que podem alterar tendo em conta a natureza da extensão incorporada na forma verbal. O foco do estudo é a frase, olhando para a questão de Princípios e Parâmetros, a concordância sintáctica envolvendo NPs simples e locativizados. Os dados foram analisados com recurso às teorias Princípio de Espelho (Baker, 1985) e de Incorporação (Baker, 1988). Contudo, também foram testados objectos sintácticos usando as extensões applicativa e causativa em Ciwutee para provar se esta língua faz parte, ou não, das línguas de objecto simétrico ou assimétrico. Para o efeito, o estudo socorre-se de três testes: ordem de ocorrência de objectos, marcação de objecto e passivização. Por ser um trabalho pioneiro no Ciwutee, alguns dos dados das secções dos Capítulos VII e VIII são apresentados numa perspectiva introdutória como chamada de atenção da sua existência nesta língua e servir de ponto de partida para as próximas pesquisas. O estudo adoptou o método hipotético-dedutivo, numa abordagem qualitativa. Em termos gerais, este estudo mostra a relevância dos quadros teóricos adoptados para descrever aspectos ligados à gramática da frase do Ciwutee de acordo com a teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981).

Palavras-chave: Morfossintaxe; Frase; Locativos; Extensões verbais; Sintagma N (Q/Wh); Princípios e Parâmetros.

ABSTRACT

The present work aims to study the grammar of the sentence and the impact of the verb extensions in the sentence, the order of occurrence in the verbal structure as well as the categorical selection, the syntactic functions, thematic roles that can change considering the nature of the incorporated extension in verbal form. The focus of the study is the sentence, looking at its immediate constituents, the syntactic agreement involving simple and locativized NPs. The data were studied using the Mirror Principle (Baker, 1985) and Incorporation (Baker, 1988) theories. However, syntactic objects were also tested, using the applicative and causative extensions in Ciwutee to prove whether this language is part of the symmetric or asymmetric object languages. For this purpose, the study uses three tests, order of occurrence of objects, object marking and passivization. As it is a pioneering work in Ciwutee, some of the data in the sections of Chapters VII and VIII are presented in an introductory perspective as a reminder of their existence in this language and to serve as starting point for future research. The study adopted the hypothetical-deductive method, in a qualitative approach. In general, this study shows the relevance of the theoretical frameworks adopted to describe aspects related to the grammar of the Ciwutee sentence looking according of Principles and Parameters theory (Chomsky, 1981).

Keywords: Morphosyntax; phrase; Locatives, Verbal extensions; Phrase N (Q/Wh); Principles and Parameters.

LISTA DE ABREVIATURAS

AFECT	Afectado
AG	Agente
ALV	Alvo
+ANIM	Mais Animado
-ANIM	Menos Animado
AO	Objecto Aplicado
Apl	Aplicativo
C	Consoante
CARP	Causativo, Aplicativo, Recíproco e Passiva
CAUS	Causativo
CAUS-PAS	Causativo-Passivo
CL	Classe
Compl	Complemento
CP	Causativo Passivo
CI	Constituintes imediatos
CVC	Consoante vogal consoante
DAL	Dispositivo de Aquisição da Linguagem
Dt	Determinante
Esp	Especificador
Est-A	Estrutura Activa
Est-P	Estrutura Profunda
Est-Pass	Estrutura Passiva
Est-S	Estrutura de Superfície
Exp	Experienciador
Exts	Extensões
F	Frase
FF	Fórma Fonética/Fonológica
FL	Forma Lógica
GB	Giga Bite
GG	Gramática Generativa
GT	Gramática Transformacional

GU	Gramática Universal
INTSV	Intensiva
-INT	Menos Interrogativa
LB	Língua Bantu
LBs	Línguas Bantu
M	Mulheres
MO	Marca de Objecto
MS	Marca do Sujeito
NP	Noun Phrase/
SN	Sintagma Nominal
OBJ	Objecto
OD	Objecto Directo
OI	Objecto Indirecto
OP	Objecto Primário
OS	Objecto Secundário
P e P	Princípios e Parâmetros
PAC	Paciente
PAS	Passivo
PB	Proto-Bantu
PE	Princípio de Espelho
PGEN	Sintagma Genitivo
PL	Plural
PM	Programa Minimalista
POS	Posicional
PP	Sintagma Preposicional
PPE	Princípio de Projecção Estendida
PPS	Pseudo-Passiva
Prefix	Prefixos
Prep	Preposição
Prop. c-selecção	Propriedade de selecção categorial
Prop. s-selecção	Propriedade de selecção semântica
Psd	Passado
Rad. V	Radical verbal

Rec	Recíproco
Rev	Reversiva
SADJ	Sintagma Adjectival
SCAUS	Sintagma Causativo
SCOMP	Sintagma Complementador
SConC/SC	Sintagma de Concordância
SD	Sintagma do Determinante
SN	Sintagma Nominal
SNega	Sintagma do Negativo
SP	Sintagma Preposicional
ST	Sintagma de Tempo
Sufx	Sufixo
SuJ	Sujeito
SV	Sintagma Verbal
T	Tema
TP	Tempo
TPP	Teoria de Princípios e Parâmetros
TRL	Teoria de Regência e Ligação
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
V	Verbo
V-CAU	Verbo-causativo
VF	Vogal Final
VP	Verb Phrase

LISTA DE FIGURA

Figura: Morfossintaxe	33
-----------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resumo de línguas de objectos (as)simétricos	31
Tabela 2: Quadro comparativo das extensões verbais.....	43
Tabela 3: Estrutura verbal Meussen 1967	43
Tabela 4: Estrutura verbal Mutaka e Tamanji 2000	49
Tabela 5: Classes e prefixos nominais de Ciwutee	55

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1.0. Introdução

Existem várias formas de interpretar uma gramática, como conhecimento intuitivo que o falante tem da sua língua, como prescritor de regras a serem seguidas, ou como mera descrição daquilo que o falante usa no seu dia-a-dia. O foco central do presente trabalho é entender a gramática da frase como o domínio das diversas manifestações morfossintáticas que nos remetem a várias formas interpretativas de uma frase.

Há cerca de setenta anos, a teoria linguística desenvolveu o conceito de Gramática Generativa como uma descrição explícita da competência linguística, ou o conjunto de regras internalizadas pelo sujeito falante-ouvinte ideal (Chomsky 1970, 1995, 2002). A cada uma das frases do conjunto infinito de frases que podem ser geradas por esse falante, a gramática generativa atribui uma descrição estrutural indicando como é que ela é compreendida pelo falante-ouvinte ideal.

As frases têm sido alvo do interesse de linguistas que trabalham em várias línguas usando diferentes quadros teóricos. Embora subsista a tensão entre a descrição e a análise teórica, assumem um papel especial, as propostas avançadas na Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981), na Gramática Lexical Funcional (Bresnan e Mochi, 1990).

No presente estudo, trabalhamos com Princípios e Parâmetros à luz das teorias Princípio de Espelho (PE) e Incorporação. “A Teoria de Princípios e Parâmetros interessa-se pela língua interiorizada (Língua 1) do falante, constituída pelo léxico e pelo *Sistema Computacional*” (Nunes 1995:12). Esta teoria assume que os princípios da Gramática Universal (GU) envolvem somente os elementos que funcionam nos níveis de interface com os sistemas articulatorio-perceptivo e conceptual-intencional. De acordo com Perini (2006:104), “Uma sequência gramatical é muito mais do que apenas uma sequência de elementos. É, entre outras coisas, uma hierarquia de constituintes”. A partir das propostas expressas em Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981-1995), no Princípio de Espelho (Baker, 1985), da Teoria de Incorporação (Baker, 1988) e outras que possam ser importantes para a análise, pretende-se compreender até que ponto a corrente generativista dá conta da gramática da frase do Ciwutee. Os dois quadros

teóricos tomam focos diferentes. A Incorporação analisa como os morfemas são estruturados na base verbal e o seu efeito no mundo extra-linguístico. O PE suporta as operações interpretadas pela Incorporação e o seu efeito na sintaxe a partir do léxico. Com efeito, o presente trabalho pretende estudar as operações morfológicas que afectam as operações sintácticas numa frase para realçar a relação entre a morfologia e a sintaxe no PE.

Importa referir que, para além do estudo da frase, as extensões verbais interferem na relação entre a morfologia e a semântica nos casos em que a fixação de uma extensão verbal é determinada pelo significado da extensão e do radical (Ngunga, 2014), como se ilustra a seguir:

1.a) Changana:	-von- ‘ver’	cf.	*-von- ul-
	-lav- ‘gostar’	cf.	*-lav- ul-
b) Yaawo:	-pak- ‘pintar’	cf.	*-pak- ul-
	-sak- ‘querer’	cf.	*-sak- ul-

Inspirando-se nos trabalhos de Bybee (1985), Alcina (1999), Ngunga (2014) e Câmara (2018), os exemplos acima mostram a impossibilidade de se estabelecer uma relação de antonímia entre o verbo não derivado e o derivado. Isto revela que, ignorar as consequências da interacção morfologia-fonologia, morfologia-sintaxe e morfologia-semântica na frase pode resultar em análises enganosas. Por isso, no presente estudo, discutimos, sempre que se justificar, as consequências da afixação das extensões verbais na fonologia, morfologia e semântica na frase do Ciwutee. Um dado digno de realce no presente estudo é a análise do comportamento dos objectos sintácticos na frase através de três testes para se saber se a língua em estudo é de objecto simétrico ou de objecto assimétrico. Sobre a alteração da configuração da frase, o estudo mostra também que, do acréscimo dos morfemas derivacionais (extensões verbais), resulta sempre uma mudança que pode ser morfológica, semântica, ou combinação de mudanças na estrutura do verbo não derivado, como já se notou em vários estudos de línguas bantu (Guthrie, 1967; Schadeberg, 2003; Maho, 2007). Todavia, apesar da multiplicidade dessas abordagens, continua pertinente a realização de estudos em línguas particulares, como é o caso da gramática da frase do Ciwutee, uma vez que, primeiro, o número e as formas das extensões verbais variam de língua para língua (Kari 1995; Cocchi 2008); segundo, na discussão sobre as extensões verbais em vários estudos comparativos das línguas bantu (Good 2006; 2005; Guérois

2015; Hyman, 2007; Hyman e Katamba, 1991; Marten e Kula, 2012; Mchombo e Firmino, 1999; Zeller, 2015), não aparecem frases com dados do Ciwutee. Os raríssimos casos em que aparecem dados em frases do Ciwutee (Ngunga 2004, 2014) tratados como dados de frases das línguas do grupo Shona, um grupo de que esta língua faz parte. Pelo que, os dados das frases a serem discutidas no presente estudo poderão contribuir para o alargamento do leque de línguas a serem abrangidas por estudos comparativos futuros. Contudo, não só analisamos a configuração da frase com ocorrência e co-ocorrência das extensões verbais em Ciwutee, mas também descrevemos argumentos externos como língua de sujeito obrigatório ou nulo.

Antes de prosseguirmos, apresentamos a língua de estudo.

1.1. Sobre a língua de estudo

Ciwutee é uma língua bantu (S13b, na classificação de Guthrie 1967-71) falada nas províncias moçambicanas de Manica e Sofala (Suana, 1999). De acordo com Doke (1945) citado por Ngunga (2014), esta língua pertence à zona 61 (sul-central) 61/1/5n. Para Guthrie (1967-71), o Ciwutee é uma língua do grupo Shona (S10), ao qual pertencem outras línguas mutuamente inteligíveis, tais como: Cimanyika, Cikaranga, Cizezuru, Cikorekore e Cindau.

Segundo o INE (2017), o Ciwutee é uma língua falada por mais de 259.790 pessoas. Chimbutane (2012) afirma que o número de falantes desta língua ronda os 1,7% da população de Moçambique (INE 2010), uma grande parte (22.6%) destes falantes encontra-se na província de Manica.

Embora Doke (1945) tenha também feito um estudo de classificação das línguas bantu, o presente trabalho identifica-se com a classificação de Guthrie (1967-1971) por ser prática e permitir espaço para possíveis variações dentro dos grupos linguísticos.

No que diz respeito à representação escrita do nome da língua, a literatura sobre as línguas bantu, em geral, e sobre Ciwutee, em particular, apresenta uma diversidade de formas, revelando diferenças entre linguistas, missionários e outros que se interessam por esta língua. Para designar esta língua, representações como Tee, Ute¹, Teve e Tewe², Tebe³, Ciwute, Ciutee ou Citewe⁴,

¹ ARPAC (2003).

² Suana (1999).

³ Guthrie (1967).

⁴ Wikipédia, extraído (20/01/2021), Quiraque 2017.

Ciwutewe, Ciuté/ciUtée⁵, ciWutee, ou ainda Ciwutee ou Chiwutee são achados em diversas fontes.

Tendo em conta as diferenças apresentadas, nota-se que as formas Ciwutee e Chiwutee aproximam-se àquilo que os falantes pronunciam quando se referem ao nome da sua língua, sendo que os falantes nativos desta língua dizem serem *awutee*, e para se referirem à forma locativa direccional movimento deles dizem *Kuwawutee* ‘em direcção’ ao local/terra/zona dos *awutee*.

A forma com prefixo /chi-/ tem a ver com a influência da ortografia do Shona padrão do Zimbabwe, com o qual o Ciwutee tem grau de parentesco, ou mesmo com a ortografia da língua portuguesa, língua oficial em Moçambique.

Por falta de muitos estudos sobre a uniformização da escrita da língua, recorreu-se ao relatório do IV Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas e à consulta oral a dez (10) falantes nativos de regiões diferentes na província de Manica e Sofala (Dondo), tendo-se concluído que, raras vezes, ou nunca, se ouve os falantes a dizerem *Teve*, *Tee*, *Ute*, *Cite*, *Ciwute* para se referir à língua deles. Portanto, estas formas não remetem a nenhum referente nesta língua. Dada esta situação, Razão (2017) argumenta que, “os falantes relacionam esta forma de escrever com a forma concreta da expressão referencial Chiwutee/Ciwutee para entender a grafia apresentada nos relatórios do II e III” seminários de padronização da ortografia de línguas moçambicanas (Siteo e Ngunga, 2000; Ngunga e Faquir, 2011) e em outras obras, como Suana (1999). Note-se que, nas línguas moçambicanas, os nomes das línguas, mesmo quando se refiram a línguas não moçambicanas, incluem um prefixo da classe 7 (**ci/chi-**, **e-**, **gi- ki-**, **xi-**) que significa “língua”⁶. Neste caso, quando as línguas são tratadas como substantivos (ou núcleo de NP) em textos em Português, como é o caso da presente tese, os seus nomes escrevem-se com iniciais do prefixo em letras maiúsculas (ex.: O *Ciwutee* é uma língua bantu falada em muitos distritos da província de Manica). Mas quando são tratadas como adjectivos, escrevem-se sem os prefixos (Ci-/Chi-) e indicam “língua”, para

Relatório do III Seminário das Línguas Bantu (2012).

⁵ NELIMO (2000)

RM (2018).

Chalucane (2017).

⁶cf. Ngunga e Faquir (2011).

se evitar a redundância, e com iniciais minúsculas (ex.: A *língua wutee* também é falada na província de Sofala).

Neste trabalho, usa-se com frequência o termo *Ciwutee* em detrimento de *Ciute* ou qualquer outra forma, como vem escrito nalguns manuais. De acordo com o contexto, poder-se-á usar *língua wutee* para designar a mesma língua, onde o prefixo (*-ci/chi-) se acha substituído pelo termo “língua”.

De acordo com Quiraque (2017), Razão (2017) e Ngunga et al (2022) o *Ciwutee* apresenta cinco (5) variantes e os seus falantes estão distribuídos por cinco distritos da província de Manica e dois (2) da província de Sofala, nomeadamente:

- a) Variante *Ciwutee* **Zambi**, falada nos distritos de Sussundenga e Macate;
- b) Variante *Ciwutee* **Nyembwe**, falada no distrito de Vanduzi;
- c) Variante *Ciwutee* **Tsakara/Here/Gandura**, falada no distrito de Gondola;
- d) Variante *Ciwutee* **Bangwe**, falada nos distritos de Gondola (província de Manica), uma parte de Gorongosa e Dondo (Província de Sofala)^{7;8};
- e) Variante *Ciwutee* **Nyawukaranga**, falada no distrito/cidade de Chimoio.

Não existe nenhum estudo dialectométrico do *Ciwutee*, mas os falantes afirmam que, apesar de existirem algumas diferenças lexicais e fonéticas, o nível de mútua inteligibilidade entre estas variantes é absoluto.

No presente trabalho usa-se a variante *Nyawukaranga*⁹, tida como de referência no trabalho de Suana (1999), relatórios sobre a padronização da ortografia de línguas moçambicanas (Afido et al.,1989; Siteo e Ngunga, 2000; Ngunga e Faquir, 2011) bem como nos materiais produzidos pelo INDE/MINED e pela Rádio Moçambique.

⁷Cf. <http://www.ethnologue.com>. Faz referência da existência de falantes de *Ciwutee* em Sofala sem que, no entanto, especifique a região em causa.

Suana (1999) afirma a existência de falantes de *Ciwutee* na Província de Sofala, concretamente no distrito de Dondo.

⁸Ngunga e Faquir (2011:120) identifica uma parte destes falantes a Oeste de Sofala. Uma parte deste grupo de falantes identifica-se com a língua *wutee*, no Noroeste do distrito de Gondola e uma parte de Dondo e Gorongosa.

Razão (2017: 17), Ngunga et.al (2022: 219) identificam cinco variantes de *Ciwutee*.

⁹Cf. Ngunga e Faquir (2011: 171)

1.1.1. Estudos anteriores

Embora a primeira gramática de uma língua bantu tenha sido publicada no século XVII (Brusciotto 1659), o século XIX (Bleek 1862; Kole 1854) é tido como sendo aquele em que o estudo das línguas bantu teve o seu início efectivo, em virtude de ter sido nessa altura que estudiosos europeus usaram o método histórico-comparativo no estudo das línguas africanas (Ngunga 2004, 2014; Ngunga e Simbine 2012).

Sobre os awutee, importa referir o estudo antropológico de Ribeiro (1940) que localiza geograficamente o Reino Teve entre Sena e a região de Muribane, actual zona de Sussundenga e descreve o modo de vida dos seus habitantes. Na vertente linguística, foi no século XIX que os primeiros materiais escritos da língua dos awutee surgiram, em resultado da necessidade de satisfação do seu uso na igreja e nos campos de produção agrícola. Os trabalhos escritos mais conhecidos sobre Ciwutee não são de pesquisa linguística; são “contos e provérbios em Citewe” (Rádio Moçambique, 1997), e de carácter sociocultural e filosófico, como são os exemplos de “Introdução à Cultura Tewe” (Suana, 1999), “*Cidade de Chimoio: Ensaio Histórico-Sociológico*” (Rosário, 1999).

Portanto, depois dos estudos realizados no século XIX, no final da década de 1970 do século XX é que, em Moçambique, o estudo estruturado, consistente e contínuo das línguas bantu começou, com a introdução de disciplinas de linguística bantu nos cursos de Formação de Professores de Português da Universidade Eduardo Mondlane (Ngunga 2004; Ngunga 2014). É a partir dessa altura que também começam a surgir trabalhos de estudantes de linguística que usam dados do Ciwutee identificado como língua do grupo Shona.

O presente estudo junta-se aos trabalhos realizados por Suana (1999), Ngunga e Faquir (2011), Quiraque (2017), Razão (2017, 2021), Ngunga e Razão (2022), Ngunga et. al (2022). A seguir, apresentamos os objectivos do trabalho.

1.2. Objectivos

1.2.1. Geral

O presente trabalho tem por objectivo geral estudar a gramática da frase, envolvendo as extensões verbais do Ciwutee à luz do Princípio de Espelho (Baker, 1985) e Incorporação (Baker, 1988), olhando para questões de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981-1995).

1.2.2. Específicos

Em termos específicos, o trabalho tem como objectivos:

- a) Caracterizar as extensões verbais em frases do Ciwutee em termos morfológicos, semânticos e das relações de transitividade;
- b) Analisar as implicações de concordância do NP sujeito e Sintagma (Q/Wh);
- c) Descrever NP locativizado e NP/sujeito como de língua de sujeito obrigatório ou nulo;
- d) Identificar aspectos sintácticos do Ciwutee como uma língua de objecto simétrico ou assimétrico.

1.3. Relevância do estudo

Em Ciwutee, as frases e as suas diversas formas, ocupam um lugar de destaque neste trabalho que se pretende que contribua para a compreensão do funcionamento da gramática da frase desta língua. Assim, as funções sintácticas, os papéis temáticos, a distribuição dos componentes nos respectivos paradigmas da frase e testes sintácticos determinam as estruturas gramaticais, agramaticais, básicas, marcadas e as possíveis restrições a nível da frase, que configuram aspectos que explicam o funcionamento do Ciwutee. Para além das questões acima referidas, a relevância do presente estudo reside no facto de o mesmo propor-se a preencher uma lacuna (desafio nacional) referente à documentação e “modernização” das línguas moçambicanas, em geral, com vista a conferir-lhes capacidades que lhes permitam incrementar o seu papel na planificação linguística e garantir o seu uso eficiente no sistema educativo que já começou a ser implementado no país.

O estudo das frases com núcleos verbais extensos em *Ciwutee* mostra-se relevante, tanto para os falantes que têm o *Ciwutee* como língua materna, assim como para os professores de ensino bilingue (*Ciwutee*-Português) porquanto contribui para desenvolvimento das pesquisas sobre as línguas moçambicanas, cuja finalidade deve ser a de produzir gramáticas para explicar cientificamente a mecânica do funcionamento desta língua. As pesquisas linguísticas, em Moçambique, devem também fazer a descrição dos variados fenómenos que ocorrem no uso do Português, resultantes do seu contacto com as línguas moçambicanas. Por exemplo, nas línguas bantu, as extensões modificam a estrutura sintáctica, aumentando, ou diminuindo, a valência do

verbo, por vezes produzindo enunciados “estranhos” ao Português, tal como acontece em Ciwutee onde, raras vezes, ocorrem dois complementos de configuração NP e PP, como se ilustra a seguir:

2. [VP [NP O patrão] [SV meteu [NP o carro] [PP na garagem]]]

Diferente do que acontece em Português (2), em Ciwutee espera-se uma configuração do tipo NP e NP com o mesmo verbo, como acontece em (3), abaixo:

3. [VP [NP Patarawu] [SV apindza [NP motokari] [NP mugaraji]]]

Em (3), mostra-se que as construções com a configuração NP e PP (2), em Português, seriam correctamente expressas através de construções com configuração NP e NP com função sintáctica de objecto primário, para o primeiro, e objecto secundário, para o segundo. Se a segunda língua envolvida no ensino bilingue for o Inglês, então há que se clarificar a questão do parâmetro do sujeito nulo, como se pode ilustrar em (6). Veja-se outros exemplos:

4.a) [VP o João [SVofereceu¹⁰ [NP/OD uma flor] [PP/OI ao pai]]]

b) [VP Juwawu [SV wapasa [NP/OP baba] [NP/OS ruwa]]]

5.a) [VP Madhinga [SV watengera [NP/OP mwana] [NP/OS bhuku]]]

b) [VP Madhinga SV comprou [NP/OD um livro] ([PP/OI para o filho])]

c) *[VP Madhinga [SV watengera [NP/OP mwana]] (obrigatório)

d) [VP o Paulo SV comprou [NP/OD um livro] ([PP/OI para o filho])]

e) [VP o Paulo SV comprou [NP/OD um livro]]

6.a) [VP Zito [SV ate [NP [NP the banana]]] (Inglês)

b) [VP She [SV ate [NP [NP the banana]]]

c) *[NP/suj Ø [SV ate the banana]

d) [VP Zito [SV warya [NP gobo]]] (Ciwutee)

‘O Zito comeu a banana’

e) [VP Iyena [SV warya [NP gobo]]]

¹⁰ O nome João (John)/sujeito e o verbo *ofererecer* (4.a) também foram usados em Nunes (1995:6).

‘Ela/ele comeu uma banana’

e) [NP/suj Ø [warya [gobo]]]

‘...comeu a banana’

Como se vê no exemplo em (4.a), em Português, o constituinte com a função sintáctica de objecto directo, com papel temático de tema/paciente ocorre na posição adjacente e o constituinte com a função sintáctica de objecto indirecto (OI), beneficiário, ocorre na posição periférica.

No exemplo (4.b), o constituinte com a função sintáctica de objecto indirecto (OP/OI), com papel temático de beneficiário, ocorre adjacente ao núcleo verbal e o constituinte com função sintáctica de objecto directo (OS/OD), com papel temático de tema/paciente ocorre à periferia do mesmo núcleo verbal. Como se deve notar, a ordem de ocorrência dos complementos do verbo é diferente da que acontece em Português, onde, numa estrutura de ordem básica, o tema ocorre adjacente ao verbo e o beneficiário à periferia (4.a). No Ciwutee, o beneficiário ocorre adjacente e o tema/paciente à periferia (4.b). A ordem de elementos em (5.a) tem a ver com a ocorrência de uma extensão do tipo +O, isto é, uma extensão que aumenta a valência do verbo fazendo com que a sintaxe remapeie a sua estrutura por forma a respeitar o léxico. Os complementos seleccionados são de carácter obrigatório. A ausência de um deles resulta numa estrutura agramatical (5.c), o que é diferente do que se verifica em Português (5.e). Os exemplos (6.a, b, c) são do inglês. Em (6.a), o sujeito *Zito* realiza-se sintacticamente, tornando a frase gramatical. Em (6.b), o NP/sujeito é realizado por um pronome, *she*, e a frase continua gramatical. Contudo, em (6.c) não se realiza sintacticamente, tornando a frase agramatical. Pelos dados apresentados, pode-se concluir que o sujeito ou o pronome na frase em Inglês deve realizar-se na estrutura sintáctica; a sua ausência resulta numa estrutura agramatical. Em (6.d, e, f) são apresentados exemplos de Ciwutee; em (6.d), o sujeito realiza-se sintacticamente e, em (6.e), o sujeito é representado por um pronome, *iyena*, mas em (6.f) não se realiza, continuando a frase gramatical. Isto mostra que a ausência do sujeito não remete a agramaticalidade. O sujeito desta frase é recuperado pela marca de concordância (u/wa), acoplada no primeiro paradigma da estrutura verbal. Comparando as duas línguas (Inglês e Ciwutee), nota-se que o Inglês não adopta parâmetro de sujeito nulo, mas o Ciwutee o adopta. Portanto, para resolver assuntos relacionados com frases com extensões verbais e a natureza do

sujeito como umas das marcas que distingue as línguas, o professor e o aluno do ensino bilingue devem ter conhecimento das propriedades de cada extensão verbal e da natureza do sujeito nas línguas envolvidas, na aula e nos exercícios da aula. Olhando para estas diferenças, para um aluno que não conheça nenhuma dessas línguas (Ciwutee-Português/Inglês), o professor do ensino bilingue pode mostrar aspectos paramétricos como propriedades de c-selecção e ou obrigatoriedade ou não do sujeito na frase (claro, usando uma metalinguagem adequada ao nível dos aprendentes), e de ordem de ocorrência de constituintes aos alunos, com evidências claras, tendo alguma gramática de Ciwutee, tal como pretende ser este trabalho.

Para além dos argumentos arrolados acima para provar a relevância do presente estudo, há necessidade de se realizar mais estudos do género em línguas particulares. Por exemplo, sobre as extensões, Hyman (2007) fundamenta que, embora seja um tema fascinante, as extensões e a sua co-ocorrência continua um assunto pouco explorado em línguas bantu particulares. Por isso há necessidade de mais estudos. O mesmo é referido por Ngunga (2000) e Lusekelo (2012) que consideram que continuam poucos os estudos descritivos que exploram a combinação e ordem das extensões verbais e a transitividade dos verbos derivados em línguas particulares. A seguir apresentamos a questão de partida.

1.4. Questão de partida

A questão de partida funciona como uma directriz que guia todo o trabalho de pesquisa, desde a concepção do estudo até às conclusões e possíveis recomendações. Assim, tendo em conta os objectivos preconizados no trabalho, eis a questão de partida em torno da qual se desenvolve o presente estudo:

“À luz do Princípio de Espelho (PE) e da teoria de Incorporação, como é que a configuração da frase envolvendo as extensões verbais clarifica o funcionamento da gramática da frase do Ciwutee tendo em conta Princípios e Parâmetros?”

Para responder a esta questão, propõem-se as hipóteses que se seguem:

1.5. Hipóteses

Convencionalmente, as hipóteses são declarações consideradas como possíveis respostas por serem investigadas e provadas ou refutadas através de um estudo empírico. Neste sentido, o presente trabalho desenvolve-se em torno da busca da veracidade/falsidade das seguintes hipóteses, que serão testadas com base na análise dos dados obtidos a partir de falantes nativos (informantes) de Ciwutee e de algum material escrito:

- (i) O PE e a Incorporação fornecem uma adequação explicativa para as frases envolvendo as extensões verbais em Ciwutee.
- (ii) O PE e a Incorporação podem explicar, com base em frase, a relação entre a Morfologia e a Sintaxe.
- (iii) As frases com evidências da relação entre a Morfologia e a Sintaxe são explicadas com base, apenas, em abordagens morfológicas.

1.6. Delimitação do estudo

No presente trabalho, limitamo-nos a estudar frases com envolvimento de oito (8) extensões verbais: *causativa*, *aplicativa*, *passiva*, *pseudo-passiva*, *recíproca*, *intensiva*, *persistiva e reversiva/separativa*. A nossa análise é focada na frase envolvendo extensões verbais, embora, sempre que se achar pertinente, se discutam aspectos fonológicos, semânticos léxico-sintácticos e morfológicos como fenómenos susceptíveis de condicionar ou restringir a afixação e ou a co-ocorrência das extensões verbais em sintagmas verbais de frases do Ciwutee. Neste processo, testou-se o comportamento sintáctico dos objectos para aferir se esta língua é de objecto simétrico ou assimétrico. Os dados são analisados na vertente minimalista, buscando subteorias tais como, PE (Baker, 1985) e Incorporação (Baker, 1988), como quadros teóricos que podem clarificar os processos morfossintácticos.

1.7. Organização do estudo

O presente estudo está organizado em dez capítulos, a saber: Capítulo I, Introdução, onde se apresentam a língua em estudo, estudos anteriores sobre o Ciwutee, o problema de pesquisa, os objectivos da pesquisa, a questão de partida, as hipóteses, a relevância, a delimitação do estudo, a organização do estudo e o resumo do capítulo. O Capítulo II é reservado à revisão da

literatura. Para iniciar este capítulo, tratamos da sintaxe, frase, a morfossintaxe e a morfologia do verbo nas línguas bantu; depois, apresentamos estudos realizados sobre as extensões verbais nas línguas bantu; em seguida, descrevemos o constituinte N (Q/Wh); mais adiante, analisamos o comportamento dos objectos sintácticos de Ciwutee como uma língua de objecto simétrico ou assimétrico. Por fim, apresentamos a configuração da gramática na perspectiva tradicional e nas perspectivas actuais. No Capítulo III, apresentamos uma resenha histórica do quadro teórico adoptado. Para começar, descrevemos o generativismo na perspectiva teórico-descritivo na linha de Chomsky (1957-95); depois, o Princípio de Espelho (Baker, 1985) e Incorporação (Baker, 1988). Com estas teorias analisamos as frases com núcleos verbais com extensões, as relações sintácticas, assim como o movimento N (Q/Wh). No Capítulo IV, descrevemos a metodologia usada para a realização do trabalho. A análise de dados está dividida em cinco capítulos: no Capítulo V, temos a análise da gramática da frase do Ciwutee. Depois, no VI, descrevemos frases com extensões verbais a co-ocorrerem na forma verbal do Ciwutee. A seguir, no Capítulo VII, Apresentamos a natureza da frase e movimento N (Q/Wh) em Ciwutee. No Capítulo VIII, fazemos a apresentação de alguns aspectos ligados à frase para testar os objectos sintácticos do Ciwutee. No Capítulo IX, temos as motivações para algumas abordagens teóricas. Finalmente, no Capítulo X, trazemos as conclusões, onde se apresentam os principais achados deste estudo e se recapitulam algumas hipóteses para se aferir o grau do alcance dos objectivos definidos inicialmente.

1.8. Resumo do capítulo

No capítulo que termina, apresentámos o tema de pesquisa e o problema, através da pergunta: À luz do Princípio de Espelho e Incorporação, como é que a configuração da frase envolvendo as extensões verbais clarifica aspectos ligados à gramática da frase do Ciwutee?

Para responder a esta pergunta, colocámos três hipóteses em torno das quais se vai desenrolar a nossa pesquisa.

Tendo em conta o problema de pesquisa, definimos cinco objectivos: i) estudar a gramática da frase, envolvendo as extensões verbais do Ciwutee à luz do Princípio de Espelho (Baker, 1985) e Incorporação (Baker, 1988), com base em de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981-1995); ii) caracterizar as extensões verbais em frases do Ciwutee em termos

morfológicos, semânticos e das relações de transitividade; iii) analisar as implicações da concordância do NP/sujeito locativizado ou não e o sintagma (Q/Wh)); iv) descrever o NP/sujeito como de língua de sujeito obrigatório ou nulo; e v) identificar aspectos sintáticos do Ciwutee como uma língua de objecto simétrico ou assimétrico.

Esperamos que os resultados do estudo contribuam para o preenchimento das lacunas teórico-descritivas que se verificam nas línguas do grupo Shona, em geral, e do Ciwutee, em particular.

Segue-se o Capítulo II, onde apresentamos a revisão da literatura.

CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA

2.0. Introdução

No presente capítulo, fazemos a revisão da literatura, onde apresentamos a nossa leitura crítica do material escrito sobre o tema de estudo e outros afins. Portanto, aqui fazemos “um levantamento e análise criteriosa e sistemática dos resultados e conclusões de outras pesquisas acerca de um determinado tema” (Appolinário, 2004:173).

Neste sentido, a seguir apresentam-se trabalhos que descrevem processos morfológicos e sintáticos que ajudam a entender claramente as diversas manifestações das estruturas morfossintáticas do Ciwutee.

2.1. Conceitos operatórios

São conceitos operatórios o material metalinguístico a ser usado de forma reiterada ao longo do presente estudo, para a definição dos quais nos socorremos de vários autores, como se poderá notar a seguir.

2.1.1. Sintaxe

De acordo com Bloomfield (1939), numa noção conhecida como abordagem estruturalista, a sintaxe é o estudo de formas livres. Por seu turno, Cunha e Cintra (2005) advogam que sintaxe é a parte da gramática que descreve as regras segundo as quais as palavras se combinam para formar frases. Xavier (1991) argumenta que a palavra sintaxe deriva do Latim *sintaxis* que, por sua vez, tem origem num termo grego que significa “coordenar”. As definições propostas pelos autores acima permitem-nos reter que a sintaxe é a parte da gramática que ensina a coordenar, unir ou juntar as palavras para formar sintagmas e frases e atribuir-lhes funções sintáticas para expressar uma ideia.

O paradigma actual da ciência refere-se à gramática generativa, que se centra na análise da sintaxe como constituinte primitivo e fundamental da linguagem natural. Enquanto ramo da Linguística, a sintaxe estuda as regras que comandam a combinação de constituintes e a formação de unidades superiores a estes (Stockwell 1977).

De forma resumida, a sintaxe é a parte da gramática que estuda a disposição das palavras na estrutura sintáctica e das frases no discurso, bem como a relação lógica das frases entre si. Ou seja, ao emitir uma mensagem verbal, o emissor procura transmitir um significado completo e compreensível.

Neste sentido, a sintaxe é concebida como um instrumento essencial para o manuseio satisfatório das múltiplas possibilidades que existem para combinar palavras e orações.

Pode-se entender, em parte, que a sintaxe é uma área da Linguística que se preocupa em realizar as informações emanadas a nível do léxico. Uma das funções desta área é identificar o paradigma e a respectiva função sintáctica que um constituinte deve desempenhar para que a estrutura formada seja gramatical, de acordo com as informações emanadas a nível do léxico, garantida pelo princípio de projecção. É um campo de estudo que tem como objecto de estudo a frase. Veja a seguir.

2.1.1.1. Frase

Existem várias definições de frase¹¹ tendo em conta a natureza da língua¹² em estudo. Numa perspectiva bantuística, Ngunga (2014:208) define a frase como uma palavra ou conjunto de palavras dispostas de uma certa maneira, de acordo com certas regras, para exprimir um determinado sentido. O mesmo autor faz a distinção de frases verbais e não-verbais, sendo as verbais aquelas que têm como núcleo uma forma verbal e não-verbais, as que têm como núcleo uma cópula, um nome ou um ideofone. A seguir apresentamos alguns exemplos de frases cujo núcleo é uma forma verbal, retirados de (Ngunga 2014:209).

1. a) Yaawo: coome ciwiile (Yaawo)
‘o gato morreu’
- b) Changana: wena wudile nyama tolo (Changana)
‘tu comeste carne ontem’

¹¹ Ver Güldemann (2003)

¹² Ver Katupha (1983)

Os exemplos mostram que, **coome** ‘gato’ e **wena** ‘tu’ representam NP sujeito e **ciwile** ‘morreu’ (Yaawo) e **wudile nyama** ‘comeste carne’ (Changana) representam o predicado. De acordo com Ngunga e Razão (2022), existem duas possibilidades de formar frases em Ciwutee sem afectar a dimensão semântica: (i) um verbo aglutinado que inclui muitos morfemas, respondendo a questões como *quem, quando, que (é que)* e (ii) formar frases com os materiais sintácticos a ocorrerem sintacticamente. Os exemplos que se seguem, de Ngunga e Razão (2022), ilustram as duas possibilidades de formar frases nesta língua:

2. **akamudayinzisa.**

a-ka-mu-dayinz-is-a.

MS-Psd-MO-chamar-Caus-VF

‘fizeram-no chamar’

3. Bishopi wadayinzisa mutendi ngo cingindenginde zuro

Bishopi u-a-dayinz-is-a mu-tendi ngo cingindenginde zuro

Bispo MS₁-Psd-chamar-Caus-VF 1-crente PREP 7-sino ontem

‘o Sr Bispo fez chamar o crente por (meio de) sino ontem’

O exemplo em (2) mostra, na estrutura da forma verbal, a ocorrência dos morfemas marcadores do sujeito (**a-**), do passado (**-aka-**), raiz verbal (**-dayinz-**), extensão causativa (**-is-**) e vogal final (**a-**).

Em (3), os autores mostram que existe um sintagma nominal (**Bishopi**) com função de sujeito; um sintagma verbal que compreende um verbo com os morfemas marcadores de sujeito (**u-**), tempo (**-aka-**), raiz verbal (**-dayinz-**), extensão verbal (**-is-**) e vogal final (**-a**); e um nome (**mutendi** ‘crente’), com função de objecto. Para além dos elementos que ocorrem ligados às propriedades de c-selecção, existem outros que ostentam o estatuto de adjunto. Neste exemplo ocorre um sintagma preposicional que compreende uma preposição (**ngo**) e um nome (**cingindenginde** ‘sino’) com função de adjuntos de meio (cingindenginde) e de tempo (zuro). A seguir apresenta-se a discussão da noção de gramática em termos gerais e, em particular, gramática da frase como foco de análise deste estudo.

2.1.2. A Gramática

Quando conhecemos uma língua, sabemos falar e somos compreendidos por todos os que conhecem essa língua, temos a capacidade de produzir sons que constituem palavras portadoras de certos significados e de compreender e interpretar os sons e palavras produzidas pelos outros. O conhecimento dos sons e dos sistemas dos sons da nossa língua constitui apenas uma parte do nosso conhecimento linguístico.

Uma parte importante desse conhecimento consiste em saber que certos sons ou sequências de sons representam conceitos diferentes. Considerem-se os seguintes exemplos:

4. Inglês:
 - a) boy ‘menino’ significa algo diferente disto
 - b) toy ‘brinquedo’
5. Ciwutee
 - a) kurumura ‘desmamentar’
 - b) kukhumura ‘desparafusar’

Os exemplos em (4) apresentam duas palavras do Inglês e qualquer falante desta língua sabe que, apesar de uma ligeira semelhança, estas palavras são diferentes. O mesmo acontece com os exemplos em (5) onde são apresentadas duas palavras de Ciwutee cuja semelhança não impede que os falantes desta língua as identifiquem como palavras diferentes. Portanto, conhecer uma língua consiste, pois, em conhecer o sistema que associa sons a significados. Ou seja, conhecer uma língua significa ser-se capaz de produzir frases nunca anteriormente ditas e ser-se capaz de compreender frases nunca antes ouvidas. Chomsky (1965) refere-se a isso como “aspecto criativo” da prática linguística (Ferreira, 2009).

Existem diferentes formas de interpretar o conceito gramática. Normalmente, o termogramática leva-nos a pensar num livro cheio de regras que jamais conseguimos decorar e que, na melhor das hipóteses, tem uma conexão distante com a língua que falamos. Por um lado, a gramática pode ser entendida nesse sentido, como o conjunto das regras “do bem falar e do bem escrever”, a gramática prescritiva (Miotto, 2004). Por outro lado, a gramática é entendida como conhecimento internalizado ou conjunto de regras linguísticas internalizadas na mente do

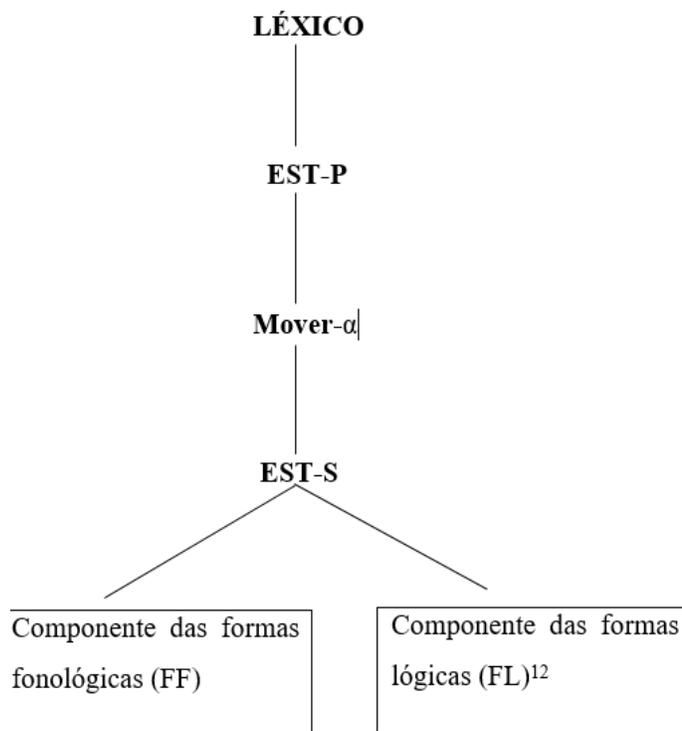
falante que regem a distribuição de formas sintáticas e o funcionamento da língua em geral. Esse conhecimento pode ser sistematizado em livro, descrevendo o desempenho linguístico dos falantes sem, no entanto, estabelecer regras que classifiquem os falantes. Esse livro toma o nome de gramática descritiva.

A gramática também tem a ver com o conhecimento que o falante tem da sua língua materna, independentemente de ter tido aulas de língua na escola ou de conhecer alguma nomenclatura gramatical das línguas. Nesta concepção, entende-se gramática como conhecimento inconsciente. Por isso, não há lugar para os conceitos “certo” e “errado”, baseados exclusivamente numa norma, tal como é nossa perspectiva no presente trabalho. Ao longo do desenvolvimento teórico, as teorias Padrão, Padrão Alargada, Padrão Alargada Revista e de Princípios e Parâmetros¹³ constituem o que se considera fase pré-minimalista a minimalista. Durante o tempo de desenvolvimento destas teorias, alguns aspectos dados como importantes na análise sintática no período pré-minimalista foram perdendo a sua utilidade ou tornaram-se redundantes no período minimalista, tal como é o caso da Estrutura Profunda (EST-P) e Estrutura de Superfície (EST-S)¹⁴, só para citar alguns exemplos. De forma breve, vamos apresentar a configuração da gramática tendo em conta os primeiros passos do avanço da gramática generativa (Chomsky, 1965; 1970; Xavier et al., 1991).

¹³ Ver Chomsky (1981)

¹⁴ Ver Ross (1967), Newmeyer (1980), Baker (1975).

Configuração de gramática



No léxico, encontram-se descritas as idiossincrasias dos itens lexicais:

- i. Forma lógica: categoria sintáctica verbo (V)
- ii. Forma fonológica: realização fonológica /amar/
- iii. Estrutura argumental

A entrada lexical para a palavra *kuda* ‘amar’, por exemplo, será a seguinte:

Léxico: *kuda*_v /kuda/

X, Y

Semântico: Exp T/Pac.

Sintáctico: NP

Propriedades de selecção categorial (c-selecção)

Kuda v: [- NP], com função sintáctica de objecto directo (OD).

Propriedades de selecção semântica (s- selecção)

kuda v: < Exp T/Pac >

[_{vp}[_{NP}Makwature] [_{v'} unoda [_{NP} Karota]]]

Podemos entender que o verbo é o núcleo que determina a ocorrência de outros elementos na estrutura sintáctica.

“A estrutura subcategorizada pela categoria lexical [+ V], por exemplo, mostra que estes itens lexicais, conhecidos como verbos transitivos, seleccionam uma categoria sintáctica NP que é naturalmente o equivalente sintáctico do argumento Tema/Paciente. Estes verbos necessitam de um NP como complemento, para atribuí-lhe um papel temático e é efectivamente este conjunto formado pelo predicado verbal e pelo NP Tema/Paciente, seu argumento interno, que funciona como um predicado semântico complexo” (Xavier 1991:36). O Léxico é o repositório de todas as informações inerentes a cada unidade lexical. A Sintaxe tem a responsabilidade de realizar as informações emanadas a nível do léxico. A estrutura canónica (EST-A) é a realização fiel das informações emanadas ao nível do léxico nos paradigmas previstos para ocorrer cada unidade sintagmática, de acordo com as funções sintácticas que cada constituinte sintagmático desempenha na estrutura sintáctica. Mover- α é uma regra linguística que consiste em mover qualquer unidade sintagmática para uma posição prevista ou não na estrutura sintáctica, desde que se respeitem as informações emanadas ao nível do léxico e que seja necessário. Trata-se, a título de exemplo, das propriedades de c-selecção assim como as de s-selecção.

A estrutura passiva (EST-PAS) é a realização das unidades sintagmáticas algures na frase ou adjacente à frase, depois de ter sido operado o movimento sintáctico.

Xavier et al (1991), citando Chomsky (1986, 1987) e Fukui (1986), afirma que a Teoria de Movimento demonstra que a Regra de Mover- α só se aplica, na sintaxe, quando for estritamente necessário. A actuação desta regra é paramétrica. Em Português e Inglês, por exemplo, a regra de Mover- α movimenta os sintagmas-qu (opcionalmente, em Português, e obrigatoriamente, em Inglês) para o início da frase (para a posição de especificador de C'), o

que não acontece em Chinês e Japonês. Nestas línguas, os sintagmas-qu permanecem *in situ*, isto é, na posição em que foram projectados na estrutura activa (EST-A). Referindo-se aos mesmos autores (Chomsky 1986, 1987; Fukui 1986), Xavier (op. cit.) explica a não aplicação da regra de Mover-Squ, em Japonês, pela ausência de complementador nesta língua, o que torna inviável uma posição de especificador para a qual se desloca este sintagma.

Para analisar e descrever o funcionamento da regra de movimento em Ciwutee, os movimentos devem ser explicados a partir do núcleo sintagmático como ponto fixo e de referência. Se for um núcleo verbal, ele é um ponto fixo na estrutura sintáctica, isto é, não se move para além dos movimentos previstos até à sua realização.

Evidências:

- 6.a) [VP [NP ~~atsvari~~/mayi] [V' [V atenga [NP macira]]]]
 ‘A mamã comprou a roupa’
 [vp [NP-] [V' [V -tenga [NP macira]]]] **Estrutura activa**
 ‘Ser comprad- a roupa’
 kutenga_v: [-NP]

O complemento NP realizado pelo constituinte “macira” está a ocorrer na sua posição básica, de acordo com as propriedades de c-selecção do verbo “kutenga”.

- b) [VP [NP macira] [V' [V atengwa [-]]]] **Estrutura passiva**
 ‘A roupa foi comprada’
 tenga_v: [-NP]
- c) [SC[C' [NP macirayi](here/kani)[VP [V' [V atengwa[-]]]]]]
 “Que roupa (é que) foi comprada”
 kutenga_v: [-NP]

Nas estruturas (6.b) e (6.c), os complementos NPs realizados pelos constituintes **macira** ‘roupa’ e **macirayi** ‘que roupa’ previsto para ocorrer na posição pós-núcleo verbal **kutenga** ‘comprar’ não se estão a realizar nas suas posições *in situ*. Contudo, as estruturas continuam

gramaticais porque ainda são respeitadas as propriedades de c-selecção do verbo **kutenga** ‘comprar’.

d) * $[_{VP} [_{NP} \text{atsvari/mayi}] [_{V'} [_{V} \text{atenga [-]}]]]$

‘A mamã comprou’

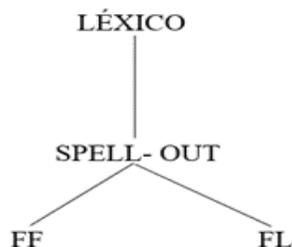
*-tenga_v: [-]

Na estrutura em (6.d), o complemento **macira** ‘roupa’ previsto para ocorrer na posição pós-verbal **kutenga** ‘comprar’ não se está a realizar. Pelo que, a estrutura tornou-se agramatical porque não foram respeitadas as propriedades de c-selecção do verbo **kutenga** ‘comprar’. (Ver a grelha de subcategorização 6.d).

A gramaticalidade das estruturas em (6.b) e (6.c) prova que houve movimento necessário de NP porque, embora a posição prevista para ocorrer o complemento do verbo **kutenga** ‘comprar’ esteja vazia, as frases continuam gramaticais, diferente do que está a acontecer na estrutura (6.d). O complemento do verbo **kutenga** ‘comprar’ está a ocorrer algures nas estruturas sintácticas, (6.b) e (6.c).

Agora, vejamos algumas mudanças na representação no âmbito do generativismo (Chomsky, 1981, 1995) como forma de reduzir maior número de derivações possíveis, tal como é nossa perspectiva. Os componentes da gramática são reduzidos de quatro para apenas duas dimensões: Forma Lógica (FL/LP) e Forma Fonológica (FF/FP). A seguir, apresentamos a abordagem e o figurino dos elementos da gramática na análise sintáctica nos últimos tempos.

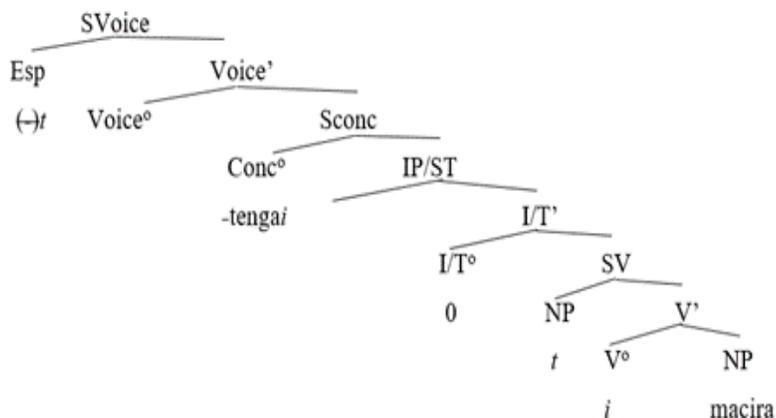
Componentes da Gramática e sua articulação



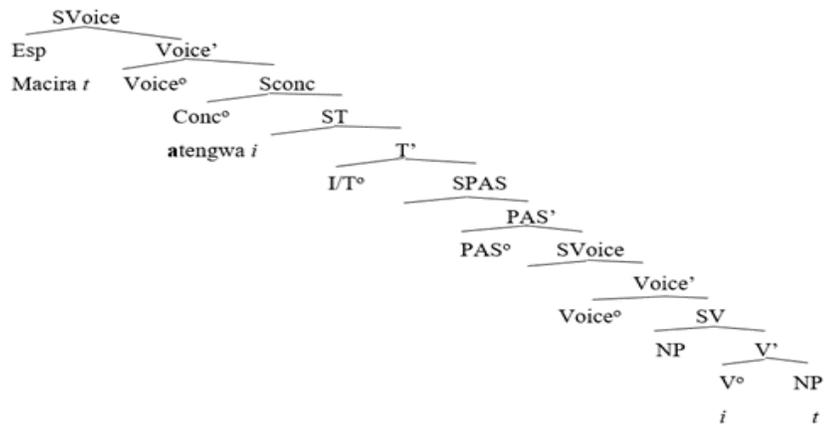
Em torno do funcionamento da gramática, na vertente dos últimos estágios, Chomsky (2004:106-107) afirma que os níveis de representação são especificados pelos princípios da gramática universal (GU), tendo em conta as categorias funcionais e lexicais, dependendo da natureza da língua ou grupos de línguas. Os princípios invariáveis da GU devem envolver os elementos que funcionam nos níveis de interface FF e FL com os sistemas cognitivos externos: sensório-motor (articulatório-perceptivo) e conceptual-intencional, respectivamente, e especificar os elementos que os constituem, bem como as computações que os constroem. Tendo em conta o preceituado acima, entende-se que a forma FF ocorre nas transferências e na sua realização pelo falante (*spell-out*), salvaguardando aspectos extra-linguísticos, e a FL descreve aspectos ligados ao conhecimento do próprio material lexical e às suas idiossincrasias.

A seguir, apresentamos tópicos que testemunham o avanço científico/mudanças de análise de objectos sintácticos. Nas árvores apresentadas abaixo, pretendemos mostrar a ligação entre o léxico e a sintaxe (do léxico à sintaxe).

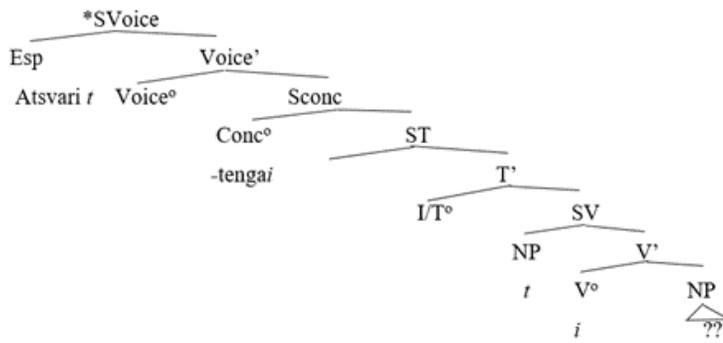
6.a) Estrutura activa (EST-A)



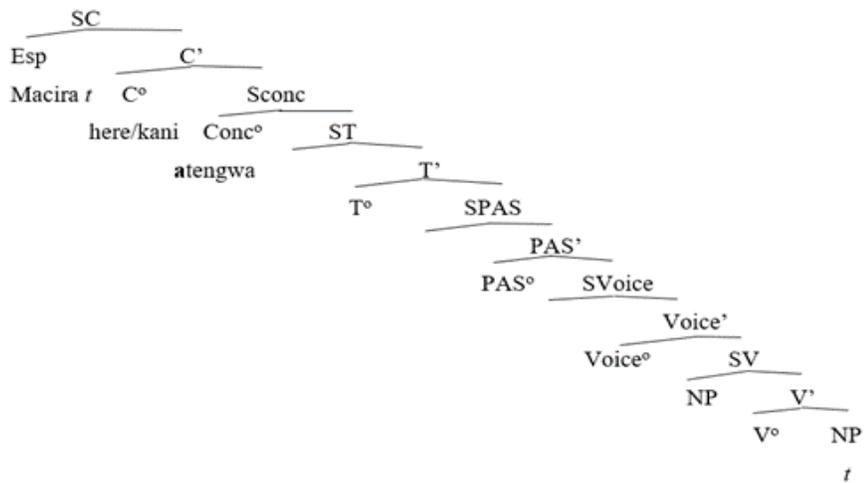
b) Estrutura passiva (EST-S)



c)



d) Sintagmas Q/WH



Na árvore em (6.a), mostra-se que as informações emanadas ao nível do léxico foram respeitadas escrupulosamente. O sujeito da frase não é objecto de análise nesta estrutura, por isso não se faz presente. Esta possibilidade de o sujeito não ocorrer obrigatoriamente explica-se pelo facto do Ciwutee ser uma língua com parâmetro de sujeito nulo, tal como o Português. À luz do minimalismo, o núcleo lexical **-tengwa** ‘ser comprado/a’ é movido até ao nível onde deve ocorrer, sem extrapolar nenhum estágio, como por exemplo, o nível núcleo de ST. Em última instância, ele ocorre no SCONC, onde adquire os traços de concordância do determinador de concordância sintáctica que ocorre ao nível mais alto da estrutura (Esp, SC), se estiver a ocorrer lexicalmente. O verbo **kutenga** ‘comprar’ é transitivo, por isso ocorre com um complemento, realizado na posição pós-verbal pelo constituinte **macira** ‘roupa’ na seguinte grelha de subcategorização: *-tenga_v*: [-NP].

Em (6.b), o complemento que ocorre na posição pós-verbal (*in situ*) não se está a realizar por ter sido movido para a posição [Esp, SVoice], mantendo a sua existência através de cópia marcada na sua posição *in situ*. Mesmo com a aparente ausência, a estrutura continua gramatical, o que mostra que, nesta frase, realizou-se um movimento de NP complemento.

Na árvore (6.c), o NP **macira** ‘roupa’, complemento do verbo **kutenga** ‘comprar’ não se está a realizar na sua posição *in situ* tal como em (6.b); verifica-se que, em (6.c) a estrutura é agramatical, mas em (6.b) é gramatical, mostrando que, em (6.b), realizou-se um movimento de NP complemento, que ocorre algures na estrutura sintáctica. Em (6.c) não se respeitaram as propriedades de c-selecção do verbo **kutenga** ‘comprar’.

A árvore em (6.d) analisa um tipo de sintagma chamado *Q* para Português, *Wh* para Inglês e N em Ciwutee, de acordo com o argumento e os dados apresentados abaixo. Estes tipos de sintagmas, são gerados no escopo do núcleo lexical, mas, pela sua natureza, ocorrem à esquerda, fora da frase em [Esp, SC], tal como ocorre em Ciwutee (6.d). Trazemos este debate neste ponto para mostrar que a questão de c-comando é importante em muitos dados analisados neste trabalho para ilustrar o que os núcleos lexicais governam e qual é o seu mecanismo de realização nas estruturas. Veja-se o sintagma N (Q/Wh) na secção abaixo.

2.2. Constituintes N (Q/Wh)

Existem vários tipos de interrogativas, dentre as quais a interrogativa total, a parcial e *tag* (Macalane, 2011). Segundo os estudos de Cheng (1991), Maia (2000) “existem línguas com movimento Q simples, línguas com movimento Q múltiplo, línguas com movimento Q parcial, línguas Q *in situ* e línguas mistas”¹⁵. O objectivo desta subsecção não é descrever os tipos de constituintes N/Q, Wh e suas manifestações, mas, essencialmente, descrever como é que este tipo de constituinte se move da posição *in situ* para a posição de poiso no Ciwutee. Para lograr os nossos objectivos, afigura-se necessário lembrar que Mover N (Q/Wh)¹⁶ é a regra que move constituintes interrogativos ou pronomes relativos para uma posição periférica da frase nas orações interrogativas parciais e nas orações relativas, respectivamente. Em Português, os constituintes movidos por esta regra, à excepção de *onde* e *como*, contêm um, ou consistem num item cuja primeira letra é Q e são, por isso, chamados constituintes Q ou Wh em Inglês (Raposo, 1992). Compreendendo a essência do conceito de Raposo (op. cit.) acima, nota-se que este não prevê os possíveis traços paramétricos que possam ocorrer noutras línguas naturais. Contudo, para que esta definição dê conta de outras línguas, seria mais abrangente afirmar que “os constituintes movidos por esta regra, à excepção de *onde* e *como* (Português) e *ani/kupi* (Ciwutee), consistem num item em que uma das letras que dá informação interrogativa é Q, Wh, N ou outra forma representativa e são, por isso, chamados constituintes Q em Português, Wh em Inglês N em Ciwutee.

Em línguas como o Português e o Ciwutee, a posição final dos constituintes Q (Wh/N) é a posição inicial, exterior a VP. As evidências empíricas permitem, contudo, demonstrar que os constituintes Q/Wh/N não podem ser originados na sua posição superficial como constituintes mais à esquerda de VP, sendo necessário estipular que são originados no interior de F (Radford, 1988). Em Ciwutee, este tipo de constituintes (interrogativo) realiza-se através de “-N-” (N), que representa diferentes formas *cinyi*, *kanyi*, *zvinyi* (*que*), *ndiyani* (*quem*), *ani* (*a quem*), de acordo com a função sintáctica que o constituinte em análise desempenha na estrutura sintáctica. A seguir, veja-se o contexto de ocorrência dos N em Ciwutee.

¹⁵ Ver Miyangawa (2007), Zavitnech-beaulac (2009).

¹⁶ O constituinte “N” em Ciwutee é designado “Q” em Português e “Wh” em Inglês.

*Frases**Grelhas de subcategorização*

- 7.i.a) Mwana [_{sv} v' warya [_{NP} **chinyi**]]? -ryav: [-NP], NP= chinyi
 ‘A criança comeu o **quê?**’
- b) [_{SC} **Chinyi** [_{VP} [_{NP} mwana [_{SV} chaarya [_{NP-}]]]]]? -ryav: [-NP], NP =chinyi
 ‘**Que** (é que) a criança comeu?’
- ii.a) [_{SV} [_{SV} [_{LOC} Mumasiye]], [_{SV} wawona [_{NP} **zvinyi**]]]? -wonav: [-NP], NP= zvinyi
 ‘No cemitério, viu **que?**’
- b) [_{SC} **Zvinyi** [_{VP} [_{SV} [_{SV} zvawawona]] [_{LOC} mumasiye] [_{NP-}]]]? -wonav: [-NP], NP= zvinyi
 ‘**Que** (é que) viu no cemitério?’
- iii.a) [_{VP} waguma [_{NP} **ndiyani**]]? -gumav: [-NP], NP=ndiyani
 ‘Esse que chegou **quem?**’
- b) [_{SC} **Ndiyani** [_{VP} [_V waguma [_{NP-}]]]]? -gumav: [-NP], NP=ndiyani
 ‘**Quem** (é que) chegou?’
- iv.a) Juwawu [_{VP} wayireketa [_{NP} **ani**]]? -reketa_v: [-NP], NP=ani
 João falou a **quem?**
- b) [_{SC} **Ani** [_{VP} [_V Juwawu] [_{VP} waayireketa [_{NP-}]]]]]? -reketa_v: [-NP], NP=ani
Quem (é que) o João falou’

Nos exemplos em (i-iv.a), os constituintes interrogativos ocorrem nas suas posições, onde são gerados de acordo com a informação emanada ao nível do léxico. Em (i-iv.b), eles movem-se para a posição inicial, lugar de ocorrência, de acordo com as suas características. Os exemplos mostram as possíveis variações alomórficas dos constituintes que o circundam tendo em conta a natureza a que se refere. Olhando para os constituintes interrogativos, nota-se um denominador comum (N) em todos os constituintes interrogativos do Ciwutee, e mesmo noutras línguas do grupo Shona (Cimanyika, Cindau) ou de algum outro grupo de línguas bantu, como ilustram os exemplos de Cinyugwe: **canyi/bvzanyi** ‘que’, **yani**, **mbani** ‘quem’. Estes constituintes não podem ocorrer na posição de origem, de acordo com o léxico. Tendo em conta a consulta efectuada e os testes aplicados aos dados, nota-se que, quando assim for, as estruturas tornam-se mais estranhas/ agramaticais. A seguir, apresentamos sintagmas genitivos e preposicionais em Ciwutee.

2.3. A diferença entre PP e GP

Esta secção discute as diferenças que existem entre a marca genitiva em sintagmas (SGen/GP) e Sintagma Preposicional (SP/PP) na análise de alguns dados, como os que se apresentam nalgumas estruturas dos exercícios dos capítulos V, VI, VII e VIII. Não existindo um capítulo que se debruce sobre as diferenças entre partículas genitivas e preposições nesta língua, entendemos que a sua introdução, neste capítulo, pode ajudar a compreender as alomorfas de núcleos sintagmáticos realizados, por exemplo, por **ngo/nge, ku, ndi, se/kuyita** e **co, ca, zva, ci** que ocorrem nalgumas estruturas. Na verdade, esta matéria ajuda o leitor a compreender a diferença que existe entre o núcleo sintagmático genitivo e o núcleo preposicional em Ciwutee, sendo que muitas realizações não coincidem com configurações sintagmáticas de línguas indo-europeias.

Nas línguas bantu, os sintagmas preposicionais são relativamente raros se compararmos com o que se sabe sobre as línguas indo-europeias. Por exemplo, em Ciwutee, até aqui só conseguimos identificar quatro morfemas que configuram núcleos de sintagmas preposicionais **ku** ('a'), **ngo, ndi** ('por') e **se/kuyita** ('em'). A preposição **ku** tem como alomorfes *ku, ka* e *ko*, cuja realização depende da natureza do NP que a complementa, como por exemplo:

- 8.a) ndiri kwenda **ku** munda 'vou à machamba'
- b) ndiri kwenda **ka** mambo 'vou à casa/zona do régulo'
- c) ndiri kwenda **ko** wata/rima 'vou dormir/cultivar'.

Os restantes conectores ostentam o estatuto de núcleos de sintagmas genitivos, **co, ca zve, dza, wa, o, yo, rwo/a**. Cada classe comporta-se de forma diferente, como apresentamos a seguir:

- 9.a) imbwa (cl9) yayenda **ka** mambo (cl5). (Kumba ku+a mambo)

Lit.: cão foi do rei.

'o cão foi à (a casa) do rei'

- b) munhu (cl1) wayenda **ka** tsvari (cl5).
Lit.: pessoa foi da mãe.
'a pessoa foi à (a casa) da mãe'
- c) rusekuru (cl11) rwayenda **ka** nyamarwa (cl9).
Lit.: rusekuru foi do inimigo.
'rusekuru (um tipo de espírito mau) foi à (a casa) do inimigo'
- d) kumba **ko** (cl17) mbava, kaponda mhene (cl9).
Lit.: na casa do ladrão, bateu trovoada.
'a trovoada bateu em casa do ladrão'
- 10.a) murora (cl1) wayenda kumba **ngo** murenje (cl3).
Lit.: nora foi a pé.
'a nora foi à casa a pé'
- b) madima (cl6) ayendeswa kumba **ngo** bhasikoro (cl5).
Lit.: batata-doce foi levada de bicicleta.
'a batata-doce foi transportada de bicicleta'
- c) citiyo (cl7) cakwira mumuturika **ngo** kumburuka (cl15).
Lit.: pintainho subiu no celeiro a voar
'o pintainho entrou no celeiro a voar'
- 11.a) Jeso (cl9) wakacinja mvura **se** vinyu (cl9).
'Jesus transformou água em vinho'
- b) awutee (cl2) acinja tsangu dzo magwere **se** ufu (cl14).
Lit: awutee transformaram grão de milho em farinha.
'os awutee transformaram grão de milho em farinha.'
- 12.a) imbwa (cl 9) iyabatwa **ndi** muna wayo
'o cão foi apanhado pelo dono'
- 13.a) musikana (cl1) watumwa **ndi** baba
'a menina foi orientada pelo pai'
- b) mbudzi (cl9) yarumwa **ndi** tsvaka Zwiwande (nome de um cão)
'o cabrito foi mordido pelo tsvaka zwiwande '

Os exemplos em (9, 10, 11, 12 e 13) ilustram sintagmas preposicionais. Independentemente da posição de ocorrência e da natureza dos constituintes que os circundam, eles mantêm a sua configuração (**ku**, **ngo**, **ndi** e **se**) podendo, nalgum momento, alterar-se, apenas, a vogal que o acompanha. Atente-se aos exemplos de sintagmas genitivos:

14.a) imbwa (cl9) **yo** kuba.

‘cão que rouba’

b) munhu (cl1) **wo** kuba.

‘pessoa que rouba’

c) rusekuru (cl11) **rwo** hasha.

‘Rusekuru (um tipo de espírito mau) de vingança’.

Os exemplos em (14) mostram casos de sintagmas genitivos. Eles variam de acordo com a natureza dos constituintes que os circundam, principalmente aqueles nomes que determinam a concordância no sintagma. Em (14.a), com nome da classe 9, a genitiva realiza-se em “**yo**”. Quando o nome for da classe 1, a genitiva realiza-se como “**wo**” e quando for da classe 11, a partícula genitiva realiza-se como “**rwo/rwa**”¹⁷. Isto mostra que, em Ciwutee, as partículas genitivas variam de acordo com a classe dos nomes que constituem o núcleo do sintagma, ou nome que o precede na estrutura sintáctica, mas as preposições não variam, independentemente da classe do nome que as precede ou circunda. A seguir apresentam-se conceitos gerais sobre o comportamento dos objectos sintácticos.

2.4. Línguas de objectos simétricos e assimétricos

Bresnan e Moshi (1990), usando dados de Chichewa, argumentam que um dos problemas clássicos na sintaxe comparativa reside em como explicar a ocorrência de (as)simetrias do objecto em bantu. Embora as línguas bantu geralmente permitam mais de um objecto na posição pós-verbal, elas se dividem em dois grandes tipos, de acordo com o comportamento sintáctico dos diferentes objectos. Numa perspectiva linguística, entende-se por *simetria*¹⁸ as propriedades sintácticas e semânticas de certas construções em que dois constituintes de igual natureza distribucional estabelecem com o elemento predicativo uma relação semântica idêntica que

¹⁷ Ver a tabela dos prefixos nominais (classe 11)

¹⁸ Ver Mchombo e Firmino (1999), Gitonga; Zeller e Ngoboka (2015), Kinyarwanda.

implica, necessariamente, uma reciprocidade de poderem trocar de posições sem que, apesar disso, o significado global da frase se altere (Baptista, 2005).

Considera-se *assimetria*¹⁹ as propriedades sintácticas e semânticas de certas construções em que dois constituintes de igual natureza distribucional não estabelecem com o elemento predicativo uma relação semântica idêntica; estabelecem, sim, uma restrição na reciprocidade que resulta em não poderem trocar de posições sem que o significado global da frase se altere (Baker, 1988; Ngonyani 2006, Ngonyani e Githinji 2006). A seguir apresenta-se a tabela de resumo de línguas (as)simétrica.

Quadro 1: Exemplos de línguas de objectos simétricos e assimétricos.

	Objectos Simétricos da Língua (Kinyarwanda, Kichada, Kikuyo)	Objectos Assimétricos da Língua (Kidendeule, Kiswahile, Chingoni)
Ordem de objecto	(I) OA OD (II) OD OA	(I) OA OD (II) *OD OA
Pronominalização	(I) OA (II) OD	(I) AO (II) *OD
Passivização	(I) OA (II) OD	(I) AO (II) *OD

OA = objecto aplicado **OD** = objecto directo

Fonte: Ngonyane e Guithinji (2006)

Na Tabela 1, apresenta-se a síntese de dois grupos de línguas: línguas de objecto simétrico à esquerda e línguas de objecto assimétrico à direita.

De acordo com Ngonyani e Githinji (2006), os estudos sobre assimetrias do objecto nas línguas foram apresentados em Kiswahili (Loogman, 1965; Bokamba, 1981), em Cimwini (Kisseberth e Abasheikh, 1977) e em Chichewa (Baker, 1988a; Alsina e Mchombo, 1988; 1989).

¹⁹ Ver Marten e Kula (2007)

De acordo com Ngunga (1999) as simetrias do objecto foram estudadas em Kinyarwanda (Kimenyi, 1976, 1980; Gary e Keenan 1977); em Kihaya (Duranti e Byarushengo, 1977), em Kimeru (Hodges, 1977). Em primeiro lugar, estes autores caracterizaram a tipologia das assimetrias e simetrias do objecto em línguas diferentes. Em seguida, discutem-se os problemas colocados pelos dados da teoria tipológica (Bresnan e Kanerva, 1989; Alsina e Mchombo, 1989; Alsina, 1989), que fornecem um único parâmetro de variação a partir do qual todas as diferenças tipológicas seguem as teorias na análise das línguas Chichewa, Kichaga e Cishona.

Noutra perspectiva, na sua análise das construções aplicativas, Baker (1988) aplica a Teoria Temática, a Teoria do Caso e o processo de Incorporação. Em relação à Teoria Temática, Baker (op. cit.) defende que o argumento beneficiário e o argumento instrumental constituem argumentos de um verbo cuja estrutura subjacente é diferente. Apoiando-se na ideia de que as funções sintácticas andam ligadas a papéis temáticos, Ferreira (2005) afirma que o argumento beneficiário é o argumento complemento de “V” do qual recebe o seu papel temático. O argumento instrumental é irmão do verbo e dele depende para a recepção do seu papel temático. A seguir apresentamos aspectos ligados à morfossintaxe.

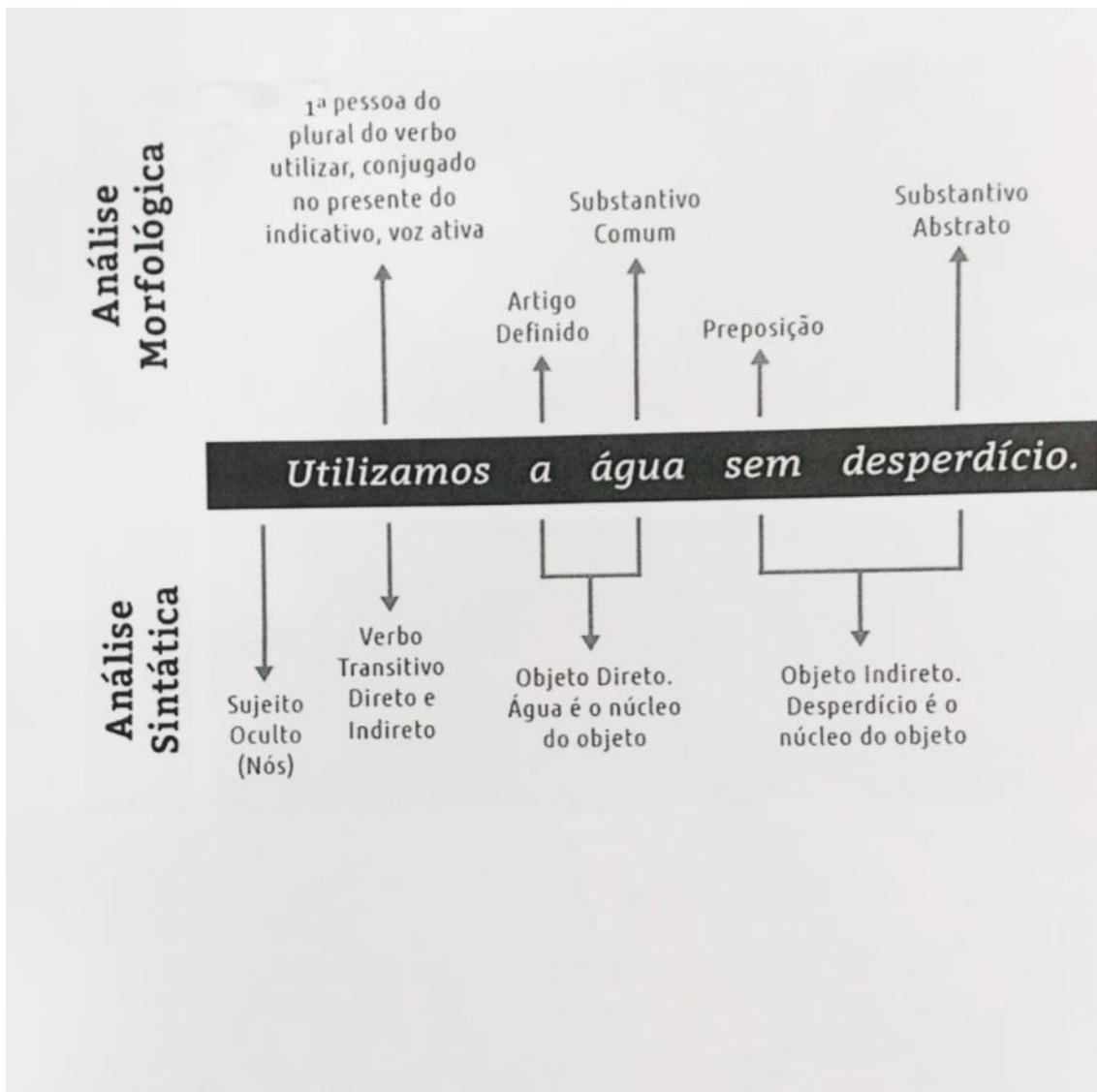
2.5. Morfossintaxe

A morfossintaxe faz parte da linguística e é a área que foca o conjunto de elementos e regras integradas nas estruturas (Ngonyani 1996). Ela refere-se ao estudo das palavras e das suas diferentes partes no conjunto de uma oração e pode ser ilustrada usando várias línguas naturais, mas é mais rica e evidente nas línguas bantu, usando as extensões verbais sob a alçada de algumas teorias linguísticas, como se pretende demonstrar no presente trabalho.

Morfossintaxe é a área de intersecção entre a morfologia e a sintaxe porque estuda os processos inerentes à morfologia, à sintaxe e o efeito deste processo. Entende-se como a apreciação conjunta da classificação morfológica e da função sintáctica das palavras nos sintagmas. Ela trata de classes das palavras, emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, oração e período, termos da oração, classificação de orações, vozes do verbo e colocação de pronome (Carone, 1986).

Para além disto, a morfossintaxe pode ser estudada usando as extensões verbais nas línguas bantu, tendo em conta os três grupos: as do tipo +O, =O e -O. Desde já, passamos a apresentar um resumo de aspectos morfossintacticos. O quadro abaixo mostra o papel que cada área da Linguística desempenha na formação de estruturas sintácticas resultantes do processo morfossintáctico (Ngonyani 1996).

Figura: Morfossintaxe



Fonte: Campos e Xavier (1991).

Neste quadro, a parte de cima mostra o papel da Morfologia, atribuindo os traços de pessoa, classe gramatical e natureza de cada unidade lexical que configura a estrutura. A Morfologia não reconhece a estrutura que se chama frase, mas sim a concatenação dos morfemas que configuram a palavra. A parte de baixo da figura 2, cabe à Sintaxe distribuir as unidades lexicais (palavras) nos respectivos paradigmas, suas funções sintáticas, de acordo com a informação de cada item lexical, emanada ao nível do léxico. A Sintaxe não reconhece a estrutura interna de cada item lexical, pois ela começa a actuar ao nível do sintagma como unidade mínima de análise sintáctica. O conjunto das informações dadas pela Morfologia e Sintaxe arquitectam uma estrutura sintáctica (frase) gramatical. Veja mais alguns estudos.

2.6. Alguns estudos sobre a morfossintaxe das línguas bantu

Na presente sub-secção apresentamos alguns estudos sobre a morfossintaxe das línguas à luz do PM e de outras teorias a ela relacionadas.

Para explicar o que é que um falante nativo de uma língua sabe depois que adquire a sua língua materna, Chomsky (1957) usa dados de várias línguas. Nesta vertente, alguns autores usam dados das línguas bantu (LBs), diferentes das línguas indo-europeias (LIE). Por isso, nesta subsecção, descrevemos alguns dos estudos existentes que analisam a morfossintaxe das LBs à luz do PM e de outras teorias da Gramática Generativa (GG). O primeiro estudo que aqui citamos é da autoria de Ngonyani (2001). Este trabalho descreve e analisa a negação frásica em Kiswahili, usando a teoria de Princípios e Parâmetros (P&P), particularmente a proposta de Pollock (1989) de dividir o SFlex em várias categorias funcionais, incluindo o Sintagma negacional (Sneg.)²⁰. Assim, a marcação da negação em Kiswahili é uma instância de projecção da negação. A maior evidência é encontrada em orações relativas e condicionais, onde a negação bloqueia o movimento de Flex-Comp²¹. Na teoria P&P, defende-se que o movimento faz com que haja dependência entre vários constituintes frásicos. Nesse sentido, ao mover-se, o constituinte deixa uma cópia que deverá ser apagada após a operacionalização. A teoria de movimento está ligada à restrição de movimento de elementos na estrutura. Nesta teoria, uma projecção máxima, como SX e X^o, pode mover-se para satisfazer os requisitos da estrutura²².

²⁰ Para mais detalhes ver Câmara (2018)

²¹ Para mais detalhes ver Pollock (1989)

²² Ver análise de dados VI

Nesta língua, a marcação da negação é projectada no Sneg que ocorre próximo do SC e SV e faz parte do SFlex/IP.

Um estudo que também discute as categorias funcionais é de Leitch (2007), de acordo com o qual na TRL (Chomsky 1981, 1986) e no PM (Chomsky 1995, 1999) há um interesse nas categorias funcionais de tempo, concordância, número, determinante e na sua relação com as categorias lexicais: verbo, nome e adjetivo. O autor assume a proposta teórica do PM para explorar as relações entre projecções funcionais no verbo e de domínio nominal em Dibole, língua falada no Congo Brazaville. O fragmento da sintaxe do Dibole não requer a projecção do Sintagma Complementador, mas sim uma única projecção funcional que inclua os vários e complexos traços através do tom, pois há expressão de traços morfossintáticos através de traços fonológicos suprasegmentais. Se os morfemas segmentais tempo, concordância e complementador fossem distintos seriam necessárias projecções funcionais distintas que dessem conta da co-ocorrência dos traços²³.

Este estudo ajudou-nos a perceber que traços são verificados através da operação Mover-Alfa em Ciwutee, pois, à semelhança de Ngonyani (2001), reafirma que, nas LBs, as categorias funcionais são necessárias para a verificação de traços. A diferença, por exemplo, entre Kiswahili e Dibole reside no facto de na última precisar-se apenas de uma única projecção funcional que inclua os vários e complexos traços tonais, pois os traços morfossintáticos que ocorrem noutras LBs aqui são expressos através de traços fonológicos suprasegmentais. Outro estudo sobre a morfossintaxe de uma LB à luz do PM foi realizado por Onyango (2015) que analisou a morfossintaxe da flexão verbal em Igikuria e centrou a sua análise na estrutura do verbo e, ainda, determinou que este é flexionado para denotar as marcas de número, infinito, sujeito, objecto, negação e foco. Cada marca tem um papel específico a desempenhar na estrutura verbal. Este estudo é aqui citado porque corrobora com o que Rwamba (2014) concluiu, embora não faça parte do debate nesta subsecção. Para além dos estudos acima, Henderson (2007), usando a teoria de P&P, também analisou a variação da concordância, mas em construções relativas sem sujeito que envolvem um complementador nas LBs. As construções relativas nas LBs têm vindo a ser estudadas com especial interesse por nelas se acharem elementos peculiares que não se encontram em línguas de outros grupos onde as

²³ Informação adicional Leitch (2007).

construções relativas requerem a inversão do verbo e do sujeito quando o argumento não sujeito é relativizado. Quanto à variação da concordância, o autor diz que existem três formas tipológicas de determinar se o complemento ou o verbo exibem concordância: tipo 1, concordância com o sujeito e o NP relativizado; tipo 2, concordância apenas com o sujeito; tipo 3, concordância apenas com o NP relativizado.

De acordo com Henderson (2007), é frequente considerarem-se características que são responsáveis pela relativização e o movimento (Wh- Inglês, Q- em Português e N- em Ciwutee) como geralmente representado por C (complementador) enquanto características relacionadas com a flexão em T (tempo). Podemos, portanto, tomar esta variação para reflectir sobre a presença ou ausência de *traços-phi* em C e/ou T nas três estratégias de relativização. Sobre este assunto, nota-se que os sujeitos evidentes (*overt subjects*) em certas línguas Bantu são tópicos residentes no domínio SC, mas não nos sujeitos estruturais que residem no domínio ST. Por seu turno, Rizzi (1997) defende que o domínio CP deve ser dividido em quatro projecções possíveis: a projecção mais alta, a *ForceP* e a projecção menor (*FinP*). Tendo em conta esta discussão, seguindo a ideia segundo a qual os complementos podem residir na projecção *ForceP* ou na *FinP*, o autor propõe um parâmetro para a posição de COMP. Para Rizzi (1997), as línguas diferem em relação ao lugar dos complementadores, se é na projecção *Force* ou na *Fin* um parâmetro morfológico: parâmetro de posição flexão: características flexionais podem residir em T (tempo) ou *Fin*. Para o autor, as várias estratégias de variação de concordância com sujeito em frases relativas das LBs acontece a partir de dois parâmetros morfológicos simples e de condições gerais de (anti-) locativo. Assim, a inversão em frases relativas de bantu, apesar de não ser um fenómeno unificado, resulta tanto da difícil topicalização do sujeito, o caso de relativas do tipo 3, bem como da cópia de baixa-pronúncia (*pronounce-lower*), o caso de relativas do tipo 1. Logo, Henderson (2007) propõe a adição de um parâmetro para a posição do complementador em construções relativas para dar conta da variação linguística da posição deste. Olhando para a explanação do autor, uma parte dos aspectos partilhados ocorre em Ciwutee, de acordo com os dados analisados.

Em morfossintaxe, a concordância é muito relevante, por isso é importante citar mais alguns estudos realizados em LBs. Wal (2012), por exemplo, analisa a concordância através da reanálise do parâmetro de concordância proposto por Collins (2004) e suas variantes em Baker

(2008) e redescobre a teoria de movimento no PM. De acordo com o autor, estudos sugerem que nas LBs não se pode separar a concordância do movimento. No PM, estas são operações separadas. O Princípio de Projecção Estendida defende que toda a frase deve ter um sujeito a ocupar a posição que lhe cabe na frase. Este princípio é claro para o Inglês, mas não para línguas com inversão de concordância, onde, se o sujeito ocorre na posição pós-verbal, a posição pré-verbal não estará preenchida, violando este princípio universal. Distinguem-se dois tipos de inversão de concordância: aquela em que o sujeito não está associado ao movimento do gatilho/motivador e aquela em que o sujeito que concorda é movido, mas há um remanescente do verbo complexo para derivar a ordem invertida, como é o caso da língua Makhuwa. Uma forma de explicar a variação paramétrica da concordância nestas línguas é aferir se os traços ϕ em SConC estão associados ao gatilho/motivador de movimento.

Os estudos sobre concordância e movimento aqui citados mostram que nas LBs há uma forte relação entre estas duas operações. Deste modo, corroboram o que Wal (2012) tinha referido em relação ao tratamento destas operações sintácticas. Em seguida, Zeller (2015) analisou a formação do verbo nas LBs. Para começar, afirma que nas LBs há duas abordagens sintácticas sobre a formação do verbo: movimento de núcleo lexical para núcleo morfológico e através do movimento do sintagma sustentado pelo Princípio de Espelho, teoria que suporta uma parte da nossa análise de dados. As duas teorias são baseadas na premissa de que os sufixos derivacionais projectam as suas próprias categorias frásicas. Nem sempre a sufixação em bantu obedece ao PE. Seguindo Muriungi (2014), as relações semânticas entre os sufixos em bantu estão sintacticamente reflectidas através de relações c-comando assimétrico. A evidência para um mapeamento dos sufixos verbais da semântica para a sintaxe e, através da morfologia, é ilustrada pelo facto de diferentes relações semânticas serem, significativamente, expressas através da diferenciação da ordem dos afixos nalgumas línguas bantu. Em Chichewa e Bemba, quando a causativa tem maior escopo que a recíproca, o significado é representado pela ordem V-Rec-Caus, tal como acontece no Ciwutee: exemplo (ex.) *a-nagis-is-an-a* “foram causado a olharem-se”, não **a-nagis-an-is-a* (sem tradução possível).

Este estudo alarga o debate trazido pelo PE e propõe que as relações semânticas entre os sufixos em bantu estejam sintacticamente reflectidas através de relações c-comando assimétrico,

como forma de explicar relações semânticas expressas através da diferenciação da ordem dos afixos nalgumas LBs.

Mchombo (2007) testa diferentes pressupostos teóricos que explicam a co-ocorrência das EVs. Para o autor, elas são sufixos com estrutura -VC- e afectam a estrutura argumental do verbo. Neste trabalho, o autor afirma que propostas concernentes a restrições morfotácticas variaram, inspiradas no Princípio de Espelho de Baker (1985): uma estrutura morfológica para cada derivação sintáctica e, talvez, um escopo semântico. Hyman (1991, 2003) propõe um modelo morfológico independente da sintaxe e da morfologia para a ordenação dos sufixos verbais. Na ausência de factores orientadores, a ordem proposta por Hyman (op.cit.) é, geralmente, a preferida para tratar destes morfemas. De acordo com Mchombo (2007), o Chichewa mostra que a ordem destes morfemas pode ser CARP, mesmo quando a derivação sintáctica ou a interpretação semântica exijam ordem inversa. Em bantu, o sufixo recíproco, contrariamente ao reflexivo, na teoria de ligação, não é um sujeito do argumento nominal, mas sim um processo de derivação de predicados léxico-morfológico aparentemente não explicável à luz da teoria de ligação. Concluindo, Mchombo (2007) sugere que a explicação da co-ocorrência das EVs em bantu seja dada à luz do CARP de Hyman (1991, 2003)²⁴. Este debate sobre ordem de extensões verbais foi retomado na análise de dados. Sumariamente, podemos afirmar que a interligação de informação inerente à morfologia e à sintaxe justifica a existência da morfossintaxe, como uma subárea da Linguística que estuda a relação entre a morfologia e a sintaxe.

A seguir apresentamos a configuração do verbo em bantu.

2.7. Estrutura verbal das línguas bantu

A presente secção dedica-se à estrutura verbal das línguas bantu e visa analisar os constituintes que ocorrem no verbo, para além da raiz. Tendo em conta este pressuposto, podemos afirmar que existem dois tipos de morfologia: derivacional, aquela que permite a formação de novas palavras, e flexional, aquela que apenas modifica a sua base.

²⁴ Sobre outros estudos morfossintácticos consulta Baldrige (2002), Nweke (2011), Zwart (1997), Oosthuizen (2013), Kayne (1994)

Segundo Bauer (2003) a morfologia estuda as palavras e a sua estrutura, a formação das palavras, incluindo a forma como novas palavras são integradas em diferentes línguas, e a variação da sua forma, dependendo do seu uso nas frases (Lieber 2010).

Tendo em conta a definição Bauer (op.cit.), nesta secção, vamos revisitar estudos sobre a estrutura e formação de verbos como um processo morfológico. Neste sentido, começamos por apresentar estudos reconstitutivos do verbo nas LBs.

Meeussen (1967) reconstruiu a estrutura do verbo do Proto-Bantu e concluiu que este exhibe uma estrutura clara com elementos definidos que ocorrem numa ordem fixa, conforme apresentado abaixo:

Estrutura

- i. Pré-inicial
 - ii. Inicial
 - iii. Pós-inicial
 - iv. Formativo
 - v. Limitativo
 - vi.i. Infixo
 - vi.ii. Radical
 - vi.iii. Sufixo
 - vii. Pré-final
 - viii. Final
 - ix. Pós-final
- Base

Antes de descrever e analisar os elementos que configuram a estrutura do verbo na vertente do autor acima, tendo em conta a diferença de raiz e radical apresentada em muita literatura, nota-se que, a esquematização do autor em vi.ii (radical) e vi.iii (sufixo) para formar base entra em contradição com o conceito de radical. O radical é formado, principalmente, por raiz e sufixo derivacional; contudo, no nosso entender, não há espaço para prever concatenação de um radical que já tem um sufixo para formar uma base. A nossa crítica não deve ser entendida como a negação de co-ocorrência de dois ou mais sufixos na raiz, mas deve ser entendida no sentido de não haver mais espaço para um sufixo no mesmo paradigma para formar radical.

Sobre a estrutura do verbo, analisada a proposta de Meeussen (1967), esta parece ser constituída por muitos elementos que não permitem a discussão da estrutura do verbo nestas línguas. Por isso, associamos a este estudo um outro, também de reconstrução, que permite uma melhor análise da evolução da estrutura do verbo nestas línguas, na expectativa de que tal nos ajude a perceber a estrutura proposta por Meeussen (1967). Sobre o mesmo assunto, Nurse (2007) afirma que é improvável que a forma final do PB que deu origem às línguas bantu contemporâneas tivesse tido uma estrutura completamente analítica e que em contacto com várias línguas relacionadas tivesse sofrido influência destas e, por isso, tivesse havido uma cliticização e o pré-tema tenha mudado para uma estrutura sintática. Contudo, o autor adverte que, por a sua pesquisa ter partido de bases que considera incompletas, não se pode afirmar, partindo-se apenas do seu estudo, que o PB tenha tido uma estrutura do verbo totalmente sintética, ou se essa estrutura totalmente sintética só se desenvolveu mais tarde, depois que a referida protolíngua se expandiu²⁵.

Na mesma senda, Givón (1971) considerou a hipótese de que os predicados complexos são derivados de uma série abstracta de predicados átomos amplamente aceites e considerados no estudo destas línguas. Para ele, a origem dos afixos verbais nas LBs começou nos verbos. Com o tempo, estes verbos sofreram alterações morfológicas que os reduziram a meros afixos. O autor acrescenta que o mesmo pode ter acontecido com alguns prefixos verbais. A sua conversão em prefixos ou a sua morfologização aconteceu em algum estágio, mais tarde.

Portanto, Nurse (2007) faz uma ponte com Givón (op.cit.) ao afirmar que, talvez, a estrutura do verbo do PB proposta por Meeussen (1967) seja o reflexo, ainda que inicial, de uma cliticização de alguns elementos que, possivelmente, numa proto-língua, tivessem sido originalmente separados. Baseando-se em argumentos tipológicos e da área, Hyman (2010) afirma que o Proto-Níger-Congo e o Proto-Bantu não tinham mais do que um modesto sistema de sufixos verbais derivacionais e que, em ambas, faltavam prefixos flexionais verbais. Guldemann (2010) usando dados de Hyman (op. cit.) chegou a uma conclusão oposta segundo a qual as línguas da família Níger-Congo que têm essa morfologia, em particular as línguas bantu e atlânticas, teriam sido obrigadas a inovar essa múltipla sufixação e prefixação. Para Hyman (2010), as hipóteses de Guldemann (2010) apresentam dois problemas: (a) as

²⁵ Para mais detalhes, cf Câmara (2018).

protolínguas usadas possivelmente remontam de 10.000-12.000 atrás e, claramente, tiveram tempo suficiente para que a sua morfossintaxe mudasse ciclicamente mais de uma vez; (b) as propriedades das línguas da área usada por Guldemann (op.cit.), cintura macro-sudanesa, apresentam actualmente inovações que se difundiram depois que a família Níger-Congo se dividiu. As distribuições espaciais actuais são em grande parte irrelevantes para a reconstrução linguística de longo alcance. No texto, Hyman (op.cit.) apresenta mais uma prova de que a sufixação e prefixação múltipla devem ter existido, mesmo em línguas que as perderam. Portanto, Hyman (2007) reforça a sua tese ao afirmar que as distribuições das línguas em áreas actuais são, em grande parte, irrelevantes para a reconstrução de longo alcance.

Como facilmente se pode inferir, as propostas de muitos autores (Givón 1971; Nurse, 2007; Hyman 2007; Guldemann 2010) sugerem que tenha havido uma mudança da estrutura do verbo que vai sofrendo metamorfoses e conseqüente alteração, incorporando múltiplos sufixos e prefixos. Contudo, Nurse (2007) e Hyman (2007), preferem encontrar-se ao admitir que o PB tenha tido uma estrutura sintética inovativa. Por sua vez, Guldemann (2010) considera que esta tenha sido analítica, mas apenas com um conjunto modesto de sufixos verbais derivacionais.

Ainda na senda da reconstrução, Schadeberg (2003) partilha a sua ideia ao afirmar que a base verbal é o domínio da derivação a partir da qual vários temas verbais são formados através da adição do sufixo flexional final. A reconstituição de morfemas flexionais particulares continua incompleta.

Na mesma matéria de reconstrução do PB, Schadeberg (2003) afirma que a base verbal é o domínio da derivação a partir da qual vários temas verbais são formados com adição do sufixo flexional final. Todavia, apesar dos vários trabalhos conhecidos sobre a reconstrução de morfemas flexionais particulares, deve-se reconhecer que esta continua incompleta, tal como afirmamos. O autor, citando Kamba Muzenga (1981), reconstruiu as seguintes marcas de negação e de tempo: ***nkà-** (pre-inicial) e ***ti-/*i-** (pós-iniciais, opcionais) e ***-à-, *-á-, *-ka-**, respectivamente. Numa perspectiva fonológica, os clíticos são morfemas presos fixos a todas as palavras ***-na** (associativo) e ***-nga** (acoplado às formas nominais); os enclíticos ***-ini** presos às formas verbais e os locativos ***-po, *-ko** e ***-mo** presos aos verbos. Nesta matéria, no Ciwutee, teríamos uma estrutura do tipo **a-ndi-zo-mu-dudzir-i** ('eu não me hei-de queixar dele') onde **a-**

e **-i** constituem o morfema descontinuo, marca de negação, **ndi** marca de sujeito, **-zo-** marca de tempo, **-mu-** marca de objecto **-dudzir-** raiz verbal, morfema lexical do verbo.

Portanto, vemos que Schadeberg (2003) analisa a reconstrução dos prefixos flexionais que mais tarde Guldemann (2010) afirmou não ter encontrado dados que confirmassem a sua existência no PB que deu origem às LBs actuais. Perante estes estudos, no presente trabalho, preferimos seguir Nurse (2007), tal como Câmara (2018) o fez, ao considerar que o PB teve uma estrutura do verbo sintética, mas com inovações decorrentes do contacto com outras línguas, perderam alguns elementos.

Analisado o debate, notamos que esta volateridade de opinião sobre as extensões verbais, pode ter sido o que levou alguns autores (Sitoe 2009; Stegen 2002; Nurse 2003) a se limitarem a estudar apenas os elementos que podem ocorrer numa estrutura verbal. Nesta vertente, os trabalhos por eles realizados afirmam que, em termos gerais, a estrutura do verbo compreende uma pré-raiz, constituída por: inicial -sujeito- negativo- T/A- o formativo e o objecto, seguido da raiz-extensão- VF-Sufixo²⁶. Portanto, na visão de Katushemerwe (2013), a estrutura do verbo nas LBs compreende muitos afixos, entre prefixos e sufixos, isto é, morfemas derivacionais, morfemas flexionais e a vogal final. Os prefixos seriam todos os elementos à esquerda da raiz e os sufixos, os que ocorrem à direita do mesmo. Sobre esta questão, Ngunga (2004:149) alerta que, o verbo nas LBs seria constituído por elementos pré-iniciais (prefixos), raiz, sufixos e vogal final. Todavia, Ngunga (op. cit.) adverte que “não é obrigatório que toda a LB tenha todos os elementos apresentados”.

Tendo em conta as características da estrutura do verbo, temos motivos para compreender por que no estudo das línguas bantu vários autores (Guldemann 2003; Mutaka e Tamanji 2000; Meeussen 1967; Ngunga 2000; Liphola 2001, só para mencionar alguns) consideram a morfologia verbal como sendo complexa. Nesta matéria, os autores apresentam estrutura verbal diferente no que diz respeito ao número de posições e a terminologia usada para algumas posições.

²⁶ Para mais detalhes, cf Ngunga (2000)

Observem-se as seguintes tabelas que representam a estrutura do verbo na perspectiva de Meeussen (1967:108-110), citado por Langa (2013) e Mutaka e Tamanji (2000:173).

Tabela 2: Estrutura verbal

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Pré-inicial	Inicial	Pós-inicial	Formativo	Limitativo	Infixo	Radical	Pré-final	Final	Pós-final
Relativo indirecto/for ma negativa e absolutiva	Prefixo verbal	Morfema de negação	Marca de tempo/aspec to	Modo/ aspecto perfectivo	Marca do objecto	Raiz verbal	Marca de aspecto/extens ão verbal	Marca de tempo/vogal final	Plural do imperfe tivo

Fonte: Meeussen (1967).

Tabela 3: Estrutura verbal

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Pré-inicial	Inicial	Pós-inicial	Formativo	Pós-formativo	Infixo objecto	Radical	Sufixo ou extensão	Pré-final	Final	Pos-final
MN/prefixo relativo	Prefixo verbal	MN	MT	MA	Marca do objecto	Raiz verbal	Extensão verbal	MA	MT	-

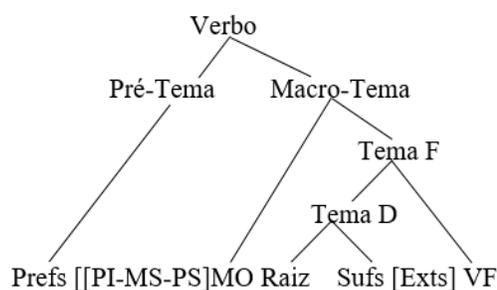
Fonte: Mutaka e Tamanji (2000)

As tabelas (2) e (3) apresentam a estrutura geral do verbo das línguas bantu. Nelas, está clara a diferença entre os dois trabalhos, tanto em número de posições, como em terminologia usada para se referir a elas. Meeussen (1967), citado por Langa (2013), propõe dez (10) posições numa estrutura verbal, ao passo que Mutaka e Tamanji (2000) apresentam onze (11) posições. Em termos terminológico, vê-se as diferenças nos números 5, 8, 9, das duas tabelas, para além da proposta de Mutaka e Tamanji possuir a décima posição preenchida por termo (*final*).

Em suma, seguindo diversos autores (Hyman 2007; Mchombo 2007; Ngunga 2000; Nurse 2003; Siteo 2009; Stegen 2002; Câmara 2018), nesta tese, assumimos que a actual estrutura verbal das LBs poderá ter sido resultado da evolução de uma estrutura sintética hipotética do PB e que, em segundo, a morfologia verbal das LBs compreende tradicionalmente uma raiz verbal (RV) à qual são sufixadas extensões verbais, tais como, apenas para citar, *aplicativa*, *recíproca*, *passiva*, *reversiva* ou outros e são morfemas que codificam as marcas de negação, sujeito, de objecto, tempo/aspecto.

Em seguida apresentamos a proposta simplificada de estrutura do verbo nas LBs de Ngunga (2000; 2004; 2014) que foi também usada na análise das extensões verbais em Câmara (2014, 2018) e Razão (2017).

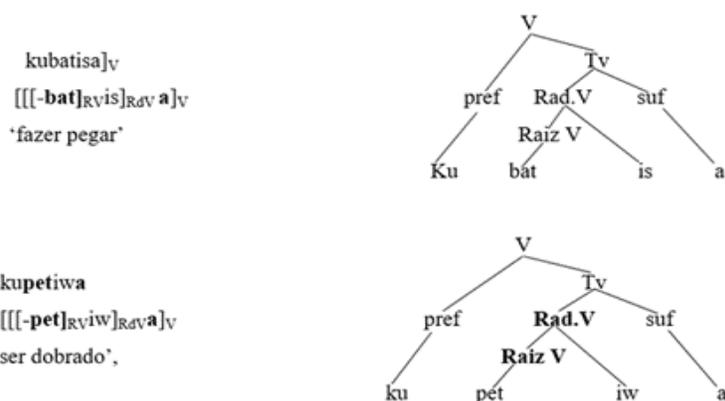
Sobre a estrutura verbal, a nossa análise vai explorar a representação de Ngunga (op.cit.) por ser, no nosso entender, a representação que mostra a configuração hierárquica da estrutura verbal. De acordo com Ngunga (2014), a complexidade da estrutura verbal das línguas bantu pode ser ilustrada de diversas maneiras, sendo uma delas a seguinte:



Segundo Ngunga (op. cit.), apesar de não ser obrigatório que todas as línguas bantu tenham todos os elementos apresentados no esquema acima, por indisponibilidade de material para preencher todos os espaços disponíveis, tal como afirmamos, esta estrutura pode adaptar-se a qualquer língua bantu.

Repensando sobre a morfologia, Cunha (1922) e Mateus (1990) clarificam que ela pode ser derivacional, quando se concatenam morfemas que podem alterar a categoria sintáctica da base, e flexional, quando os morfemas dão nova forma à mesma palavra. Tendo em conta o conceito de morfologia derivacional, constata-se que “nem sempre a morfologia derivacional forma palavras com nova categoria sintáctica” (Razão 2017:55). Esta constatação pode ser ilustrada na formação de algumas palavras a partir do processo de derivação deverbal.

13.



As árvores acima mostram o processo derivacional que pode dar novas entradas ao léxico, isto é, pode ter como entrada **-bata** ‘pegar’ e outra entrada **-batisa** ‘fazer pegar’ ou **-peta** ‘dobrar’ **-petiwa** ‘ser dobrado’. Os exemplos (13.a, b), em Ciwutee mostram que este princípio derivacional também se reflecte nos dados desta língua. A seguir analisa-se um dos sufixos identificados nos estudos sobre a estrutura do verbo acima.

2.8. Extensões verbais

O estudo das extensões verbais nas línguas bantu enquadra-se no campo da morfologia do verbo que, de acordo com Faria (1999), é definido como palavra variável que exprime o que se passa, ou um acontecimento representado no tempo e pode ilustrar pessoa, número, tempo, modo e voz.

Neste trabalho, faz-se uma análise teórico-descritiva da morfossintaxe do Ciwutee na vertente minimal, com suporte teórico do PE e Incorporação. Os morfemas (extensões verbais) concatenados à base verbal podem formar novos verbos. As extensões verbais já mereceram atenção por parte de muitos linguistas que trabalham na área da morfologia das línguas bantu (Bleek, 1862; Guthrie, 1970; Meinhof, 1932; Meeussen 1967; Ngunga, 1999, 2000; Voeltz, 1977, só para mencionar alguns que abordaram o tema em diversas vertentes), sendo uns em termos diacrónicos (história e reconstrução) e outros em termos sincrónicos (descrição no estágio “actual” da língua). Alguns dos afixos reconstituídos por Meinhof (1932) constam da tabela 4.

Aos estudos de reconstrução de Meinhof, seguiram-se os estudos de Meeussen (1967) considerado como um dos precursores da reconstrução do Proto-Bantu (PB)²⁷ e Guthrie (1967), cujos resultados se resumem na tabela 4.

Meeussen (1967) distinguiu dois tipos de afixos: os expansionais e os deverbativos. Os expansionais são aqueles com estrutura [V (N) C], onde V pode ser qualquer vogal, e derivacionais, os que têm a estrutura [-VC-]. O mérito deste trabalho reside no facto de ter fornecido marcos sólidos do Proto-Bantu que são actualmente utilizados²⁸.

Guthrie (1967) foi também um dos estudiosos que contribuiu para o estudo das extensões verbais nas línguas bantu, partindo de um projecto cujos primeiros resultados foram publicados em 1948, cujo desenvolvimento culminou com a publicação do *Comparative Bantu* (Guthrie 1967-71) em quatro volumes.

Para Siteo (2009), as extensões verbais são elementos obtidos pela subtração do radical simples ao extenso com ele relacionado. Nesta definição, entende-se que extensão verbal é um material lexical que se junta a uma raiz verbal ou a um radical extenso para formar outra base extensa, cuja semântica é diferente da base inicial. Nesta definição parece-nos, ainda, que a raiz ou o radical é que se concatena à extensão, mas que, na verdade, a(s) extensã(ões) é que se junta (m) à raiz ou ao radical.

Noutra perspectiva, Siteo (1996) argumenta que, apesar de cada extensão verbal possuir, geralmente, um significado particular, existem extensões que são mais frequentes, por ocorrerem em quase todas as línguas, e aquelas que são menos frequentes, por se acharem apenas nalgumas línguas.

Ngunga (2004, 2014) e Siteo (2009) afirmam que as extensões verbais criam diferentes tipos de verbos a partir de palavras que já são verbos, afectando, desta forma, o significado de um verbo de radical simples. Portanto, de acordo com essa afirmação, pode-se afirmar que as extensões verbais originam novos verbos e, nalguns casos, têm o potencial de causar mudança nas relações de transitividade.

²⁷ Pode-se confirmar na primeira parte deste capítulo.

²⁸Cf. (Ngunga 2000, Miti 2006).

Apesar das diferenças, os autores acima concordam que as extensões verbais são morfemas presos que se hospedam no radical verbal. Elas são afixos derivacionais, aqueles que podem alterar a estrutura argumental do verbo em que ocorrem. Por seu turno, Cocchi (2008) afirma que as extensões verbais são sufixos colocados entre o radical e a parte final da flexão do verbo, de forma a ‘estender’ o radical e formar verbos derivados. Entretanto, tendo em conta a diferença que Ngunga (2014) e outros autores estabelecem entre raiz e radical²⁹, pode-se afirmar que as extensões verbais também se podem concatenar a raízes verbais para formar radical derivado (raiz + extensão verbal).

Sitoe (2009), mesmo não tendo apresentado um quadro teórico sobre a descrição das extensões verbais na sua perspectiva, apresenta uma lista de extensões verbais existentes nas línguas bantu faladas em Moçambique, que são: aplicativa/benefativa *-el-*, causativa *-is-*, recíproca *-an-*, passiva *-iw-*, intensiva *-isis-*, estativa/pseudo-passiva *-ek-*, frequentativa *-etel-*, reversiva *-ul-*, posicional *-am-* e impositiva *-ik-*.

No entender de Ngunga (2014), citando Guthrie (1970), as extensões dividem-se em três grupos: as que aumentam a valência do verbo formado (+O); as que mantêm a valência do verbo de base (=O) e as que reduzem a valência do verbo de base (-O).

Katupha (1991) discute as extensões verbais e suas implicações sintáticas à luz do quadro teórico da morfologia lexical. Para este autor, as extensões verbais operam em níveis diferentes, sendo por isso que algumas não se juntam logo às raízes verbais. Katupha (op. cit.) defende a sua tese citando trabalhos de Mchombo (1978) e Bresnan (1977), segundo os quais a derivação morfológica é uma derivação sintáctica. Quando se afixa um morfema de extensão à estrutura

²⁹Para Ngunga (2004) o *radical* é tido como “núcleo de palavra desprovido de afixos flexionais, ou seja, é o constituinte da palavra que contém o significado lexical não inclui afixos de flexão, mas pode incluir afixos derivacionais.

Mateus et al. (1992) afirma que nas palavras derivadas, “o radical da palavra primitiva constitui com o sufixo derivacional, um novo radical” o radical derivado.

MITI (2006) considera que existem dois tipos de radicais, designadamente, radicais simples ou não extensos, e radicais extensos. De acordo com este autor, citado por Langa (2013), a diferença entre os dois tipos de radicais reside no facto de no segundo estar incorporada uma extensão verbal, o que não acontece com o primeiro.

Xavier e Mateus (1992:321), denomina *raiz verbal* o constituinte da palavra que tem o significado básico e não inclui sufixos derivacionais ou flexionais”.

Bauer (1988) define *raiz verbal* como a “parte da palavra que se mantém inalterada quando todos os afixos flexionais ou derivacionais forem retirados”.

verbal, o verbo derivado pode ter mais ou menos argumentos, ou então pode manter os seus argumentos sintácticos.

Katupha (1991) avança alguns exemplos em Emakhuwa reconhecendo as extensões verbais em duas subdivisões: “temáticas e modais”. As extensões temáticas são: **-ana** (recíproca); **-ela** (aplicativa); **-eya** (estativa); **-iha** (causativa); **-iya** (passiva). Estas, segundo o autor, interferem na estrutura temática da matriz do verbo. As extensões modais são aquelas que não afectam a estrutura argumental do verbo. São elas: **-aca** (interativa/dual); **-akaca** (interativa/frequentativa) e **-esa** (intensiva/frequentativa. Como se pode observar, Katupha “peca” na apresentação das extensões verbais por incluir as vogais finais, isto é, por considerar a vogal final como parte da extensão, o que contraria a prática habitual da bantuística. Com efeito, a extensão verbal não inclui a vogal final **-a**.

O quadro que se segue, extraído de Razão (2017), apresenta o resumo de trabalhos de vários autores que estudam as extensões em épocas diferentes.

Tabela 4: Quadro comparativo das extensões verbais

	Doke (1954)	Ribeiro (1965)	Baubachi (1988)	Sitoe (1996)	Langa (2007)	Razão (2017)	Razão (2022)
Aplicativa	-el-	-el-	-el-	-el-	-el-	-er-	-er-
Causativa	-is-	-is-	-is-	-is-(-at-/-ix-)	-is-	-is-	-is-
Intensiva	-isis-	-isis-	-isis-	-isis-	-isis-	-isis-	-isis-
Neutra	-ek-	-ek-	-ek-	-ek-	-ek-	-ek-	-ek-
Passiva	-iw-	-iw-	-iw-	-iw-	-iw-	-(i)w-	-(i)w-
Persistiva	-e-lel-	-e-lel-	-e-lel-	-e-lel-	-e-lel-	-irir-	-irir-
Recíproca	-an-	-an-	-an-	-an-	-an-	-an-	-an-
Reversiva/separativa	-ul-	-ul-	-ul-	-ul-	-ul-	-ur-	-ur-
Frequentativa	-etel-	-etel-	-etel-	-etel-	-etel-	-	-
Contactiva	-	-	-	-	-et-	-	-
Posicional	-	-	-am-	-am-	-am-	-am-	-
Estativa	-	-	-	-al-/-akl-	-	-	-
Perfectiva	-	-	-	e-lel	-	-	-
Diminutiva	-	-	-	-nyana-	-	-	-

Fonte: Razão (2017)

Os seis autores indicados no quadro coincidem em grande parte nos tipos de morfemas que marcam cada extensão e todos reconhecem a ocorrência das extensões aplicativa, causativa, intensiva, neutra, passiva, persistiva, recíproca e reversiva. No entanto, “apresentam diferenças em relação às extensões contactiva, posicional, estativa, perfectiva diminutiva” (Langa 2013:138) e frequentativa (Razão 2017). Pelos dados apresentados, comparativamente aos do Ciwutee, nota-se ainda a ausência da extensão posicional neste estudo.

Em relação à extensão aplicativa **-il-*, Schadeberg (2003) afirma que ela é também conhecida como sendo dativa. Segundo o autor, os verbos dativos são transitivos e o seu objecto preenche os papéis temáticos de (i) beneficiário, (ii) lugar e, por extensão, tempo, causa e razão, e (iii) instrumento. No entanto, o papel de beneficiário é o mais produtivo.

Dos verbos extensos podem derivar-se outros verbos. Contudo, quando o verbo básico é transitivo, o objecto deste, normalmente, perde as suas propriedades de objecto na construção dativa.

No que diz respeito à extensão causativa **-i-/*-ici-*, Bastin (1986) argumenta que esta foi reconstituída através de uma distribuição complementar, sendo que **-i-* ocorre depois de uma consoante (C) e **-icil-* depois de uma vogal (V). Elas podem ser usadas nos verbos transitivos e intransitivos de estrutura do tipo -CV- ou -CVC- para introduzir um novo argumento que tem

como função sintáctica indicar o sujeito e, semanticamente, indicar o papel temático de agente causador.

Elwell (2006) discute as extensões verbais em Chichewa usando o tema para analisar vários pontos importantes da teoria do Princípio da Integridade Lexical, relacionando-os com a análise sintáctica e conclui que o tratamento de extensões verbais na sintaxe permite a selecção do argumento adequado e mostra a relação intrínseca entre a morfologia e a sintaxe.

Debruçando-se sobre a causativização em Nambya, língua bantu falada no noroeste do Zimbabwe, Chabata (2007) afirma que o morfema causativo altera a estrutura argumental (valência) do verbo não-causal.

O autor adiciona um novo argumento que assume a nova função sintáctica de causador que se torna sujeito dessa frase. Este estudo é relevante porque mostra a natureza e características das extensões verbais.

Lodhi (2002) faz uma descrição introdutória sobre as extensões verbais em Swahili e Nyamwezi identificando dezasseis extensões verbais entre as quais se destacam as seguintes: causativa, applicativa, passiva, recíproca e reversiva. Segundo o autor, as extensões verbais são um fenómeno mais complexo do que o que parece ser, pois no sistema regular de harmonia vocálica e assimilação, existem algumas modificações complexas.

Numa análise semelhante, Cocchi (2008) defende que as extensões verbais em Tshiluba, uma língua falada no Congo Democrático, podem ser divididas em dois grupos, tendo em conta a influência que exercem no verbo: as sintácticas e as lexicais. As sintácticas adicionam ou reduzem o argumento do verbo em que ocorrem, ou seja, alteram as funções gramaticais. Deste grupo constam as seguintes: causativa (+O), applicativa (+O), passiva (-O), recíproca (-O). As extensões lexicais são sufixos simples que apenas acrescentam um significado extra ao radical verbal sem afectar as relações de transitividade. Pertencem a este grupo as seguintes extensões: contrastiva, intensiva, reversiva e repetitiva.

Por sua vez, Stegen (2002) escreveu sobre os processos derivacionais em Randi, uma língua bantu falada na zona central da Tanzania, e confirma que, apesar de já existirem muitos trabalhos sobre as línguas bantu, ainda persistem lacunas descritivas na morfologia destas

línguas. Nesse estudo, o autor descreve as extensões que ocorrem em Randi referindo que a derivação do verbo nesta língua restringe-se à posição da extensão verbal na estrutura do verbo.

Outra preocupação dos autores que investigam estas matérias relaciona-se com a sequência das extensões verbais quando estas co-ocorrem no mesmo radical verbal. Fiorin (2012:65) afirma que “a associação de dois elementos mórficos produz um novo signo linguístico que obedece a certos princípios que variam na sua possibilidade de combinação nas diferentes línguas”. Fiorin (op.cit.) acrescenta que “esses modos de combinação são processos morfológicos”. Quase todas as línguas apresentam restrições quanto à combinação de morfemas que tomam em conta a forma e a ordem linear da distribuição dos morfemas. “Essa discussão remete a uma relação difícil de negar entre a morfologia e a sintaxe” (Hockett 1958:389).

Por seu turno, Damonte (2007) analisa a ordem das extensões verbais em Pular uma língua bantu, à luz do Princípio de Espelho para responder à seguinte questão: Como é que a sintaxe e a morfologia interagem? Segundo o autor, esta pergunta pode ser respondida, em parte, quando se olha para as características visíveis nos afixos e nas frases, pois, mesmo em abordagens lexicalistas fortes, como a de Disciullo e Williams (1987), admite-se que algumas características lexicais se tornam visíveis à sintaxe. Portanto, admite-se que a sintaxe tem acesso à informação lexical porque o léxico tem projecções funcionais próprias e todos os itens lexicais que transportam essa característica devem ser incorporados nessa projecção. Esta hipótese já foi aplicada com êxito para as modificações de tempo (T), modo (M) e aspecto (A) por Schweikert (2005), para quem uma análise similar pode ser feita em relação aos afixos de mudança da estrutura argumental. Contudo, os afixos de mudança da estrutura argumental em Pular são fundidos numa hierarquia fixa de núcleos funcionais *theta* relacionados e os complementos por eles introduzidos são fundidos nos especificadores dessas projecções funcionais.

Fernando (2008) afirma que a ordem e a co-ocorrência de afixos verbais podem ser explicadas sob três perspectivas amplas, a saber: sintáctica, semântica e morfológica.

A perspectiva sintáctica é atribuída a Baker (1985) pois, para este autor, a ordem dos afixos derivacionais reflecte a ordem correspondente às derivações sintácticas. A perspectiva semântica é atribuída a Bybee (1985) e Rice (2000) para quem a ordem dos afixos é determinada pela abrangência e função semântica de cada afixo. Segundo estes autores, os afixos com maior

relevância para a acção da raiz do verbo aparecerão mais perto desta. No entanto, mesmo sob a mesma perspectiva, Bybee referia-se a afixos flexionais tendo em conta a amplitude do campo semântico, procurando explicar os casos em que os afixos não são rigidamente ordenados. Por fim, a perspectiva morfológica é atribuída a Hyman (2002) que defende que a ordem dos afixos na estrutura verbal não tem motivações sintácticas nem semânticas. Para este autor, a ordem dos morfemas de extensão é determinada pela morfologia e são as línguas que impõem restrições morfossintácticas específicas para as quais não há uma explicação extra-morfológica sincrónica. Sobre o mesmo assunto, Ngunga (1998) argumenta que existem razões morfotáticas, fonotáticas e sintácticas que condicionam a ordem de ocorrência das extensões.

As restrições morfossintácticas podem representar uma relação entre pares de morfemas específicos ou podem definir um modelo através do qual vários afixos são automaticamente ordenados.

Seguindo a perspectiva de Hyman (2002), Baker (1988) e Ngunga (2014), este estudo discute a alteração da estrutura argumental dos verbos em que ocorrem extensões em Ciwutee, nosso objecto de análise.

Além das abordagens acima, há a referir outro trabalho relevante na discussão das extensões verbais em bantu. Trata-se do estudo de Matsinhe (1994) que, à luz da teoria da Gramática Léxico-Funcional (GLF), analisou a valência dos verbos em que os afixos derivacionais ocorrem, em Tsonga, tendo desenvolvido uma discussão sobre a concatenação de afixos verbais e das respectivas restrições aplicáveis à sua co-ocorrência.

Segundo o autor, a língua Tsonga, também falada em Moçambique com o nome de Changana, tem os seguintes afixos derivacionais: aplicativa *-el-*, causativa *-is-*, passiva *-iw-*, reflexiva *-ti-*³⁰, recíproca *-an-* e a estativa *-ek-*. Quando ocorre num verbo transitivo, a extensão causativa forma um outro verbo que selecciona mais um objecto. Para ilustrar, Matsinhe (1993:167) traz o exemplo *kurima* que tem (SUJ) <agente> (OBJ) <tema>; *kurimisa* (SUJ) <agente> (OBJ2) <exp> (OBJ1) <tema>.

³⁰ Neste grupo, entende-se que “ti” não se manifesta como extensão, tal como os outros morfemas

Os papéis temáticos variam de acordo com a natureza do verbo. Observem-se os dados do Ciwutee: *kuwona* tem (SUJ) <experienciador> (OBJ) <tema>; *kuwonesa* (SUJ) <experienciador> (OBJ2/ objecto primário) <experienciador> (OBJ/ objecto secundário) <tema>. Neste sentido, o verbo *kuwona* “ver”, em Ciwutee, mapeia uma estrutura com objectos que desempenham papéis temáticos diferentes de acordo com a informação emanada do léxico sobre o verbo **kuwona** ‘ver’.

O sujeito do verbo **kurima** ‘cultivar’ é um agente, mas o verbo **kuwona** ‘ver’ tem argumento externo (sujeito) com papel temático de experienciador (Razão 2017).

Quanto à extensão passiva, Matsinhe (1994) defende que, quando adicionada à raiz verbal, esta introduz dois argumentos, o agente e o tema. Outra análise em torno da extensão passiva refere que o argumento que desempenha a função sintáctica de objecto primário³¹ passa a assumir a função de sujeito comandando, desta forma, a concordância na estrutura sintáctica. Outro dado não menos importante é que o constituinte movido da sua posição *in situ* para a posição de poiso mantém o papel temático.

Os afixos *-ek-* e *-iw-* têm resultado idêntico na estrutura argumental do verbo. Ambos afectam o sujeito (agente). Em relação à extensão recíproca, o autor afirma que esta muda a estrutura argumental do predicado em que ocorre por ligar o objecto (tema) ao sujeito (agente) criando co-referência, o que faz com que produza um verbo formado por mais de um sujeito (agente) que, no nosso entender, “partilha a culpa” numa situação de reacção contra acção.

O verbo recíproco pode ser representado assim: *kubanana* “bater um ao outro” (SUJ) <agente/tema> (OBJ) <o> (Matsinhe 1994).

Para Matsinhe (op. cit.), o termo extensão é usado, em estudos das línguas bantu, para se referir a afixos como causativos e aplicativos que estendem ou aumentam a valência do verbo.

Em termos gerais, notamos que os verbos têm uma determinada estrutura que varia de acordo com a língua ou grupo de línguas. Sobre este assunto, os autores divergem nos números de posições e na terminologia usada. As extensões verbais configuram três grupos, as que

³¹Ver Marandza (1987), Ngonyani e Guitinji (2006)

mantêm a valência, as que reduzem a valência e as que aumentam a valência da base. Elas obedecem a uma determinada ordem de ocorrência, tendo em conta a sua importância para a base verbal na qual se concatenam. Todas as extensões interferem na interpretação semântica das bases.

Na subsecção que se segue, apresentam-se as classes e os prefixos nominais de Ciwutee e das línguas bantu em geral, de acordo com a proposta de Meesseun (1967:97). A revisão desses aspectos vai permitir que se compreendam as combinações e concordância das estruturas sintáticas e se proponha uma estrutura nominal que possa ser útil para algumas línguas bantu, em particular Ciwutee, Cimanyika e Cindau.

2.9. Classes e prefixos nominais

Desde os primeiros estudos que tentaram reconstruir uma língua hipotética antepassada das línguas bantu ou *Ancient bantu* (Bleek 1862), *Ur-Bantu* (Meinhof 1932), *Proto Bantu* (Meeussen 1967), *Common Bantu* (Guthrie 1971), a partir da qual teriam derivado as línguas bantu actuais, as classes e prefixos nominais foram destacados como uma das características principais destas línguas (Ngunga 2004; Maho 1999).

Classe nominal³² é “o conjunto de nomes com o mesmo prefixo e/ou padrão de concordância” (Ngunga 2014:122). Guthrie (1967:13) entende que prefixo de concordância ou prefixo dependente é “qualquer elemento prefixado que serve para desencadear a concordância gramatical”.

De uma forma geral, os autores acima apresentam algumas divergências quanto a algumas classes. Ngunga (2004:108-112) resume a história da evolução do estudo das classes nominais da seguinte maneira: Bleek (1869) identificou 16 prefixos nominais nas línguas bantu correspondentes a 16 classes de 1 até à classe 16. Meinhof (1961) acrescentou à lista de Bleek (1862) as classes 17, 18, 19, 20 e 21. Por outro lado, Meeussen (1967) adopta uma lista idêntica à de Bleek (1862), mas Meinhof (1961) exclui as classes 20 e 21 e acrescenta a classe 23. Veja-

³² Guthrie (1967:13)

se abaixo a tabela que apresenta classes e prefixos do Ciwutee e das classes com base na lista de classes/prefixos nominais do Proto-Bantu (Meeussen 1967: 97).

Tabela 5: Classes e prefixos nominais de Ciwutee.

Cls	Meeussen (1967:97)	Razão (2017: 37)	Razão (2024)	Exemplos	Significado
1	*mu-	mu-	mu-	mu-nhu, mu-fundi	Pessoa, estudante
2	*ba-	a-	a-	a-nhu, a-fundi	Pessoas, estudantes
3	*mu-	mu-	mu-	mu-simbi, mu-manga	Pau-ferro, mangueira
4	*mi-	mi-	mi-	mi-simbi, mimanga	Paus ferro, mangueiras
5	*i-	ri-	ri-	(ri)-rimi, Ø dima, Ø-tsekuru	Língua, batata-doce, avô
6	*ma-	ma-	ma-	ma-(ri)rimi, ma-dima, ma-tsekuru	Línguas, batatas-doces, avôs
7	*ki-	Ci	ci/ch-	ci-tiyo, ci-ganda, ci-ronda	Pintainho, tractor, ferida
8	*bi-	zvi-	zvi-	zvi-tiyo, zvi-ganda, zvi-ronda	Pintainhos, tractores, feridas
9	*N-	N-	N-	m-budzi, hozwe, huku	Cabrito, caracol, galinha
10	*N-	N-	N-	m-budzi mbiri, hozwe nhatu, huku nomwe	Dois cabritos, três caracóis, nove galinhas
11	*du-	-	ru-	ru-pame, ru-kota, ru-sekuru, ru-kato, ru-fu, rudo, rukweza	Miriápode, uma planta trepadeira, um tipo de cascatas, um tipo de demónio, morte, amor, mexoeira
12	*ka-	ka-	ka-	ka-munhu, ka-muti	Pessoa pequena, planta pequena
13	*tu-	tu-	tu-	tu-anhu, tu-miti	Pessoas pequenas, árvores pequenas
14	*bu-	u-	u-	u-fu, u-royi, u-ci, u-turu	Farinha, feitiço, mel, veneno de um animal
15	*ku-	ku-	ku-	ku-rura, ku-fuka	Criar, cobrir
16	*pa-	pa-	pa-	pa-munda, pa-murambo	Na machamba, no rio (situacional)
17	*ku-	ku-	ku-	ku-madzibaba, ku-cigayo	Nos crentes, na moageira (direccional)
18	*mu-	mu-	mu-	mu-muti, mu-nvura	Dentro da árvore, dentro de água (interioridade)
19	*pi	-	-		

Analisando os prefixos nominais do Ciwutee, nota-se coincidência, em grande parte, destes com os prefixos do Proto-Bantu (Meeussen 1967). Veja os prefixos nominais das classes 1, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 15, 16, 17 e 18, por exemplo. Meeussen (op. cit.) prevê a realização da classe 5 através do morfema ‘i’, realizada por ‘ri’ no Ciwutee. Este morfema é identificado como zero, resultante do processo fonológico (Ngunga e Mathagwani, 2010)³³. Outro dado a notar é que o autor identifica o prefixo da classe 11. Esta classe, por muito tempo, foi tida como não existente

³³ (Cf. “The study of class 5 in Bantu. In LASU Jornal)

no Ciwutee (Razão, 2017), mas, neste estudo, tudo indica que a mesma se realiza pelo morfema ‘ru’, de acordo com os exemplos na tabela 3. No trabalho de Ngunga (2004, 2014) e Langa (2013) prevê-se classes de 1 a 19 para as línguas deste grupo linguístico, mas o Ciwutee, até então, contém apenas as classes de 1 a 18, não ocorrendo a classe 19.

Em termos gerais, em Ciwutee, as classes 12 e 13 servem para diminutivizar qualquer nome independentemente dos seus traços sintáticos, morfológicos e semânticos.

Outros aspectos observados nesta língua incluem a existência de nomes que deviam ocorrer numa determinada classe, se o critério de organização dos nomes em classes fosse somente semântico, mas que ocorrem noutras classes³⁴ com base noutros critérios. Esta situação leva-nos a concluir que, a classe, em bantu, é uma categoria gramatical por excelência, isto é, a sua ocorrência numa determinada classe não tem nada a ver com a sua semântica (Ngunga 2004, 2014; Razão 2017).

2.10. Resumo do capítulo

O presente capítulo centrou-se na descrição e análise de conceitos operatórios a serem usados no estudo da frase envolvendo extensões verbais, tomando como materiais de análise os processos morfológicos e sintáticos, numa perspectiva morfossintática, do Ciwutee na perspectiva do Princípio de Espelho. Da revisão bibliográfica que fizemos, conclui-se que, no geral, existem estudos consideráveis das línguas bantu, mas não existe nenhum a analisar exclusivamente este tema no Ciwutee. Por isso, como parte da continuidade do programa de mestrado, o presente estudo constitui uma importante contribuição ao vasto leque de trabalhos já realizados noutras línguas, daí a sua relevância. A seguir apresentamos os pressupostos teóricos.

³⁴ Os nomes que fazem referência aos seres humanos, profissões e personificados, normalmente ocorrem nas classes 1 e 2 (Ngunga 2014), mas esses no Ciwutee podem ocorrer noutras classes 5, 9, 12 e 13. Por exemplo: [+humano] tsekuru ‘avô’ (CL5), [+humano] mbiya ‘avó’ (CL9).

CAPÍTULO III: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

3.0. Introdução

Este capítulo é dedicado à conexão entre as três teorias, no sentido de extrair o essencial de cada uma, para poder suportar o objectivo do estudo. Neste sentido, a partir das teorias adoptadas, entende-se que a Gramática Generativa (GG) é uma corrente de estudos das ciências da linguagem que iniciou nos Estados Unidos com os trabalhos de Noam Chomsky como reacção à corrente behaviorista então em voga. Diferente daquela, esta corrente defendia que o comportamento linguístico de um indivíduo devia ser interpretado como uma resposta previsível a partir de um dado estímulo. Em contrapartida, para a Gramática Generativa, o comportamento linguístico de um indivíduo deve ser interpretado como resultado de um dispositivo inato destinado a construir a competência linguística do falante. Portanto, trata-se de uma disposição ou capacidade genética (DAL/LAD) interna, inata, que permite construir a competência linguística, que ficou conhecida como *faculdade da linguagem*.

Neste sentido, o modelo teórico da GG é construído com base nas tentativas de descrever e explicar a natureza, o funcionamento e as características dessa faculdade mental. Segundo Chomsky (1965), a GG busca entender o funcionamento e a configuração genética desse dispositivo. Portanto, a linguística generativista propõe uma análise da linguagem humana que se afasta do trabalho empírico da gramática tradicional e aproxima-se das *ciências cognitivas*. Desta sorte, a GG responde à questão de Platão sobre como é que a criança aprende a falar a língua da sua comunidade sem uma exposição que justifique a rica estrutura de conhecimento linguístico. Enquanto Câmara (2018) argumenta que, para muitos generativistas (Amin, s/d; Chesi 2005; Jarnalo, s/d; Kenedy 2008; Oroz, 1996; Radford, 2007), a GG iniciou a partir da obra *Syntactic Structures*. Numa entrevista concedida a Dillinger e Palácio (1996), Chomsky afirma que tal pensamento é enganoso, uma vez que, para ele, a linguística iniciou há 2500 anos com a gramática de Panini e outros trabalhos relacionados, nos séculos XVII, XVIII, XIX, e de Otto Jespersen, no século XX. Na mesma entrevista, Chomsky refere que, depois deste período, a primeira teoria genuína de linguagem é a que nasceu através do trabalho sobre *Lectures on Government and Binding*.

Na secção que se segue, passamos a rever os antecedentes dos estudos linguísticos antes de *Syntactic Structures* (Chomsky 1957).

3.1. Antecedentes da Gramática Generativa

No século IV a.C., os indianos tentaram explicar o funcionamento da sua língua, o Sânscrito, através do estudo de textos sagrados: Vedas e Brâmanes. Nesta época, os sacerdotes transmitiam a cultura oralmente, de geração para geração. Por isso, alguns sons perderam-se ao longo do tempo, constituindo um problema para os religiosos, pois a utilização incorrecta dos sons poderia provocar insatisfação dos deuses e invalidação de uma cerimónia. Como consequência, começaram a reconstruir os sons vocais do sânscrito.

Depois, seguiram-se estudos gregos divididos em *helênico* (significação no interior da linguagem) e *helenístico* (o correcto é mais importante que qualquer variação) e a gramática normativa (Nespoli, 2007). Como resultado destas investigações, surgiu, ainda no mesmo século, a gramática do Sânscrito, a primeira escrita por Panini, referida por Chomsky noutra entrevista concedida a Dillinger e Palácio (1996).

Na Idade Média, surgiu o primeiro tratado gramatical grego que dominou nos séculos XIV a XVI. No séc. II d. C., Varrão descreveu o Latim com influência das escolas gregas e, depois, no séc. V Donato e Prisciano codificaram a gramática grega.

No Renascimento, os estudos linguísticos visavam facilitar a aprendizagem do Latim. Todavia, com o nacionalismo e a reforma da Igreja, começaram a surgir várias gramáticas e, no séc. X, os gramáticos medievais Gerbert d'Aurillac, Santo Anselmo, Abelardo e Pierre Hélie discutiram a teoria geral da linguagem.

No séc. XIII, Siger de Courtrain, Jean Aurifaber e Tomás d'Erfurt defenderam a autonomia absoluta da gramática em relação à lógica, com os trabalhos dos neogramáticos (Curtius 1858-1868; Paul 1880). Depois, no séc. XIX, a linguística histórica baseou-se nos princípios positivistas da Ciência e da Filosofia.

No séc. XX, Ferdinand Saussure define a língua como objecto de estudo da Linguística. Parece ser esta definição do objecto de estudo da Linguística que, contrariando a opinião de

Chomsky, levou Nespoli (2007) a considerar este período como sendo o do surgimento da Linguística no Estruturalismo, cuja história vamos descrever na secção que se segue.

3.2. Estruturalismo

Na subsecção anterior, vimos que os estudos linguísticos do século XIX eram, sobretudo, diacrónicos (Habib 2005; Lois Tyson 2006), isto é, dedicavam-se principalmente à reconstrução de línguas ‘mortas’ baseando-se em similaridades entre aquelas que se pensava estarem historicamente relacionadas umas às outras para responder à pergunta “de onde vem a língua?”. No século XX, não satisfeito com o estudo histórico-comparativo das línguas, Saussure apresentou uma proposta teórica para o estudo da linguagem que respondia às exigências da época: uma linha positivista com conceitos, objectivos e pressupostos bem delimitados (Salgado, 2009; Silva, 2011) visando responder à pergunta “que é a língua?”. Nesse período, houve duas correntes de estruturalismo: estruturalismo europeu (1920), que se caracterizava por os estudos ocorrerem essencialmente num nível teórico, abstracto, e o estruturalismo americano (1930) caracterizado por os estudos concretos baseados em trabalhos de campo. Um dos princípios desta última corrente era de que a Linguística era uma ciência descritiva (descrever o que as pessoas dizem e não o que devem dizer). Este pensamento levou à descrição das línguas indígenas americanas. O trabalho mais representativo desta corrente é o *Language* (Bloomfield 1933).

Por outro lado, afirma-se que, com o estruturalismo europeu como teoria linguística, Saussure (1916) defendeu, em *Curso de Linguística Geral*, que a língua tinha uma estrutura. Por isso, as palavras deviam ser analisadas no contexto de uma estrutura maior de que fazem parte, uma perspectiva que viria a ser desafiada pela Gramática Generativa (Chomsky 1957) que passamos a descrever abaixo.

3.2.1. A Gramática Generativa

Na subsecção anterior, abordámos o estruturalismo, uma teoria que, de alguma forma, serviu de base para o surgimento da GG.

Na presente subsecção, descrevemos a GG e as suas principais propostas teóricas, desde “Estruturas Sintáticas” (Chomsky, 1957), passando sequencialmente pelos vários momentos

que constituem os principais marcos desta Teoria, nomeadamente: a Teoria Padrão (Chomsky, 1965), a Teoria Padrão Estendida (Chomsky, 1970) e a Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1980).

Segundo Kenedy (2008), a linguística generativa propõe uma análise da linguagem humana que se afasta do trabalho empírico da gramática tradicional e se aproxima das *ciências cognitivas*, “disciplinas que têm em comum o objectivo de compreender a natureza e o funcionamento da mente humana, a nossa cognição” (Kenedy 2013:15). De acordo com Kenedy (2013) e Lasnik e Lohndal (2013), um dos fenómenos mentais mais importantes no estudo da cognição humana é a linguagem e é a ela que se dedica a Linguística que, entre outras, busca responder às seguintes perguntas:

- i. Em que consiste o conhecimento linguístico existente na mente das pessoas?
- ii. Como é que esse conhecimento é adquirido pela criança já nos primeiros anos de vida?
- iii. Como é que esse conhecimento é posto em uso em situação real pelos indivíduos?
- iv. Como é que esse conhecimento é produzido pelo cérebro humano?

Andrade (2011) faz referência às dicotomias estudadas por Saussure, a saber, língua e fala, sintagma e paradigma, sincronia e diacronia, significado e significante, que levaram ao surgimento de várias correntes linguísticas entre seguidores e discordantes. A primeira dicotomia definiu o objecto de estudo da linguística moderna, a língua.

A segunda levou ao rompimento com os estudos linguísticos históricos e comparativistas do século XIX. Da dicotomia ‘significado e significante’, surgiram duas grandes correntes da linguística moderna: a linguística formal (o Generativismo e o Funcionalismo) e a linguística não formal (Sociolinguística e outras). Devido à sua relevância para o presente estudo, a subsecção que se segue é dedicada a uma dessas correntes linguísticas, o Generativismo.

A busca de respostas para as perguntas acima subdividiu a linguística em três áreas de especialidade: a teoria linguística, a psicolinguística e a neurolinguística. Como facilmente se pode depreender, o Generativismo de Chomsky enquadra-se na área da teoria linguística, aquela que deve descrever os procedimentos mentais que “geram” as estruturas da linguagem, como as palavras, as frases e os discursos.

Estas ideias iniciais de Chomsky constam do livro *Estruturas Sintáticas* (Chomsky 1957). Para Kenedy (2013), a partir destas ideias, Chomsky revolucionou os estudos linguísticos que antes de 1957 se dedicavam à dimensão social e histórica da linguagem humana. A partir de Chomsky (1957), os estudos linguísticos passaram a ser mais profundos, procurando explicações para “como a mente humana era capaz de adquirir e processar essas estruturas”. Portanto, a linguagem e as línguas naturais passaram a “coabitar” na mente humana. Logo, as propostas de Chomsky divergem do estruturalismo em relação ao objecto de estudo, definição dos objectivos e em relação às tarefas da linguística (Borges, 2001). A seguir apresentamos, por exemplo, a proposta de estrutura sintáctica de (Chomsky, 1957).

3.2.2. Estrutura Sintáctica

Em *Estruturas Sintáticas* (Est.S), Chomsky (1957) desenvolveu a ideia de um conjunto irreduzível básico de estrutura simples produzida por regras obrigatórias de estruturas sintagmáticas de uma gramática (*kernel*). O modelo Est.S contém transformações obrigatórias e opcionais. Assim, a frase *kernel* é derivada de uma série de regras transformacionais obrigatórias. Num conjunto de frases relacionadas (simples, declarativa, interrogativa, interrogativa-negativa, passiva, passiva-negativa depois negativa, passiva-interrogativa, passiva-interrogativa-negativa), a primeira (activa simples, declarativa) é designada *kernel* (aquela a partir da qual derivam outras frases). Na época de Est.S, a sintaxe consistia em regras: a) as regras da estrutura do sintagma, que criavam a estrutura profunda das frases, b) as regras transformacionais, que operavam na estrutura profunda para produzir a estrutura de superfície da língua para criar condições de formar estruturas sintáticas *negativa, interrogativa, passiva...*, simples e complexa e as mudanças através das regras morfofonémicas das formas lexicais onde necessário (*go + past= went*)³⁵.

Compreende-se que em Chomsky (1957), a ideia central sobre *kernel* era de criar regras sintagmáticas obrigatórias e, com a transformação estrutural, produzia-se a estrutura de superfície. Vejamos algumas inovações em sequência gradual do avanço científico no fito generativista.

³⁵ Chomsky (1957)

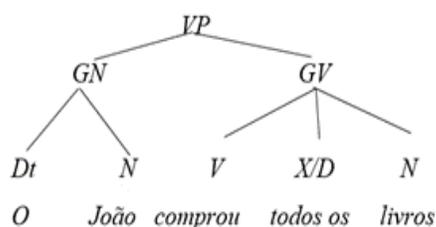
3.2.3. Teoria Padrão

O debate anterior do trabalho de Chomsky remete-nos à obra *Estruturas Sintáticas* (1957). As ideias centrais de 1957, foram inovadas e incorporadas em *Aspectos da Teoria da Sintaxe* (1965). Nestes debates, o centro do debate era a língua. Então o que é a língua? De acordo com Huddleston (1988), a língua é um conjunto de frases finitas em comprimento e construídas a partir de um conjunto finito de elementos³⁶. Assim, “a sintaxe está preocupada com a forma como as palavras se combinam para formar frases” (Huddleston 1988:7). Neste conceito inclui-se os termos *palavra* e *frase*, onde a primeira (palavra), como unidade menor, que se distingue da segunda (sintaxe) como a unidade maior (sintaxe).

Se prestarmos atenção ao conceito de língua na perspectiva de Chomsky (1965:20) como “um conjunto finito/infinito de seqüências sintáticas, cada uma delas finita em comprimento, e constituídas por concatenação sobre um conjunto finito de vocabulário/alfabeto”, nota-se que, a definição é adequada, tanto para línguas naturais, como para línguas criadas³⁷. Pensando na frase e dadas as leituras feitas sobre o assunto, no presente trabalho, propomos olhar para a frase como uma configuração sintáctica architectada de materiais lexicais nivelada pelo cunho morfológico para exprimir uma intenção lógica. Dada esta definição de frase, Chomsky (1965) argumenta que se atribui às frases da língua descrições estruturais que são um conjunto de relações abstractas entre os seus elementos constitutivos. Considere-se o exemplo:

15. **O João** comprou todos *os livros*³⁸.

Esquema de localização



³⁶ Huddleston (1988)

Câmara (2018)

³⁷ Câmara (2018)

³⁸ A frase foi extraída do trabalho de Chomsky (1965:13)

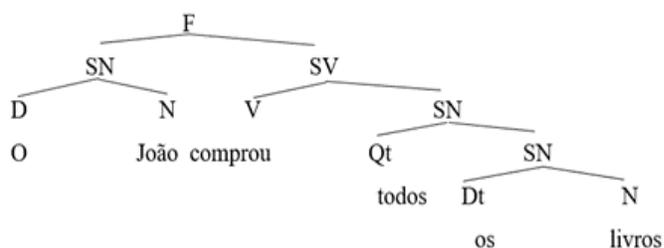
O e **João** são dominados por GN, **os** e **livros** são dominados por GV. **João** e **livros** são distantes porque partem de nós diferentes. GN e GV são diferentes, mas filhos do mesmo pai (VP).

O esquema mostra que determinados vocábulos estão numa relação de proximidade com outros. Por exemplo, a relação entre **o** e **João** ou **os** e **livros**, é mais directa do que a relação entre **João** e **livros** constituindo, assim, uma espécie de ‘grupos naturais’. Mesmo esses podem associar-se novamente a outras unidades constituindo novos grupos, de dimensão maior (filhos de GN e GV simples), como: o João, os livros, todos os livros. É a cada um destes elementos que chamamos constituintes. Portanto, os elementos que constituem as frases sequenciam-se em sucessivos níveis de organização que exibem entre si uma relação de dependência. Esta exibição remete-nos à noção de hierarquia. O termo hierarquia é aplicado em vários campos do saber tais como, por exemplo, nas organizações militares ou para-militares. Contudo, em Linguística, o termo remete-nos à ideia de *estruturação hierárquica de constituintes*, que pode ser representada de várias formas, entre as quais as árvores. Deste modo, a análise em constituintes imediatos (CI) permite mostrar de que modo os elementos que configuram a frase se agrupam entre si para constituírem unidades que, por sua vez, se vão associar a outras unidades para formar novos constituintes complexos, podendo desembocar na frase.

Além disso, a análise em CI também visa melhor caracterizar diferentes constituintes em que uma frase se pode decompor. É por isso que um conjunto de constituintes, mesmo com uma estrutura interna diferente, pode classificar-se numa mesma categoria, desde que os diferentes elementos desse conjunto sejam mutuamente substituíveis no mesmo eixo paradigmático sem que, no entanto, a estrutura deixe de ser gramatical³⁹. Portanto, os constituintes da frase (14) compreendem várias classes de palavras: **João** e **livros** são Nomes (N); **o** e **os** são Determinantes (Dt); **comprou** é a forma verbal (V), **os livros**, **o João** e **todos os livros** constituem unidades do mesmo tipo realizados em árvore.

³⁹ Ler princípios de distribuição sintáctica, “grife do autor”. *Dois palavras da mesma categoria sintáctica podem co-ocorrer no mesmo eixo paradigmático, não no mesmo ponto sintagmático.*

Árvore da frase 14.



A árvore acima apresenta a descrição da relação hierárquica dos constituintes e a sua classificação em categorias. A esta representação sob a forma de uma árvore etiquetada com símbolos dá-se o nome de indicador sintagmático (Chomsky, 1965).

A partir de Chomsky (op. cit.), percebe-se que a geração de frases consiste na aplicação sucessiva de diferentes regras que compreendem a gramática. Daí que a Gramática Transformacional (GT) seja considerada como sendo aquela que melhor abrange as estruturas sintáticas da linguagem. A GT é o conjunto de processos de transformação pelos quais passa um sintagma através de regras sintagmáticas (geram estruturas abstractas) e as transformacionais (que convertem as estruturas anteriores em sequências terminais, as frases).

De acordo com Chomsky (1965), a componente base de uma gramática generativa transformacional é gerar um tipo de sistema formal capaz de exprimir determinada informação sobre a estrutura das frases. Contudo, todas as regras de reescrita definem uma gramática sintagmática. Na sua concepção, a GT previa a ocorrência de quatro transformações: *substituição*, *apagamento* (transformação imperativa); a *adição* (transformação passiva, que apresenta três adições: do verbo ser, do particípio passado e da preposição por); e a *permutação* (os NPs, sujeito e objecto na transformação passiva)⁴⁰. Segundo Chomsky (1965) estas transformações sofreram algumas alterações: foram abolidas a adição e a permutação e acrescentou-se a adjunção. Segundo Chomsky (op.cit.) as transformações dividem-se em opcionais, que dão conta da variação existente entre frases com o mesmo sentido, e obrigatórias, aquelas relacionadas com a concordância que se devem aplicar. Para movimento, recomenda-se obrigatório em (Wh) e opcional em topicalização e coordenação. Nesta fase, considerou-se também que a gramática é composta pela estrutura da frase, que corresponde à forma fonética

⁴⁰ Ver Kaplan (1989)

(a estrutura de superfície) e a estrutura profunda, que determina as relações semânticas pertinentes. A estrutura de superfície e a estrutura profunda são da mesma natureza, utilizam o mesmo tipo de categorias gramaticais na regra de transformar.

Portanto, podemos interpretar que a Teoria Padrão é uma teoria da GT que considera que a gramática é composta por “três componentes, a saber, sintático, semântico e fonológico (interpretativos)”⁴¹. O sintático é formado pela base do enunciado, que gera as estruturas profundas e pelas transformações que levam às estruturas superficiais (Matthews, 2014). O semântico, responsável dos papéis temáticos dada a intenção e o fonológico, pela sua realização.

Notada a dinâmica do desenrolar dos debates, Chomsky (1965) abandonou a noção de frase *kernel* de 1957 e adoptou a estrutura profunda das frases, gerada por regras sintagmáticas, e a de superfície, gerada pela estrutura profunda através de regras transformacionais. Veja o passo seguinte da mesma abordagem.

3.2.4. Teoria Padrão Estendida (Chomsky 1970)

Dada a inadequação da teoria Padrão sobre as questões que ainda pairavam, ampliou-se esta visão que veio a ser chamada de Teoria Padrão Estendida em 1970, revista a partir de 1972.

O desenvolvimento da GT passou por vários estágios e um deles é a Teoria Padrão Estendida, estágio que representa o desenvolvimento da teoria anterior a fim de se alcançar a adequação explicativa.

“...a adequação explicativa alcança-se quando um fragmento descritivamente adequado de uma gramática particular pode ser tido como susceptível de derivar de dois ingredientes: a Gramática Universal, com a sua estrutura interna, seus princípios analíticos, etc., e alguma experiência, factos linguísticos que estão normalmente disponíveis à criança que aprende uma língua durante o período da aquisição” (tradução livre)⁴².

Portanto, alcança-se a adequação explicativa quando a descrição adequada de uma gramática particular pode ser mostrada a partir da Gramática Universal (Princípios e parâmetros) e da

⁴⁰ Ver Nunes (1995)

⁴² Fonte original: ...*explanatory adequacy is achieved when a descriptively adequate fragment of a particular grammar can be shown to be derivable from two ingredients: Universal Grammar with its internal structure, analytic principles, etc., and a certain course of experience, the linguistic facts which are normally available to the child learning the language during the acquisition period* (Chomsky 2002:10)

experiência do falante. Assim, a Teoria Padrão Estendida respondia às limitações da Teoria Padrão e, por consequência, da teoria de estruturas sintáticas (Chomsky, 2002).

Inicialmente, na visão de Ouhalla (1999), considerava-se que a gramática era composta por um conjunto de regras de estruturas sintagmáticas que geravam a estrutura profunda e por um conjunto de regras transformacionais que, através de várias operações na estrutura profunda, geravam a estrutura de superfície. Mas também notamos que as regras de estrutura sintagmática são reescritas, pois, reescrevem a frase em partes que a constituem, tais como: a) a forma livre do contexto $X \rightarrow Y$, que geram categorias frásicas como SN, SV, SP, SAdv, SAdj e b) a forma sensível ao contexto hipotecticamente $X \rightarrow TMZ$, onde T e Z representam o contexto que introduz itens lexicais nos contextos apropriados na estrutura profunda.

Já na teoria Padrão Estendida, segundo Horrocks (1987), Chomsky colocou a estrutura profunda e a estrutura de superfície mais próximas uma da outra, permitindo a interpretação semântica da estrutura de superfície e, sobretudo, “restringindo o poder excessivo de transformações da teoria Padrão” (Nunes 1995:240). O autor acrescenta que estas propostas teóricas surgiram numa altura em que o debate se prendia com a natureza da EP e com a relação entre a sintaxe e a semântica. Em *Studies on Semantics in Generative Grammar* (Chomsky, 1972) mudou, deixando de considerar a EP residência do significado⁴³.

Na mesma linha de pensamento, Jackendoff (1972) propôs que as transformações fossem aplicadas sem menção à semântica. E é ainda dentro da necessidade de se alcançar a adequação explicativa que Jackendoff e Chomsky (1970) desenvolveram a teoria X-barras, uma teoria que dá conta da estrutura interna dos constituintes sintáticos, alternativa à estrutura sintagmática e categorias lexicais. A teoria X-barras defende que todas as categorias sintagmáticas principais são representadas por um único modelo. Assim, a preocupação é identificar características sintáticas universais comuns a todas as línguas humanas propostas em Chomsky (1965), o que

⁴³ Ver Allerton (1979:167). “Chomsky did not follow the generative semantic path but instead modified the standard theory to an extended standard theory”.

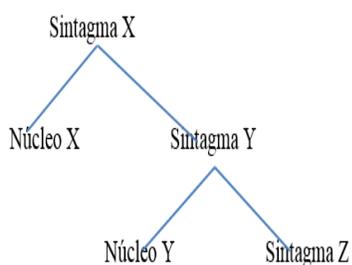
foi possível a partir da teoria X-barras, onde se passou de regras particulares para cada categoria de sintagma no sentido de poder uniformizar:

$$\begin{array}{l}
 15. \\
 \text{SN} \longrightarrow \{ (D) (\text{SADJ}) \text{ N } (\text{SADJ}) (\text{SP}) (\text{D}) (\text{F}) \} \\
 \text{PRON} \\
 \text{SV} \longrightarrow \{ \text{V} \{ (\text{SP}) \} (\text{SP}) (\text{F}) \} \\
 (\text{SN}) \\
 \text{SV} (\text{SP})
 \end{array}$$

Uma regra geral para todos os tipos de sintagmas, que se interpreta X, tem relação com qualquer núcleo e complemento, não com núcleos N, V, P. Veja-se o esquema.

- 16.a) SX (Spec) X'
- b) (X'' X' SY)
- c) X' X (SY)

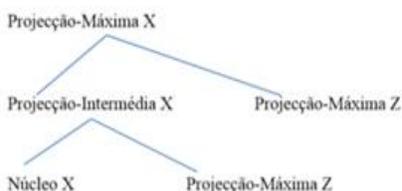
Esta anotação é da teoria X-barras (Chomsky, 1970), que deu a representação arbórea abaixo:



Nesta árvore, o X representa o núcleo do sintagma-X, o Y representa o núcleo do sintagma-Y. O sintagma-Y é o complemento do sintagma-X. No entanto, nas versões mais recentes, postula-se uma estrutura arbórea binária. Nesta vertente, Duarte et al (2003) sustentam que “a composição de uma estrutura com ramos binários e duas posições de concatenação num mesmo XP, bem como a representação das relações de concatenação que parecem diferentes da

complementação lexical recebe a proposta de um nível intermédio (X') entre X e SX"⁴⁴. Assim, surgem as noções de projecção máxima (antes sintagma) e o nível intermédio (projecção intermédia):

b)



Assim chega-se ao Barra da teoria X-Barra, por propor níveis de projecção dos núcleos. Em termos axiomáticos, a estrutura arbórea que mostra que a construção de objectos sintácticos envolve três tipos de concatenação, nomeadamente, a complementação, a modificação e a especificação (especificadores são filhos de XP), veja o esquema abaixo:

c)



Chomsky (1973/76), por forma a encontrar um modelo teórico que resolvesse quase tudo o que escapava nas teorias trabalhadas, estendeu-a para teoria Padrão Estendida revista em que as duas teorias padrão se distinguem por este último ter o termo *revista*. Veja resumidamente a imagem desta teoria a baixo.

3.2.5. Teoria Padrão Estendida revista

Após a teoria padrão estendida, Chomsky (1972) postulou a teoria-padrão estendida revista, que continha restrições à teoria X-barra e o pressuposto da posição COMP. Segundo a nossa compreensão sobre o historial, estas propostas teóricas eram, para valorizar cada vez mais

⁴⁴ Maria de Sousa (aula 10) tópica iii: Introdução a uma Abordagem Formal da Gramática. Duarte et al (2003).

a ES, dando menos importância à EP, desprestigiando o papel das transformações. Veja-se a baixo.

3.2.6. A Teoria de Princípios e Parâmetros, a Teoria da Regência e Ligação

A teoria de Princípios e Parâmetros (P&P) foi apresentada pela primeira vez por Chomsky (1979) em “*Lectures on Government and Binding*”, quando o autor defendia que a sintaxe das línguas era descrita de acordo com princípios gerais e parâmetros específicos. Quanto à Teoria de Regência, revendo trabalhos anteriores, nos anos de 1980, Chomsky desenvolveu a Teoria da Regência e Ligação (TRL), uma teoria da sintaxe na tradição da Gramática Transformacional.

No final da década de 1980, Chomsky (1993, 1995) e Chomsky & Lasnik (1993) reexaminaram a real natureza de várias operações linguísticas no âmbito da TRL; muitas dessas operações passaram a ser encaradas sob um novo prisma e algumas foram rejeitadas pelo seu carácter demasiado abstracto (Nunes, 1995). Esta mudança caracterizava o início do novo rumo da GG com perspectivas de analisar estruturas sintácticas com menor número de derivações. Nesta perspectiva, e sendo a natureza biológica do ser humano complexa, a linguística é chamada para clarificar algumas “princípios inerentes à natureza humana, no sentido de conhecer mais aspectos ligados à linguagem humana. Por isso, Chomsky (op. cit.) propõe o pensamento minimalista para tentar explicar a natureza da linguagem com base em traços comuns da linguagem, simetria, não redundância e economia. Mesmo não usando de forma directa o PM, a descrição do historial do generativismo até 1995, na perspectiva, principalmente, de Nunes (1995) e Câmara (2018) vai incrementar a análise da frase do Ciwutee.

3.2.7. A proposta de Pollock

Analisando a negação frásica, perguntas, advérbios, quantificadores e quantificação à distância, Pollock (1989) fez um estudo comparativo da variação da ordem das palavras em Francês e Inglês. Para o autor, as diferenças entre as duas línguas estão correlacionadas. No estudo, o autor mostra que elas podem ser interpretadas tendo como base a GU e um parâmetro abstracto conhecido como ‘opacidade’ e ‘transparência’ de concordância (Conc.) em Francês e Inglês. Quanto à estrutura do SFlexional (SF) Pollock (op.cit.), pela sua abordagem no trabalho anterior, mostra que esta é mais articulada que a sugerida em trabalhos anteriores. Dada a sua afirmação anterior, sugere que SF não possa ser um constituinte com dois conjuntos de traços

distintos ([±Tempo, ±Conc.]), mas sim que cada conjunto de traços seja o núcleo sintático de uma projecção máxima, Sconc. e SF (ST/IP). Sobre a mesma perspectiva Pollock (1989) diz que o Inglês e Francês têm um espaço para acomodar um Sintagma de Negação (SNg), sendo um desses níveis a possibilidade de constituir uma barreira para a efectivação de movimento.

Como forma de mostrar a existência de categorias funcionais (SC, ST), Pollock (op. cit.) usa evidências estruturais, partindo da ideia de que o advérbio ocupa um campo imutável, se for a ocorrer antes do verbo. Isso significa, também que houve um movimento para uma projecção funcional, acima do Sintagma Verbal (SV), mas, se ocorrer depois do mesmo, significa que o SV não se moveu. Os conceitos de ‘opacidade’ e ‘transparência’ de concordância (Conc.) enquadram-se no contexto em que, se uma língua tiver Conc. com traços transparentes, ocorrerá uma atracção do verbo para si, isto é, ocorrerá um movimento. Contudo, se os traços de Conc. forem opacos, o verbo não se moverá⁴⁵. Veja-se a seguir alguns exemplos sobre a tese Pollock (1989:407):

17. Jean embrasse solvante Marie.

João beijar frequentemente Maria

‘O João beija frequentemente a Maria’

Tendo em conta os dados apresentados, concorda-se com a ideia segundo a qual no Francês, ocorre uma concordância com traços transparentes, por esta razão, atrai o verbo para si e, sendo assim, ocorre um movimento que resulta no verbo a ocorrer na posição recuada do advérbio. Ao contrário do Francês, o Inglês é concebido como uma língua de concordância com traços opacos, por esta razão não se verifica nenhum movimento. Tais constatações, justificam a ocorrência do verbo depois do advérbio. Vejam-se os exemplos (Pollock, 1989: 373 e 376) em (17, 18).

18. John often kisses Mary.

João frequentemente beijar Maria

‘O João beija frequentemente a Maria’

⁴⁵ Ver Pollock (1989)
Câmara (2018)

19. Not to be happy... ‘não estar feliz’
20. Ne pas être heureux... ‘não estar feliz’

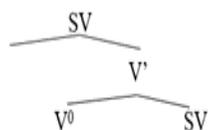
Nos exemplos acima, estamos perante orações infinitivas. De acordo com o autor, em Inglês (19), os verbos auxiliares apenas podem ocorrer à direita da negação. Em contrapartida, em Francês (20), os verbos auxiliares podem ou não ocorrer à direita da partícula negativa ‘pas’⁴⁶. Este autor apresenta várias linhas de ideias sobre o assunto, mas neste trabalho apresentamos a parte que achamos sustentar alguma análise no âmbito das nossas abordagens. A seguir apresentamos a proposta de Larson (1988) e de Halle e Keyser (1993).

3.2.8. A proposta de Larson (1988) e de Halle e Keyser (1993)

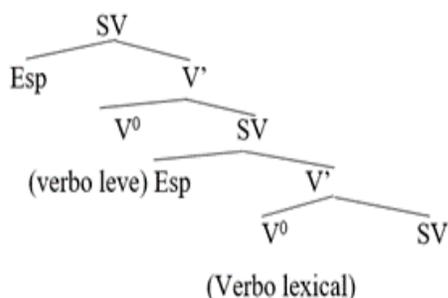
Dados os contrangimentos que havia na análise de estruturas complexas, Larson (1988) introduz uma ideia que dá aval à análise de sintagmas verbais com configuração complexa. A sua proposta deriva do facto de o modelo estrutural do SV simples não se identificar com as configurações de verbos ditransitivos, visto que apenas têm dois lugares para albergar estruturas argumentais nucleares.

Dada a importância da proposta destes autores na resolução do problema ligado a estruturas sintácticas com núcleos ditransitivos, Halle e Keyser (1993) argumentam que a sintaxe é projectada a partir do léxico e a representação apropriada da estrutura argumental de predicados é, em si, a própria sintaxe, a partir das categorias principais V, N, A e P, que projectam as respectivas categorias sintagmáticas, sem espaço para outra categorização acima destas. Numa abordagem sobre o mesmo tema, Halle & Keyser (2002) mostram, por exemplo que, o Sintagma Determinativo (SD), *Determiner Phrase* (DP) não é uma projecção da categoria N, nem o sintagma de tempo (ST) é uma projecção máxima da categoria SV. Os autores seguem sistematicamente mostrando que as categorias V, P, N e A projectam níveis de projecções máximas XPs. Veja-se os casos do núcleo V^o abaixo:

⁴⁶ Ver outros exemplos em Pollock (1989)
Câmara (2018)



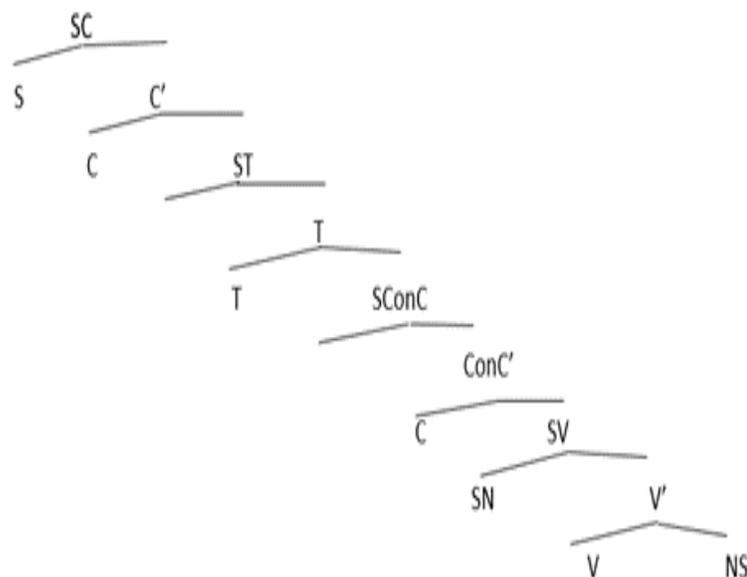
Na árvore (18) nota-se a hierarquia dos nós sintagmáticos, numa configuração complexa pelo facto de ter dois itens SVs hierarquizados do pequeno (núcleo funcional/verbo leve) acima do maior, este último concebido para núcleos lexicais. Segundo Halle e Keyser (1993), o núcleo do verbo leve é de natureza causativa ou applicativa (ver a figura abaixo).



Analisando a figura acima, nota-se que o lugar de especificador do Sv (leve) é ocupado pelo argumento externo de frases transitivas inergativas e ditransitivas, enquanto o lugar de complemento de V do SV (lexical) é ocupado pelo argumento interno, tema de verbos inacusativos.

Esta proposta teórica ajudou a analisar frases com núcleos de SV ditransitivos, visto que ela é recuperada em Chomsky (1995) e aplicada em todas as frases transitivas. Por causa do seu impacto na análise de estruturas desta natureza, há vozes que sustentam que a proposta de um SV complexo ajuda a evitar o problema que se levanta na estrutura simples do SV da TRL, onde não se via como o SN sujeito podia ocorrer fora do especificador SV sem violação da minimalidade relativizada (Letsholo 2002).

Como resultado dos debates em torno das teorias propostas para a resolução do impasse que se obtinha a partir da ordem e ocorrência de itens em estruturas complexas, Pollock (1989) e Chomsky (1993, 1995) assumem a seguinte estrutura para o PM:



Analisando a figura acima, nota-se uma diferença entre as propostas de Pollock e Chomsky. Por exemplo, Chomsky coloca o tempo acima do sintagma de concordância, diferente de Pollock, e alerta para o facto de a estrutura em árvore variar em função dos dados que o sintaticista analisa, tal como ocorre em Ciwutee.

Depois de, até aqui, termos descrito alguns estágios alcançados de 1959 a 1995, a seguir passamos a descrever a principal teoria que suporta este trabalho.

Neste contexto, o presente trabalho propõe-se estudar a frase envolvendo as extensões verbais de uma língua na perspectiva generativista e tem o fito de responder a uma preocupação que consiste em compreender as diversas manifestações da frase do Ciwutee. Para o efeito, a pesquisa recorreu ao Princípio de Espelho (Baker, 1985), que a seguir passamos a apresentar e descrever.

3.2.9. O Princípio de Espelho

Nesta teoria, Baker (1985) defende que a estrutura morfológica de uma palavra complexa é derivada através do movimento do núcleo da raiz lexical para os núcleos onde os morfemas

são gerados. Pelo que, a ordem dos morfemas reflecte a incorporação sintáctica dos núcleos que correspondem a esses morfemas (Baker 1988a).

Assim, a possibilidade de flexibilidade dos itens lexicais na estrutura sintáctica depende de quão rica ou pobre é a morfologia dessa língua. As línguas com morfologia rica desencadeiam mais movimentos e aquelas com uma morfologia pobre permitem menos movimento.

O Ciwutee, como língua de morfologia rica, permite a *incorporação* de mais de um material morfológico no verbo, o que pode ser ilustrado como se segue:

- 21.a) -mw-a ‘beber’
 -mw-is-a ‘fazer beber’
 -mw-iw-a ‘ser bebido’
 -mw-is-iw-a ‘ser feito beber’
 -mw-ik-a ‘ser passível de se beber’/‘ser bebível’
 -mw-is-ik-a ‘ser passível de ser feito beber’

Em Ciwutee, a raiz verbal **-mw-** ‘beber’ apresenta-se como núcleo de um complexo verbal que compreende uma posição pré-raiz, que pode ser preenchida por alguns morfemas (marcas de objecto, aspecto, tempo) e uma posição pós-raiz que pode ser preenchida por extensões verbais e a vogal final, de acordo com o parâmetro da ordem de ocorrência de constituintes aplicáveis nesta língua. É esta possibilidade de incorporar mais de um morfema de extensão que proporciona mais movimentos na estrutura, isto é, que leva a enquadrar esta língua no grupo daquelas de morfologia rica.

Na sua teoria, Baker (1985) defende que uma palavra complexa pode ser formada por regras sintácticas e, mais especificamente, pelo movimento X° , através da incorporação de uma raiz lexical no morfema (núcleo morfológico). Nessa perspectiva, Baker (op. cit.) mostra que, se a estrutura morfológica de uma palavra complexa for derivada através do movimento do núcleo (*head-movement*), raiz lexical, para os núcleos onde os morfemas são gerados, então, para o PE, “a ordem dos morfemas numa palavra complexa reflecte a incorporação sintáctica natural dos núcleos que correspondem a esses morfemas” (Baker, 2002:326). Numa outra vertente, Baker (1988) especifica que o Princípio de Espelho é uma teoria derivacional que leva

a morfologia e a sintaxe de cada regra a serem crucialmente relacionadas a um único processo, tendo lugar num único componente da gramática. Por exemplo, “na derivação de uma estrutura particular, o causativo virá antes do passivo tanto morfológico como sintático” (Baker 1988:16). O autor mostra a ordem observada em Chichewa, à luz do PE, quando a extensão applicativa **-er-** (+O) e a passiva **-edw-** (-O) co-ocorrem na estrutura, como se ilustra nos seguintes exemplos:

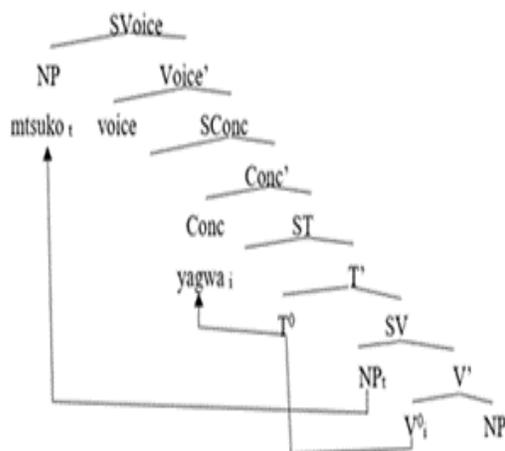
- 22.a) Mtsikana anaperekeredwa mpiringidzo ndi mbidzi
 Mtsikana a-na-perek-er-edw-a mpiringidzo ndi mbidzi
 Menina MS1-Psd DT- entregar -APL-PAS-ASP-FV- 3.barra por 9.zebra
 ‘À menina foi entregue uma barra por uma zebra’
 ‘The girl was handed the crowbar by the zebra’ (Inglês)
- b) *Mtsikana anaperekedwera mpiringidzo ndi mbidzi
 Mtsikana a-na-perek-edw-er-a mpiringidzo ndi mbidzi
 Menina MS1-PSD- entregar -PAS-APL-VF 3 barra por 9 zebra
 ‘menina ser passível de se acompanhada pela zebra’

O exemplo em (22.a) mostra que a ordem de ocorrência das extensões verbais aceite em Chichewa é aquela em que a applicativa precede a passiva (Baker, 1988), isto é, APL-PAS. Em (22b), mostra-se que a inversão da ordem de ocorrência para se obter PAS-APL resulta em estruturas agramaticais. Observem-se os exemplos que se seguem:

23. Girl make pot fall girl falli make pot ti
 Mtsikana a-n-a-chit-its-a kuti mtsuko u-**gw**-e Mtsikana a-n-a **gwi**-ets-a mtsuko [-]i
 Menina deixar panela de barro **cair**.
 ‘A menina fez cair o pote’ ‘menina causou a queda do pote’

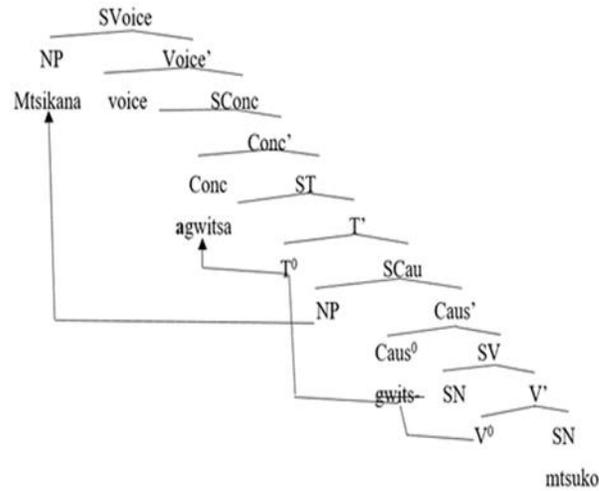
Nos exemplos em (23), também retirados do mesmo autor quando explicava o funcionamento da teoria, percebe-se que o constituinte movido (*fall/-gw-*) deixa um vestígio (ti) na posição de origem, co-indexando desta forma o *fall* ‘cair’/**-gw-i** e ti, como mostram as árvores abaixo:

(23)



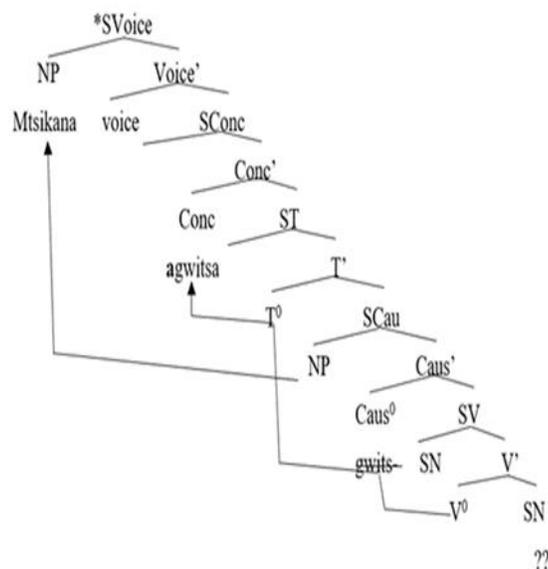
Na árvore (23), os constituintes ocupam as suas posições básicas de acordo com a informação emanada a nível do léxico. O verbo **-gw-** ‘cair’ selecciona um único argumento externo, realizado por **mtsuko** ‘pote’. Nesta vertente, ocorrem dois movimentos de núcleo de SV e o [NP, SV]. O núcleo *kugwa* move-se de v^0 para núcleo de ST, para registar o tempo, daí move-se para Sconc, onde copia os traços de concordância que o NP *Mtsuko* ostenta. Por sua vez, o NP sujeito, gerado na posição [NP, VP] move-se para a posição mais proeminente da frase [NP, Voice], para determinar a concordância sintáctica; é neste nível (FF) que ocorrem as interfaces. Veja a representação abaixo.

(23.a)



A árvore em (23.a) mostra um processo de incorporação. O verbo **-gw-** ‘cair’ como núcleo lexical, ocorre a nível mais baixo, move-se desta posição [V⁰, V’] para uma posição [CAUS⁰ CAUS’] mais acima, onde ocorrem processos morfológicos que culminam com a modificação morfológica do *output*. Isto é, **-gw-**+ **-its-** para formar **-gwits-** ‘causar queda’. Para além deste movimento alimentado pelo PE, há outro que condiciona a realização da estrutura. O núcleo verbal **-gwitsa**, move-se de [Caus⁰, Caus’] para o núcleo [T⁰, T’] para sofrer a flexão em tempo, depois move-se até [Conc⁰, Conc’] para registar a concordância com o NP sujeito. Por sua vez, o NP sujeito move-se de [NP, Caus] para [NP Voice] para adquirir caso nominativo e estabelecer a concordância sintáctica. Este processo de incorporação, para além de interferir na configuração da palavra formada, altera as propriedades de c-selecção do verbo formado (*output*) **-gwa** _v: [-] para **-gwitsa** _v: [-N’/T] (Baker 1988, 2012). Se a sintaxe não realizar N’ **mtsuko** ‘pote’ com papel temático de tema, com estatuto de complemento do núcleo verbal **-gwits-** ‘causar queda’, a estrutura torna-se agramatical, como mostra a árvore em (23.b):

(23.b)



O diagrama em (23.b) mostra que o verbo resultante da derivação transitiva de valência II, que selecciona um complemento de configuração NP, é de carácter obrigatório. Nesta árvore, este (complemento **mtsuko** ‘pote’) não se está a realizar sintacticamente, o que torna agramatical a estrutura da frase. Ele complementa a afirmação de Baker (1988) segundo a qual uma derivação causal envolve o movimento da raiz do verbo para a posição ocupada pelo morfema causador, que se liga à raiz do verbo para criar a V-CAUS quando se refere à implicação morfológica na sintaxe. Isto corrobora a afirmação do autor segundo a qual “uma única operação de movimento dará origem à derivação morfológica e a uma derivação sintáctica” (Baker, 1988:21).

Para Baker (1985), é o Princípio de Espelho que relaciona a morfologia e a sintaxe e aponta para a conexão entre os processos de mudança de função gramatical a partir da incorporação.

Baker (1988) afirma, ainda, que todos os processos de mudança de função gramatical são, na verdade, processos de movimento de uma categoria lexical chamada de movimento X°. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o modelo de incorporação encontra bases para responder à

questão sobre como e por que os processos de mudança de função gramatical ocorrem na morfologia e na sintaxe.

Baker (1985) afirma, por outro lado, que os afixos (extensões verbais) estão associados a operações sintáticas e à sua ordenação em relação a outros afixos. Neste contexto, a incorporação é assumida como forma de dar conta da ordem em que se aplicam as operações sintáticas correspondentes. Para além disso, o autor afirma que a ocorrência de sufixos tais como **-is-**, **-ir-**, **-iw-** e a sua forma de combinar uns com os outros pode explicar a relação entre a morfologia e a sintaxe. A abordagem dada por Baker (op. cit), nesta matéria, casa com a matéria recuperada na fase minimalista. Lembre-se que, quando se avançava para o minimalismo, muitas propriedades foram eliminadas, como foi o caso de EP e ES, por exemplo, e outras foram recuperadas, tais como a questão de *regência*, *movimento*, etc. A seguir apresenta-se a resenha do capítulo.

3.2.10. Resumo do capítulo

O capítulo que termina foi dedicado à apresentação do PE e Incorporação, quadros teóricos usados na descrição e análise da morfossintaxe das extensões verbais nas frases do Ciwutee.

No avanço do generativismo, notamos que, para Chomsky (1965), os estudos linguísticos começaram com a gramática de Panini, no século IV. Depois deste período, a primeira teoria de linguagem genuína nasceu através do trabalho *Lectures on Government and Binding*, a TRL, uma teoria modular que divide a gramática em sub-partes, com uma componente transformacional baseada na regra de mover x, com quatro níveis: Estrutura Profunda (EP), Estrutura de Superfície (ES), Forma Lógica (FL) e a Forma Fonética (FF). Delas, a EP, ES e a FL, juntas, constituem a representação sintática na representação de níveis que desempenhavam um papel decisivo na determinação de onde os traços são verificados. A relação gramatical central é a regência. Contudo, os NPs devem ocorrer apenas em posições onde podem receber caso, devido à verificação de traços de caso (*case filter*) que se verificam em todas as construções que contêm NPs sem caso na ES. Por sua vez, a teoria de ligação explora como é que diferentes tipos de expressões nominais como nomes, sintagmas e pronomes passam a ter relações anafóricas uma com a outra, e como passam a ter referência a coisas do mundo.

Notou-se também que, nos anos de 1995, foi desenvolvido dentro da GG desde o início dos anos noventa, com a publicação de *A minimalist program for linguistic theory* (Chomsky, 1993-95), onde o autor desenvolveu ideias de economia de derivação e de representação. A sua concepção teve em conta os trabalhos de Pollock (1989), Larson (1988) e Halle e Keyser (1993).

Chomsky (1995) apresentou o Programa Minimalista (PM) não como teoria, mas como um programa que funciona com o pressuposto de que a GU constitui o *design* perfeito, pois, contém apenas o que é necessário para atender às nossas necessidades conceptuais, físicas e biológicas. As estruturas sintácticas são construídas a partir do *léxico*, através da aplicação sucessiva de operações simples que culminam na Forma Lógica e num ponto da derivação que ocorre uma bifurcação à Forma Fonética. As operações básicas da teoria são: selecção, juntar e mover. Em termos gerais, pelos dados e pelo debate desenvolvido, entende-se que Chomsky (1995) designou esta abordagem científica por “programa minimalista”, não “teoria minimalista” porque o pacote abarca muitos aspectos relacionados com a linguagem e que qualquer estudioso pode escolher uma componente deste para desenvolver um estudo de acordo com a sua perspectiva.

Sobre o mesmo, vimos igualmente que o PM recupera propostas teóricas da TRL ou P&P, processo de movimento e a regência. No entanto, diferente do que acontecia na TRL, no PM, o movimento é visto como *último recurso*, deixa de ser uma operação composta que consiste em juntar e mover, e passa a ser uma operação independente cuja tarefa única é, por exemplo, satisfazer o Princípio de Projecção de um núcleo funcional. Na TRL os papéis temáticos eram atribuídos na EP através da regência. No PM eliminou-se a EP e a ES e deixou-se apenas dois níveis de interface FF e FL. Assim, os papéis temáticos e a atribuição de caso passaram a ser feitos através da relação Esp-núcleo.

Para além dos estudos chomskyanos, que datam de, sensivelmente, 1957-1995 e de algumas teorias directamente relacionadas a ele, abordamos a principal teoria para este estudo, Princípio de Espelho (PE). A ideia central desta teoria é mostrar que existe uma relação intrínseca entre a morfologia e a sintaxe. O Princípio de Espelho (*The Mirror Principle*) proposto por Baker (1985) é o modelo teórico adoptado na análise morfossintáctica do Ciwutee prestando-se especial atenção à *incorporação* das extensões verbais que co-ocorrem nas estruturas morfológicas. Depois das concepções teóricas, passemos à metodologia.

CAPÍTULO IV: METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO

4.0. Introdução

Segundo Marconi & Lakatos (2003:83), as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos. Para os autores, “o método é o conjunto das actividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objectivo, conhecimentos justificáveis com factos concretos, criando mecanismos para detectar erros e auxiliar as decisões do cientista”.

Em termos gerais entende-se que, a metodologia é parte fundamental da pesquisa porque visa responder ao problema formulado e atingir “os objectivos do estudo de forma eficaz, com o mínimo possível de interferência da subjectividade do pesquisador”⁴⁷. Selltiz et al., (1965), referindo-se às metodologias, afirma que estas têm o objectivo de disciplinar os trabalhos, bem como oferecer directrizes sobre os procedimentos a serem adoptados. Os autores acima afirmam, nos seus trabalhos, que há vários métodos de abordagem usados em pesquisas científicas, destacando dentre eles os seguintes:

- a) O **método indutivo**⁴⁸ - cuja aproximação dos fenómenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, partindo do particular para as leis gerais;
- b) O **método dedutivo**⁴⁹ - partindo das teorias e leis, na maioria das vezes, prediz a ocorrência dos fenómenos particulares (conexão descendente);
- c) O **método hipotético-dedutivo**⁵⁰ - que se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenómenos abrangidos pela hipótese; e
- d) O **método dialéctico**⁵¹ - que penetra o mundo dos fenómenos através da sua acção recíproca, da contradição inerente ao fenómeno e da mudança dialéctica que ocorre na natureza e na sociedade (Marconi & Lakatos 2003:106).

⁴⁷ Gil (1999: 48),

⁴⁸ (Galileu e Bacon, séc. XVII)

⁴⁹ (Descartes, séc. XVII)

⁵⁰ (Popper, séc. XX)

⁵¹ (Einstein, sec. XX)

Assim, o presente trabalho constitui uma proposta de estudo na perspectiva qualitativa. Por isso privilegiar o método hipotético-dedutivo, visto que a descrição da frase nas variações morfossintáticas, Sintagmas N (Q/Wh) e propriedades dos objectos em Ciwutee parte da percepção de uma lacuna acerca da qual se formularam hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testar a predição da ocorrência de fenómenos abrangidos pelas hipóteses.

4.1. Método

Tal como assumimos os conceitos de metodologia, Chelliah (2013) defende que, nos estudos linguísticos, para que os dados sobre a estrutura das línguas sejam precisos, deve-se usar metodologias rigorosas na recolha de dados. Neste contexto, entendemos que esta pesquisa ocorre em perspectivas qualitativas.

As pesquisas com perspectivas qualitativas têm como objectivo entender detalhadamente a razão por que um indivíduo faz determinada coisa (Chizzotti 2010). Elas não se preocupam com a representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização. Têm um carácter exploratório, estimulam os entrevistados a pensar e a falar livremente sobre algum tema ou objecto (Neves 1996). Esta pesquisa ocorre em ambiente natural como fonte directa de dados. O investigador é como peça fundamental. Nesta condição, permite-se que ele explique o fenómeno em análise de forma exaustiva por estar dentro do contexto de ocorrência. Esta é a modalidade que se adoptou na análise de aspectos morfossintáticos envolvendo extensões verbais em frases do Ciwutee.

4.1. Técnicas de recolha de dados

Sabendo-se que o foco da análise é a morfossintaxe em frases nas diversas formas, na recolha de dados, usamos várias técnicas, dentre elas a pesquisa bibliográfica⁵², a entrevista, assim como a introspecção. Esta última contribuiu para que o corpus fosse estendido até cobrir a quantidade das estruturas de natureza diferente que eram necessárias para o estudo.

Neste sentido, havendo já algum material escrito disponível sobre o tema, assim como sobre a língua em análise, o autor socorreu-se desses materiais, os quais foram devidamente citados ao longo do trabalho, usando-os como fontes secundárias.

Assim, na recolha e análise de dados para esta tese, foi adoptada a perspectiva descritiva proposta por Seliger & Shohamy (1989:114), para quem “a perspectiva descritiva pode ser heurística ou dedutiva e caracteriza-se por o investigador analisar dados já existentes ou colhidos” com recurso a diferentes instrumentos.

Ainda sobre metodologias, Chelliah (2013) deixa de fora o método introspectivo e afirma que há dois métodos de recolha de dados num trabalho linguístico orientado para a descrição gramatical, embora epistemologicamente diferentes. O primeiro é o método de elicitación com base no questionário e o segundo método é a elicitación com base no texto.

No primeiro método, o pesquisador arrola, de forma sistemática, construções específicas usando um conjunto de possíveis perguntas a serem respondidas, construções na língua de contacto a serem traduzidas pelo falante ou respostas a estímulos linguísticos e não-linguísticos gravados. Neste método, o pesquisador não pode esperar que os falantes respondam de forma directa às perguntas do questionário, pois, em muitos casos, o falante não estará familiarizado com a terminologia linguística usada. Para facilitar o trabalho, o pesquisador pode planificar tarefas que conduzam às respostas às perguntas colocadas. Ele pode, igualmente, pedir ao falante que crie frases usando um léxico previamente seleccionado ou estimulá-lo através de exemplos sistemáticos e pedir que julgue as frases.

⁵² O conhecimento do autor e a ficha de entrevista aumentaram o leque das frases que eram necessárias para cobrir todas as frases possíveis que compõem a tese na totalidade.

O método de elicitación com base no questionário tem, por um lado, a vantagem de dar cobertura a um determinado facto linguístico. Mas, por outro lado, limita o falante àquilo que o pesquisador pensa em perguntar e às respostas que este dá, deixando de fora as marcas individuais da linguagem (*individual genius of a language*). No mesmo contexto, Sapir (1920) clarifica que, em casos similares, as respostas podem parecer estranhas para outros falantes. Mas, se os dados forem obtidos através de um texto escrito, será raro falantes considerarem dados textuais como estranhos. Quanto ao segundo método (elicitación de dados com base no texto)⁵³, o pesquisador pode usar conversas/textos simples de domínio local, se pretender obter dados sobre construções gramaticais específicas. Ela reduz as potenciais limitações do questionário, pois a anotação do texto produzido pelo falante está interligada à obtenção e complementação dos dados a partir do questionário. Pelas características, este método não é uma colecção ou anotação de textos. É necessário o uso de uma variedade de géneros textuais, dado que, em cada um, pode-se utilizar uma variedade de construções gramaticais.

Nestes textos, o investigador pode apontar um objecto e perguntar como se chama, ou fornecer um nome e perguntar a que se refere; isto vai fazer com que o investigador tenha o significado apropriado das palavras. Na obtenção de informação sobre os significados das construções, deve-se aproveitar várias tarefas dos métodos experimentais usados na aquisição da língua materna. Neste método, o pesquisador conduz o falante à produção de construções como parte de um discurso natural, conversando sobre episódios comuns e simples. Para que isso aconteça, num domínio cultural do informante, por exemplo, pode pedir-lhe, que conte uma história; se for o caso, também pode pedir que descreva imagens, traduza uma história escrita da língua de contacto para a língua alvo. Para a anotação dos textos, o pesquisador deve preparar os arquivos de som e/ou transcrição de texto para revisão durante a sessão, usando a introspecção. A criação de um corpus anotado de dados naturais envolve uma série de etapas, e todas requerem a assistência de um terceiro falante nativo para questões de alinhamento pragmático.

Os métodos usados em trabalho científico podem envolver diferentes técnicas de pesquisa. Por isso, Marconi & Lakatos (2003:174), por um lado, definem “técnica como um conjunto de

⁵³ Este método *elicitación de dados com base no texto* foi muitas vezes criticada por obter algumas lacunas. Ver detalhes Schutze (1996), Sapir (1920).

preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte e, por outro lado, como habilidade para usar preceitos ou normas, a parte prática. Uma das técnicas usadas no presente trabalho foi a entrevista descrita a seguir.

4.1.1. Entrevista

A entrevista é uma técnica de recolha de dados que consiste na presença física ou distante do investigador (Marconi & Lakatos 2001; Appolinário 2004) e do entrevistado. Ela permite ao investigador entrar em contacto com o informante para colher o que este sabe sobre, no caso vertente, a morfossintaxe das extensões em frases, a ordem de ocorrência, NPs locativizados, as respectivas restrições e os comportamentos dos objectos sintácticos do Ciwutee.

Neste sentido, para lograr os objectivos preconizados neste estudo, a seguir são definidas várias técnicas de recolha e tratamento de dados, com destaque para as entrevistas, que consistiram na aplicação de um rol de perguntas previamente elaboradas e submetidas aos consultores linguísticos e, ainda, no estabelecimento de diálogos entre estes e o pesquisador quando discutiram assuntos relevantes, visando a recolha de subsídios sobre as questões levantadas. Neste trabalho, usou-se especificamente a técnica de *entrevista semi-estruturada*, aquela que é definida como sendo uma conversa entre um entrevistador e um entrevistado, baseada num questionário previamente elaborado. Neste tipo de entrevista, é dada a possibilidade de se fazerem outras perguntas, para além das previamente elaboradas, de modo a obter esclarecimentos adicionais sobre a matéria que se pretende investigar (Bell 1997; Appolinário 2004). Veja a fase a seguir.

4.2. Selecção, tratamento e análise do corpus

Neste trabalho, combinámos quatro técnicas de recolha de dados, a saber: bibliográfica⁵⁴, introspectivo, questionário e entrevista semi-estruturada. A entrevista semi-estruturada foi conduzida com base num questionário morfossintáctico, como parte integrante do processo. Este era composto por estruturas que nos remetiam aos aspectos morfológicos (ordem de ocorrência das extensões verbais), aspectos lexicais (domínio das idiossincrasias de cada material lexical) e aspectos ligados ao léxico-sintáctico (propriedades de selecção categorial realizadas na

⁵⁴ Vários dados são inspirados em (Baker 1985,1988; Bresnan e Moshi 1990; Chimbutane 2002; Langa 2013; Ngonyani e Githinji 2006; Ngunga 1999, 2004, 2014; Siteo 1986; Suana1999; Ngunga e Faquir 2011; Razão 2017; Ngunga e Razão 2022)

sintaxe, Martins (1991). As frases propostas no questionário estavam na forma activa e passiva, esta última inclui NPs locativas e constituintes N (Q/Wh), com estruturas saturadas e estruturas não saturadas. As frases elaboradas, para além de poderem ser constituídas por sintagmas verbais cujos núcleos são formas verbais simples e extensas com morfemas flexionais e derivacionais, são compostas por argumentos internos para além dos previstos pelos núcleos verbais (léxico).

Quanto à realização e ordem de ocorrência das extensões verbais, seleccionamos bases verbais com estrutura -C-, -CVC- ou mais longas, de natureza intransitiva, transitiva e ditransitiva. Depois da primeira fase da análise dos aspectos de ocorrência e ordem das extensões verbais, os informantes foram chamados a fazer juízo de gramaticalidade das estruturas sintácticas traduzidas literalmente para facilitar a sua compreensão. No guião de entrevista estavam escritas 45 frases em Português. Dada a natureza do grupo alvo, não tiveram grandes dificuldades em traduzir e dar a sua opinião sobre a (a)gramaticalidade e ainda, revelar a sua indecisão sobre as estruturas propostas. Nesta fase, o objectivo do questionário foi o de mostrar as implicações sintácticas da (co)ocorrência das extensões na base verbal, a natureza dos NPs simples e locativizados e a concordância sintáctica. Embora tenhamos usado o questionário como um dos meios, ele tem os seus problemas (Chelliah 2013); por exemplo, o questionário limita o falante àquilo que o pesquisador pensa em perguntar e às respostas que o entrevistado tem por dar, deixando de fora as marcas linguísticas individuais, e afecta (isola) os falantes sem habilidade de escrita (Ribeiro 2008). Como forma de cobrir as limitações que advêm do uso deste instrumento, recorreremos também à entrevista semi-estruturada⁵⁵.

A escolha da entrevista semi-estruturada deveu-se à necessidade de garantir, não só um questionamento profundo, mas também o controlo das respostas (Macalane 2013). Assim, neste estudo entrevistámos falantes de quase todas as faixas etárias, cujos detalhes estão em 4.3 (perfil do informante). Tendo em conta as limitadas capacidades financeiras do investigador, durante todo o contacto, por exemplo, na anotação das respostas nos questionários, a “conversa” com os consultores linguísticos (falantes) foi gravada através de um celular de marca tecno com capacidade de 32 GB de armazenamento. Dada a quantidade de informação que esperávamos colher, preparámos, adicionalmente, um *flash* de 16 GB e um cabo USB para que, no caso de

⁵⁵ Quanto a detalhes da entrevista, visite Chizzotti (2000) e Miguel (2010)

esgotar a capacidade de armazenamento do celular, pudéssmos transferir a informação para o *flash*. O celular, conectado a um computador de marca Lenovo, com autonomia de 4 horas de tempo, funcionou como um disco externo. Uma vez transferida a informação, esta podia ser trabalhada em qualquer operação do computador. Para além destes instrumentos, tendo sido escolhido um auxiliar, foi usado um *bloco de notas* para o registo de quase tudo o que se considerasse importante. A seguir o perfil do falante.

4.3. Perfil dos informantes (consultores linguísticos)

Os dados analisados na presente pesquisa foram obtidos numa amostra representativa⁵⁶ de 13 informantes que, para além de serem falantes nativos de Ciwutee, são fluentes em língua portuguesa, visto que o questionário usado nas entrevistas semi-estruturadas foi escrito nas duas línguas (Ciwutee e Português) para captar melhor o entendimento de cada um sobre as estruturas propostas. Outro mecanismo que nos permitiu a busca de dados genuínos e abrangentes foi a representatividade⁵⁷.

Em termos de idade, os informantes em questão, também conhecidos por consultores linguísticos, estão na faixa etária compreendida dos 18 a 70 anos, nove dos quais residentes nas províncias de Manica e Sofala, zona onde se fala maioritariamente Ciwutee, e quatro residentes em Maputo. Dos 13 informantes com quem trabalhamos, 3 são do sexo feminino e 10 do sexo masculino, embora para a entrevista o factor sexo não seja muito relevante, uma vez que “o discurso de um falante nativo adulto com competência linguística apropriada pode servir de base de análise independentemente do sexo” (Afido, 1997:29). Olhando para esta questão, numa outra vertente, entende-se que o género (sexo) pode interferir no processo de recolha de dados, mas não necessariamente na qualidade destes. Isto é, a questão cultural pode determinar as condições de contacto entre o pesquisador e o informante. Por exemplo, na cultura *shona*, de que a cultura *wutee* faz parte, não é normal que uma mulher esteja de pé perto de um homem, e muito menos olhe para a cara deste por muito tempo, principalmente se não for seu parente ou vizinho aceite no grupo familiar. O pesquisador, conhecendo estas particularidades, pode

⁵⁶ Ver Buchstaller & Khattab (2013), Dorneyi (2007)

⁵⁷ Os dados foram buscados em quase todas zonas onde se fala variantes de Ciwutee.

diminuir o número de mulheres como informantes e aumentar o número de homens para evitar estes constrangimentos.

4.4. Organização e tratamento de dados

Depois de termos falado sobre o perfil do informante, nesta secção, descrevemos as estratégias de manuseamento e tratamento dos dados recolhidos.

Segundo Chelliah (2013), a gestão dos dados recolhidos constitui uma componente importante no trabalho de campo. A recolha de dados deve incluir anotação detalhada e armazenamento seguro. Durante o trabalho de campo, mesmo usando questionário, normalmente, os linguistas anotam os dados directamente no *computador* ou outro instrumento. Deste modo, no campo, o computador, o *flash*, e o bloco de notas, garantiram o armazenamento seguro dos dados recolhidos com recurso às quatro técnicas mencionadas acima.

Por forma a garantir a segurança da informação, no final de cada etapa de recolha de dados, por exemplo 4 horas (tempo em que o telefone conseguia conservar carga), transcrevíamos para o computador acima referido e a mesma informação era transferida ao *flash*. Depois destes momentos, no final de cada sessão do dia, compilávamos a informação de acordo com a sua natureza (morfológica, lexical ou léxico-sintáctica).

Sobre os estágios de pesquisa, Teixeira (2003) nomeia três fases, a saber: (i) a fase exploratória, onde são interrogados aspectos relacionados com o objecto de pesquisa, os pressupostos, as teorias, a metodologia apropriada e as questões operacionais necessárias para desencadear o trabalho. Na presente pesquisa, por ser de natureza teórico-descritiva, primeiro tratámos de dados que têm a ver com aspectos morfológicos (bases verbais, extensões verbais, ordem de ocorrência e co-ocorrência das extensões verbais); (ii) análise das idiossincrasias inerente a cada palavra como base ou como *output*. (iii) análise dos dados relacionados com a realização escrupulosa, ou não, das informações enviadas do léxico para a sintaxe.

4.5. Aspectos éticos e mecanismo de análise de dados

Os investigadores devem manter-se sempre dentro dos limites e das regras de ética em relação aos entrevistados. Eles devem sempre prestar atenção aos limites estabelecidos de

respeito à identidade, à cultura dos entrevistados e das instituições que representam. Se o investigador extrapola os limites estabelecidos, poderá criar a perplexidade no observador, limitando, desta forma, a abertura do informante (Ribeiro, 2008).

Deste modo, na presente pesquisa, usámos dados fornecidos por falantes que participaram e consentiram o uso da informação por eles fornecida para os objectivos da pesquisa e para a documentação da língua em estudo. Apesar de alguns informantes se terem voluntariado para trabalhar connosco, não revelamos a sua identidade para preservar a sua personalidade como preconiza a cultura *shona* e a Constituição da República de Moçambique. Para completar aspectos éticos, salienta-se que os dados não foram usados para além do que foi anunciado aquando da sua recolha no campo.

Depois dos aspectos éticos, descrevemos alguns procedimentos de análise dos dados recolhidos. Dada a natureza do nosso estudo (qualitativo), a análise de dados foi feita através da descrição detalhada dos fenómenos observados, referentes à morfossintaxe das extensões verbais em Ciwutee, tomando em conta a tipologia dos aspectos morfológicos, lexicais e léxico-sintácticos. Em termos gerais, a análise seguiu duas fases, com a sequência seguinte: primeiro, analisar os dados; segundo, descrever os dados, tendo em conta o processo de *Incorporação* dos morfemas derivacionais através de movimento (concatenação das extensões verbais com implicações morfológicas, semânticas e sintácticas), *Princípio de Espelho* (implicações morfológicas que desencadeiam remapeamento sintáctico) e o *Programa Minimalista* (movimentos até às interfaces (FL à FF)). A seguir apresentamos a radiografia ligada à esta fase de trabalho.

4.6. Resumo do capítulo

Neste capítulo, descreveu-se com detalhe a metodologia usada na recolha, processamento e análise de dados. Neste caso, trata-se de uma pesquisa qualitativa onde se analisa a frase envolvendo as extensões verbais na perspectiva morfossintáctica em Ciwutee à luz do Princípio de Espelho e Incorporação.

A introspecção, a pesquisa bibliográfica, o questionário e a entrevista foram os meios usados para alcançar os objectivos traçados para este trabalho.

Em termos gerais, o método hipotético-dedutivo foi crucial na análise e descrição de dados ligados aos aspectos morfológicos, lexicais e léxico-sintáticos.

Neste estudo, trabalhamos com uma amostra de 13 informantes, no universo da população “alvo”. O nosso questionário teve 45 estruturas sintáticas com igual número de verbos. Algumas frases ocorrem com unidades sintagmáticas, como argumentos internos, em falta ou a mais do que é previsto pelo léxico, frases sem concordância sintática, NP sujeito a realizar-se sintacticamente ou não na frase. Terminado o capítulo da metodologia, passamos à análise de dados.

CAPÍTULO V: ANÁLISE DA GRAMÁTICA DA FRASE

5.0. Introdução

O presente capítulo dedica-se à análise de dados, com base na sua descrição à luz do quadro teórico já apresentado, o Princípio de Espelho (Baker, 1985), olhando para questões de Princípios e Parâmetros.

Este capítulo de análise das frases envolvendo as extensões verbais, compreendem a análise de extensões verbais a co-ocorrerem e sua incorporação; a influência do processo de incorporação na mudança dos papéis temáticos; as frases locativizadas, os sintagmas N (Q/Wh) e testes para provar se o Ciwutee é uma língua de objecto (as)simétrico à luz das teorias propostas neste trabalho.

5.1. A incorporação das extensões verbais

A presente secção apresenta evidências de “incorporação”, usando as extensões possíveis, nesta língua. O ponto de partida da Teoria de Incorporação mostra uma ligação entre a palavra e a sua realidade referencial. A teoria postula que as realidades do mundo são associadas às formas linguísticas (palavras) de modo simples, na relação de uma para uma. Por exemplo, o significado da expressão fónica (1.a) **kuwona** ‘ver’ é diferente do significado da expressão fónica (1.d) **kuwoneswa** ‘ser feito ver’.

Os exemplos abaixo mostram um processo de incorporação envolvendo apenas as extensões causativa e passiva no verbo transitivo **kuwona** ‘ver’.

1.a) kuwona
ku-won- a
15-ver-VF
‘ver’

b) kuwona
[ku[won[-]][-]a]
15-ver-VF
‘ver’

- c) kuwonesa
[ku-won[es][-]a]
15-ver-CAU-VF
'fazer ver'
- d) kuwonesiwa/kuwoneswa
[ku-won[es][e]w]a]
15-ver-CAU-PAS-VF
'ser feito ver'
- e) *kuwoniwisa/kuwonwisa
[ku-won[ew][is]a]
15-ver-PAS-CAU-VF
'sem tradução'

Na incorporação, no exemplo em (1.a), aparentemente, a palavra **kuwona** 'ver' não parece ter espaços estrutural. No exemplo em (1.b), a palavra **kuwona** 'ver' mostra a possibilidade de acomodar material morfológico nos dois espaços estruturais. Em (1.c) a extensão causativa foi incorporada à base verbal da palavra **kuwona** 'dormir'. Em (1.d), mostra-se a co-ocorrência de duas extensões (causativa e passiva) no verbo **kuwona** 'dormir'. Comparando-se (1.d) com (1.e), percebe-se que, mesmo estando preenchidos os dois espaços por duas extensões na base verbal, a ordem de ocorrência em (1.e) não é a aceite em Ciwutee. Na teoria de ancoragem, a palavra é vista como se fosse um sintagma com núcleo e espaços estruturais vazios que podem ser preenchidos por materiais morfológicos. Assim, no caso das extensões verbais, o núcleo verbal seria raiz verbal (-won-) com espaços nas posições estruturais adjacentes. Estes estão predispostos, não só para acomodar morfemas derivacionais, como também para aceitar a sua alternância por regras de movimento (mover-alfa).

Nestes exemplos, como se fez referência acima, em particular em (1.a), o verbo ocorre aparentemente sem nenhum lugar disponível para acomodar qualquer material morfológico. Em (1.b), estão dispostos dois espaços para acomodar qualquer material lexical dentro dos parâmetros da língua. Para o caso de (1.c), só para citar um caso, o espaço entre a raiz e a vogal final foi preenchido pela extensão causativa. Em (1.d), os dois espaços disponíveis no mesmo paradigma estão preenchidos.

A posição adjacente ao radical verbal está incorporada à extensão causativa e, na periferia, à extensão passiva. A inversão da ordem de ocorrência destas extensões nesta língua cria estruturas agramaticais (Ngunga, 1999), como se pode observar em (1.e). Entende-se que a inversão da ordem de ocorrência de morfemas incorporados cria barreiras à efectivação plena do processo sintáctico nesta língua.

É neste âmbito que se afirma que “a teoria de incorporação enquadra-se na corrente da Gramática Generativa. Os seus princípios são universais, apesar de se poder encontrar parâmetros de variação translinguística” (Baker, 1988:20).

Assim, uma das questões que a teoria levanta tem a ver com a natureza da ordem de ocorrência das extensões no processo de incorporação, isto é, “possibilidade de combinação dos morfemas associados aos diferentes papéis *theta* a incorporar num predicado/verbo” (Magona, 2016:139). Vejam-se de forma resumida, os efeitos sintácticos da incorporação das extensões à base verbal.

2.a) Mazvarira wawata

Mazvarira w-a-wat[-][-]a.

Mazvarira SM₁-Psd-dormir-VF

‘Mazvarira dormiu’

b) Mazvarira wawatisa benzi

Mazvarira u-a-wat[is]a benzi

Mazvarira SM₁-Psd-dormir-CAU-VF 5-demente (maluco)

‘Mazvarira fez dormir o demente (maluco)’

c) *Mazvarira wawat[is]a

Mazvarira u-a-wat[is]a

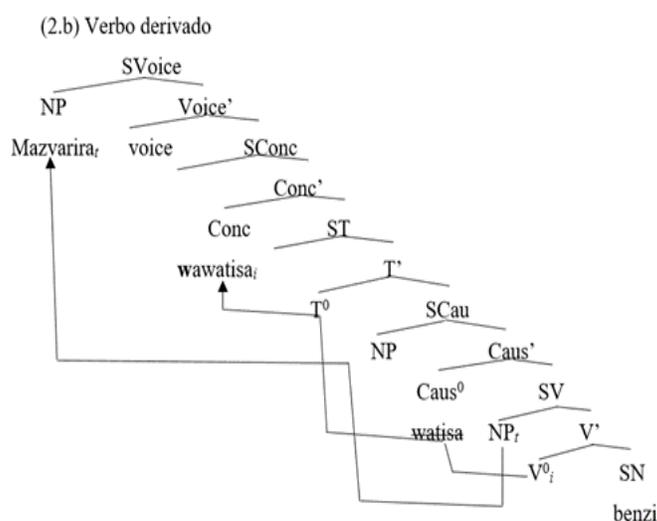
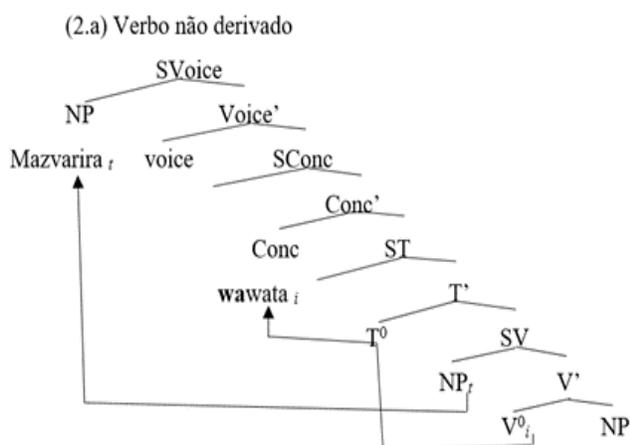
Mazvarira MS₁-Psd-dormir-Caus-VF

‘Mazvarira fez dormir’

O exemplo em (2.a) mostra que o verbo **kuwata** ‘dormir’, selecciona apenas um argumento externo (Mazvarira). Em (2.b), mostra-se que a incorporação da extensão causativa à base verbal aumenta um argumento na estrutura sintáctica. O processo morfológico de

incorporação desencadeia transformações ao nível léxico-sintático. Com a incorporação, neste caso, aumenta-se o número de argumentos (cf. 2.b) e, se as informações originárias do léxico não forem realizadas na sintaxe, a estrutura torna-se agramatical (2c).

As árvores que se seguem ilustram o processo de incorporação, a partir da extensão causativa *-is-* (**-i(ci)-*)⁵⁸.



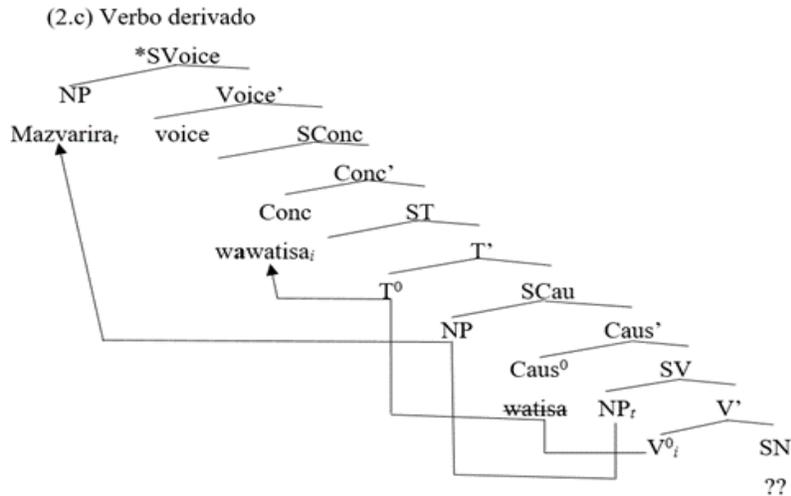
Na frase (2.a), o verbo **-wata** ‘dormir’ é intransitivo, selecciona um argumento externo, realizado por NP (Mazvarira) e, no caso, não incorpora nenhuma extensão. Na frase em (2.b), o

⁵⁸ As marcas das extensões verbais no Proto-bantu são acompanhadas de um asterístico. Ver (Bastin (1986), Schadeberg (2003))

verbo **-watisa** ‘fazer dormir’ é derivado, incorpora uma extensão causativa, o que altera as propriedades de selecção categorial da base verbal formada. Uma das alterações inerentes ao processo de incorporação é o aumento de mais um argumento à estrutura sintáctica.

Antes deste processo, o núcleo selecciona um argumento (externo); depois da incorporação, a base formada passa a seleccionar mais de um argumento, neste caso, o argumento interno, realizado por NP **benzi** ‘demente’. Na mesma alínea (2.b), o núcleo lexical **-wat[-]a** move-se da posição [V° V’], lugar mais baixo da árvore, para a posição [Caus° Caus’], nível mais alto da árvore, para a verificação do traço causativo. É neste nível onde ocorrem os processos morfológicos **-wat[is]a** ‘fazer dormir’. Depois destes processos, realizam-se dois outros movimentos. Primeiro, o mesmo verbo (-watis-), move-se desta posição para o núcleo [T°, T’], para a verificação do traço de tempo, mas, porque mesmo assim, a derivação não converge, há necessidade da projecção do SConC acima do tempo, para que o verbo, através do movimento, passe a ocupar a posição [Conc°, ConC’] para, por sua vez, ocorrer a rectificação da concordância que não seria possível de outra forma.

Segundo, NP **Mazvarira** gerado no [NP, SV], move-se para [NP, SCAUS] para obter o traço de causador, daí move-se também para [NP, SVoice], posição mais alta (*Spell-out*, onde se alimenta a FL e FF). Estes movimentos têm uma fundamentação teórica, seguindo Kratzer (1996); é projectado pelo Svoice, um sintagma proposto para a captação do argumento externo. O SVoice relaciona o argumento externo e o evento descrito pelo verbo. Igualmente, a projecção do SVoice não visa apenas captar o NP e o verbo, mas também cumprir o PPE e a atribuição do caso nominativo em última estância.



A árvore acima mostra que, à luz da teoria de regência, depois da incorporação e de todos os movimentos operados, a sintaxe deve realizar as novas informações emanadas ao nível do léxico. Se isso não se concretizar, a estrutura torna-se agramatical, como se ilustra em (2.c). A incorporação mostra a relação entre a morfologia e a sintaxe, tal como afirma Baker (1985 e 1988).

A subsecção que se segue debruça-se sobre a extensão causativa, no geral, e sobre a causativização morfológica, em particular, para mostrar a funcionalidade do PE na análise morfossintáctica.

5.1.1. A extensão causativa (*-i/-ici-; -is-)

A palavra causativa é derivada do verbo ‘causar’, geralmente usada para se referir a uma situação em que um agente (humano ou não) “causa ou faz alguém fazer alguma coisa” (Mutaka e Tamanji 2000). Segundo Good (2005), o morfema causativo pode incluir, entre outros, a adição do número de argumentos, podendo incluir um sujeito causador à estrutura argumental do verbo não extenso, como foi demonstrado em (2).

3.a) Gopito wagadzira mupini wo badza

Gopito w-a-gadzir-a mu-pini wo badza

Gopito MS₁-Psd-arranjar-VF 3-cabo de 5-enxada

‘O Gopito arranjou o cabo da enxada’.

b) Gopito wa-gadzirisa muzungu mupini wo badza

Gopito u-a-gadzir-**is**-a mu-zungu mu-pini wo badza
Gopito MS₁-Psd-arranjar-CAUS-VF 1-branco 3-cabo de 5-enxada
'O Gopito fez o branco arranjar o cabo da enxada'

c) Jambato wawonesa tsekuru mhene

Jambato u-a-won-**es**-a tsekuru mhene
Jambato SM₁-Psd-ver-CAUS-VF 5-avô 9-relâmpago
'O Jambato fez ver o relâmpago ao avô'

Tomando como ponto de partida (3.a), às frases (3.b, c) adiciona-se mais um argumento com função sintáctica de objecto, **muzungu** 'branco' e **tsekuru** 'avô', com papel temático de afectado.

O verbo **kugadzira** 'arranjar' da frase (3.a) é transitivo e não lhe está concatenada nenhuma extensão. De acordo com as suas propriedades de c-selecção⁵⁹, o verbo selecciona um objecto NP, realizado por **mupini wo badza** 'cabo de enxada'. Em (3.b) e (3.c), nos verbos extensos está incorporada a extensão causativa (*-ic-)⁶⁰ realizada nesta língua por **-is-** em (3.b) e **-es-** em (3.c). As variações alomórficas verificam-se pelo facto de, nesta língua, ser obrigatória a aplicação da regra de harmonia vocálica (Ngunga, 1999).

Ao discutir a causativa, Payne (1997) e Cò (2012) afirmam que as construções causativas dividem-se em duas fases: a fase causadora e a fase causada e existem três tipos de causativas: morfológica, lexical e perifrástica/analítica (Langa, 2014). A causativa morfológica é aquela em que o evento de causação é obtido por meio de um morfema (is/es).

Segundo Waweru (2011), nas causativas lexicais, a noção de "causa" está no significado lexical do próprio verbo. As perifrásticas/analíticas são aquelas em que a causativização é expressa por meio de um verbo causal que ocorre lexicalmente (causa e efeito) (Silva 2009; Cò

⁵⁹Cf. Chomsky (1981: 36) ...a atribuição de papéis é feita sob regência. As noções de regência e de c-comando (comando de constituintes) são centrais na teoria da Gramática Universal e unificam todo o sistema. Segundo Raposo (1992:356), "a regência é a relação local que se estabelece entre um núcleo X⁰ e as categorias contidas na projecção máxima XP definida por esse núcleo". Para Miotto (2004:207), "Uma das propriedades definidora das classes lexicais é a capacidade que os seus membros têm de seleccionar seus argumentos (selecção categorial e selecção semântica)".

⁶⁰ A marca da extensão causativa com asterístico não deve ser interpretada como uma estrutura agramatical. É a forma como a extensão é representada no Proto-Bantu por alguns autores.

2012). Para efeitos do presente trabalho, estudamos com detalhe apenas a causativização morfológica.

5.1.1.1. Causativa morfológica

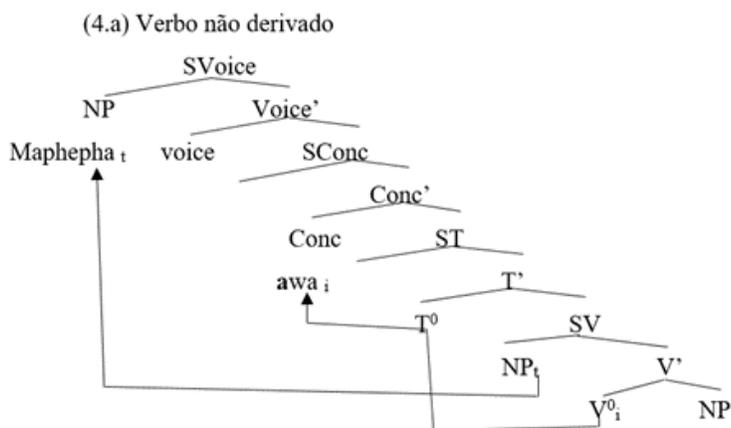
Na construção causativa morfológica, a causação é dada por meio de um material morfológico. Nesta perspectiva, conclui-se que, nesta língua, existe um morfema causativo que ocorre no paradigma pós-base verbal, realizado por (-is-). A estratégia forma uma construção causal derivada (Cò 2012). As construções desta natureza reflectem a causa e o efeito (4.b-8). Veja-se os exemplos que se seguem:

4.a) Maphepha awa.

Ma-phepha a-a-w-a.

papel SM₆-Psd-cair-VF

‘Os papéis caíram’



No exemplo em (4.a), o verbo é intransitivo, não inclui nenhuma extensão verbal. Tendo em conta as propriedades de c-selecção, -wa ‘cair’, movido do *in situ* [V⁰, V’] para o núcleo do tempo, daí [ConC⁰, ConC’] para poder copiar os traços do determinador de concordância. Este verbo selecciona apenas o argumento externo **maphepha** ‘papéis’ que, para permitir a sua realização, ocorre a nível mais alto da estrutura onde se realizam as interfaces.

4.b) Ndeka yawisa maphepha. Maphepha awa.

N-deka y-a-w-is-a

ma-phepha. Ma-phepha a-a-w-a.

6.a) Mabatha awona dzapadzapa

Ma-batha a-a-won-a dzapadzapa

patos MS₆-Psd-ver-VF 5-cegonha

‘Os patos viram a cegonha’

b) Dzapatsapa rawonesa cikodzi mabatha. Mabatha awon(i)wa

Dzapatsapa r(i)-a-won-es-a ci-kodzi mabatha. Mabatha a-a-won-(i)w-a

cegonha MS₅-Psd-ver-CAUS-VF 7-águia 6-patos. Patos MS₆-Psd-ver-PAS-VF

‘A cegonha fez ver águia aos patos. Os patos foram vistos’

7.a) Muzukuru wafunda tsika

Muzukuru w-a-fund-a tsika

neto MS₁-Psd-aprender-VF 9-cultura

‘O neto aprendeu a cultura’

b) Inini ndafundisa muzukuru tsika. Muzukuru wafunda tsika.

Inini nd(i)-a-fund-is-a muzukuru tsika. Muzukuru w-a-funda tsika.

eu MS₁-Psd-estudar-CAU-VF 1-neto 9-cultura. Neto MS₁-Psd-aprender 9-cultura

‘Eu fiz aprender a cultura ao neto. O neto aprendeu a cultura’

8.a) Mukwambo wunotararika bote

Mukwambo u-no-tararik-a bote.

Genro MS₁-Prs-esticar-VF 5-corda

‘O genro está a esticar a corda’

b) Atsvari anotararikisa mukwambo bote. Mukwambo u-no-tarika bote.

Atsvari a-no-tararik-is-a mukwambo bote. Mukwambo u-no-tararik-a bote.

Mãe MS₂-Prs-esticar-CAU-VF 1-genro 5-corda. Genro MS₁-Prs-esticar-VF 5-corda

‘A mãe faz esticar a corda o genro. O genro estica a corda’

c) *Atsvari a-no-tararikisa mukwambo. Mukwambo u-no-tararika.

Atsvari a-no-tararik-is-a mukwambo[-]. Mukwambo u-no-tararik-a [-].

Mãe MS₂-Prs-esticar-CAU-VF 1-genro. Genro MS₁-Prs-esticar-VF

‘A mãe está a fazer esticar ao genro’ ‘o genro estica’

d) *Atsvari a-no-tararikisa. U-no-tararika bote.

Atsvari a-no-tararik-is-a [-] bote. [-] u-no-tararik-a bote.

Mãe MS₂-Prs-esticar-CAU-VF 5-corda. MS₁-Prs-esticar-VF 5-corda

‘A mãe estica a corda’

‘Estica a corda’

Os exemplos em (8) mostram uma situação em que, depois da incorporação da extensão causativa, os argumentos devem realizar-se (cf. 8.b). A sua ausência resulta em agramaticalidade, independentemente da sua função sintáctica e do papel temático que cada argumento desempenha na estrutura sintáctica (cf. 8.c, d). Em (8.c), não ocorre objecto primário (OP) e em (8.d) não se realiza sintacticamente o objecto secundário (OS)⁶¹.

Os exemplos mostram também que, independentemente das propriedades de c-selecção do verbo de base, a afixação da extensão causativa altera a interpretação semântica da frase que a contém. Por exemplo, a adição da extensão causativa a uma base verbal remete à ideia de causar ou fazer alguém fazer alguma coisa. Esta extensão interfere na atribuição de papéis temáticos, bem como altera as propriedades de c-selecção do verbo de base e adiciona mais um argumento interno com função sintáctica de objecto primário e com papel temático de causador.

Partindo dos exemplos acima, pode-se chegar a duas interpretações: a primeira é que o morfema causativo, assim como todas as extensões do tipo (+O), pode ocorrer tanto em verbos transitivos (8b, c, d, e) como em intransitivos (8.a). A segunda é que este (s) morfema (s) pode(m) fazer parte de radicais de raízes do tipo -C- (cf. 8.b) ou do tipo -CVC-ou mais longas -CVCVC- (cf. 8.b).

Para o caso do Ciwutee, a extensão causativa ocorre na mesma posição prevista na estrutura do verbo em bantu (Meeussen 1967; Ngunga 2014).

Neste processo, nota-se que a agramaticalidade ocorrida em (8.c, d) não depende apenas dos papéis temáticos ou funções sintácticas que cada constituinte desempenha na frase, mas sim do conjunto de informações emanadas ao nível do léxico (c-selecção e s-selecção).

Os exemplos acima mostram que, independentemente do tipo de verbo e da natureza da sua ocorrência, existe uma relação entre morfologia, léxico e sintaxe (Baker, 1985, 1988).

⁶¹ O objecto primário refere-se ao complemento que ocorre adjacente ao verbo e objecto secundário ao complemento que ocorre à periferia do núcleo do sintagma (Ngonyani e Guitinji 2006). Os termos são atribuídos a núcleos ditransitivos cujos complementos são dois NP, o caso das línguas bantu, em particular Ciwutee.

Terminada a secção de causativização morfológica, passa-se a apresentar a extensão applicativa em Ciwutee.

5.1.2. Extensão applicativa (*-il-, -id-, -ir-)

Segundo Carochi (1983) e Waweru (2011), o termo “applicativo” surgiu no século XVII, quando missionários que descreviam a gramática das línguas Uto-Asteca (*Uto-Aztecan*) designaram como “verbos aplicados” as formas verbais que indicavam que a acção do verbo se realiza em benefício de uma outra pessoa. Marantz (1993) afirma que, em estudos posteriores, o termo applicativo passou a ser usado para designar uma flexão verbal especial que acrescenta um objecto extra à estrutura argumental do verbo.

Câmara (2018) acrescenta, argumentando que em literatura bantu, o termo *aplicado* passou a referir-se a construções em que a presença de um morfema aplicado no verbo está directamente correlacionada com o acréscimo de um argumento extra, um objecto (*afectado* ou *beneficiário, goal*)⁶² na frase. Para a autora, uma definição mais completa, mas ao mesmo tempo simples, pode ser encontrada em Jeong (2006), para quem a applicativização é geralmente entendida como uma construção em que um verbo tem um morfema específico que licencia um argumento oblíquo que não seria argumento do verbo não derivado. Olhando para esta definição numa perspectiva bantuística, notamos que o termo *objecto oblíquo* pode remeter-nos a uma ambiguidade quando analisamos estruturas sintácticas tendo em conta a função sintáctica e os papéis temáticos inerentes ao objecto em análise. Neste estudo, abraçamos as propostas de Mutaka e Tamanji (2000) e Matsinhe (1994), por terem introduzido os termos beneficiário, maleficiário, que nos ajudam a descrever o objecto que estiver em análise como se apresenta a seguir.

Mutaka e Tamanji (2000:179), para além da contribuição acima, prosseguem afirmando que a extensão applicativa é também considerada benefactiva ou dativa por indicar que o estado ou a acção descrita é realizada em benefício de alguém. Contudo, Matsinhe (1994:165) considera que esta extensão verbal pode também ser malefactiva. Neste último caso, trata-se de uma situação em que a acção predicativa prejudica o alvo. Por outras palavras, a função

⁶² Baker 1997
Bresnan e Kinerva 1989

semântica da extensão tem a ver com o sentido que o contexto de uso da língua lhe atribui. Por isso, a alternativa aplicável em todas as situações para este objecto aplicado designá-lo por “alvo” para dar conta de qualquer contexto de uso da língua, como tínhamos afirmado. Sistemáticamente, as extensões verbais são analisadas como material (i) fonológico, (ii) morfológico; e (iii) léxico-sintáctico (Langa, 2012).

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que, na bibliografia visitada, há unanimidade na implicação sintáctica da extensão applicativa, pois a presença de um morfema aplicado no verbo está directamente correlacionada com o acréscimo de um argumento extra. Pelo que acabámos de ver, os autores parecem sugerir os seguintes três papéis temáticos mais proeminentes do objecto: benefactivo/maleficiário, instrumental e locativo. Até agora, vimos que, geralmente, o morfema applicativo em bantu realiza-se por meio de um sufixo applicativo reconstruído como **-id-* (Good 2005) ou **-il-* (Schadeberg 2003) realizada como *-il-* ou *-ir-* em diferentes LBs. A variação da margem da sílaba tem a ver com a natureza das consoantes que ocorrem na língua. Por exemplo, se a língua não tiver a consoante vibrante simples [r], como acontece com Ciyawo, realiza-a pela lateral líquida [l]. O inverso, como acontece com Ciwuttee que não tem a lateral líquida, realiza-se por [r]. As línguas que têm /r/ e /l/, como Makhuwa e Changana, optam, regra geral, por /l/.

Em Ciwuttee, como o dissemos, este morfema é realizado como *-ir-/-er-*, respeitando a regra de harmonia vocálica (Ngunga, 2004). Nos exemplos que se seguem, apresentamos a ocorrência do morfema applicativo em verbos intransitivos e transitivos do Ciwuttee:

9.a) kumuka

ku-muk-a

15-levantar-se -VF

‘levantar-se.’

b) imbwa yamuka

imbwa i-a-muk-a

cão MS₉-Psd-levantar-se-VF

‘O cão levantou-se’

c) imbwa yamukira tsuro

imbwa i-a-muk-ir-a tsuro

cão MS₉-Psd-levantar-se-APL-VF 9-coelho

‘O cão levantou-se para o coelho’

d) *imbwa yamukira

imbwa i-a-muk-ir-a

cão MS₉-Psd-levantar-se-APL-VF

‘O cão levantou-se para’

10.a) kupadza macira

ku-padza-a macira

15-lavar-VF 6-roupa

‘lavar roupa’

b) mukwambo wapadzira mwaramu macira

mukwambo u-a-padz-ir-a mwaramu macira

genro MS₁-Psd-lavar-APL-VF 1-cunhada 6-roupa

‘O genro lavou a roupa para a cunhada’

c) *?Mukwambo wapadzira macira mwaramu

mukwambo u-a-padz-ir-a macira mwaramu

genro MS₁-Psd-lavar-APL-VF 6-roupa 1-cunhada

‘O genro lavou para a roupa para a cunhada’

d) *mukwambo wapadzira macira

mukwambo u-a-padz-ir-a macira

genro MS₁-Psd-lavar-APL-VF 6-roupa

‘O cunhado lavou para a roupa’

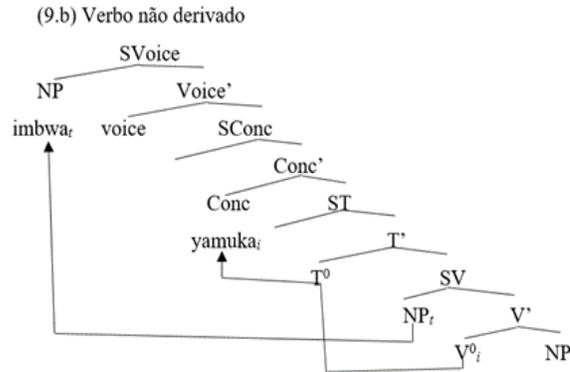
O verbo **kumukira** tem duas interpretações, a saber, ‘levantar-se para’ e ‘acordar cedo’. No presente trabalho, é usada a primeira interpretação, ‘levantar-se para’. Nos exemplos em (9.a), mostramos que partimos de um verbo intransitivo **kumuka** ‘levantar-se’, sem nenhuma extensão. Em (9.c) afixamos a extensão applicativa e, conseqüentemente, adicionou-se o objecto como argumento interno do *output* do verbo **kumuka** (Hyman 2007; Mutaka e Tamanji 2000; Ngunga 2000).

Quando analisamos o enunciado em (9.d), nota-se que o argumento applicativo não se está a realizar na estrutura sintáctica e, por conta da sua ausência, a estrutura tornou-se agramatical,

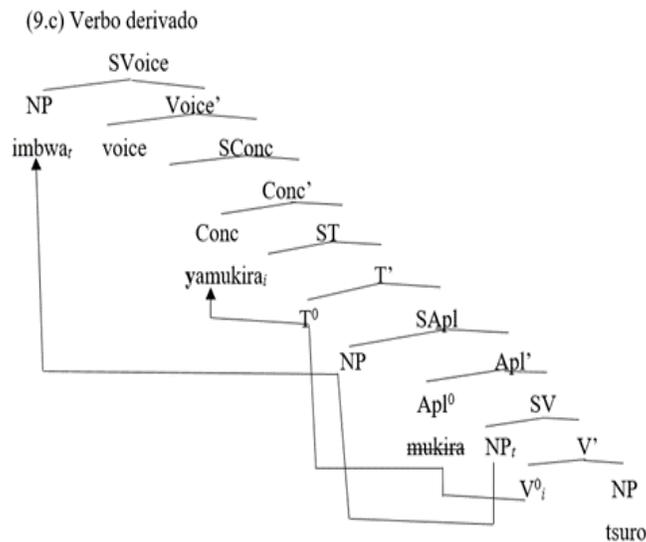
provando que **tsuro** ‘coelho’ é um complemento obrigatório na frase, cujo predicado tem como núcleo o verbo **kumukira** ‘levantar-se para’ que passa pelo [T^o,T’] para marcar tempo, depois move-se para [ConC^o, ConC’], onde copia os traços de concordância inerentes ao sujeito da frase.

Em (10.b), temos o verbo **kupadza** ‘lavar’, por natureza, transitivo de valência II. Através *daincoporação*, a ele afixamos a extensão applicativa formando um verbo de valência III, permitindo que a sintaxe realize três argumentos, a saber: **mukwambo** ‘genro’ como argumento externo, com função sintáctica de sujeito (NP, Voice); **mwaramu** ‘cunhando’ como um dos argumentos internos, com função sintáctica de objecto primário (OP) (NP, SApl) e **macira** ‘roupa’ também como um dos argumentos internos, com função sintáctica de objecto secundário (OS)⁶³ [V^o, V’]. Quando co-ocorrem dois argumentos internos, o objecto com função sintáctica de OP deve ocorrer adjacente ao núcleo do sintagma e OS à periferia do SV que os contém. Numa análise tendo em conta o funcionamento da gramática da língua, a inversão da ordem de ocorrência dos objectos resulta em estruturas agramaticais, mas se for a nível do uso, a ordem de ocorrência dos constituintes sintagmáticos é tida como marcada, isto é, alguns falantes seguem esta ordem (Mchombo e Firmino 1999; Marten e Kula 2007). A rejeição da análise tendo em conta o funcionamento da gramática da língua, usando propriedades semânticas, reside no facto de a entidade com o traço [-ANIM] não ter capacidade de se beneficiar da acção prevista no verbo para [+ANIM], uma vez que **macira** ‘roupa’ não tem traços semânticos para **kupadza** ‘lavar’ nem **kupadzira** ‘lavar para’, ou se beneficiar de **mwaramu** ‘cunhado’. A seguir, apresentamos as representações arbóreas dos três casos acima.

⁶³ Os dois conceitos devem ser aplicados de acordo com as características particulares das estruturas sintácticas da língua. As que permitem a co-ocorrência de dois complementos NP/SN, em termos de função sintáctica, aplica-se o objecto primário (adjacente) e objecto secundário àquele objecto que ocorre à periferia do núcleo do V’. O objecto directo combina com objecto indirecto, que este último, em termos de posição e função sintáctica corresponde a objecto secundário.



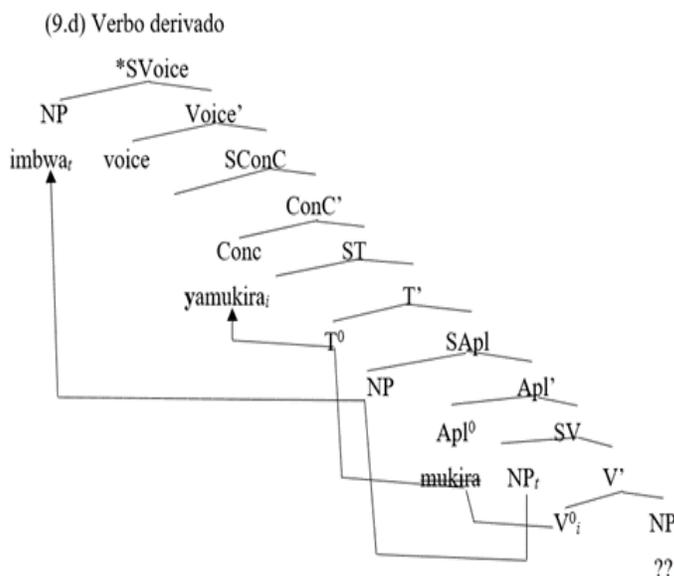
Na árvore em (9.b) os constituintes estão nas suas posições de origem. O verbo **kumuka** ‘levantar-se’ é intransitivo e a frase é gramatical. Vejamos a seguir:



Os constituintes estão na ordem básica (9.c). Ao verbo não extenso, incorporou-se uma extensão do tipo +O. Como consequência, alterou-se a valência do verbo formado, permitindo que a sintaxe remapeie a sua estrutura, de um para dois argumentos, de acordo com informação emanada ao nível do léxico. Estes factos são sustentados no PE, que advoga haver uma relação entre a Morfologia e a Sintaxe. Para além destes processos, pode-se afirmar que o processo da introdução do argumento aplicado começa com o movimento do verbo não derivado para o núcleo aplicativo (núcleo morfológico) a fim de receber o traço aplicativo através da inserção do sufixo aplicativo e da ocorrência do objecto aplicado. Portanto, a introdução do objecto aplicado foi realizada para depois a verificar o traço aplicativo (-**ir-**) que contribui com o papel temático de beneficiário. Em seguida, o verbo aplicado moveu-se para o núcleo [T^o, T'] para a

verificação do traço de tempo. Mesmo assim a derivação não converge; o verbo move-se para [ConC°, SConC'] para a verificação do traço de concordância com o sujeito. Nesta árvore mostramos que o movimento foi o último recurso para a verificação de traços morfológicos correspondenteo.

Seguindo a tipologia de aplicativo discutida por Pylkkänen (2008), podemos perceber que na estrutura acima estamos perante um aplicativo que ocorre acima do SV e denota uma relação entre o evento descrito pelo verbo e o NP. Assim, há uma relação entre **kumukira** ‘levantar para’ e o NP **imbwa** ‘cão’. Tendo em conta os dados, pode afirma-se que o NP **tsuro** ‘coelho’ recebe caso acusativo, atribuído pelo verbo aplicado⁶⁴. Por isso, não pode ser substituído por um outro NP que não possa receber caso acusativo sob pena de termos uma construção agramatical.



Na árvore acima (9.d), mostra-se que ao verbo não extenso incorporou-se uma extensão do tipo +O de que resultou na alteração da valência do verbo formado. Depois de todos os movimentos e incorporação da extensão, a sintaxe não realiza essas informações emanadas ao nível do léxico, tornando a estrutura agramatical. A agramaticalidade mostra de facto que os

⁶⁴ Ver Bliss (2009) Filtragem de Caso (*Case Filter*) Shona.
Câmara (2018) Filtragem de Caso (*Case Filter*) Nyungwe.

processos morfológicos envolvendo a extensão applicativa desencadeiam transformações ao nível do léxico. Estes factos mostram claramente que o Princípio de Espelho é o modelo ideal para analisar aspectos morfossintácticos, coberto de princípios oferecidos pelo Programa Minimalista.

Nesta secção, analisámos a extensão applicativa. Na secção que se segue, vamos analisar a extensão passiva.

5.1.3. Extensão passiva (*-u/-ibu-; (i)w-)

A construção passiva em Ciwutee é realizada pela adição de **-(i)w-** à base verbal modificando a morfologia, a fonologia, a semântica e a valência do verbo.

No tocante à valência, é do tipo -O. A realização em **-iw-** ou **-w-** desta extensão depende da variante em uso. Considerem-se os seguintes exemplos:

11.a) kupfupfa

ku-pfupf-a

15-escovar-VF

‘escovar’

b) kupfupfiwa/kupfupfwa

ku-pfupf-(i)w-a

15-escovar-PAS-VF

‘ser escovado’

12.a) kukama

ku-kam-a

15-expremer-a

‘expremer’

b) kukamiwa/kukamwa

ku-kam-(i)w-a

15-expremer-PAS-VF

‘ser expremido’

c) kumenya

ku-meny-a

15-descascar-VF

‘descascar’

d) kumeny*i*wa/kumenywa

kumeny-(i)**w**-a

15-descascar-PAS-VF

‘ser descascado’

13.a) kusvuta

ku-svut-a

15-chupar-VF

‘chupar’

b) kusvuti*i*wa/kusvutwa

ku-swut-(i)**w**-a

15-chupar-PAS-VF

‘ser chupado’

Todos os verbos em (11.b, 12.b e 13.b), ocorrem com o morfema de extensão passiva sufixado entre a raiz verbal e a vogal final.

5.1.3.1. Extensão passiva em verbos transitivos de valência II

Quando a extensão passiva ocorre numa base verbal transitiva de valência II, o constituinte com função sintáctica de objecto primário e com papel temático de afectado/alvo é promovido para a posição NP sujeito e o sujeito da frase activa é demovido para uma posição de agente da passiva na estrutura sintáctica.

No geral, o constituinte promovido passa a desencadear a concordância na estrutura sintáctica. Veja os exemplos:

14.a) mukwambo wasvuta muto

mukwambo u-a-svut-a muto

genro MS₁-Psd-chupar-VF 3-molho

‘O genro chupou o molho’

b) muto wasvutwa ngo mukwambo

mu-to u-a-svut-w-a ngo mukwambo

molho MS₃-Psd-chupar-PAS-VF por 1-genro

‘O molho foi chupado pelo genro’

c) *muto casvutwa ngo mukwambo

muto c-a-svutw-a ngo mukwambo

3-molho MS₇-Psd-chupar-PAS-VF por 1-genro

‘O molho foi chupado pelo genro’

15.a) Acasara aatenga dzoma

Acasara a-a-teng-a dzoma

Acasara MS₁-Psd-comprar-VF 5-gazela

‘O senhor Chasara comprou uma gazela’

b) Dzoma ratengwa nga Casara

Dzoma r(i)-a-teng-w-a nga Casara

gazela MS₅-Psd-comprar-PAS-VF por Casara

‘A gazela foi comprada por Casara’

16.a) Agwiti gwiti aabika dzoma

Agwiti gwiti a-a-bik-a dzoma

Agwiti gwiti MS₁-Psd-cozinhar-VF 5-gazela

‘a senhora Gwiti gwiti cozinhou a carne de gazela’

b) Dzoma rabikiwa nga gwiti gwiti

Dzoma r(i)-a-bik-iw-a nga Gwiti gwiti

gazela MS₅-Psd-cozinhar-PAS-VF por 1-Gwiti gwiti

‘a carne de gazela foi cozinhada por Gwiti gwiti’

17.a) Aduzia aarya **dzoma**

Aduzia a-a-ry-a **dzoma**

‘Aduzia MS₁-Psd-comer-VF 5-gazela

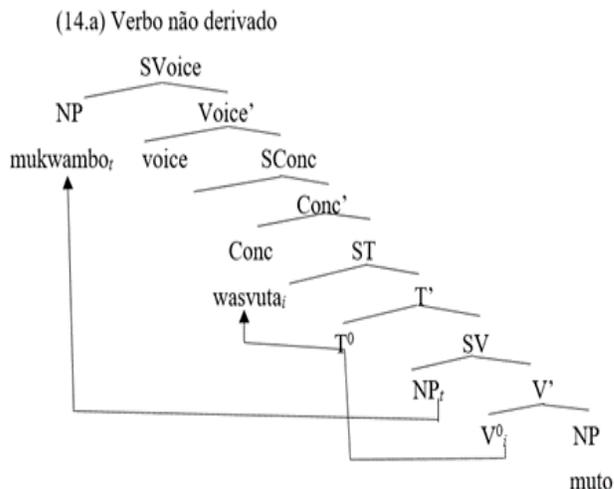
‘Duziya comeu a carne de gazela’

b) *[Dzoma] aaryiwa nga duzia

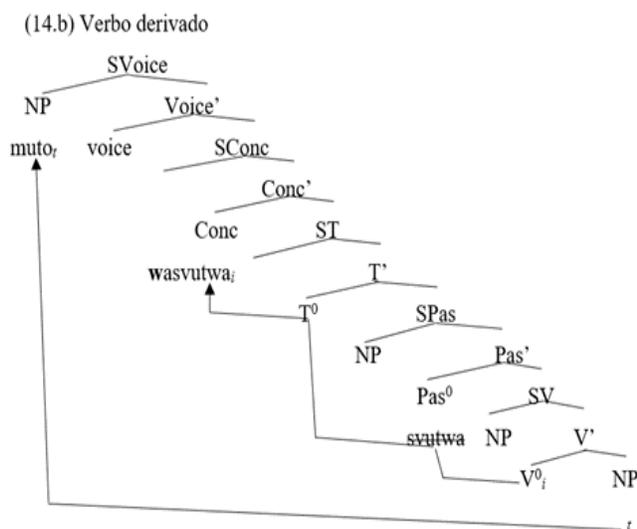
[Dzoma] a-a-ry-iw-a nga Duziya

gazela MS₅-Psd-comer-PAS-VF por Duzya

‘A carne de gazela foi comida por Duzya’



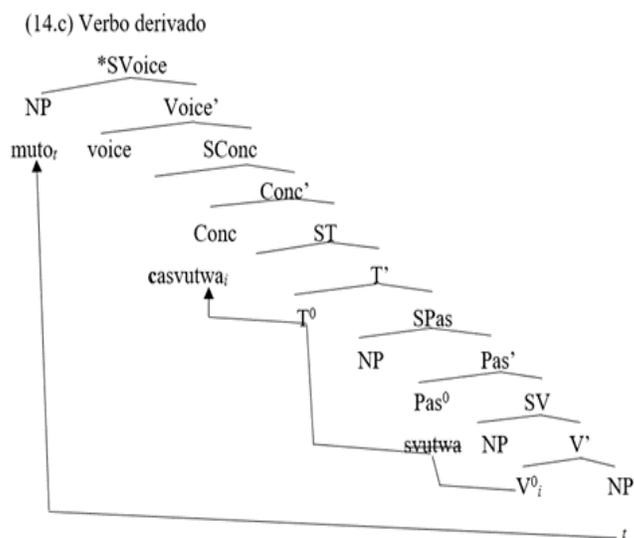
Nesta representação arbórea, os constituintes sintácticos estão nas suas posições de origem de acordo com as propriedades de c-selecção do verbo **kusvuta** ‘chupar’.



Na árvore (14.b), não se analisa a posição de origem até ao poiso do NP sujeito da frase activa porque não faz parte deste estudo. Em (14.a), os constituintes estão na ordem canónica, de acordo com o léxico. Em (14.b), ao verbo não extenso incorporou-se uma extensão passiva que é do tipo -O. Como consequência, alterou-se a valência do verbo, permitindo a sintaxe

remapear a sua estrutura, passando de dois para um argumento, de acordo com a informação emanada ao nível do léxico.

A árvore (14.b) mostra que a afixação da extensão passiva leva à projecção de um sintagma passivo para que o verbo possa mover-se do núcleo V° para [Pas°, Pas'] para a afixação da marca da passiva e verificar o respectivo traço passivo. Depois, o verbo derivado move-se para [T°, T'] a fim de verificar o traço de tempo. Daqui, move-se para [Conc°, ConC'] para verificar o respectivo traço de concordância. O objecto **muto** 'molho' gerado na posição [NP, V'] foi movido dessa posição para a posição de sujeito [NP, SVoice], onde ocorrem as interfaces, como se pode ver na árvore (14.b). Veja a árvore a seguir.



Os exemplos (15, 16, 17), mostram que depois dos movimentos, o objecto da activa passa a desempenhar a função de sujeito da passiva e, conseqüentemente, passa a determinar a concordância na estrutura sintáctica. Vale aqui referir que o objecto promovido a sujeito mantém o seu papel temático de paciente (15.b, 16.b). A frase (14.c e 17.b) mostra que a frase torna-se agramatical (17.b) se o verbo estiver a ocorrer no [ConC°, ConC'] não concordar com o constituinte promovido para o paradigma de sujeito (muto da classe 3). A seguir, apresenta-se verbos de valência III.

5.1.3.2. Extensão passiva em verbos transitivos de valência III

À luz das propostas de Larson (1988) e de Halle e Keyser (1993), afirmamos que os verbos de valências três, normalmente seleccionam dois complementos (dois argumentos internos) e um externo. Veja os exemplos:

18.a) Abhinzi aakwededza ana kubaba

Abhinzi a-a-kwededz-a a-na kubaba

Abinzi SM₁-Psd-afastar-VF 1-crianças 17-pai

‘O senhor Bhinzi afastou as crianças do pai’

b) Ana aakwededziwa kubaba nga Bhinzi

A-na a-a-kwededz-iw-a kubaba nga Bhinzi

crianças MS₂-Psd-afastar-PAS-VF 17-pai por 1-Bhinzi

‘As crianças foram afastadas do seu pai por Bhinzi’

Em (18.a) ocorrem **ana** ‘crianças’ e **kubaba** ‘do pai’ como argumentos internos e ‘Bhinzi’ (nome próprio), como argumento externo do verbo **-kwededza** ‘afastar’.

Na frase (18.b), o constituinte **ana** ‘crianças’ que desempenhava a função sintáctica de objecto primário, com traço semântico [+HUM] na frase em (18.a) foi movido para a posição [NP, Voice] (18.b). Veja-se a seguir.

19.a) Tungunye wapasa mukweguru mutombo

Tungunye u-a-pas-a mukweguru mutombo

Tungunye MS₁-Psd-dar-VF 1-sogro 3-remédio

‘Tungunye deu o remédio ao sogro’

b) ***Mutombo** wapasiwa mukweguru nga Tungunye

Mutombo u-a-pas-iw-a mukweguru nga Tungunye

remédio MS₃-Psd-dar-PAS-VF 1-sogro por 1-Tungunye

Lit.: medicamento receber Tongunye

‘o medicamento foi entregue Tungunye’

A agramaticalidade da frase em (19.b) deve-se ao facto de o constituinte movido não reunir condições semânticas para desempenhar a função que lhe é incumbida, entendendo-se que não se pode dar algo a um ser [-ANIM] que não seja recepiente. Nesta língua, a estrutura (19.b) pode tornar-se gramatical quando a forma verbal, antes da extensão passiva “w”, ocorrer uma aplicativa “ir” para formar *-pasirwa*. A língua adopta esta estratégia para acomodar as passivas cujo NP promovido para função sintáctica de sujeito ostenta o traço [-ANIM] A seguir vai-se estudar a extensão passiva em verbos intransitivos.

5.1.3.3. Extensão passiva em verbos intransitivos

Os verbos intransitivos podem co-ocorrer com argumentos externos. Embora, geralmente, a passiva ocorra com verbos transitivos, em Ciwutee, há situações em que ocorrem com verbos intransitivos, com certas restrições. Veja os exemplos:

20.a) Bonga rawa

bonga r(i)-a-w-a
gato bravo MS₅-Psd-cair-FV
‘O gato bravo caiu’

b) Cingore wati, kawiwa ngo bonga

Cingore u-a-ti, k-a-w-iw-a ngo bonga
Cingore MS₁-Psd-disse MS₁₇-Psd-cair-PAS-FV por 5-gato bravo
Lit.: Cingore disse, foi caído pelo gato
‘Cingore disse, caiu-se por causa do/devido ao gato’

21.a) Mhondoro yafa

Mhondoro i-a-f-a
leão MS₉-Psd-morrer-VF
‘O leão morreu’

b) kafiwa ngo mhondoro

k-a-f-iw-a ngo mhondoro
MS₁₇-Psd-morrer-PAS-VF por 9-leão
Lit.: morrido por leão
‘morreu-se por causa do/devido ao leão’

22.a) kafiwa

k-a-f-iw-a

MS₁₇-Psd-morrer-PAS-VF

‘morreu-se’

b) kafiwa nyamasi

k-a-f-iw-a nyamasi

MS₁₇-Psd-morrer-PAS-VF hoje

‘morreu-se hoje’

23.a) pafiwa zvinapano

P-a-f-iw-a zvinoyipano

MS₁₆-morrer-PAS-VF agora

‘morreu-se agora’

b) Mwafiwa mugirawundi ro mabviti

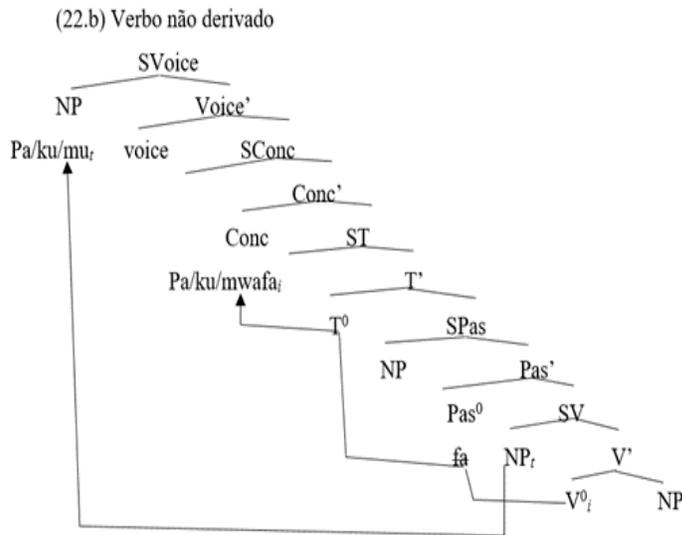
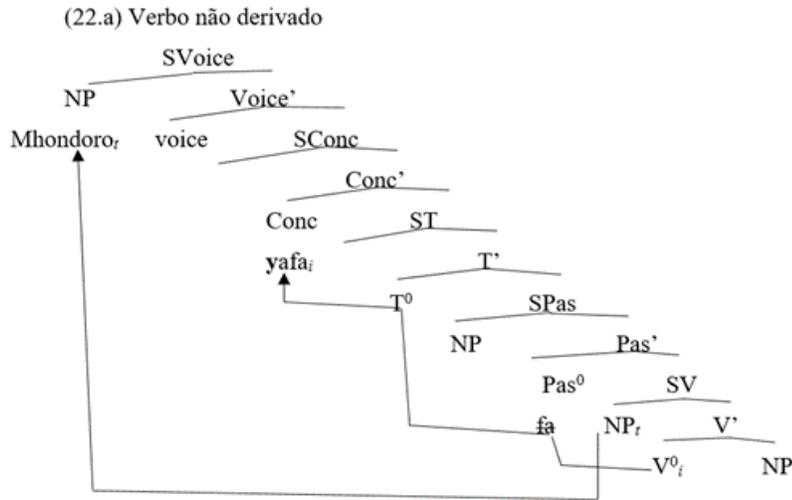
Mu-a-f-iw-a mugirawundi ro mabviti

MS₁₈-Psd-morrer-PAS-VF 18-chão

‘morreu-se na arena’

Como se pode observar em (20.a), por ser intransitivo, o verbo **-wa** ‘cair’ demanda um argumento externo sem nenhum argumento interno. Logo, teoricamente, não deveria ser possível ou aceitável a afixação da extensão passiva (-O) a este tipo de verbos. Mas os exemplos em (20.b, 22.b, 23b), mostram que quando o argumento externo pertence a uma classe locativa (16, 17 e 18), o verbo de um lugar pode aceitar a afixação do morfema da extensão passiva e o resultado pode ser traduzido como as passivas impessoais (22.b), equivalentes às realizadas através do pronome resumptivo (‘se’) em Português.

A seguir, vamos apresentar duas árvores com apenas o verbo da frase (22.a, b) para ilustrar a questão arrolada acima.



Os três locativos, nesta língua substituem o argumento externo, requisito mínimo necessário para que a extensão -O (passiva) ocorra numa estrutura sintáctica considerada gramatical.

Mesmo estando numa secção de exemplos com verbos intransitivos, apresenta-se um transitivo para provar que os locativos podem aplicar-se nas mesmas circunstâncias em verbos desta natureza. Veja os exemplos com o verbo **kuwuraya** ‘matar’:

- 24.a) Choni wawuraya nyoka
 Choni u-a- wuray-a nyoka
 Choni MS₁-Psd-matar-VF 9-cobra
 ‘Choni matou a cobra’
- b.i) pawurayiwa nyoka
 pa-uray-iw-a nyoka
 MS₁₆-matar-PAS-VF 9-cobra
 ‘(aqui) matou-se cobra’
- ii) kwawurayiwa nyoka
 ku-uray-iw-a nyoka
 MS₁₇-matar-PAS-VF 9-cobra
 ‘(lá) matou-se a cobra’
- iii) muwurayiwa nyoka
 mu-uray-iw-a nyoka
 MS₁₈-matar-PAS-VF 9-cobra
 ‘(aqui dentro) matou-se a cobra’
- c.i) *Choni pawurayiwa nyoka
 Choni pa-wuray-iw-a nyoka
 Choni MS₁₆-matar-PAS-VF 9-cobra
 (Sem tradução possível)
- ii) *Choni kuwurayiwa nyoka
 Choni ku-wuray-iw-a nyoka
 Choni MS₁₇-matar-PAS-VF 9-cobra
 (Sem tradução possível)
- iii) *Choni muwurayiwa nyoka
 Choni mu-wuray-iw-a nyoka
 Choni MS₁₈-matar-PAS-VF cobra
 (Sem tradução possível)
- d.i) *pawurayiwa [-]
 pa-wuray-iw-a [-]

MS₁₆-matar-PAS-VF

(Sem tradução possível)

ii) *kuwurayiwa [-]

ku-wuray-iw-a [-]

MS₁₇-matar-PAS-VF

(Sem tradução possível)

iii) *mwawurayiwa [-]

mu-wuray-iw-a [-]

MS₁₈-matar-PAS-VF

(Sem tradução possível)

Tendo em conta os exemplos acima, nota-se que a estrutura (24.a) é gramatical sendo o sujeito realizado pelo nome Choni, o predicado é **kuwuraya nyoka** ‘matar cobra’ onde **kuwuraya** ‘matar’ é núcleo do SV e o nome **nyoka** ‘cobra’ é o complemento a desempenhar a função sintáctica de OD. Em (24.b), também a estrutura é gramatical com os prefixos das classes 16 (**pa-**), 17 (**ku-**) e 18 (**mu-**) como MS locativo não realizado lexicalmente. O nome Choni e o locativo em parte, neste contexto partilham os mesmos traços sintácticos, por isso podem ocorrer no mesmo paradigma. É por esta razão que o locativo ocorre na posição de sujeito na árvore (22.b) sem, contudo, produzir enunciado agramatical. A estrutura (24.c) é agramatical porque não se respeita o princípio de distribuição e o critério de co-ocorrência que advoga que duas palavras da mesma categoria sintáctica não devem co-ocorrer no mesmo ponto sintagmático. Para terminar, a estrutura (24.d) é agramatical porque não foram respeitadas as propriedades de c-selecção do verbo **kuwuraya** ‘matar’. Embora a extensão do tipo -O esteja conectada à base verbal, a valência do verbo de base continua a determinar quais os elementos sintácticos que devem co-ocorrer consigo.

É nesta perspectiva que concluímos que o locativo anula as propriedades lexicais das extensões do tipo -O, no caso da extensão passiva em Ciwutee. A seguir apresentamos a extensão pseudo-passiva.

5.1.4. A extensão pseudo-passiva, estativa ou neutra (*-ik-)

A extensão pseudo-passiva tem sido vista de formas diferentes na literatura. Por exemplo, Guthrie (1967/71) designa-a *neutra* ou *potencial*, ao passo que Doke (1954) vê-a como *neutra*. Ribeiro (1965) considera-a *qualificativa*, Baumbach (1988) *neutro-passiva*, e Matsinhe (1994) como sendo *neutro-estativa* (Langa 2014). De acordo com Lodhi (2002), a extensão pseudo-passiva representa postura ou posição. Indica que a acção do verbo pode ser facilmente realizada (Chabata 2007). Em Chabata (2007), podemos encontrar uma definição mais alargada tendo em conta os radicais verbais em que esta extensão pode ocorrer. De acordo com Câmara (2018), Gowlett (1967) afirmam que a extensão pseudo-passiva indica que o sujeito do verbo entra em algum estado resultante de uma acção. Tem o potencial para se submeter à acção expressa pelo radical não derivado sem que haja nenhum agente implicado em tal estado. A presente investigação não pretende aprofundar as várias designações desta extensão. Neste estudo, esta extensão será designada por pseudo-passiva tal como Ngunga (1999, 2000) a designou. No leque das extensões, ela faz parte das que reduzem a valência do verbo de base, através da promoção do objecto da frase para a posição de sujeito, tal como ocorre em extensão passiva.

A diferença entre a extensão passiva e pseudo-passiva reside no facto de: (i) nas construções passivas, o sujeito lógico ser opcional, enquanto na construção pseudo-passiva, a ausência do sujeito lógico resulta em agramaticalidade; (ii) as construções passivas terem um agente explícito, contrariamente às construções pseudo-passivas que não apresentam agente explícito; (iii) as construções passivas integram o sujeito lógico presente, ao passo que a pseudo-passiva não o integra (Chabata 2007).

Sintacticamente, a extensão pseudo-passiva pertence ao grupo das que reduzem o número de argumentos ou participantes na frase, sendo que o agente é o que se perde e o paciente/tema toma o papel temático exclusivo e hierarquicamente mais alto em relação aos outros contituíntes sintácticos (Chabata 2007; Hyman 2007; Ngunga 2014). Deste modo, esta extensão intransitiviza verbos transitivos, tal como argumentámos acima. Vejamos os exemplos que se seguem:

25.a) Masvothore waphwanya zanda.

Masvothore w-a-phwany-a zanda

Masvothore MS₁-Psd-partir-VF 5-ovo

‘Masvothore partiu ovo’

b) Zanda raphwanyika.

Zanda r(i)-a-phwany-ik-a.

ovo MS₅-Psd-partir-se-PPAS-VF

‘o ovo partiu-se’

26.a) Jati wawona ciphoko.

Jati w-a-won-a ciphoko

Jati MS₁-Psd-ver-VF 7-fantasma

‘Jati viu fantasma’

b) Ciphoko cawoneka.

Ciphoko c-a-won-ek-a.

fantasma MS₇-Psd-ver-PPAS-VF

‘o fantasma viu-se/apareceu’.

Os exemplos em (25) e (26) mostram verbos que expressam acções agentiva e experienciativa. Neles, é possível ver as implicações semânticas e sintácticas da extensão pseudo-passiva. O significado de (25.a) está relacionado com o significado de (25.b), onde o evento causado resulta do evento causador. Vemos que o objecto **zanda** ‘ovo’ da frase transitiva e o sujeito **zanda** ‘ovo’ da frase intransitiva (25.b) ostentam o mesmo papel temático (tema) e a sua configuração morfológica. Dada a natureza do verbo **kuphwanya** ‘partir’, a entidade externa (Masvothore) em (25.a) ostenta o papel de agente cuja acção recai sobre **zanda** ‘ovo’ como complemento, com papel temático de tema.

Em (26.a), nota-se que o sujeito da frase ostenta o papel temático de experienciador, papel assumido como reflexo da natureza do núcleo do sintagma verbal. Tendo em conta este aspecto, conclui-se que, em Ciwutee, a natureza dos núcleos verbais determina o papel temático do sujeito, tal como acontece em (25.a), com o verbo **kuphwanya** ‘partir’ e em (26.a), com o verbo **kuwona** ‘ver’.

Esta breve discussão serve para mostrar não apenas a razão para a designação diferenciada da extensão pseudo-passiva tendo em conta as suas implicações sintácticas, mas também para

alertar o leitor sobre a aplicabilidade de (PE) na análise morfossintáctica em minimalismo. A seguir vamos olhar para as questões paramétricas inerentes a esta extensão no Ciwutee.

5.1.4.1. A Extensão pseudo-passiva/neutra em Ciwutee

Em Ciwutee, tal como em muitas línguas bantu, o morfema da extensão pseudo-passiva é **-ik-/-ek-**. A distribuição dos alomorfos **-ik-** e **-ek-** é feita de acordo com a altura da última vogal da raiz. Em termos sintácticos, esta extensão diminui a valência do verbo, na medida em que, a sua afixação a um verbo transitivo, resulta na perda do constituinte com papel temático de agente ou experienciador. Numa situação em que se tem dois argumentos (externo e interno), depois da aplicação da morfologia, altera-se o mapeamento sintáctico do *output* do verbo, ficando o elemento com a função sintáctica de objecto (argumento interno) e papel temático de paciente transformado em sujeito (argumento externo), mantendo o papel temático de paciente. A seguir, apresentamos a ocorrência da extensão pseudo-passiva em verbos intransitivos.

27.a) kufa

ku-f-a

15-morrer-VF

‘morrer’

b) *kufika

ku-f-ik-a

15-morrer-PPAS-VF

‘ser possível de ser morto’

28.a) kunaya

ku-nay-a

15-chover-VF

‘chover’

b) *kunayika

ku-nay-ik-a

15-chover-PPAS-VF

‘Ser possível de permitir ser feito chover’

Os exemplos acima apresentam verbos intransitivos. Afixada a extensão pseudo-passiva, o verbo de base toma nova configuração morfológica. A agramaticalidade das estruturas (27.b, 28.b) resulta do facto de a extensão pseudo-passiva diminuir a valência do verbo resultante da sua afixação. Por isso, ao ocorrer com verbos intransitivos, não haverá o que diminuir na estrutura sintáctica, o que lembra a sabedoria popular segundo a qual *apaduswi ciro pasina* ('não se tira algo de um vazio').

Os exemplos que se seguem mostram o que acontece quando a extensão pseudo-passiva ocorre em verbos monotransitivos e em verbos ditransitivos:

- 29.a) kumwesa
ku-mwes-a
15-rasgar-VF
'rasgar'
- b) Maphaziphazi wamwesa mukhore.
Maphaziphazi u-a-mwes-a mukhore
Maphaziphazi MS₁-Psd-rasgar-VF 3-fralda
'Maphaziphazi rasgou fralda'
- c) Mukhore wamweseka.
Mukhore u-a-mwes-ek-a.
fralda MS₃-Psd-rasgar-PPAS-VF
'A fralda rasgou-se.'
- 30.a) Bendzi rapasa imbwa pawu
Bendzi r(i)-a-pas-a imbwa pawu
bendzi MS₅-Psd-dar-VF 9-cão 5-pão
'O doente mental deu o pão ao cão'
- 31.a) Imbwa yapasika pawu
cão i-a-pas-ik-a pawu
cão MS₉-Psd-dar-PPAS-VF 5-pão
'O cão permitiu que lhe fosse dado pão'

- 32.a) *pawu yapasika imbwa⁶⁵
 pawu i-a-pas-ik-a imbwa
 pão MS₅-Psd-dar-PPAS-VF 9-cão
 (Sem tradução lógica)
- 33.a) Khirisito waphindura mvura se vhinyu
 Khirisito u-a-phindur-a mvura se vhinyu
 Cristo MS₅-Psd- transformar-VF 9-água em 9-vinho
 ‘Cristo transformou água em vinho’
- b) Mvura yaphindurika se vhinyu
 mvura i-a-phindur-ik-a se vhinyu
 água MS₉-Psd- transformar-PPAS-VF em 9-vinho
 ‘A água transformou-se em vinho.’
- c) Vhinyu yaphindurika se mvura
 vhinyu i-a-phindur-ik-a se mvura
 vinho MS₉-Psd- transformar-PPAS-VF em 9-água
 ‘O vinho transformou-se em água.’

Em (29.b), ocorre uma extensão pseudo-passiva num verbo monotransitivo que selecciona dois argumentos, um externo **Maphaziphazi** e um interno **mukhore** ‘fralda’. No exemplo (29.c), podemos perceber que a ocorrência da extensão pseudo-passiva reduziu o número de argumentos necessários para que a construção se torne gramatical na estrutura básica. O NP com o papel de tema **mukhore** ‘fralda’, que em (29.b) é gerado na posição pós-verbal como objecto do verbo não derivado, passa à posição de sujeito/paciente [NP, SVoice)] (30.c) e o NP **Maphaziphazi**, agente na estrutura não derivada, perde-se. Por isso não ocorre quando o verbo é pseudo-passivizado. Neste exemplo, estamos perante uma intransitivização de um verbo transitivo causada por operações morfológicas. A estrutura (30.a) mostra um caso em que a extensão pseudo-passiva ocorre num verbo ditransitivo com objectos de categorias semânticas diferentes. O verbo formado apresenta restrição na pseudo-passivização. Pelos exemplos apresentados, nota-se que, numa situação de um verbo que selecciona dois argumentos internos de categoria semântica diferente, apenas se pseudo-passiviza o objecto primário (OP) com traço

⁶⁵ Ver as abordagens de Kulikov e Bostoen (2016)

semântico [+ANIM] (31.a) ou que esteja em vantagem natural em relação ao outro, mas quando se pseudo-passiviza o objecto secundário (OS) com traço semântico [-ANIM] ou que esteja em desvantagem natural⁶⁶, a frase torna-se agramatical (32.a). Quando os dois objectos internos são da mesma categoria semântica, não se observa a restrição. Tanto o objecto primário (OP) quanto o objecto secundário (OS) podem ser pseudo-passivizados sem criar nenhuma agramaticalidade (33.b, c). Concluída a análise da extensão pseudo-passiva, vamos passar para a extensão recíproca.

5.1.5. A extensão Recíproca (-an-)

A extensão verbal **-an-** é mais conhecida como recíproca (Meeussen 1967, Guthrie 1967/71, Hyman 2007, Schadeberg 2003, entre outros). Para Botne (2003:437), a extensão verbal recíproca indica que “a acção expressa pelo verbo é, simultaneamente, feita de um para o outro.

De acordo com Ngunga (2014), a extensão recíproca, tal como a passiva, pertence ao grupo de extensões -O, aquelas que reduzem o número de argumentos na frase. Por outro lado, sobre a mesma extensão, Ngunga (op. cit.) diz que tal se deve ao facto de esta derivar um predicado de um lugar a partir de um predicado de dois lugares, ou seja, reduz para um os argumentos associados ao predicado não recíproco (Mchombo, 2007). Esta extensão também deriva predicados com uma interpretação semântica de reciprocidade, com papéis temáticos partilhados, devido ao facto de a acção ser mutuamente realizada entre os participantes (Matsinhe, 1994).

Na mesma perspectiva, Ngunga (1997) argumenta que, por expressar a semântica de ‘juntos’, ‘coesão’, esta extensão é também descrita por alguns autores (Schadeberg 2003; Kimenyi 2013) como sendo ‘associativa’ ou ‘comitativa’, com comportamento distinto da recíproca.

Tendo como ponto de partida estas definições, percebe-se que, apesar de ser sintacticamente intransitiva, esta extensão é semanticamente transitiva, pois dois intervenientes estão a realizar a mesma acção, um para o outro (Waweru 2011). Ela apenas pode ser afixada a

⁶⁶ Refere-se ao poder que um deles tem sobre outro objecto na igualdade de circunstância para o léxico.

verbos transitivos com sujeito não simples, mas animados ou “em poucos inanimados capazes de se movimentarem” (Waweru, 2011:142). Por ter características que atribuem responsabilidades aos dois argumentos que depois das operações morfológicas se realizam em um argumento externo morfológicamente composto, cuja responsabilidade é partilhada por ambos intervenientes que configuram o NP sujeito, esta extensão pode ser entendida como concatenadora semântica.

Confinando o ângulo de análise, Mchombo (2007) afirma que, nas línguas bantu, a extensão recíproca é realizada através do morfema (-**an**-), tal como ocorre em Ciwutee. No entanto, em algumas línguas, a extensão recíproca é realizada por mais de uma sílaba, como acontece, por exemplo, em Ciyaawo e Luganda (-**agan**-); Kikongo (-**azyán**-); Runyambo, Tshiluba (-**angan**). Nesta questão, Câmara (2018) afirma que esta extensão já despertou interesse de vários bantuístas (Mchombo 1993; Mchombo 2007; Mchombo e Ngunga 1994; Cocchi 2008; Mwamzandi 2012; Khumalo 2014; Bostoen e Nzang-bie 2010). Nestes estudos, tem-se feito distinção de diferentes construções recíprocas, algumas das quais apresentamos a seguir com o argumento de Kimenyi (2013) que afirma que o sufixo -**an**- representa um caso abstracto, o caso comitativo, que licencia diferentes tipos de argumentos: recíproco, comitativo, modo, objectos não especificados. Esta ideia explica por que razão os seus complementos não podem ser tratados de uma forma unificada. De acordo com o autor, este tipo de assimetria não pode surpreender se ela for tratada como outros sufixos que atribuem caso, o aplicativo, polissemântico e polifuncional nalgumas línguas.

Na distinção das construções recíprocas, Bruening (2006) faz uma análise da morfossintaxe e semântica das construções recíprocas que, embora preliminar, pelo debate que levanta, é importante para o nosso estudo. Neste estudo, o autor defende que a extensão recíproca é um tipo de núcleo *voice*. É um predicado de ordem superior que tem um SV com um argumento de um indivíduo não saturado como seu argumento. Em seguida, introduz a semântica da reciprocidade, afirmando que o argumento que ele projecta no Esp-SVRecip é tanto o agente como o argumento interno não saturado do SV. Com base em dados do Japonês, o autor defende que os verbos recíprocos devem ser tratados como inergativos. Ou seja, como verbos transitivos que perderam os seus argumentos internos. Esta ideia leva a que a extensão

recíproca seja incompatível com verbos inacusativos. Para além deste aspecto, esta extensão pode ocorrer com verbos intransitivos, introduzindo um argumento interno (Câmara, 2018).

Tomando uma linha de análise diferente dos estudos visitados, Mchombo (1993) analisou as construções recíprocas em Chichewa argumentando que, a distribuição assimétrica destes morfemas nos verbos deve ser explicada dentro de uma teoria adequada que não os trate como anáforas presas. Por isso, as versões recentes da Teoria de Regência e Ligação (TRL) não poderiam explicar essas assimetrias.

A seguir apresentamos e analisamos as construções recíprocas em verbos intransitivos e transitivos que ocorrem no Ciwutee à luz do PE.

34.a) tsekuru adongorira mbiya.

tsekuru a-a-dongorir-a mbiya

avô MS₅-Psd-espreitar-VF 1-avó

‘O avô espreitou a avó’

b) tsekuru na mbiya adongorirana.

tsekuru na mbiya a-a-dongorir-an-a.

avô e avó MS₂-Psd-espreitar-REC-VF

‘O avô e a avó espreitaram-se’

c) Awona adongorirana.

awona a-a-dongorir-an-a.

eles MS₂-Psd-espreitar-REC-VF

‘Eles espreitaram-se’

35.a) *mwiya wadongorira pfukwa.

mw-iyá w-a-dongorir-a pfukwa.

ar MS₃-Psd-espreitar-VF 9-espírito mau

(espírito espreitou ar em espírito)

b) *mwiya no pfukwa zvadongorirana.

mw-iyá no pfukwa zv-a-dongorir-an-a.

ar e espírito MS₈-Psd-espreitar-REC-VF

‘o ar e ar em espírito estreitaram-se’

- 36.a) tsekuru aw-a.
 tsekuru a-a-w-a.
 avô MS₅-Psd-cair-VF
 ‘O avô caiu’
- b) *tsekuru na mbiya awana.
 tsekuru na mbiya a-a-w-an-a.
 avô e mbiya MS₂-Psd-cair-REC-VF
 Li.: avô e avó cair-se
- c) tsekuru na mbiya awirana.
 tsekuru na mbiya a-a-w-ir-an-a.
 avô e avó MS₂-Psd-cair-Apl-REC-VF
 ‘o avô e a avó caíram um para outra’

Em (35.a), por um lado, temos uma estrutura agramatical porque o NP sujeito (**mwiya** ‘ar’) não reúne requisitos semânticos para exercer acção predicativa, pois, mesmo depois da operação morfológica que culmina com a formação do NP composto, a estrutura continua agramatical. Por outro lado, se uma das partes tivesse o traço [+ANIM], o resultado seria o mesmo porque não haveria partilha e correspondência da acção prevista no verbo.

Nestas análises, temos que estar atentos a esta extensão, sob o risco de tirar conclusões equivocadas. Daí, a nossa sugestão é que, na análise, não se afixe outras extensões para poderem sobressair as características particulares desta extensão. Fazendo-a co-ocorrer com outras extensões, a estrutura resultante pode ser gramatical. Por exemplo, o verbo **kuwa** “cair” é intransitivo. A afixação de uma extensão recíproca a este verbo resulta numa estrutura agramatical, independentemente dos traços semânticos dos objectos que configuram o NP sujeito (36.b). Mas, se se afixa a extensão applicativa antes da extensão recíproca, a estrutura resultante é gramatical (36.c). Portanto, a extensão applicativa funciona, neste caso, como se fosse um amortecedor das restrições léxico-sintácticas (34.c).

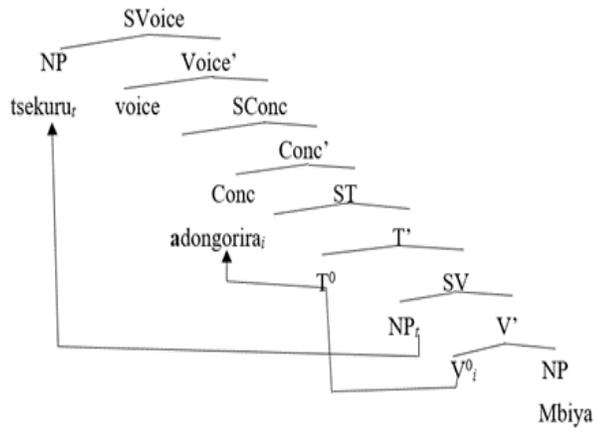
Através dos exemplos acima, ilustram-se as implicações da ocorrência da extensão recíproca num verbo transitivo. No mesmo exemplo (34.a), é possível perceber que, para além

do argumento externo, **tsekuru** ‘avô’, o verbo selecciona um argumento interno, o NP **mbiya** ‘avó’. Em (34.b), pelo processo morfológico e pela natureza da extensão recíproca, os dois argumentos (externo e interno) passam a formar o argumento externo, com papéis temáticos partilhados. Este processo resulta da promoção do anterior objecto primário, núcleo do SV, para a posição mais alta de sujeito [NP, SVoice].

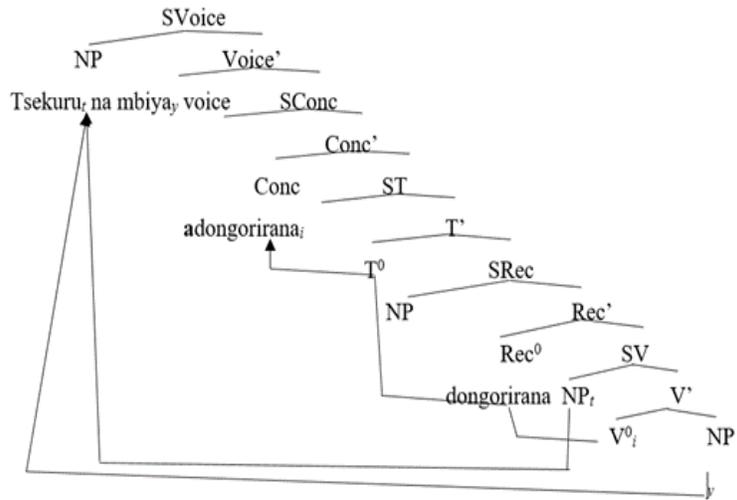
Os exemplos acima (36.b) mostram que não é apenas a animacidade que desempenha um papel preponderante na gramaticalidade das construções. A gramaticalidade das construções também depende dos traços léxico-sintácticos do verbo. Em suma, a extensão recíproca não pode ocorrer num verbo intransitivo, sob o risco de a construção resultante ser agramatical. Ela só pode ocorrer em verbos transitivos ou transitivizados do tipo (V+O-O), como ilustrado em (36.c). Depois das operações morfológicas, o sujeito formado é composto. Contudo, a sua realização numa representação arbórea pode ser constrangedora por questões de espaço, por isso, para ultrapassar tais constrangimentos e por questões de economia de espaço, propomos que os elementos em causa, sejam representados por um hiperónimo. Por exemplo, se os elementos forem **tsekuru** ‘avô’ e **mbiya** ‘avó’, realizados por **awona** “eles” (mais geral ou **acenjebv**u “idosos”, mais particular que o primeiro hiperónimo), isto é, ao invés de *mbiya na tsekuru adongorirana* “o avô e avó espreitaram-se”, fica *awona (eles)/ acenjebv*u **adongorirana** “eles/idosos” espreitaram-se”, como uma estrutura curta. Se for um **simbi** ‘ferro’ e **tabwa** ‘madeira’, o hiperónimo toma a designação de **zviro** “coisas” ou outro muito próximo das duas realidades de natureza diferente.

Vejamos as estruturas arbóreas que ilustram esses aspectos.

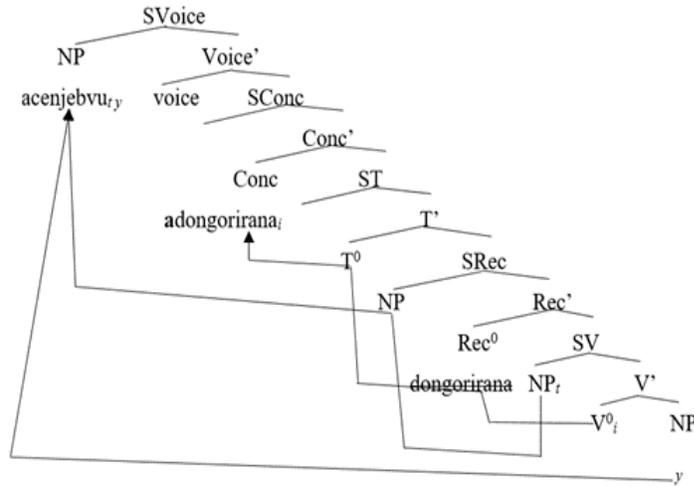
(36.a) Verbo não derivado



(36.b) Verbo derivado com sujeito não simplificado



(36.c) Verbo derivado com sujeito simplificado



A árvore (36.a) mostra todos os constituintes frásicos que ocorrem nas suas posições de origem, tendo em conta as informações emanadas ao nível do léxico. Em (36.b), incorporou-se a extensão recíproca à base verbal, através do movimento do verbo, partindo do núcleo lexical para a posição do núcleo morfológico. Como afirmámos, o verbo move-se do $[V^{\circ}, V']$ para verificar o traço de reciprocidade em $[Rec^{\circ}, Rec']$. Depois este traço recíproco verificado, move-se novamente para verificar o traço de tempo em $[T^{\circ}, T']$ e para a concordância com o sujeito. Depois de estes traços serem verificados, a derivação é enviada para o *spell-out*.

Em (36.c), como forma de reduzir em tamanho as entidades que realizam o sujeito, aplicou-se o hiperónimo dessa classe (**acenjebv** ‘idosos’). Estas operações morfológicas resultaram num remapeamento sintáctico. Depois da morfologia, o constituinte, **mbiya** ‘avó’, gerado na posição final e adjacente ao verbo, foi movido de $[NP, V']$ para a posição $[NP, SVoice]$, posição mais alta da configuração arbórea. O NP recíproco gerado no $[NP, SV]$ move-se primeiro para $[NP, SRec]$, para verificar o traço de reciprocidade e, no fim, para o núcleo $[NP, SVoice]$ para que a frase tenha sujeito e, por via disso, receber o caso nominativo. Em seguida, a derivação é enviada para o *spell-out*. Mesmo tendo sido movidos das suas posições de origem, os constituintes continuam a controlar aqueles lugares, razão da co-indexação entre *in situ* e a posição de chegada. A seguir passamos a analisar a extensão intensiva.

5.1.6. A extensão intensiva (-isis-)

A extensão intensiva “indica que a acção é executada com maior intensidade/força/velocidade, ou alguma coisa com insistência” (Baumbach, 1987:210).

Para Ngunga (2014:201), a extensão intensiva pertence ao grupo de =O, das extensões lexicais. Na literatura, esta extensão é descrita como reforçadora da acção descrita pelo verbo, indicando cuidado, força, intensidade. Expressa “extensão”, amplificação ou intensificação da acção tanto no tempo como no espaço (Lodhi 2002; Siteo 2009). Segundo Friesen (2002), a extensão intensiva é de natureza puramente adverbial e é produtiva, isto é, pode ocorrer em vários verbos. Contudo, existem línguas como Tshiluba (Cocchi, 2008), em que ela ocorre em um número limitado de verbos (Câmarac, 2018).

Morfologicamente, em algumas línguas, como Xichangana, (Langa, 2007) e Cinyungwe (Câmara, 2018), e em outras como os casos de Mbonge (Friesen 2002) e Bemba (Kamfuli 2009), o morfema da extensão intensiva parece ser uma reduplicação da extensão causativa.

Na análise de Zemba (2015), em Kunda, uma língua bantu falada na Zâmbia, todas as formas intensivas são usadas quando a ocasião suscita extensões causativas. É provável que tal se deva ao facto de, nesta língua, tal como acontece em Ciwutee, Cimanyika, Cindau, Xichangana e Cinyungwe, em termos de configuração morfológica, a marca da extensão intensiva se parece com uma reduplicação da marca da extensão causativa. Analisando os dados em Ciwutee, conclui-se que o argumento dos autores acima não procede, porque afirmar que *a extensão intensiva parece ser a duplicação da extensão causativa* não faz sentido, uma vez que a semântica da extensão intensiva é totalmente diferente da extensão causativa. A aparente duplicação da extensão causativa para realizar a intensiva é uma mera coincidência configuracional.

O nosso interesse no presente estudo é descrever os contextos em que a extensão intensiva ocorre e analisar as implicações dessa ocorrência à luz do PE e Incorporação. Confinando a análise para o Ciwutee, afirmamos que o morfema da extensão intensiva é **-isis-**. Além de alterar a configuração morfológica, esta extensão apenas afecta a semântica do verbo em que ocorre, indicando que a acção do verbo é realizada com intensidade, com alguma força, sem afectar a informação de carácter léxico-sintáctico. Vejamos os exemplos abaixo:

- 37.a) kurwara
 ku-rwar-a
 15-adoecer-VF
 ‘adoecer’
- b) Madzawo warwarisisa
 Madzawo w-a-rwar-isis-a
 Madzawu MS₁-Psd-adoecer-INT-VF
 ‘Madzawo adoeceu muito’
- c) kufa
 ku-f-a
 15-morrer-VF
 ‘morrer’
- d) *Bonga rafisisa
 Bonga r-a-f-isis-a
 Bonga MS₅-Psd-morrer-INT-VF
 (Sem tradução lógica)

O exemplo em (37.a) mostra que partimos de um verbo intransitivo **kurwara** ‘adoecer’. Em (37.b), mostramos a afixação da extensão intensiva em Ciwutee e percebeu-se que a configuração morfológica do verbo alterou, mas a estrutura argumental mantém-se. Portanto, continua um verbo intransitivo, com apenas um argumento (externo).

O verbo **kufa** ‘morrer’ é semanticamente restringido, não permite a afixação da extensão intensiva, pois não é possível intensificar a morte. Nos exemplos abaixo, apresentamos um caso de verbo transitivo para ver quais serão as implicações morfossintáticas da afixação da extensão à luz do PE e Incorporação.

- 38.a) kupeta
 ku-pet-a
 15-dobrar-VF

‘dobrar’

- b) Bhudhu wapeta zongoro.

Bhudhu w-a-pet-a zongoro.

Bhudhu MS₁-Psd-dobrar-VF 5-maria-café

‘o Bhudhu dobrou a maria-café’

- c) Bhudhu wapetesesa zongoro.

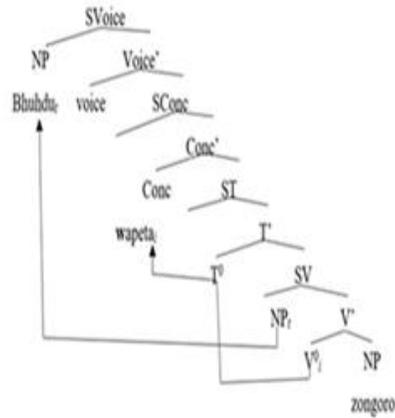
Bhudhu w-a-pet-eses-a zongoro.

Bhudhu MS₁-Psd-dobrar-Int-VF 5-maria café

‘o Bhudhu dobrou muito a maria-café.’

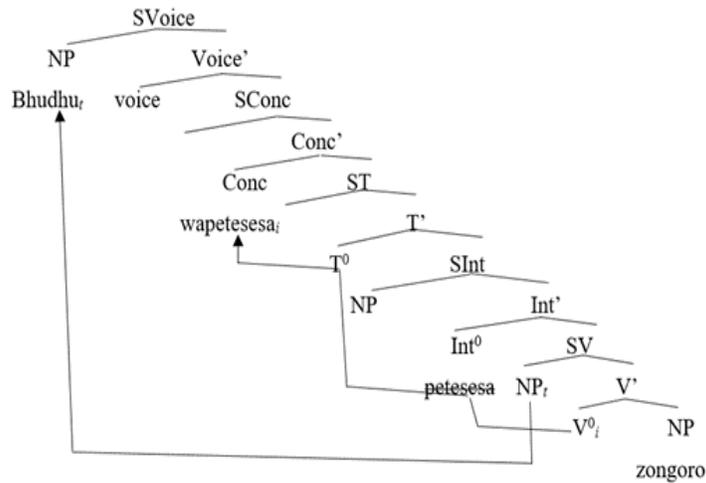
Tal como acontece em (37.a), na estrutura em (38.a), o verbo ocorre sem nenhuma extensão. Porém, em (37.b), incorporou-se a extensão intensiva num verbo transitivo. Como consequência, alterou-se a configuração morfológica do *output* e a interpretação semântica, mantendo as propriedades de selecção categorial que se traduzem na manutenção da valência do verbo. Tendo auscultado alguns falantes sobre a extensão intensiva na estrutura sintáctica, estes são unânimes em afirmar que esta extensão remete a uma acção intensificada, o que incrementa o seu resultado. Os falantes apresentaram poucas ou nenhuma dificuldade de interpretar estruturas com verbos transitivos em relação a verbos intransitivos, como é o caso de **kufa** “morrer”. Por isso, a nossa representação arbórea, cingir-se-á à estrutura argumental do verbo intransitivo em (37.b, c), por ser mais consensual, pelo efeito semântico do *output* da estrutura. A extensão intensiva, por ser =O, já analisada, fez com que escolhêssemos apenas um exemplo para ilustrar mais uma vez a morfossintaxe envolvendo esta extensão. A seguir, vejamos as árvores:

38.b) verbo não derivado



Na árvore (38.b) os constituintes estão nas suas posições de base. O verbo **kupeta** ‘dobrar’ é de valência II, co-ocorre com dois argumentos, um externo **Bhudhu** e um interno **zongoro** ‘maria-café’, gerado na sua posição de origem. Agora, vamos ver o que acontece depois da aplicação da morfologia na árvore abaixo.

(38.c) Verbo derivado



Nesta árvore, depois do movimento do verbo da posição do núcleo lexical, nível mais baixo, para o núcleo morfológico, nível mais alto onde ocorrem processos morfológicos, a configuração do verbo e a interpretação semântica alteraram-se, mantendo-se a valência II do

verbo formado, tal como era antes da incorporação do material morfológico. A interpretação que se faz dela é que este é um verbo transitivo com dois argumentos: um externo com o papel de agente (Bhudhu) e um interno, com o papel de tema **zongoro** ‘maria-café’. O NP Bhudhu é gerado no [NP, SV], daí move-se outra vez para [NP, SVoice], para receber o caso nominativo, acima do ST.

Por sua vez, o verbo tem a obrigação de se mover do núcleo lexical para receber o traço intensivo no núcleo Int^o (núcleo morfológico) e daí mover-se para verificar o traço de tempo no [T^o, T’] e, por fim, passa para [ConC^o, SConC’], onde copia os traços de concordância do sujeito. Em seguida, a derivação é enviada para o *spell-out*. A seguir apresenta-se a extensão persistiva.

5.1.7. A extensão persistiva (-irir-)

A extensão verbal persistiva, em Ciwutee, realiza-se através do morfema **-irir-/-erer-**, cuja qualidade da vogal depende da qualidade da última vogal da base verbal. A extensão persistiva indica que “a acção expressa pelo verbo persiste por mais tempo do que uma acção normal (Langa, 2013; Botne, 2003:437; Baumbach, 1987). Por isso, argumenta-se que “o item lexical resultante da afixação do morfema desta extensão tem características de um significado idiossincrático” (Baumbach, 1987:210). Por isso, esta extensão é também chamada intensiva-aplicada e diz-se ser “uma reduplicação da extensão aplicativa e serve para indicar a força da acção expressa pelo verbo” (Baumbach, op. cit.). Portanto, esta extensão dá-nos a ideia de continuidade de uma acção começada, numa aplicação regrada e contínua. Tendo em conta esta abordagem, na nossa perspectiva, seria mais “lucrativo” caracterizar esta extensão (persistiva) pela sua semântica porque a sua semelhança com a configuração da extensão aplicativa, que parece metade daquela, pode remeter-nos a equívoco. Se a análise se baseasse na semelhança morfológica, o significado de **-ir-**, a aplicativa seria metade do significado da extensão **-irir-** persistiva, o que, não sendo, permite concluir que se trata de uma mera coincidência. Por causa da sua natureza “suavizadora”, a extensão persistiva pode chamar-se de extensão *persistiva-suavizadora*. Ora vejamos, o resultado da afixação a um verbo “agressivo” como *kutema* ‘cortar’ passa para *kutemerera* ‘cortar de uma forma contínua, regrada com intervalos controlados’ já a representar uma acção “menos violenta”, sem fim drástico. Considerem-se os exemplos que se seguem, sem representação arbórea porque, em termos de selecção categorial, é igual a todas as extensões que mantêm a valência do verbo (=O) acima representadas em árvore.

- 39.a) kufema
ku-fem-a
15-respirar -VF
‘respirar’
- b) Nyanjozi wafema
Nyanjozi w-a-fem-a
Nyanjozi MS₁-Psd-respirar-VF
‘o acidentado respirou’
- c) Nyanjozi wafemerera
Nyanjozi w-a-fem-erer-a
Acidentado MS₁-Psd-respirar- PER-VF
‘o acidentado respirou de longe (mal, aflito)’
- 40.a) kutema muti
ku-tem- a muti
15-cortar-VF 3-árvore
‘cortar árvore’
- b) Musenzi watema muti
Musenzi w-a-tem-a muti
trabalhador MS₁-Psd-cortar-VF 3-árvore
‘o trabalhador cortou a árvore’
- c) Musenzi watemerera muti
Musenzi w-a-tem-erer-a muti
trabalhador MS₁-Psd-cortar- PER-VF 3-árvore
‘O trabalhador podou a árvore’

Em (39.a) e (40.a), os verbos aparecem sem nenhuma extensão verbal sufixada. Em (39.b) e (40.b), a afixação da extensão persistiva indica que a acção descrita pelo verbo ocorre de forma persistente, prolongando-se por mais tempo do que o normal, e de forma controlada. Afixámos a extensão persistiva a um verbo intransitivo em (39) e a um verbo transitivo em (40). Depois

da aplicação da extensão persistiva em (39.b), a configuração morfológica alterou-se, assim como o significado. Antes da incorporação da extensão persistiva, o verbo significava ‘respirar (normalmente)’, mas depois da afixação da extensão, passou para ‘respirar fundo, com intervalos controlados e de forma contínua’. Em (40.b), temos o verbo **kutema** ‘cortar’, sem nenhuma extensão, com significado que parece mais agressivo, violento, com fim drástico, mas em (40.c), temos um verbo derivado, com valência igual à do não derivado. O significado do verbo derivado **kutemerera** ‘podar’, parece menos “agressivo”, mais suave que o significado do mesmo verbo não derivado. A seguir, passamos para a extensão reversiva/separativa (-**ur**-/**or**-) e posicional (-**am**-).

5.1.8. A extensão reversiva/separativa (-**ur**-/**or**-)

A extensão reversiva, objecto de descrição da presente secção, “indica uma reversão total da acção” (Lodhi, 2002:7). Além disso, esta extensão indica a reversão de uma acção ou processo indicado pelo verbo não derivado” (Baumbach, 1988:209).

Segundo Waweru (2011), os estudos sobre a extensão reversiva são muito poucos, se comparados com os realizados sobre outras extensões verbais nas línguas bantu. A extensão reversiva indica inteira reversão do significado da acção expressa pelo verbo não derivado (Cocchi, 2008; Zemba, 2015; Câmara, 2018). O sufixo reversivo ocorre como **-ul**-/**-ol**- em outras línguas bantu, realizado por **-ur**-/**-or**- em Ciwutee. Todavia, Ngunga (1997) afirma que, em algumas línguas bantu, como é o caso de Yaawo, os alomorfes, **-uk**-/**-ok**- são usados como extensão reversiva intransitiva (Câmara, 2018).

Em Ngunga (2014), esta extensão (**-ul**-/**-ol**-) foi classificada como =O, pertencente ao grupo das extensões chamadas lexicais, aquelas que afectam apenas a morfologia do verbo. É por isso que, segundo (COCCHI, 2008; Waweru, 2011), em alguns estudos, ela é tratada como neutra (sem nenhum efeito léxico-sintáctico) e apenas ocorre em verbos monotransitivos. Em contrapartida, a forma **-uk**-/**-ok**-, reversiva intransitiva, é classificada como -O, uma vez que intransitiviza os verbos transitivos transformando os verbos de dois lugares em verbos de um lugar.

Cocchi (2008) também afirma que a extensão reversiva apenas muda a semântica e a estrutura morfológica do verbo em que ocorre sem, no entanto, alterar a sua transitividade. Ela

é restritiva, pois, ocorre apenas em alguns verbos e em algumas línguas, como é o caso de Mbonge e Londo (Friesen 2002), numa situação lexicalizada.

Neste estudo, interessa-nos descrever e analisar a natureza da classe das bases às quais esta extensão se afixa. Considerem-se os seguintes exemplos:

- 41.a) -pombana ‘amarrar-se à volta’
cf. -pombun**ura** ‘desamarrar-se à volta’
-pomban-ur-a
-amarrar-REV-VF
- b) -khiya ‘trancar’
cf. -kiy**ura** ‘destrancar’
-kiy-**ur**-a
-fechar-REV-VF
- c) -nama ‘colar’
cf. -nam**ura** ‘descolar’
-nam-**ur**-a
-colar-Rev-VF
- d) -funga ‘fechar’
cf. -fung**ura** ‘abrir’
-fung-**ur**-a
-fechar-REV-VF

Os exemplos (41) mostram um caso da afixação da extensão reversiva, como uma extensão do tipo =O. A extensão reversiva é rara em Ciwutee e sempre que ocorre, remete-nos à ideia de reversão, isto é, acção contrária à expressa pela base da raiz verbal. Em termos de restrições léxico-semânticas, pode-se afirmar que este sufixo co-ocorre apenas com verbos que expressam a ideia de “movimento” contrário. Acrescente-se que esta extensão, nesta língua, pode juntar-se às bases existentes no léxico, o que nos permite afirmar que, no caso dos dados analisados, as bases verbais às quais se associa ainda não estão fossilizadas, diferentemente do que acontece no Changana onde, de acordo com Langa (2013:145-146), “as formas básicas ou os radicais dos verbos a partir dos quais se sufixa a extensão reversiva não existem no Changana

actual, ou simplesmente, estão fossilizados”. Isto sugere que a extensão reversiva constitui uma propriedade paramétrica para muitas línguas bantu, entre as quais Ciwutee e Changana.

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que, nesta secção, analisámos as extensões verbais em termos gerais olhando para o seu comportamento no Ciwutee. Nela vimos que as extensões causativa e aplicativa incrementam o número de argumentos, sendo a primeira um agente ou experienciador, dependendo da natureza do núcleo. Este, normalmente, ocorre no nível mais alto. Para além desta ocorrência, as mesmas extensões verbais, podem proporcionar a ocorrência do objecto aplicado ou causado, respectivamente. Estas duas extensões, também, podem ocorrer em verbos transitivos e intransitivos. Vimos que, à luz de Princípios e Parâmetros, o PE e Incorporação explicam de forma adequada a ocorrência destas duas extensões, dada a sua génese.

As extensões passiva, recíproca e estativa reduzem o número de argumentos e impõem restrições de ocorrência em certos verbos. A extensão recíproca apenas pode ser afixada em radicais de verbos transitivos com NP complexo, cujos membros são animados ou capazes de se mover. Para terminar, falámos das extensões reversiva e intensiva, as que mantêm o número de argumentos. Uma informação não menos importante é sobre a extensão reversiva; esta é tida como completamente lexicalizada em outras línguas, como por exemplo o Nyungwe, mas os dados de Ciwutee mostram, em grande parte, o contrário porque ainda se consegue identificar a base verbal depois dissecação morfológica.

Notámos, no geral, que existem três grupos de extensões verbais, a saber: (i) aquelas que aumentam a valência do verbo derivado, (ii) as que mantêm a valência das bases (iii) e as que reduzem a valência das bases.

Na secção que se segue, vamos descrever os efeitos da co-ocorrência de apenas quatro extensões das analisadas, olhando para as funções sintácticas, os papéis temáticos⁶⁷ e as respectivas restrições na ordem de ocorrência, tendo em conta as capacidades de a língua permitir a co-ocorrência.

⁶⁷Cançado (2005). O papel temático de um argumento, ou seja, a função semântica de um determinado argumento de uma sentença, define-se como sendo o grupo de propriedades atribuídas a esse argumento a partir das relações de acarretamentos estabelecidas por toda a proposição em que esse argumento se encontra.

6.1. Co-ocorrência das extensões causativa e passiva em frases

Tendo em conta as extensões em análise, verificamos que o morfema causativo codifica o evento da causação, enquanto o passivo despromove o sujeito da frase activa, passando o constituinte movido a ser um complemento de carácter opcional que ocorre no paradigma periférico, à direita da frase.

Através de exemplos, Ngunga (1999) mostra que, em Ciyaawo, o factor fonotáctico é determinante na ordenação de extensões verbais porque determina se o sufixo “T” deve ocorrer ou não num contexto fonológico Y.

Ngunga (1999) refere, ainda, que o factor morfotáctico determina que a co-ocorrência de certos sufixos derivacionais seja restringida a determinadas posições no tema verbal, mostrando que, numa situação em que se quer combinar a extensão impositiva **-ik-** com outras, esta deve ocorrer imediatamente a seguir ao radical verbal e as outras extensões devem ocorrer a seguir a ela. Portanto, o factor morfotáctico determina que o sufixo “β” deve preceder ou seguir um sufixo “λ”.

O factor morfossintáctico, de acordo com Ngunga (1999), determina que a co-ocorrência das extensões verbais é condicionada pela maneira como a afixação dos sufixos derivacionais afecta a estrutura argumental inerente ao radical. Assim, “não será permitida uma sequência de sufixos do tipo (-O), por serem sufixos que reduzem a valência do verbo, provocando uma situação de “destransitivização” de bases “intransitivas”. Neste caso, Ngunga (op. cit.) afirma que a afixação de um sufixo bloqueia a afixação imediatamente subsequente de outro sufixo. Logo, este factor determina que cada sufixo altere a base na qual ocorre.

Os exemplos que se seguem mostram a restrição de co-ocorrência de extensões do tipo (-O) em Ciwutee:

- 1.a) kufa
- ku-f-a
- 15-morrer-VF
- ‘morrer’

- b) *kufiwika
 ku-f-iw-ik-a
 15-morrer-PAS-PPAS
 (Sem tradução lógica)
- 2.a) kuwa
 ku-w-a
 15-cair-VF
 ‘cair’
- b) *kuwiwika
 ku-w-iw-ik-a
 15-cair-PAS-PPAS
 (Sem tradução lógica)

Os exemplos (1, 2) mostram que é proibida a co-ocorrência de duas extensões do tipo (-O) numa base verbal intransitiva.

- 3.a) kuwona
 ku-on-a
 15-ver-VF
 ‘ver’
- b) *kuwoniwika
 ku-on-iw-ik-a
 15-ver-PAS-PPAS
 “ser passível de permitir ser visto”

A demonstração em (3.b) aponta para um caso de co-ocorrência de duas extensões do tipo (-O) num verbo transitivo **kuwona** ‘ver’. Este caso elucida e reforça as análises de Baker (1988) e Ngunga (1999), segundo as quais duas extensões do tipo (-O) não podem ocorrer, imediatamente, uma a seguir a outra numa estrutura verbal, pois não se pode “destransitivizar” um verbo já “destransitivizado”.

Para além da situação descrita por Ngunga (1999) e Fernando (2008), sobre os factores que condicionam a co-ocorrência das extensões verbais, a questão que sempre se colocou é se a abordagem devia ser baseada na semântica (Rice, 2000), na sintaxe (Baker, 1985) ou na morfologia (Bresnan & Moshi, 1993; Hyman & Mchombo, 1992; Hyman 2002 e Alsina & Mchombo 1993).

As restrições apresentadas na perspectiva de cada autor, tendo em conta a sua área de actuação (morfologia, semântica e sintaxe) podem definir um modelo pelo qual vários afixos são automaticamente ordenados.

Por exemplo, Hyman (2002) afirma, ainda, que é possível que a ordenação dos afixos seja directamente determinada pela morfologia apropriada dessa língua. Nisso, ela é que determina as restrições morfotácticas. As restrições ditadas não têm nenhuma explicação sincrónica fora da morfologia. Para este autor, se esta posição estivesse correcta, seria de esperar uma sequência que não obedecesse a nenhuma regra fixa.

Hyman (2002) afirma, igualmente, que as três perspectivas de análise da ordenação dos sufixos derivacionais podem ser uma potencial fonte de conflito na explicação da sequência dos afixos derivacionais em bantu. Por exemplo, Ngunga (2004) citando Guthrie (1962), afirma, partindo de exemplos, que há restrições na co-ocorrência das extensões verbais, cujas relações de transitividade são condicionadas.

Assim sendo, a proposta CARP de Hyman (2002), parcialmente reprovada⁶⁸ por propor uma sequência de extensões verbais como negativa-negativa, isto é, recíproca-passiva, é parcialmente aprovada por propor a sequência do tipo positiva-positiva, ou seja, causativa. Logo, partindo de Ngunga (2004), citando Guthrie (1962), pode-se deduzir que a ordem -padrão das extensões verbais deveria ser CAU-APL, como funciona em Ciwutee. Veja-se os exemplos:

4.a) kubikisira mutenda mutombo

ku-bik-is-ir-a	mutenda	mutombo
15-cozinhar-CAUS-APL-VF	1-doente	3-medicamento

⁶⁸Cf. Bybee (1985) e Good (2005)

‘Fazer cozinhar o medicamento para o doente’

b) *?Kubikirisa mutenda mutombo

ku-bik-ir-is-a mutenda mutombo

15-cozinhar APL-CAUS-VF 1-doente 3-medicamento

“Causar Cozinhar de mais doente”

A frase em (4.a) flui naturalmente, a gramaticalidade dela é inquestionável pelos falantes desta língua, mas a estrutura (4.b) é muito duvidosa.

Os trabalhos sincrónicos de Baker (1988) e de Hyman (2003) levantam a questão sobre como é que era a ordenação de sufixos verbais no PB. Entende-se que, talvez, os efeitos morfológicos observados por Hyman (2002) representem uma inovação no sentido de congelamento da ordem de morfemas encontrada em apenas algumas línguas bantu, o que não constitui problema para o PE, uma vez que se sabe que, frequentemente, a morfologia torna-se fixa ao longo do tempo. Com isso não se sugere que o Princípio do Espelho seja excluído dos efeitos da mudança histórica normal.

Como alternativa, no entanto, poderia ser o caso de a ordenação dos sufixos no PB ter sido muito semelhante à análise sincrónica de Hyman (2002, 2003), isto é, ter sido morfológicamente (*templatically*) determinada.

Para Good (2005), há boas evidências de que havia uma ordem fixa desses sufixos no PB e, assim, a perspectiva morfológica de Hyman (2003) foi herdada e não constitui nenhuma inovação. Igualmente, segundo Good (2005), o PE tem sido considerado como uma teoria restritiva no debate sobre como é que os morfemas de mudança de valência dos verbos devem ser ordenados nos verbos.

Good (2005) refere que o PE apenas sugere que os morfemas cuja semântica tenha um escopo mais restrito para o significado da raiz devem ocorrer mais próximo da raiz do que os morfemas de escopo semântico mais amplo.

Portanto, a ordem e co-ocorrência de afixos pode ser explicada sob três perspectivas amplas, a saber: sintáctica, semântica e morfológica, como acima referimos. Waweru (2011)

afirma que as três abordagens dão algumas explicações, embora não de forma conclusiva, sobre a distribuição dos sufixos derivacionais nas línguas bantu.

As três visões apenas lidam com alguns afixos seleccionados. O modelo proposto por Hyman (2002) é baseado na análise de quatro afixos (causativo, aplicativo, recíproco e passivo), mas o de Baker (1988) baseia-se em três (aplicativo, causativo e passivo), apenas para citar alguns exemplos.

Embora haja abordagens diferentes na análise do processo, percebe-se que a combinação das duas abordagens clarifica melhor os aspectos que envolve a morfologia e sintaxe. O PE com a participação da abordagem morfológica descrever claramente a ordem de co-ocorrência dos morfemas *causativo*, *aplicativo*, *recíproco* e *passivo* em Ciwutee e, no meio disso, mostrar a relação entre a morfologia e sintaxe com base na conexão entre os processos de mudança de função gramatical e a incorporação.

- 5.a) Muzeketwa wanonga cikhwama
Muzeketwa w-a-nong-a cikhwama.
Muzekethwa MS₁-Psd-apanhar-VF 7-carteira
'Muzekethwa apanhou uma carteira'
- b) Kunsewu wanongesa Muzekethwa cikhwama.
Kunsewu w-a-nong-es-a Muzekethwa cikhwama.
Kunsewu MS₁-Psd-apanhar-CAU-VF Muzekethwa 7-carteira
'Kunsewu fez Muzekethwa apanhar a carteira'
- c) Muzekethwa wanongesiwa cikhwama ndi Kunsewu.
Muzekethwa w-a-nong-es-iw-a cikhwama ndi Kunsewu
Muzekethwa MS₁-Psd-apanhar-CAUS-PAS-VF 7-carteira por 1-Kunsewu
'Muzekethwa foi feita apanhar a carteira pelo Kunsewu'

O exemplo em (5.c) apresenta uma estrutura sintáctica onde a forma verbal derivada inclui duas extensões (causativa e passiva). A estrutura é gramatical porque a ocorrência das extensões em relação à base verbal obedece à ordem prevista na língua (-CAU-PAS-). Nesta frase, o constituinte com a função sintáctica de objecto primário (OP) ocorre na sua posição natural (5.b), mas, depois da afixação da extensão passiva adjacente à causativa, a estrutura da frase

altera-se. Este constituinte move-se de [NP, V'] para o paradigma de sujeito [NP, S Voice], mantendo o papel temático.

Propriedades de c-selecção: -nongesiwav: [-NP (PP_{ndi})]

Propriedades de s-selecção: < ALV/AFFECT_T (Ag)>

Veja o caso a seguir:

d) *Muzekethwa_i wanogiwisa [-]_i cikhwama ndi Kunsewu.

Muzekethwa_i w-a-nog-iw-is-a [-]_i cikhwama (ndi Kunsewu).

Muzekethwa MS₁-Psd-apanhar-PAS-CAU-VF 7-carteira (PP Kunsewu)

“ Muzekethwa foi passível de ser feita apanhar carteira”

A agramaticalidade de (5.d) resulta da ordem de ocorrência das extensões em análise, o que prova que a ordem - padrão, que se presume que seja do PB (CAU-PAS), como Good (2005) e Hyman (2002) previam, é correcta. Por sua vez, Baker (1988) afirma que, no PE, os morfemas cuja semântica tem um escopo mais restrito para o significado da raiz devem ocorrer mais próximo da raiz do que os morfemas de escopo semântico mais amplo, como afirmámos acima. Assim sendo, nesta língua, por exemplo, o morfema causativo tem um escopo mais restrito para o significado do verbo (5.c). Por isso, ocorre imediatamente a seguir ao radical e introduz um argumento com o papel temático de afectado, descrito pelo verbo derivado, enquanto o morfema passivo com escopo mais amplo ocorre depois do verbo derivado.

6.a) *Muzekethwa]_i wanogesiwa mukoma cikhwama ndi kunsewu.

Muzekethwa w-a-nong-is-iw-a mukoma cikhwama ndi Kunsewu.

Muzekethwa MS₁-Psd-apanhar-CAUS-PAS-VF 1-irmão 7-carteira PP Kunsewu

Muzekethwa foi feita ser passível de apanhar a carteira pelo Kunsewu’

Ao constituinte movido são atribuídas novas funções sintácticas, o que deixa uma lacuna controlada, a razão da co-indexação. Para provar o movimento pode-se fazer apelo ao teste de

lacunas⁶⁹. Neste sentido, quando se insere o material lexical **mukoma** ‘mano’, na lacuna deixada, a frase torna-se agramatical, de acordo com as propriedades de c-selecção e s-selecção emanadas ao nível do léxico, através do Princípio de Projecção:

Propriedades de c-selecção: * -nongesiwa v: [-N” N” (PP_{ndi})]

Propriedades de s-selecção: * <ALV/AFFECTALV/AFFECT (Ag)>

Noutra perspectiva, constata-se que, em Ciwutee, quando co-ocorrem as extensões causativa e passiva, prevalece o efeito da extensão passiva na estrutura sintáctica, na medida em que, mesmo na presença da causativa, o objecto primário (OP) continua a ser passivizado. Isto pode ser entendido, tendo em conta as propriedades inerentes a cada extensão (causativa +O e passiva -O). Assim, percebe-se que a capacidade da extensão causativa de aumentar mais um argumento na estrutura sintáctica é neutralizada quando esta co-ocorre com a passiva como última extensão da estrutura. O resultado desta ocorrência é a reformulação da estrutura argumental que, por fim, também dará forma à estrutura sintáctica, tal como Baker (1985) afirma num processo que revela a relação entre a morfologia e sintaxe.

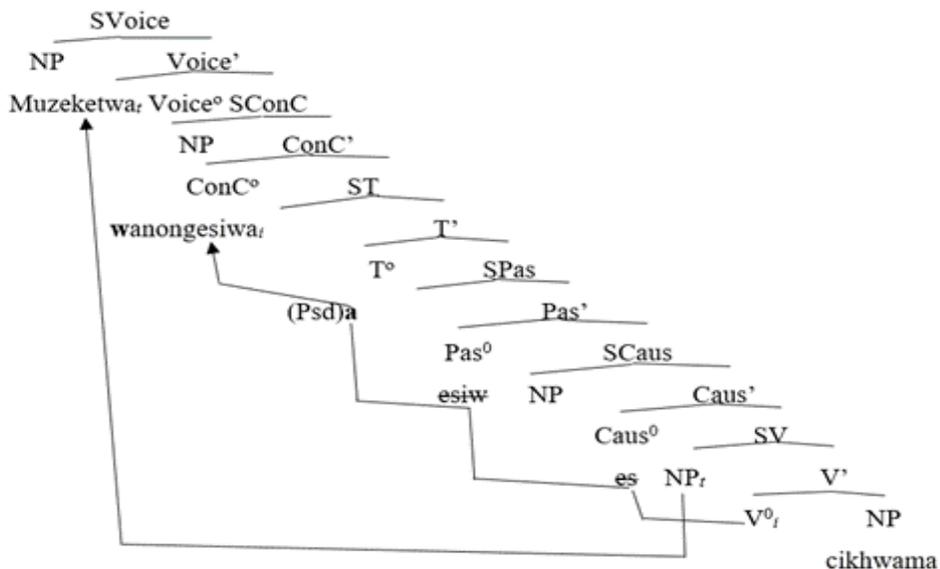
A ordem de ocorrência de extensões verbais envolve movimentos que têm implicações sintácticas, na medida em que, primeiro, move a raiz do verbo não derivado para uma posição na árvore, ocupada pelo morfema causativo e, em seguida, move o verbo causativo para o lugar ocupado pelo morfema passivo, criando uma sequência do tipo **-nong-es-*iw*-a** ‘ser feito apanhar por alguém’, veja (5.c).

A incorporação destes morfemas, segundo Baker (1988), tem dois tipos de consequência: a primeira é a mudança morfológica <-nong-> *nong-es-*iw**- e a segunda é a mudança das relações de regência na estrutura, onde o verbo extenso passa a promover o constituinte (OP) para a posição de sujeito (Esp, SVoice), onde passa também a controlar a concordância na estrutura sintáctica. A seguir, apresenta-se a estrutura argumental (5.c) espelhada pela derivação morfológica no PE.

⁶⁹ O teste de lacuna consiste em inserir um material lexical da mesma configuração na lacuna deixada pelo constituinte movido. Ver Gonçalves e Chimbutane (não publicado), Cadernos de Morfologia e Sintaxe.

(5.c) Verbo derivado

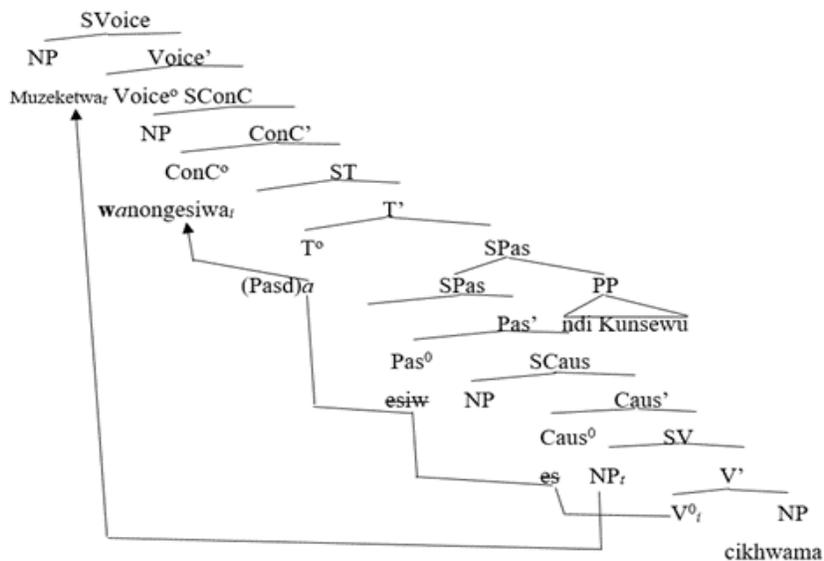
- Muzekethwa_r wanongesiwa [-]_r cikhwama (ndi Kunsewu).



A estrutura em (5.c) não co-ocorre com o constituinte 'ndi Kunsewu', com propriedades opcionais na estrutura sintáctica. Veja a seguir.

(5.c) Verbo derivado com sintagma preposicional (PP) reflectido na árvore.

- Muzekethwa_r wanongesiwa [-]_r cikhwama (ndi Kunsewu).



Estas estruturas evidenciam três aspectos:

- (i) O morfema passivo não pode anteceder o morfema causativo;
- (ii) A ordem dos morfemas (causativo e passivo) espelha a ordem dos argumentos e a nova função sintáctica que o objecto primário passará a desempenhar depois da incorporação da extensão passiva à base verbal. Tendo como referência a árvore, pode-se notar que o constituinte movido, em relação ao tema, passa a ocorrer ao nível mais alto da frase onde ocorrem as interfaces;
- (iii) O sintagma verbal que contém o primeiro sufixo verbal (-**is**-) ocorre ao nível da base e o sintagma verbal que contém o passivo -(**i**)**w**- ocorre no nível acima de *Scaus*, na árvore.

Na árvore acima, mostrámos a estrutura argumental da construção causativa-passiva do exemplo (5.c), a passivização de um evento causado. O NP (*Muzeketwa*) antes objecto primário, gerado [NP, SV], promovido a sujeito pelos princípios minimalistas, pousa na posição [NP, SVoice], onde recebe caso nominativo e cumpre o PPE.

O verbo, por sua vez, move-se do [V°, V'] para verificar o traço causativo em [Caus°, Caus']. Em seguida, *nong-is-* (verbo causativo) move-se para [Pas°, Pas'], para que se afixe a extensão passiva -(**i**)**w**-, configurando **nong-is-(i)w-** e, em seguida, para T°, para verificar o traço de tempo, realizado pelo morfema **-a-**, depois da marca de concordância **w-**. Depois, move-se ainda para ConC°, para que o traço de concordância com o sujeito seja verificado (**mu-** c11 com **u/w** MS-1). Por este ser o último traço a ser verificado, a derivação é enviada para o *spell-out*.

Outro dado importante que nos interessa debruçar é o constituinte demovido da posição de sujeito da frase activa para a posição do sujeito passivo. Este constituinte é configurado na árvore como sintagma SX opcional. O constituinte demovido, mantém a sua função sintáctica através da partícula *a*passivante.

O constituinte (ndi Kunsewu), reduzido a sujeito lógico (não gramatical), na árvore, realiza-se no segundo nível, onde ocorrem processos morfológicos de passivização. A seguir testa-se a co-ocorrência de quatro extensões.

62. Co-ocorrência de quatro (4) extensões verbais em frases

Depois de termos analisado a co-ocorrência das extensões causativa e passiva, a seguir vamos apresentar o maior número possível de extensões verbais que podem co-ocorrer em Ciwutee, independentemente da sua valência, a partir das extensões causativa, aplicativa, recíproca e passiva com as seguintes implicações sintáticas: +O; +O; -O e -O.

Vejamos os exemplos a seguir:

7.a) Gunguwa radzoba gwere

Gunguwa r-a-dzob-a gwere
corvo MS₅-Psd-debicar-VF 5-milho
'o corvo debicou o milho'

b) Gunguwa radzobesa gora gwere

Gunguwa r-a-dzob-es-a gora gwere
corvo MS₅-Psd-debicar-CAU-VF 5-pombo milho.
'o corvo fez o pombo debicar o milho.'

c) Gunguwa radzobesera gora gwere

Gunguwa r-a-dzob-es-er-a gora gwere
corvo MS₅-Psd-debicar-CAU-APL-VF 5-pombo 5-milho.
'o corvo fez alguém debicar o milho para o pombo'

d) Gunguwa no gora zvadzobeserana gwere

Gunguwa no gora zv-a-dzob-es-er-an-a gwere
corvo e gora MS₈-Psd-debicar-CAU-APL-REC-VF 5-milho.
'o corvo e o pombo fizeram-se debicar o milho em benefício mútuo'

8. Gwere radzobeserananiwa (ngo gunguwa no gora)

Gwere r-a-dzob-es-er-an-na-iw-a (ngo gunguwa no gora)
milho MS₅-Psd-debicar-Caus-Apl-Rec-Rec-Pas-VF (por corvo e pombo)
(o milho foi feito ser debicado para o outro em simultâneo)

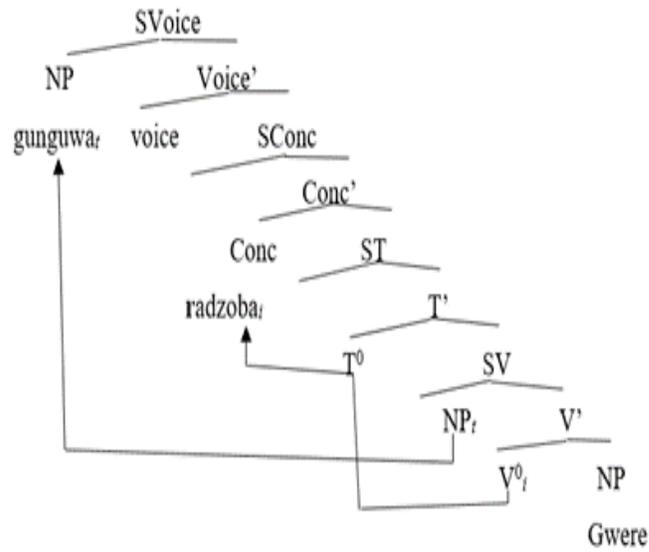
Em (7.a), estamos perante um verbo não derivado que selecciona um argumento externo **gunguwa** 'corvo' e um interno **gwere** 'milho'. No exemplo (7.b), ocorre a primeira extensão no

radical e, como consequência, passamos a ter uma construção bi-eventiva. A seguir, no exemplo (7.c), vemos que no radical causativo ocorre a extensão applicativa e, como resultado da ocorrência deste morfema, o novo verbo derivado continua a seleccionar mais um argumento interno para além do argumento interno do radical não derivado **-dzob-** ‘debicar’. A capacidade selectiva +O das extensões causativa e applicativa, neste contexto, licencia o argumento **gora** ‘pombo’, como argumento interno do *output*. O beneficiário **gora** ‘pombo’ e o agente causado passam a não se realizar sintacticamente na estrutura. No exemplo (7.d), quando se afixa a extensão recíproca, o argumento interno (beneficiário) adjacente ao núcleo do V’, move-se para a posição de sujeito, para que se possa acrescentar um NP composto seleccionado pelo verbo causativo-aplicativo-recíproco. No exemplo (8), afixou-se a extensão passiva e, para manter a acção recíproca, reduplica-se o morfema da extensão recíproca. Pela força da extensão passiva, o objecto secundário **gwere** ‘milho’, perde a função sintáctica de objecto secundário para sujeito.

Como se pode depreender, este exemplo mostra o cumprimento do modelo de co-ocorrência das extensões verbais nas línguas bantu, o CARP, proposto por Hyman (2002). Em Ciwutee parece que as extensões recíproca e passiva podem trocar de posição⁷⁰ sem, no entanto, alterar a essência da estrutura sintáctica. Na árvore abaixo, apresentamos a configuração sintáctica do exemplo (8), como estrutura longa a partir de um verbo não derivado para um verbo derivado no Ciwutee.

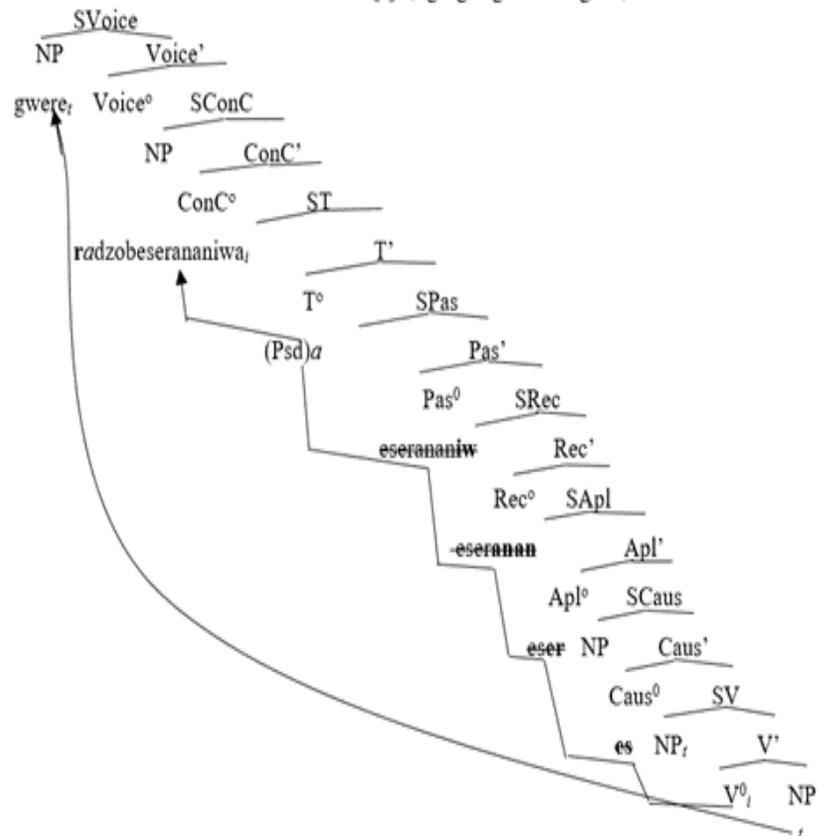
⁷⁰ r-a-dzob-es-er-an-an-iw-a/ ?r-a-dzob-es-er-iw-an-na-a

(7.a) Verbo não derivado



(8.) Verbo derivado

- Gwere_t radzobeserananiwa [-]_t (ngo gunguwa no gora).



No diagrama em (7), percebe-se que a derivação morfológica mapeia a derivação sintática. O verbo não derivado é monotransitivo (*-dzoba* ‘debicar’). Em (8), quando se acrescenta a extensão causativa ao radical, o verbo move-se para verificar o traço causativo no núcleo morfológico *Caus^o*. Depois, move-se para o núcleo *Apl^o* para a afixação da extensão aplicativa. Em seguida, ocorre a recíproca reduplicada (**-anan-**), que partilha as responsabilidades do sujeito. Na árvore, não se cria outro nível na reduplicação da extensão como outro movimento morfossintático porque se trata da mesma extensão. A reduplicação da extensão é a estratégia que a língua encontra para manter a semântica literal de partilhar o papel, mesmo depois da ocorrência da extensão seguinte. A seguir, o verbo *V-Caus-Apl (-Rec-Rec)* volta a mover-se para o núcleo *Pas^o*, onde verifica o traço passivo. Depois, o radical *V-Caus-Apl-Rec-Rec-Pas* verifica o traço de tempo em *T^o*, para terminar, move-se para [*ConcS^o, ConC’*] para verificar o traço de concordância com o sujeito. Este é o último traço a ser verificado antes da derivação ser enviada para o *spell-out*. Pelo efeito da passivização, o NP **gwere** ‘milho’ gerado no [NP, V’] move-se para [NP, SVoice], onde adquire o caso nominativo e determina a concordância sintática.

Por isso, sugere-se que as árvores devem ser analisadas da base para o topo, analogicamente, à semelhança de um edifício em construção que, normalmente, parte da fundação (base) até à cobertura (topo). No capítulo que se segue, apresentam-se as frases e o movimento de constituintes N/Q/Wh.

CAPÍTULO VII: NATUREZA DA FRASE E MOVIMENTO N (Q/WH)

7.0. Introdução

Neste capítulo, por um lado, descreve-se a configuração da frase (VP) em Ciwutee, olhando para a realização do NP/sujeito e SV como parte predicativa. Analisa-se, por outro lado, o papel do NP/sujeito na concordância sintáctica e o seu comportamento como um locativo em posições paradigmáticas diferentes na frase. Depois deste ponto, no mesmo capítulo, analisou-se constituintes N; nesta perspectiva não se apresentam apenas as posições de ocorrência do constituinte N, mas também o esquema do movimento do constituinte N/Q/WH, onde ocorre depois de se operarem as transformações até à sua realização na FF (*Spell-out*).

7.1. Algumas características do sujeito em frases

Nesta secção analisa-se, por um lado, a configuração de uma frase, caso de NP/sujeito, comparada com o NP/sujeito de frases de outras línguas. Por outro lado, apresenta-se o estatuto e a ordem de dois constituintes que configuram um NP. A seguir apresentam-se exemplos de frases de Ciwutee:

1.a) [_{VP} Matundure [_{SV} wawona [_{NP} mukunga]]]

Matundure u-a-won-a mukunga

Matundure MS₁-Psd-ver-VF 3-milho

‘Matundure viu o peixe-nguinguia’

b) [_{VP} iyena [_{SV} wawona [_{NP} mukunga]]]

iyena u-a-won-a mukunga

pron MS₁-Psd-ver-VF 3-milho

‘ele viu o peixe-nguinguia’

c) [_{VP} Ø [_{SV} wawona [_{NP} mukunga]]]

Ø u-a-won-a mukunga

Ø MS₁-Psd-ver-VF 3-milho

‘viu o peixe-nguinguia’

2.a) [_{VP} imbwa [_{SG} yo mutapi]] [_{SV} yafa]]

Imbwa yo mutapi i-a-f-a

- Cão de-MC₉-jornalista MS₉-Psd-morrer-VF
 ‘o cão do jornalista morreu’
- b) [VP imbwa [Ø][SV yafa]]
 imbwa Ø i-a-f-a
 Cão MS₉-Psd-morrer-VF
 ‘o cão morreu’
- c) *[Ø [SG yo mutapi]] [SV yafa]]
 Ø yo mutapi i-a-f-a
 de-MS_Ø-jornalista MS_Ø-Psd-morrer-VF
 ‘de jornalista morreu’
- d) [VP iyona [SV yafa]]
 iyona i-a-f-a
 pron MS₉-Psd-morrer-VF
 ‘ele/isto morreu’
- e) [VP Ø [SV yafa]]
 i-a-f-a
 MS₉-Psd-morrer-VF
 ‘morreu’

As frases apresentadas acima são formadas por dois constituintes imediatos (GN e GV) a ocorrerem sintacticamente como tal (1.a, b, e 2.a, b). Nos exemplos (1.b e 2.d), os NPs sujeito são representados por proformas (pronomes) adequadas, de acordo com a função sintáctica que os constituintes desempenham na frase. Há outro fenómeno que ocorre nos NP sujeitos na frase do Ciwutee. Em quase todas as frases possíveis nesta língua, o NP sujeito pode não se realizar sintacticamente, e a frase continuar gramatical. A pessoa gramatical é recuperada pelo material de concordância sintáctica que ocorre no primeiro paradigma (posição) da forma verbal. Ora vejamos, em (1.c) temos *u* e em (2.e) ocorre o *i*, em duas situações como marcas de concordância de sujeito. Nesta ordem de ideias, o *u* realizado por *w* recupera o NP/sujeito Matundure e o *i* realizado por *y*, recupera o NP/sujeito imbwa. Importa referir que, nestas situações, o paradigma do sujeito está disponível para receber qualquer NP/sujeito que pertence a essa classe. Nas frases em Ciwutee, existe alguma organização hierárquica na configuração dos sintagmas. Se o sintagma for realizado por dois constituintes, o primeiro é que deve determinar a concordância

sintáctica e o segundo é um mero qualificador do primeiro (2.a). Neste sentido, o primeiro pode ocorrer na ausência do segundo (2.b) e o segundo não pode ocorrer sem a presença sintáctica do primeiro (2.c). Tendo em conta os conceitos de princípios e parâmetros introduzidos por Chomsky (1981/95), recuperados em Miotto (2004), nota-se que existem, nas línguas naturais, alguns traços que distinguem (parâmetros) e que unem (princípios). Por exemplo, analisado o comportamento NP/sujeito de frases do Ciwutee, tendo em conta o comportamento de NP/sujeito, por exemplo, de frases do Inglês (capítulo. I (relevância do estudo)), nota-se que o sujeito da frase em Ciwutee pode não ocorrer sintacticamente e o NP/sujeito da frase do inglês deve ocorrer sintacticamente, como tal, ou por meio de um pronome adequado⁷¹. Se isto não for respeitado, em Inglês, a frase tornar-se-á agramatical, o que não acontece no Ciwutee. Esta característica divide as línguas em dois. As línguas de parâmetro de sujeito nulo, as que podem estabelecer a frase sem o sujeito a ocorrer sintacticamente, e as designadas línguas de sujeito obrigatório, as que exigem a ocorrência de NP/sujeito na frase. Tendo em conta os dados acima, pode-se concluir que o Ciwutee é uma língua de sujeito nulo, tal como o Português. Veja a seguir os locativos.

7.2. Frases com locativos

Muitos estudiosos (Guthrie, 1948; Marten e Kula 2007; Guérois, 2014); Guérois, 2016, entre outros) são unânimes em afirmar que o Proto Bantu (PB) tinha três tipos de locativos, a saber: **pa-**, **ku-** e **mu-**. Todavia, algumas línguas bantu modernas não exibem estes prefixos, sendo que, para a marcação de objectos locativos socorrem-se de estratégias alternativas tais como, por exemplo, um clítico locativo pós-verbal ou um pronome locativo (Guérois, 2016). O Ciwutee é uma das línguas bantu modernas que preservam os locativos **pa-**, **ku-** e **mu-**⁷² do Proto Bantu.

No presente trabalho, não se pretende fazer um estudo comparativo do tipo de Marten e Kula (2007) ou Zeller e Ngoboka (2013), que compararam oito línguas usando mais de dez parâmetros. Pretende-se, sim, com recurso a exemplos do Ciwutee, indentificar os tipos de locativos, averiguar a concordância sintáctica, a natureza de (co-) ocorrência dos prefixos

⁷¹ Ver Miotto (2004:24)

Ver capítulo I da tese (relevância do estudo)

⁷² Ver a Tabela 5.

locativos com outros prefixos nominais, assim como o seu lugar na estrutura básica do verbal, bem como nas estruturas sintáticas de ordem de ocorrência invertida.

Locativo “Pa” situacional

3.a) pamuzi

Pa- mu-zi

16Loc-3CL-casa

‘na casa’

b) parufu

Pa-ru-fu

16Loc-11CL-falecimento

‘no falecimento’

c) padenga

Pa-Ø-denga

16Loc-5CL- cima

‘encima’

Locativo “ku” direccional

4.a) kumunda

Ku-mu-nda

17Loc-3CL-machamba

‘em direcção à machamba’

b) kumatoro

ku- ma-toro

17Loc-9CL-horta

‘em direcção à horta’

c) kunitambo

ku-mi-tambo

17Loc-4CL-dança

‘em direcção às danças’

Locativo “mu” interioridade

5.a) muminda

mu-mi-nda

18Loc-4CL-machamba

‘dentro da machamba’

b) mubako

mu-Ø-bako

18Loc-5CL- gruta

‘dentro da gruta’

c) mumvura

mu-m-vura

18Loc-9CL-água

‘dentro da água’

Os exemplos em (3,4 e 5) mostram que o Ciwutee usa três tipos de locativos (pa, ku e mu). Estes locativos, comparados aos do PB, revelam que não sofreram alguma mudança morfofonológica. Tendo em conta os paradigmas segmentais do nome, a marca dos locativos ocorre no primeiro paradigma do nome, independentemente da natureza da base à qual está acoplado. Veja-se a co-ocorrência dos locativos.

7.2.1. Co-ocorrência de locativos com outros prefixos nominais

Co-ocorrência de três (3) locativos

6. a) pacoto pari kuyibva madyoka

Pa-co-to pa-ri-ku-yibva ma-dyoka

16Loc-7CL-fogueira 16CL-Prest- 15CL-cozer-vf 6CL-mandioca

‘na fogueira, está a cozer mandioca’

b) *pakucoto pakurikuyibva madyoka

pa-ku-co-to pa-ku-ri-ku-yibv-a ma-dyoka

16Loc-17 Loc-7CL-fogueira 16 Loc-17Loc-Preset -15CL-cozer-vf 6CL-mandioca

‘na fogueira estão estando a cozer mandioca ’

c) *pakumucoto pakumuyibva madyoka

pa-ku-mu-co-to pa-ku-mu-ri-ku-yibv-a ma-dyoka

16Loc-17Loc-18Loc-7CL-fogueira 16Loc-17Loc-18Loc-Preset-15CL-cozer-vf6CL-mandioca

‘Sem significado possível’

d) *pakumucoto pakuyibva madyoka

pa-ku-mu-co-to pa-ri-ku-yibv-a ma-dyoka

16Loc-17 Loc-18Loc-7CL-fogueira 16 Loc-Preset-15CL-cozer-vf 6CL-mandioca

‘Sem significado possível’

O exemplo (6.a) é gramatical porque respeita o sistema de ocorrência de locativos numa palavra, contudo em (6.b) há co-ocorrência de dois locativos (pa, ku) e em (6.c), ocorrem três locativos na mesma estrutura nominal; por ser um facto negado pela língua, resultou numa agramaticalidade, mesmo que um dos locativos (pa) marque a concordância na forma verbal. Veja a coocorrência de locativos a seguir.

7.2.2. Co-ocorrência de locativos e sua distribuição com outros prefixos nominais

No sistema de Ciwutee, um nome pode ocorrer com três prefixos, sendo um deles locativo na primeira posição, e um tema nominal, obedecendo a uma ordem de ocorrência, de acordo com a importância de cada afixo para a qualificação do nome em causa. Veja-se os dados abaixo.

7.a) *pacimuti paya panonyuci*

Pa-ci-mu-ti pa-ya pa-no n-yuci

16Loc-7CL-3CL-árvore 16Loc-Reflex Loc- 16Loc-Afirm Loc 9-abelha

‘naquela árvore pequena há abelhas’

b) **cipamuti ciya cino nyuci*

ci-pa-mu-ti ci-ya ci-no n-yuci

7CL-16 Loc-3CL-árvore 7CL-Reflex CL7- 7CL-Afirm CL7 9-abelha

‘Sem significado possível’

c) **mupaciti muya muno nyuci*

mu-pa-ci-ti mu-ya mu-no n-yuci

18Loc-16Loc- 7CL-árvore 18Loc- Reflex loc18 18Loc Afirm Loc 18 9-abelha

‘Sem significado possível’

8.a) *kucimuti kuya kuno nyuci*

- ku-ci-mu-ti ku-ya ku-no n-yuci
 17Loc-7CL-3CL-árvore 17Loc-Reflex Loc- 17Loc-Afirm 9-abelha
 ‘naquela direcção à árvore pequena há abelhas’
- b) **kucimuti muya muno* n-yuci
 ku-ci-mu-ti mu-ya mu-no nyuci
 17Loc-7CL-3CL-árvore 18Loc-Reflex Loc- 18Loc-Afirm 9-abelha
 ‘dentro pequena árvore lá dentro tem mel’
- c) **cikumuti ciya cino* n-yuci
 ci-ku-mu-ti ci-ya ci-no n-yuci
 7CL-17 Loc-3CL-árvore 7CL-Reflex CL7- 7CL-Afirm CL7 9-abelha
 ‘pauzinho pequeno grande aquela tem mel’
- d) **mukuciti muya muno* n-yuci
 mu-ku-ci-ti mu-ya mu-no n-yuci
 18Loc-16Loc- 7CL-árvore 18Loc- Reflex Loc 18Loc Afirm Loc18 9-abelha
 ‘Sem significado possível’

Os exemplos acima mostram que, em Ciwutee, em termos de relevância para a base, o prefixo que enquadra o nome no sistema de classes nominais sem aditivos é mais importante para o tema nominal, por isso deve ocorrer adjacente a ele (7.a) e (8.b). O prefixo (pré-prefixo) que qualifica o nome é menos importante em relação ao primeiro (prefixo) e o locativo (ante-pré-prefixo) é menos importante em relação ao pré-prefixo para o tema nominal, por isso ocorre na posição periférica da palavra. Em termos de função, o locativo adiciona apenas informação de carácter espacial, onde o evento ocorre (7.a e 8.a). Independentemente do tipo de locativo (**pa-**, **ku-**, **mu-**) a ordem de ocorrência é fixa; primeiro, o prefixo que atribui a classe, segundo, o pré-prefixo que qualifica o nome e, terceiro, o locativo. Ex: *Loc [(pré-pref)[pref][tema nominal]]]*⁷³ (5.a e 6.a). A inversão da ordem de ocorrência destes resulta em estruturas agramaticais (7.b, c) e (7.c, d). O locativo, neste caso, ocorrendo na posição de destaque (início de palavra), determina a concordância sintáctica na forma verbal (7.a) e (8.a). A falta de cópia do traço do locativo na forma verbal resulta numa estrutura agramatical (7.b).

⁷³ Ver a estrutura verbal em Meeussen (1967), Mutaka e Tamanji (2000) e Ngunga (2014).

7.2.3. Marcação de locativos

A ocorrência do locativo não se observa apenas na estrutura nominal; ele também ocorre na forma verbal (Guérois, 2016:60). Há muitos estudos que mostram a diferença entre o locativo na forma nominal e sua marcação na forma verbal⁷⁴. Vejam-se os dados do Ciwutee a seguir.

9.a) panyumba paguma shiri dza mabo

pa-n-yumba pa-gum-a shiri Gen réguro

16Loc 9-casa-16 Loc-chegar-vf 9-pássaro 9-Gen 1-régulo

‘na casa, chegou os pássaros do régulo’

b) kumunda kwafira zizi

ku- mu-nda ku-a- f-ir-a Ø-mocho

17Loc- 3CL-machamba 17Loc-Psd-morrer-Apl-vf 5CL-mocho

‘em direcção à machamba, morreu o mocho’

c) mumvura mwapinda mvuwu

mu-m-vura mu-a- pind-a m-vuwu

18Loc-9CL-água 18Loc-Psd- entrar-vf 9-hipopótamo

‘na agua, entrou o hipopótamo’

10.a) *panyumba mwaguma shiri dza mabo

pa-nyumba mu-a-gum-a shiri Gen réguro

16Loc-casa-18Loc-Psd-chegar-vf 9-pássaro 9-Gen 1-régulo

‘na casa dentro dela chegpou o passario do régulo’

b) *kumunda pafira zizi

ku- mu-nda pa-a- f-ir-a Ø-mocho

17Loc- 3CL-machamba 16Loc-Psd-morrer-Apl-vf 5CL-mocho

‘Em direcção à machamba morreu um mocho sobre a mesma’

c) *mumvura kwapinda mvuwu

mu-m-vura ku-a- pind-a m-vuwu

18Loc-9CL-água 17Loc-Psd- entrar-vf 9-hipopótamo

‘na água em direccao a mesma, entrou o hipopótamo’

⁷⁴ Mchombo e Firmino (1999), Mchombo (2004), Marten e Kula (2007), Zeller e Ngoboka (2013), Guérois (2016).

Os exemplos mostram que, nesta língua, é possível marcar qualquer locativo na forma verbal (9.a, b, c). O morfema que marca o locativo na forma verbal deve ser da configuração que corresponde ao locativo que ocorre no primeiro paradigma do nome com função sintáctica de sujeito (9.a, b, c). Se a cópia não for verificada, a estrutura tornar-se-á agramatical (10.a, b, c). A seguir, veja-se outra marcação.

11.a) **mumvura mwiya mwanga muno** mabattha **mwapina** nyoka

mu-m-vura mu-a- mu-a-nga mu-no ma-batha mu-a-pind-a n-yoka

18- 9-água 18-Refl 18-Psd-ter 18-Afirm 6-patos 18-Psd-entrar-vf 9-n-yoka

‘naquela água onde os patos ficavam entrou cobra’

b) ***mumvura mwiya panga muno** mabatha **mwapinda** nyoka

mu-m-vura mu-a- *pa*-a-nga mu-no ma-batha mu-a-pind-a n-yoka

18-9-água 18-Refl 16-Psd-ter 18- Afirm 6-patos 18-Pasd-entrar-vf 9-n-yoka

‘naquela água onde os patos ficavam em direcção a mesma entrou cobra’

c) ***kumvura kwiya kwanga kuno** mabattha **mwapina** nyoka

ku-m-vura ku-a- *ka*-a-nga ku-no ma-batha *mu*-a-pind-a n-yoka

17-9-água 17-Refl 17-Psd-ter 17-Afirm 6-patos 18-Psd-entrar-vf 9-n-yoka

‘em direcção àquela água onde os patos ficavam dentro aa mesma entrou cobra’

Os dados mostram que a marcação dos locativos não ocorre apenas na forma verbal, pode-se marcar em outros elementos da mesma estrutura sintáctica. Guérois (2016:60) chegou a conclusões similares quando estudou Cuwabo e Makhuwa. Tendo em conta os dados analisados em Ciwutee, nota-se que existem dois tipos de concordância locativa: concordância directa e concordância em série. A concordância directa é um processo de cópia do traço da marca do locativo, apenas na forma verbal, em qualquer paradigma da mesma palavra (9.a) e (12.a, b, e, f). A concordância em série é um processo de cópia de traço locativo na forma verbal e em todos os candidatos “elegíveis⁷⁵ à concordância em toda a frase. A falta de concordância em apenas um candidato legível, resulta numa estrutura agramatical (11.b, c). Verifiquemos a marcação locativa a seguir.

⁷⁵ Todo o constituinte sintáctico que não tem obrigação sintáctica de copiar traço (s) do constituinte desencadeador de concordância na estrutura sintáctica por intervenção da distância sintáctica entre o determinador de concordância e o constituinte em referência.

7.2.4. Marcação do locativo como pronome reflexivo

Embora, historicamente, esta língua tenha apenas locativos “genuínos” como prefixos, existe uma forma de organizar os constituintes da frase que faz com que, no final da forma verbal, se reflita a marca do locativo. Veja-se os exemplos que se seguem.

12.a) ndakagumemo muChimoio

nda-ka-gum-(a)e-m(u)o mu-chimoio

1-MS1ps-Psd-chegar-vf- 18Loc 18Loc- Chimoio1

Lit.: Eu cheguei no Chimoio,

‘Cheguei a Chimoio’

b) muChimoio ndakagumemo

mu-chimoio nda-ka-gum-(a)e-m(u)o

18Loc- Chimoio-MS1ps-Psd-chegar-vf- 18Loc

‘no Chimoio, cheguei’

c) *muChimoio ndakagumepo

mu-chimoio nda-ka-gum-(a)e-p(a)o

18Loc- Chimoio -MS1ps-Psd-chegar-vf- 16Loc

‘Sem significado possível’

d) *muChimoio ndakagumeko

mu-Chimoio nda-ka-gum-(a)e-k(u)o

18Loc- Chimoio 1-MS1ps-Psd-chegar-vf- 17Loc

‘Sem significado possível’

e) kuChimoio ndakagumeko

ku-chimoio nda-ka-gum-(a)e-k(u)o

17Loc- Chimoio 1-MS1ps-Psd-chegar-vf- 17Loc

‘lá no Chimoio, cheguei’

f) ndakagumeko kuChimoio

nda-ka-gum-(a)e-k(u)o ku-chimoio

1-MS1ps-Psd-chegar-vf- 16Loc 18Loc- Chimoio

‘lá no Chimoio, cheguei’

g) *ndakagumemo kuChimoio

nda-ka-gum-(a)e-m(u)o ku-chimoio

1-MS1ps-Psd-chegar-vf-18Loc 17Loc-Chimoio

‘Sem significado possível’

paChimoio ndakakugumepo

pa-chimoio nda-ka-gum-(a)e-**p(a)o**

16Loc- Chimoio 1-MS1ps-Psd-chegar-vf- 16Loc

‘la no Chimoio, cheguei’

A frase (12.a) mostra a realização dos constituintes sintácticos de acordo com a orientação do léxico. O verbo -guma ‘chegar’ selecciona um NP locativo (muChimoio), por isso ocorre no escopo do núcleo do mesmo verbo. Os dados mostram ainda que, quando o locativo reflexivo se realiza, obrigatoriamente, deve concordar com o locativo que ocorre de forma conjuntiva no nome complemento do verbo, independentemente da sua posição de ocorrência na estrutura sintáctica (12.b, f). Se a concordância não for verificada, a estrutura tornar-se-á agramatical, independentemente da posição de ocorrência (12.g). A seguir apresenta-se o sintagma N (Q/Wh).

7.3. Representação sintáctica do movimento do constituinte N (Q/Wh) no PE

Os constituintes N (Q/Wh) são movidos para a posição [Esp, SC]. Abaixo, depois dos exemplos, apresenta-se a fórmula que dá conta deste sintagma. A primeira representação da fórmula retrata a análise de N (Q/Wh), antes da visão minimalista (tradicional) e a segunda é dada à luz da abordagem de Chomsky (1995). É esta segunda perspectiva que se vai seguir nesta secção. Os dados e as interpretações que se apresentam nesta secção são seguem a perspectiva do funcionamento da gramática desta língua, isto é, como a gramática prevê a colocação dos constituintes da frase desta natureza. A seguir apresentam-se alguns exemplos:

13.a) Bindiko [_{sv}[_v’ watenga [_{NP} uta]]]

Lit: ‘Bindiko comprou zagaia’

‘O Bindiko comprou a zagaia’

b) chinyi (here) Bindiko [_{sv} [_v’ chaatenga [_{NP} -]]]

‘que (é que) o Bindiko comprou?’

A grelha de subcategorização satisfaz as propriedades de c-selecção do verbo **kutenga** ‘comprar’, como se ilustra abaixo.

Grelha de subcategorização

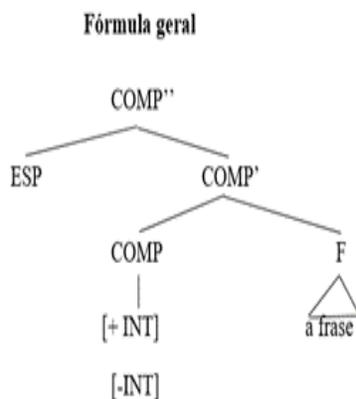
-tenga_v: [-NP]

cf.*-tenga_v: [-] (contraexemplo).

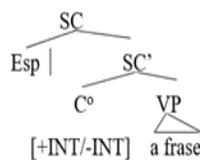
Nas estruturas em (13.a), o complemento **uta** ‘zagaia’ do verbo **kutenga** ‘comprar’, com função sintáctica de OD, está a ocorrer na posição *in situ* (posição de origem). Em (13.b), a constituinte **uta** ‘zagaia’ é substituído pela forma interrogativa **chinyi** ‘que’, que ocorre na posição inicial da frase [NP, SC]. Em (13.b), aparentemente, o complemento do verbo **kutenga** ‘comprar’ não está a ocorrer sintacticamente na posição *in situ*, posição de origem. Se não tivesse havido movimento, a estrutura seria agramatical, como se pode ver na grelha de contraexemplos.

As construções acima chamam-se sintagmas complementadores (SCOMP/SC). Neste trabalho, passamos a usar, principalmente, a sigla SC.

Representação tradicional do sintagma N.



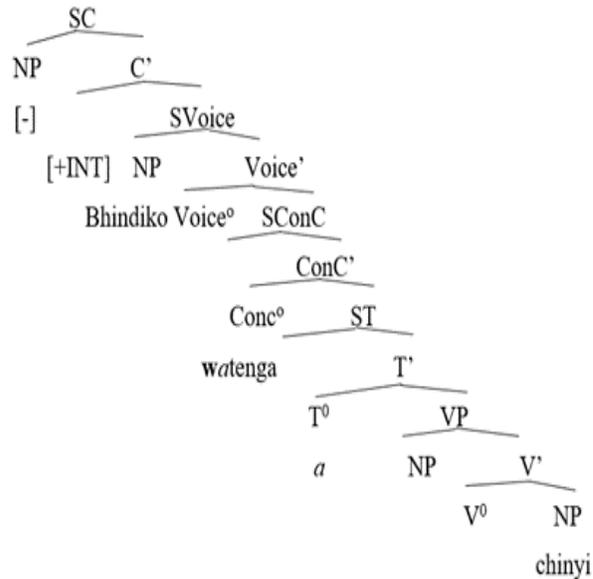
Representação minimalista



- chinyi (here) Bindiko [_{sv} [_{v'} chaatenga [_{NP} -]]]

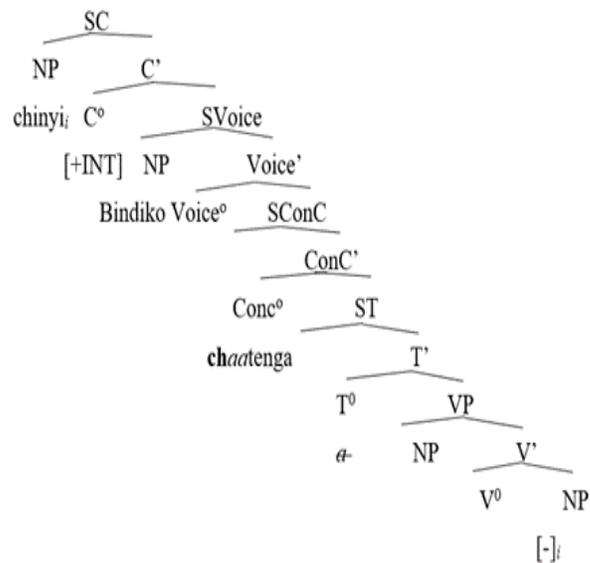
'que (é que) o Bindiko comprou?'

(a.i) Frase de acordo com o léxico



Prop. c-seleccão -tenga_v: [-NP]

(a.ii) Frase de acordo com a realização de SC.



Prop. c-seleccão -tenga_v: [-NP]

Nos movimentos N (Q/Wh), o verbo é flexionado porque sempre se realiza o NP/sujeito determinante da concordância sintáctica. O constituinte movido sempre pousa num lugar fora

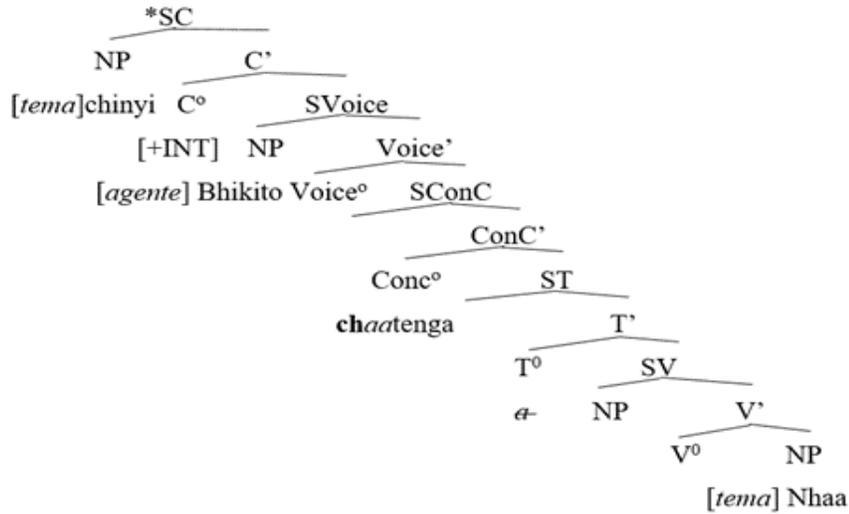
da frase [Esp, SC]. O núcleo do SC realiza-se pelo [+ INT] ou [- INT], dependendo da natureza da estrutura em análise.

Em (a.i), os constituintes estão nas suas posições básicas, de acordo com a informação emanada ao nível do léxico (Prop. c-selecção).

O complemento NP do verbo **kutenga** ‘comprar’ realizado pela forma interrogativa **chinyi** ‘que’ moveu-se da posição [NP, V’] para a posição [ESP, SC] em (9.a.ii). Mesmo não estando a realizar-se sintaticamente na sua posição de origem, a estrutura (sintaxe) continua a respeitar as propriedades de c-selecção do verbo **kutenga** ‘comprar’. O constituinte movido **chinyi** ‘que’ continua a controlar a sua posição *in situ*, razão da co-indexação entre a posição de origem (*in situ*) [NP, V’] e a posição de poiso (chegada) [Esp, SC]. A gramaticalidade de (9.a.ii) mostra que se operou movimento N (Q/Wh). A seguir apresenta-se a prova de movimento de SC. Em relação aos constituintes N(Q/Wh) movidos para à esquerda, fora da frase, nesta língua, de acordo com os dados, a sua existência é reflectida na forma verbal que ocorre no [ConC°, ConC’]. Por exemplo, na árvore (a.ii), a forma verbal carrega consigo, na posição pré-radical, um *ch*, marca de concordância da forma N(Q/Wh) (*chinyi*) e o primeiro *a*, como marca de concordância do sujeito da frase, resultante de um processo morfofonológico (harmonia vocálica em altura). Antes do movimento temos: **Bhindiko wakatenga chinyi?** ‘Bhindiko comprou que?’ depois do movimento temos: **chinyi Bhindiko chaatenga?** ‘que Bhindiko comprou?’. Mesmo havendo uma barreira do sujeito gramatical que ocorre na [NP, SVoice], a posição que ocorre entre SC e SConC é recuperada pelo foco, intenção do falante. Por outra via, o interesse do falante está na busca de informação que carece de esclarecimento na enunciação, a coisa comprada. É importante realçar que este processo ocorre em todas as construções N, independentemente da função sintáctica que o constituinte desempenha na frase do Ciwutee. Passemos para o teste de movimento sintáctico.

Testagem do movimento N/Q

(a.iii) Preenchimento da lacuna deixada pelo constituinte movido.



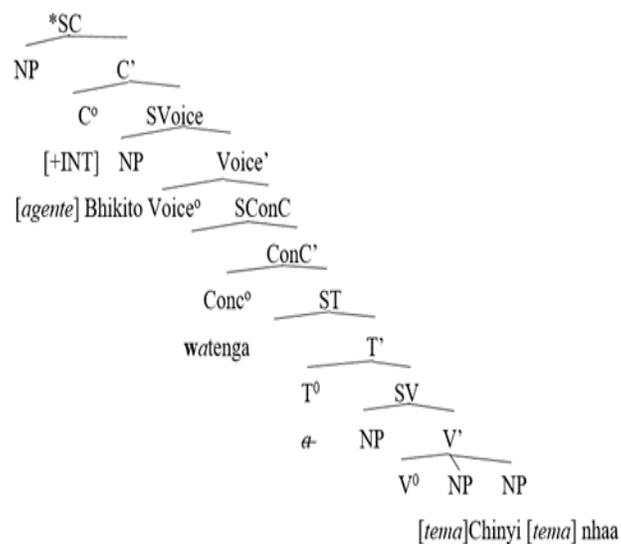
Prop. de c-selecção * -tenga_v: [-NP NP]

Prop. de s-selecção * <AG T T>

Nesta árvore, tentamos preencher a lacuna deixada pelo NP realizado pelo constituinte **chinyi** “que”, gerado na posição [NP, V’] pelo NP realizado pelo constituinte **nhaa** ‘rede’ resultando, desta forma, na agramaticalidade. A agramaticalidade ocorrida prova que, apesar de o constituinte **chinyi** “que” não ocorrer na posição [NP, V’], ele controla esta posição, por isso a lacuna não deve ser preenchida por qualquer outro constituinte.

(a.iv) Frase de acordo com o léxico

Nesta frase, tentamos devolver o constituinte movido para a sua posição de origem com o intuito de se apurar se houve ou não movimento, de acordo com o juízo de gramaticalidade da estrutura formada.



Prop. de c-selecção * -tenga_v: [-NP NP]

Prop. de s-selecção * <AG T T>

A agramaticalidade das duas estruturas (a.iii e a.iv) prova que houve movimento N ‘Q’. Nestes casos, parece que o verbo **kutenga** ‘comprar’ selecciona dois complementos, um NP realizado pelo constituinte “**chinyi**”, outro NP realizado pelo constituinte **nhaa** ‘rede’. A seguir, vamos apresentar três testes para verificar o comportamento sintáctico dos objectos sintácticos do Ciwutee.

CAPÍTULO VIII: ALGUNS TESTES DE OBJECTOS SINTÁCTICOS

8.0. Introdução

No presente capítulo, pretende-se discutir aspectos que envolvem a morfologia e a sintaxe, tendo em conta propriedades dos objectos sintácticos, tal como se estudou em “Morphosyntactic co-variation *in* Bantu” (Marten e Kula, 2007) e “On Parametric Variation in bantu (Kinyarwanda)” (Zeller e Ngoboka, 2015). Uma parte dos dados e abordagens analisados nesta secção são inspirados no trabalho (Ngunga e Razão, 2022).

8.1. Testes para se determinar a (as)simetria dos objectos no Ciwutee à luz do PE e Incorporação

Para o estudo das propriedades sintácticas e semânticas do objecto das construções applicativa e causativa em Ciwutee, na presente pesquisa foram usados três testes também usados em estudos de outras línguas bantu, a saber: ordem de ocorrência de objectos, pronominalização (marcação de objecto na estrutura da forma verbal) e passivização (Mchombo, 1993; Alsina e Mchombo, 1989; Ngonyani, 1996, 2006; Ngunga, 1999; Zeller e Ngoboka, 2013; Bresnan e Moshi, 1990; Mchombo e Firmino, 1999). Tendo em conta os dados retirados em Mchombo (1993), vamos considerar o exemplo (1.a), que mostra um verbo derivado (1.b) através da afixação da extensão applicativa (-il/-el-) em Chingoni:

1.a) mgeni igula ugimbi

mgeni i-gul-a ugimbi

hóspede MS₁-comprar-VF 14-bebida

‘o hóspede está a comprar bebida’

b) mgeni igulila vandu ugimbi

mgeni i-gul-il-a va-ndu ugimbi

hóspede MS₁-comprar-APL-VF 2-pessoa 14-bebida

‘o hóspede está a comprar bebida para as pessoas’

Nestas frases do Chingoni, a raiz do verbo é **-gul-** ‘comprar’. Em (1.a), não há extensão applicativa, o verbo co-ocorre com dois argumentos, um externo, **mgeni** ‘hóspede’, como agente, e um interno, **ugimbi** ‘bebida’, como tema. Em (1.b), no entanto, como consequência da

operação morfológica que afixa o morfema da extensão applicativa **-il-**, há adição de **vandu** ‘pessoas’ como beneficiário, como também se ilustra nos seguintes exemplos do Ciwutee:

2.a) musikana watenga maroro

musikana u-a-teng-a maroro

menina MS₁-Psd-comprar-VF 6-atas

‘a menina comprou atas’

b) musikana watengera mwaramu maroro

mu-sikana u-a-teng-er-a mu-aramu maroro

menina MS₁-Psd-comprar-Caus-VF 1-cunhado 6-atas

‘a menina comprou atas para o cunhado’

Em (2.a), o verbo **-teng-** ‘comprar’ é bi-argumental, com um argumento externo (**musikana** ‘menina’) como agente, e um argumento interno (**maroro** ‘atas’) como tema. Em (2.b), contudo, o verbo ocorre com o sufixo **-er-**. Por isso, para além dos dois argumentos, há um novo objecto adicional com papel temático de beneficiário.

Nesta vertente, aos objectos podem ser atribuídos diversos papéis temáticos (Ngonyani, 1996; Alsina e Mchombo, 1998). Segundo os autores, estes podem ser beneficiário/maleficiário, destinatário, paciente, objectivo, locativo. Vejam-se, a seguir, os exemplos em Ciwutee.

3.a) musikana wakayisa mwana maroro

mu-sikana u-a-kay-is-a mu-ana ma-roro

menina MS₁-Psd-arrancar-Caus-VF 1-criança 6-atas

‘a menina fez arrancar as atas à criança’

b) musikana wayisenzesa nyara kumaroro.

musikana u-a-senz-es-a nyara kumaroro.

menina MS₁-Psd-usar-Caus-VF 9-mão 17-atas

‘a menina usou as mãos para arrancar as atas nas ateiras’

c) musikana wawonesa mwana zvitarwa

musikana u-a-won-es-a mu-ana zvi-tarwa

menina MS₁-Psd-ver-Caus-VF 1-criança 8-pinturas rupestres

Lit.: menina fez ver criança pinturas rupestres’

‘a menina mostrou as pituras rupestres às criança’

d) *musikana wawonesa zvitarwa mwana.

mu-sikana u-a-won-**es**-a zvi-tarwa mu-ana

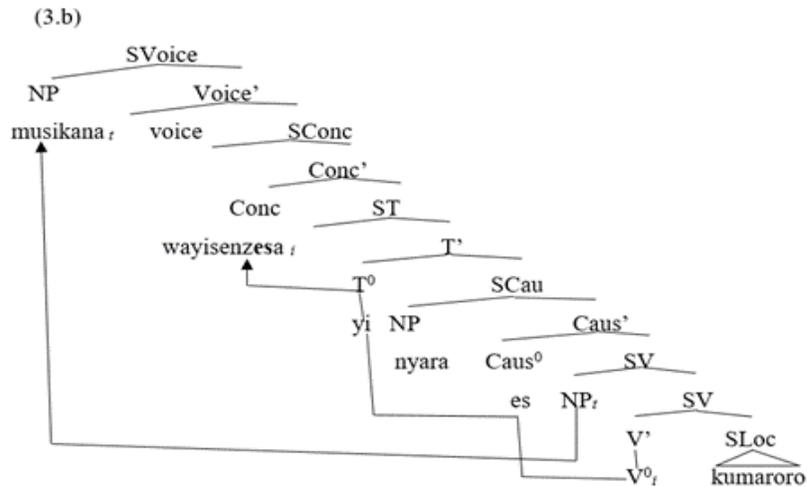
menina MS₁-Psd-ver-Caus-VF 8-pinturas rupestres 1-criança

Lit.: menina fez ver as pinturas rupestres à criança

‘a menina mostrou as pinturas rupestres à criança’

Os exemplos acima mostram que, em Ciwutee, tal como em muitas línguas bantu, independentemente do traço semântico do objecto adicionado, o alvo ocorre na posição adjacente ao verbo na estrutura básica (3.a, c). Mas isto não é característica geral das línguas bantu, pois há algumas línguas em que esta ordem é flexível na estrutura sintáctica, podendo dar estruturas agramaticais (3.d).

O objecto adicionado em (3.a, c) é alvo, enquanto em (3.b) pode ser interpretado como adjunto, marcado por morfema **ku-** da classe 17 (3.b). O adjunto não é seleccionado directamente pelo núcleo verbal, por isso não ocorre no mesmo nível hierárquico do núcleo do sintagma. Ele é gerado no SV maior por fazer apenas parte de [SV,VP]. Veja-se a árvore da frase (3.b).



Tendo em conta a árvore (3.b), pode-se afirmar que nem todos os objectos adicionados têm as mesmas propriedades sintáticas em qualquer língua. Por exemplo, podem retratar “lugar, em direcção a ou na zona de..., tempo y, a forma de fazer x”, como se observa em (3.b), em que se trata de locativização situacional. A seguir, analisa-se a sequência de constituintes frásicos.

8.2. Ordem de ocorrência de objectos sintáticos

O Ciwutee tem duas possibilidades de formar frases sem afectar a dimensão semântica: (i) um verbo que inclui muitos morfemas, respondendo a questões tais como: quem, quando, que (é que) fez e “fazer+verbo” numa frase e outra forma em que todos os itens sintáticos ocorrem lexicalmente⁷⁶. Vejam-se os exemplos sobre a ordem de ocorrência dos objectos em Ciwutee.

4.a) musikana wakaryisa **mwana** maroro

musikana u-ka-ry-is-a **mwana** ma-roro

menina MS₁-Psd-comer-Caus-VF 1-criança 6-atas

Lit.: menina fez comer criança atas’

‘a menina fez a criança comer as atas’

b) *musikana wakayisa maroro **mwana**

musikana u-a-ka-ry-is-a ma-roro **mu-ana**

⁷⁶ Ver os exemplos na revisão de literatura deste trabalho

menina MS₁-Psd-T/Aspt-comer-Caus-VF 6-atas 1-criança

‘menina fez com que a acta arrancasse a criança’

c) Matundure wakatemala **baba** makobo

Matundure u-a-ka-tem-er-a baba ma-kobo

Matundure MS₁-Psd-Aspt-cortar-Apl-vf 5-pai 6-banana

‘Matundure comprou bananas para pai’

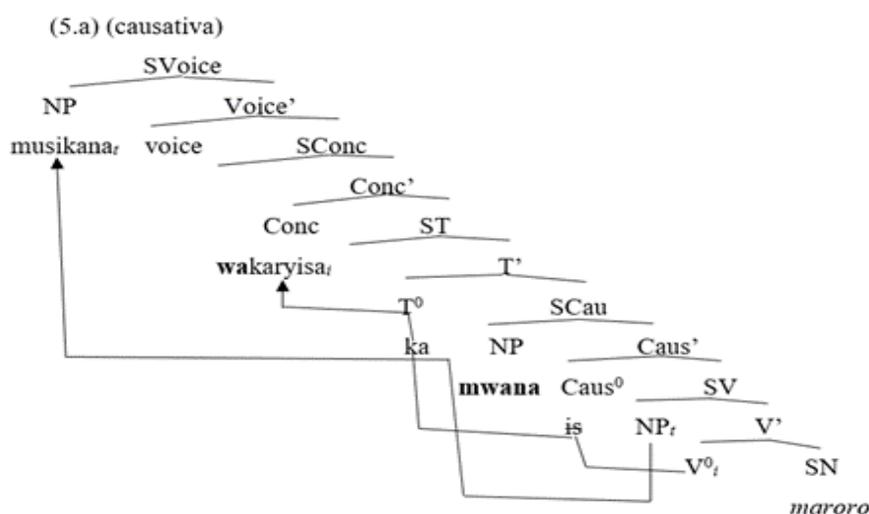
d) *Matundure wakatemala makobo **baba**

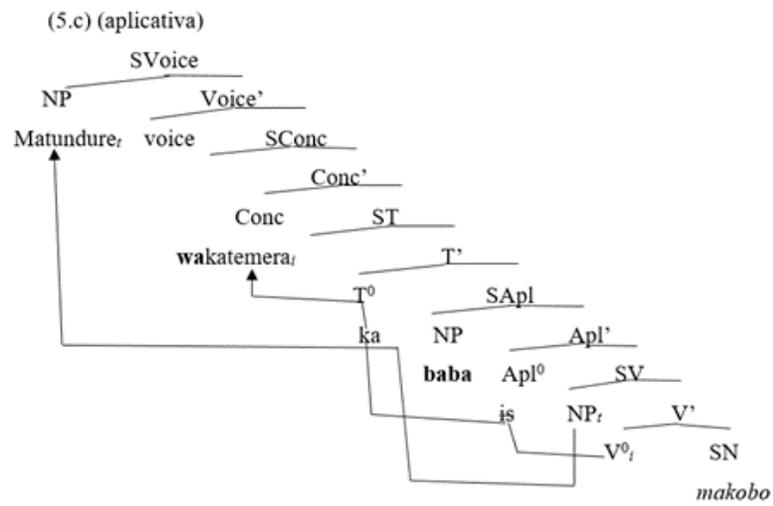
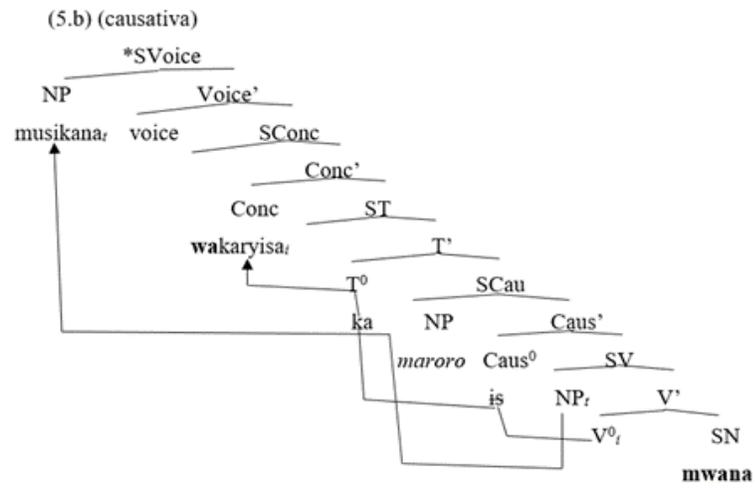
Matundure u-a-ka-tem-er-a makobo baba

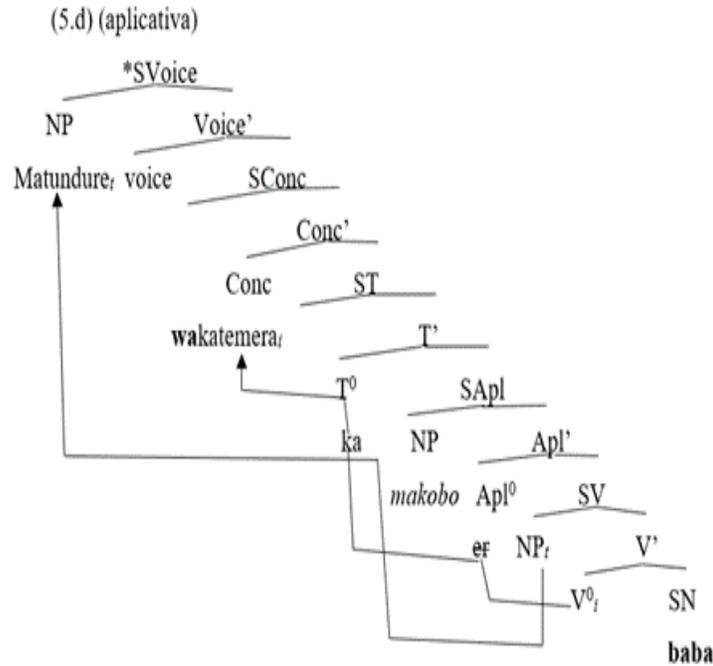
Matundure MS₁-Psd-Aspt-cortar-Apl-vf 6-banana 5-pai

‘Matundure comprou a crianca em beneficio da banana’

Em (5.a, c), os constituintes estão nas suas posições básicas de acordo com as propriedades de c-selecção do verbo **kurya** ‘comer’ e **kutemera** e ‘cortar para’. Em (5.b, d), ilustra-se o resultado que se obtém da inversão da ordem dos argumentos internos (**mwana**, **maroro** e **baba**, **makobo**). Portanto, as frases em (4.a, c) são gramaticais. Em (4.b, d), os constituintes **maroro** ‘atas’, **mwana** ‘criança’, **makobo** ‘banana’ e **baba** ‘pai’ estão na ordem de ocorrência invertida, onde os primeiros (**maroro** e **makobo**) ocorrem adjacentes ao verbo e os segundos (**mwana** e **baba**) na periferia, o que é incorrecto, tendo em conta os traços paramétricos (ordem) desta língua. Vejam-se as árvores:







Muitos autores (Baker, 1985; Alsina, 1999; Bybee, 1985, entre outros) afirmam que a ordem dos afixos na estrutura da forma verbal tem em conta a relevância de cada um na acção descrita pelo verbo (+ escopo ou -escopo). Assim, os afixos com maior “relevância” para a acção do radical verbal ocorrem adjacentes a ele (Ngunga, 1999). Quando explicava a relação entre morfologia e sintaxe em PE, Baker (1985) afirmou que a ordem de ocorrência dos afixos pós-verbais reflectem a ordem de ocorrência dos objectos sintácticos por eles determinados. As afirmações dos dois autores justificam a agramaticalidade das frases em (5.b, d). A questão da ordem de ocorrência dos objectos também foi estudada por Marten e Kula (2007:230) usando três parâmetros para apurar línguas de objecto simétrico e assimétrico⁷⁷.

Numa frase, o verbo mapeia a estrutura sintáctica em termos de funções sintácticas e papéis temáticos. Contudo, em Ciwutee, o constituinte **maroro** ‘atas’ (tema) e **makobo** ‘banana’ (tema) não têm traço semântico de ser feito comer **mwana** ‘criança’ e de se beneficiar de **baba** ‘pai’, uma vez que não se pode fazer comer alguém que não tenha propriedades semânticas de comer ou de algo, como é o caso.

⁷⁷ Marten e Kula (2007) Para mais detalhes sobre o assunto, consulte esta obra.

Propriedades semânticas de maroro e mwana

- i. Maroro, makobo [-animado, - humano, - agente]
- ii. Mwana, baba [+animado, +humano, +agente]

Os exemplos em (4.b, d) mostram que a inversão da ordem de ocorrência de objectos na estrutura sintáctica cria estruturas agramaticais ou, em casos raros, marcadas⁷⁸. Nesta ordem de ideias, o facto de a inversão em (4.b, d) ter criado estruturas agramaticais, que poderiam ser marcadas em outras línguas, prenuncia a restrição estabelecida a nível semântico como Bresnan e Moshi (1990), Marten e Kula (2007) mostraram nas línguas de objecto assimétrico, tal como ilustram os dados do Ciwutee. Olhemos para a pronominalização, ou marcação do objecto, na secção que se segue.

8.3. Pronominalização

A pronominalização/marcação é um processo que consiste em substituir os constituintes frásicos (argumentos) por proformas correspondentes, de acordo com as funções sintácticas que os constituintes desempenham na frase.

Neste processo, a questão que se coloca é saber quando, como, em que momento e quantos argumentos podem ser substituídos. O objecto, em Ciwutee, é realizado como um bloco maior (SX) que ocorre num paradigma na estrutura sintáctica, de acordo com as funções sintácticas e papéis temáticos, em consonância com a sintaxe da língua.

- 6.a) musikana wary**isa** mwana maroro
musikana u-a-ry-**is**-a mu-ana ma-roro
menina MS₁.Psd comer-Caus-VF 1-criança atas
'a menina fez comer atas à criança'
- b) yena wary**isa** mwana maroro
yena u-a-ry-**is**-a mu-ana ma-roro
ela MS₁.Psd-comer-Caus-VF 1-criança 6-atas
'ela fez a criança comer atas'

⁷⁸ Estruturas pouco aceites por falantes.
Ver Gonçalves e Chimbutane (Cadernos de Morfologia e Sintaxe).

estrutura sintáctica, tal como mostram os estudos de Marten e Kula (2007), Zeller e Ngoboka (2013). Outra situação não permitida pela língua é a pronominalização dos dois complementos do V' em simultâneo, mesmo sem que os respectivos complementos ocorram lexicalmente (6.h). De acordo com Bergvall (1986), as situações apresentadas com algumas restrições, tendo em conta as funções sintácticas e os papéis temáticos, são também observadas nas línguas Kikuyu, Kinyarwanda e Kishaga, línguas de objecto assimétrico. Para este autor, numa estrutura sintáctica, o objecto é realizado sob a forma de NP pós-verbal, sem objecto de marcação.

Entende-se que, em Ciwutee, o objecto substituído/marcado funciona nos seguintes moldes: (i) o objecto primário (OP) e o objecto secundário (OS) podem ser marcados/substituídos por proformas correspondentes e; (ii) o objecto primário e o objecto secundário podem co-ocorrer com os respectivos pronomes. A mesma análise foi feita por outros autores (Bresnan e Moshi, 1990; Alsina e Mchombo, 1993; Ngonyani, 1996a) fazendo entender, em parte, que, em Chingoni e em Kiswahili, os objectos marcados são realizados nas seguintes circunstâncias: (i) um NP sem objecto marcado; (ii) a marcação correspondente à sua categoria sintáctica (NP); e (iii) objecto marcado sem ocorrência do NP lexical. Olhando para o comportamento dos objectos da frase em Ciwutee, conclui-se que os objectos primário e secundário nem sempre partilham os mesmos traços sintácticos neste teste, mais uma prova de que esta língua tende para o grupo de línguas de objectos assimétricos.

Comparando os testes aplicados neste estudo, constata-se que a pronominalização é menos forte nesta matéria porque, em algum momento, mesmo que os exemplos sejam em número considerável, as frases tornam-se meio ambíguas. Por isso, para estudos similares, não se aconselha usar apenas o teste de pronominalização como folha-mestre para provar que uma língua é de objecto simétrico ou de objecto assimétrico. É assim que, no caso em apreço, vamos considerar mais um teste, a passivização.

8.4. Passivização

Marten e Kula (2007) afirmam que este parâmetro é relevante para construções de objectos duplos, relacionados com a possibilidade de apenas um ou qualquer objecto se tornar sujeito numa construção passiva. Sobre este assunto, usando dados do Chichewa e do Gitonga (Mchombo e Firmino, 1999: 218) e do Swahili (Marten e Kula, 2007), afirmam que a

passivização é um processo onde apenas o objecto benefactivo pode ser promovido a sujeito do passivo correspondente.

Em termos gerais, entende-se que a passivização é um processo que consiste em promover um dos argumentos internos com função sintáctica de objecto, seleccionado pelo núcleo do V', para a posição do sujeito e a despromoção, carácter opcional, do sujeito da frase activa para agente da passiva.

- 7.a) musikana waryisa mwana maroro
musikana u-a-ry-is-a mu-ana ma-roro
Menina MS₁-Psd-comer-Caus-VF 1-criança 6-atas
'a menina fez comer (as) atas à criança'
- b) mwana waryis**wa** maroro (ngo musikana)
Mwana u-a-ry-is-(**i**)**w**-a ma-roro ngo mu-sikana
menina MS₁-Psd-comer-Caus-Pas-VF 6-atas PREP 1-menina
'a criança foi feita comer (as) atas (pela menina)'
- c) mwana waryis**wa** maroro
mwana u-a-ry-is-(**i**)**w**-a ma-roro
criança MS₁-Psd-comer-Caus-Pas-VF 6-atas
'a criança foi feita comer (as) atas'
- d) *maroro aryisi**wa** mwana
maroro a-ry-is-**i****w**-a mu-ana
atas MS₆-Psd-comer-Caus-Pas-VF 1-criança
(sem tradução possível)
- e) mbiya atengera muzukuru bhotoro
mbiya a-teng-er-a mu-zukuru bhotoro
avó MS₉-Psd-comprar-Apl-VF 1-neta 5-garrafa
'avó comprou uma garrafa para neta'
- f) muzukuru watenger**wa** bhotoro (ndi mbiya)
muzukuru u-a-teng-er-(**i**)**w**-a bhotoro ndi mbiya
menina MS₁-Psd-comprar-Apl-Pas-VF 5-garrafa PREP 9-avó
Lit: neta foi comprada garrafa (pela avó)

‘a garrafa foi comprada pela avó para a neta’

g) Muzukuru watengerwa bhotoro

mu-zukuru u-a-teng-er-(i)w-a bhotoro

neta MS₁-Psd-cmprar-Apl-Pas-VF 5-garrafa

Lit.: neta foi comprada garrafa

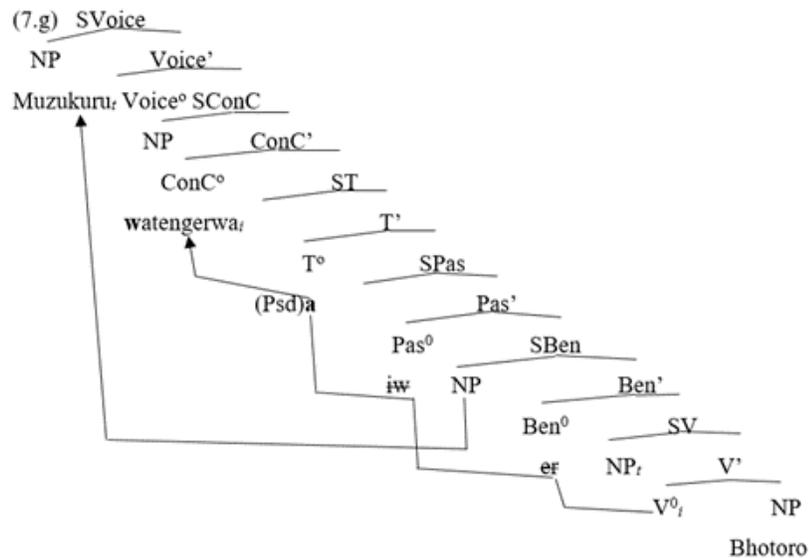
‘a garrafa foi comprada para a neta’

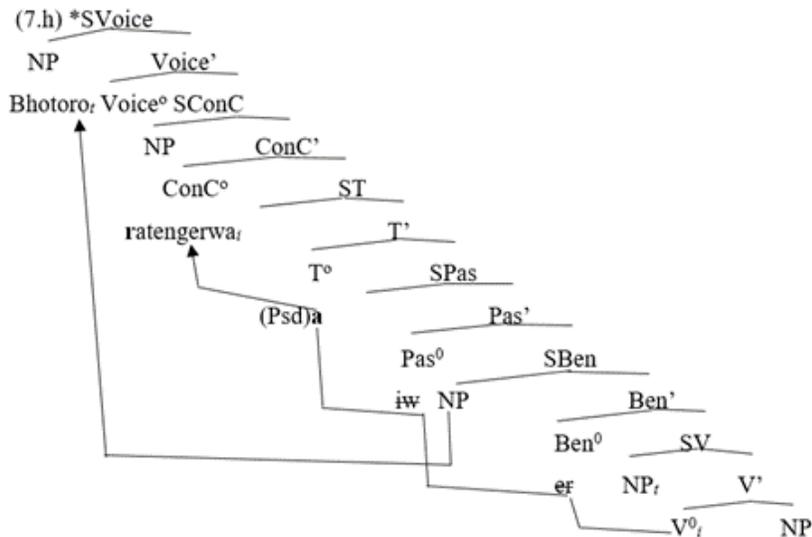
h) *Bhotoro ratengerwa muzukuru

Bhotoro r-a-teng-er-(i)w-a mu-zukuru

garrafa MS₅-Psd-comprar-Apl-Pas-VF 1-neta

‘garrafa foi comprada neta’





Os exemplos (7) indicam que a co-ocorrência das extensões causativa ou applicativa e passiva obedece a uma certa hierarquia segundo a qual a causativa ou a applicativa ocorre adjacente à raiz verbal e a passiva à periferia, como ilustram as frases (7.b, f), sendo o agente (**musikana** ‘menina’ e **mbiya** ‘avó’) opcional, como se ilustra em (7.c, g).

A frase (7.d) mostra que, nesta língua, o objecto secundário (OS) não pode ser passivizado. Um dos motivos desta restrição semântica reside no facto de estas não apresentarem traços⁷⁹ semânticos apropriados para desempenhar a função exigida pelo verbo.

Tendo em conta os exemplos em (7.d, h), conclui-se que, em estruturas causativas e applicativas, o Ciwutee só permite passivizar o objecto com função sintáctica de objecto primário e com papel temático de beneficiário/malefeciário (alvo) para a extensão applicativa e causee para a causativa. Por isso, o objecto primário deve ocorrer adjacente ao verbo e o objecto secundário deve ocupar a posição periférica (7.g). Características semelhantes são identificadas em Bemba, Chichewa, Swahili, línguas de objectos assimétricos (Marten e Kula, 2007: 233)

Neste contexto, depois da passivização, o objecto adquire a função sintáctica de sujeito, passando a controlar a concordância na estrutura sintáctica, e mantém o seu papel temático no [NP, SVoice]. Os dados analisados nesta secção mostram que o Ciwutee apresenta restrições na

⁷⁹ Ver os traços em (5. i, ii)

passivização, isto é, quando co-ocorrem dois objectos, passiviza-se apenas o objecto primário, de contrário, a estrutura torna-se agramatical (7.d, h). A seguir, apresenta-se a conclusão parcial.

8.5. Conclusão parcial da análise de dados

Neste capítulo, vimos que se podem formar frases com quatro novos verbos com sentidos diferentes a partir da co-ocorrência de quatro extensões verbais que se ilustram no esquema -**dzob-es_{v1}-er_{v2}-an_{v3}-iw_{v4}-a**. As implicações sintácticas da co-ocorrência destes verbos são explicadas pelo pressuposto teórico do PE, segundo o qual a morfologia mapeia a sintaxe e vice-versa. Outro princípio usado foi: os morfemas de mudança de valência dos verbos devem ser ordenados de acordo com o seu escopo semântico. Assim, os morfemas cuja semântica tem um escopo mais restrito para o significado da raiz devem ocorrer mais próximo da raiz do que os morfemas de escopos semânticos mais amplos. Este princípio explica os casos de reduplicação do morfema da extensão recíproca na estrutura sintáctica, seguindo a ordem: Caus-Apl-Rec-Pas. A reduplicação da extensão recíproca em Ciwutee serve de reforço para manter o seu escopo em concorrência com outras extensões em relação à raiz verbal.

Ainda neste capítulo, testámos a possibilidade de formar novos predicados a partir de cinco extensões verbais (**kupond-es-er-an-(i)w-ik-a**), seguindo a ordem CARP proposta por Hyman (2002). Os dados revelam que, em Ciwutee, as cinco extensões podem co-ocorrer num predicado de uma frase, mas a sua interpretação reduz-se a semântica das quatro extensões.

Neste trabalho analisámos também as frases com extensões passíveis de co-ocorrer em Ciwutee à luz do PE e Incorporação. Para tal, usámos os argumentos destas teorias para explicar, no geral, a morfossintaxe operada em frase. Os factores fonotáctico, morfotáctico e morfo-sintáctico de Ngunga (1999), Hyman (2002, 2003) e semânticos de Bybee (1985) e Rice (2000) permitiram que compreendêssemos as restrições léxico-semânticas de todas as extensões que se afixam a bases verbais em frases. Para além do referenciado, apresentámos diferentes frases e analisámos o movimento do sintagma N em Ciwutee, que se realiza como Sintagma Q em Português e Wh em Inglês. Por fim, testámos as propriedades sintácticas e semânticas dos objectos das construções applicativas e causativas para determinar se o Ciwutee faz parte ou não das línguas de objecto (as)simétrico com base nos três testes (Ngonyani e Guitinji, 2006). A seguir, apresentamos as motivações e algumas abordagens teóricas.

CAPÍTULO IX: MOTIVAÇÕES PARA ALGUMAS ABORDAGENS TEÓRICAS

9.0. Introdução

O presente capítulo é dedicado a algumas propostas teóricas que nos levaram a considerar que em Ciwutee, tal como em quase todas as línguas do mundo, o argumento externo não é directamente seleccionado pelo verbo. Por isso, sendo introduzido por um outro núcleo, o Svoice, que tem o papel de relacionar o argumento externo ao SV, como se descreve a seguir.

9.1. Sobre Svoice

Este tema é abordado em vários estudos e nós concordamos com a ideia de que, tendo em conta Pylkkänen (2008), os núcleos Voice^o e Caus^o, por exemplo, são separados e podem estar fonologicamente realizados em Ciwutee. Existem estudos que provam o preceito usando construções causativo-reflexivas, causativo-passivas e causativo-estativas⁸⁰. Estes estudos mostram a possibilidade de existência de construções causativas sem as relacionar a nenhum argumento externo causador.

Além disso, adoptámos os testes propostos por Pylkkänen (2008) para provar que o núcleo Caus^o selecciona um SV-frásico e que o aplicativo é alto, este último caso, adoptado no Ciwutee. A seguir apresentamos questões de argumentos que advêm das propriedades dos núcleos sintagmáticos, tratados em quase todo o trabalho. E, por fim, apresentamos, em parte, alguns testes que nos levam a considerar que no Ciwutee ocorre um aplicativo alto.

De acordo com Morais (2006) e Câmara (2018), um dos grandes desafios que sempre se colocou às teorias de estrutura dos argumentos do verbo é perceber como são projectados na estrutura sintáctica os elementos importantes para a construção dos eventos⁸¹. Entende-se que a teoria linguística tem, principalmente, o papel de caracterizar a maneira como os argumentos

⁸⁰ Camara (2018)

Pylkkänen (2002)

⁸¹ Pylkkänen (2008:1). “A comprehensive theory of linguistic representations must minimally (i) define the nature of the primitive building blocks that enter into linguistic computation, (ii) characterize the manner in which the basic elements combine into complex representations, and (iii) identify the ways in which languages may differ with respect to their inventory of possible representations”.

básicos se combinam numa representação complexa e identificar os mecanismos pelos quais as línguas podem diferenciar-se em relação ao inventário de possíveis representações.

Sobre este tema, Morais (2006) observou que, enquanto os objectos são argumentos directamente seleccionados pelo verbo e com papel temático atribuído por este, o mesmo não pode ser dito em relação aos sujeitos, pois estes não têm o mesmo estatuto. Tendo em conta parâmetros inerentes a cada grupo ou língua, estes são tidos como argumento “adicional”, embora necessários em alguns contextos.

A partir do estudo de Marantz (1984), seguiu-se várias abordagens, uma delas é a de Kratzer (1996) que, através da abordagem neo-Davidsoniana, afirma, tal como Marantz (1984), que *...the external argument of a verb is not an argument of the verb...*, ou seja, “o argumento externo do verbo não é um argumento do verbo...” (Kratzer, 1996:112). Para justificar o seu pensamento, usa os exemplos de Marantz (1984: 49), que passamos a apresentar:

- | | | |
|------|-------------------------------------|------------------------------------|
| 1.a) | take a bus to New York | ‘pegar machimbombo para Nova York’ |
| | b) take a nap | ‘pegar uma soneca’ |
| 2.a) | kill a conversation | ‘matar a conversa’ |
| | b) killing an evening watching TV12 | ‘matar a noite assistindo TV’ |

Para Marantz (1984), estas expressões só são possíveis se os argumentos externos não forem directamente seleccionados pelo verbo. Nestes exemplos, nota-se que o verbo e o objecto directo formam um significado especial, o que não acontece com o argumento externo. Contudo, para Marantz (1984), os objectos são c-comandados pelo núcleo do SV, atribuidor de papel temático, onde recebem papel temático atribuído pelo verbo. Dada a constatação acima, chega-se à conclusão que o argumento externo tem a possibilidade de se realizar através de um outro núcleo, que não foi referido no trabalho de Marantz.

Com estas ideias, Kratzer (1996) compacta o pensamento de Marantz (1984), a partir da linha de que os argumentos externos são introduzidos por um núcleo funcional, o *voice*, cujo papel é apenas relacionar o argumento externo ao evento descrito pelo verbo. Ele tem como complemento o SV, através de uma regra denominada *Identificação do Evento*. Portanto, está

acima do SV (Câmara, 2018). Nesta vertente, entende-se que o argumento externo é gerado como especificador de *voice*, tal como apresentámos ao longo do trabalho. Aprecie-se a figura demonstrativa abaixo:



A árvore mostra que o evento expressa uma actividade. Por isso, o argumento externo tem o papel temático de *agente*. Mas, se o evento fosse A o seu correspondente seria A (papel temático). Neste sentido, o argumento externo seria interpretado como tema, experienciador, ou possuidor⁸². Compreendendo o argumento acima, entende-se que a variação no significado do argumento externo é determinada pela natureza do SV. Sobre o conceito *voice*, corroborando Kratzer (1996), Alexiadou (2014) afirma que o termo *voice* é usado de três maneiras: “a primeira, denotando uma particular alternância na estrutura argumental de um verbo; a segunda, uma categoria morfo-sintáctica do verbo e, por fim, como um núcleo sintáctico que introduz o argumento externo do verbo”. Para o Ciwutee *voice* refere-se ao núcleo que introduz o argumento externo do verbo e que ocorre separado do núcleo causativo ou qualquer outro. Existem estudos que explicam este conceito usando construções causativas que não introduzem um argumento externo causador, nomeadamente, causativo-reflexivas, construções causativo-passivas e causativo-estativas que comprovam a possibilidade de existência de construções causativas sem as relacionar a nenhum participante, no caso concreto, estudos de algumas línguas bantu (Câmarac, 2018; Siedel e Dimitriadis, 2003).

⁸² Ver outras interpretações em Morais (2006); Câmara (2018).

Segundo Kratzer (1996), inspirando-se em Pylkkänen (2002), para as causativas (núcleo *voice*^o) associadas a aspetos fonológicos, o morfema representativo é um morfema separado do *Caus*^o. De acordo com a autora, a causativização nem sempre acrescenta o número de argumentos sintácticos seleccionados pelo verbo, pois em algumas línguas do mundo podemos encontrar construções causativas que não introduzem um argumento externo causador. A autora problematiza e conclui que a introdução de um argumento sintáctico não é a propriedade principal das construções causativas. “O que nela encontramos é um núcleo causativo que, combinado com um predicado não causativo, introduz na semântica do verbo não derivado o evento causado” (Câmara, 2018:173-303).

A variação paramétrica da realização das causativas reside em dois aspectos: o núcleo causativo pode ocorrer como um núcleo sintáctico ou pode estar incorporado ao núcleo *voice*, formando um núcleo complexo. Esta última proposta resulta do núcleo causativo que introduz um argumento externo, mesmo se *vCaus* estiver semanticamente separado de *voice*. A seguir apresentamos abordagens sobre a construção applicativa.

9. 2. Aplicativa Alta

Os dados deste trabalho mostraram que as estruturas que envolvem morfema applicativo alteram a valência do verbo, introduzindo um objecto, com diversos papéis temáticos: beneficiário, malefeciário, instrumento, alvo, motivo, localização ou tema, tal como ocorre em alguns dados nesta tese. Dada esta variação, e tendo uma visão desatenta ao que ocorre em construções applicativas, pode-se chegar à conclusão falaciosa de que elas têm um significado semelhante em todas as línguas. Esta semelhança é apenas aparente, pois, para além da variação dos papéis temáticos dos objectos aplicados, estas construções têm também propriedades sintácticas distintas (Pylkkänen 2002). Fazendo uma análise comparativa do Chaga e do Inglês, Pylkkänen (2008), nota algum princípio e parâmetro: a) quanto à semelhança, as duas línguas têm construções de duplo objecto com um argumento benefactivo e b) quanto à, diferença Pylkkänen (op.cit) argumenta que, apenas o Chaga pode ser adicionado a um verbo inergativo., isto é, Inglês não o pode. Dada a distinção de construções applicativas (simétricas e assimétricas), Baker (1988), ao descrever tipos de applicativas salienta que “as construções assimétricas admitem apenas ao objecto aplicado ter reais propriedades de objecto directo (passivização e concordância) ”. Compreendendo a ideia de Baker (op.cit.) e tendo em conta os dados do

Ciwutee, nota-se que o objecto aplicado comporta-se como objecto sintáctico e o objecto directo, em termos sintácticos, não se faz sentir. Contudo, nestas construções, um objecto aplicado pode ser adicionado a verbos transitivos, não em predicados inergativos. O mesmo não pode ser dito em relação a construções applicativas simétricas, onde os dois objectos (directo e aplicado) são sintacticamente activos e o argumento aplicado pode ocorrer em verbos transitivos e intransitivos (Câmara, 2018).

Tendo em conta a posição hierárquica de ocorrência do aplicativo na árvore, esta posição pode ajudar a identificar os aplicativos alto e baixo, tal como Pylkkänen (2002, 2008) e Vieira (2006) deram a entender quando abordavam tipos de construções applicativas. Neste sentido, o aplicativo alto ocorre acima do SV e denota a relação entre o evento descrito pelo verbo e o indivíduo; o aplicativo baixo ocorre abaixo do SV e denota a relação entre dois indivíduos.

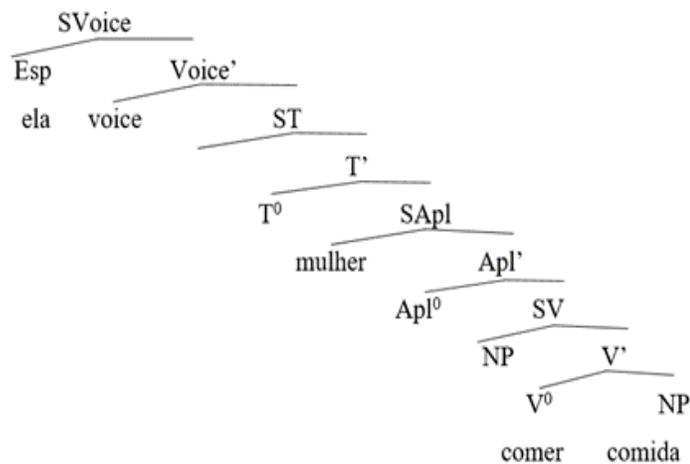
A applicativa alta é como um núcleo introdutor de argumentos externos, pois acrescenta um novo participante ao evento descrito pelo verbo, tal como acontece em Ciwutee. Contrariamente a este, a applicativa baixa não tem nenhuma relação semântica com o verbo, pois estabelece uma relação de transferência de posse entre os dois objectos. De acordo com o posicionamento de Pylkkänen (2008), concluímos que a applicativa, em Ciwutee, é alta, tal como Câmara (2018) afirmou quando analisava a applicativa em Nyungwe. Sobre este assunto, Pylkkänen (2008:18) afirma que “apenas os núcleos de aplicativos altos podem ocorrer em verbos inergativos, visto que os núcleos de aplicativos baixos denotam a relação entre o objecto directo e o indirecto, o núcleo de um aplicativo baixo não pode ocorrer numa estrutura sem objecto directo”⁸³.

Desta ideia, podemos extrair o essencial como: “o morfema de aplicativo alto deve ser capaz de ocorrer em verbos inergativos. Para provar o aplicativo alto, a autora usa dados de Chaga, como se pode ver nos exemplos a seguir:

⁸³ Pylkkänen (2008: 18) ...only high applicative heads should be able to combine with unergative. Since low applicative heads denote a relation between the direct object and the indirect object, a low applicative head cannot appear in a structure that lacks a direct object.

- 3.a) Ná'í'lyià *mkà kélyá*
 N-á'-í'-lyi-í-à *m-kà k-élyá*.
 FOC-1s-PR-comer-Apl-VF 1-mulher 7-comida
 'ele está a comer em detrimento da *mulher*.'
- b) Ná'izricià *mbùyà*.
 N- á'-i-zric-í-à *mbùyà*.
 FOC-1s-PR-correr-Apl-VF 9-amigo
 'ele está a correr pela amiga.'

Os exemplos acima mostram que a extensão applicativa introduz um argumento beneficiário, mas nela não ocorre a semântica da transferência de posse. Vejamos a proposta de Viera (2006) em árvore:



Interpretando o diagrama, neste exemplo, inspirado pela Viera compreende-se que o NP *mulher* está numa relação benefactiva com o evento *comer*, mas não tem nenhuma ligação com o objecto comido, o NP *comida*, como resultado de alguém estar a comer a comida.

Noutra interpretação, concluímos que o SApl como o núcleo *voice* é um núcleo funcional acima do SV, combinado com este através da regra *Identificação do Evento*. A árvore acima mostra que na proposta de Pykkänen (2008), os dois elementos introduzem argumentos externos, sendo que o primeiro introduz o argumento aplicado, e o voice, o agente. O aplicativo ocorre acima do SV por ser alto porque denota a relação entre um evento e o indivíduo. Nesta vertente, Pykkänen (2008), assim como Câmara (2018), afirma que, no inglês, esta

interpretação semântica resulta numa construção agramatical, pois a relação entre o objecto directo e o indirecto é obrigatória nesta língua, como ilustram os exemplos:

- 4.a) Jane baked Bill a cake.
‘Jane assou um bolo para Bill’
- b) *He ate the wife food.

A interpretação do exemplo (4.a) não encontra um quadro interpretativo de “Jane assou o bolo para Bill para que este não pudesse fazê-lo”. Nesta frase, ao nível da compreensão, ficaria a ideia de que Jane deve ter pelo menos a intenção de que Bill tenha o bolo nas mãos. A interpretação proposta neste trabalho é, mais ao menos, diferente da interpretação que parte da compreensão de Câmara 2018:303).

Na secção que se segue apresentamos dados que ilustram o caso do aplicativo alto em Cinyungwe (Câmara, 2018), depois dados do Ciwutee, na mesma faixa de demonstração.

9.3. Aplicativo Alto em Nyungwe e Ciwutee

Nesta secção, apresentamos alguns exemplos de ocorrência da extensão aplicativa em verbos inergativos e estativos em Cinyungwe⁸⁴ e Ciwutee:

*Cinyungwe*⁸⁵

- 5.a) ku-bwer-a
15-vir-VF
‘vir’
- b) Ceza adabwerera kantsikana
Ceza a-da-bwer-er-a kantsikana
Ceza MS₁-Psd-vir-Apl-VF 12-menina
‘Ceza veio pela menina.’

Ciwutee

⁸⁴ Câmara (2018)

⁸⁵ Câmara (2018)

- 6.a) kudhibha
ku-dhibha-a
15-nadar-VF
‘nadar’
- b) Gwenhure wadhibhira imbwa
Gwenhure u-a-dhibh-ir-a imbwa
Gwenhure MS₁-Psd-nadar-Apl-VF 9-cão
‘Gwenhure nadou pelo cão’
- 7.a) kuwata
ku-wat-a
15-dormir-VF
‘dormir’
- b) Makurunge wawatira butu
Makurunge u-a-t-ir-a butu.
Makurunge MS₁-Psd-dormir-Apl-VF 5-farelo
‘Makurunge dorme por causa do farelo’
- 8.a) kusvuta
ku-svut-a
15-chupar-VF
‘chupar’
- b) Mukwambo wasvutira ambiya muto
mukwanbo u-a-svut-ir-a ambiya muto
genro MS₁-Psd-chupar-VF 1-sogra 3-molho
‘genro chupou o molho em prejuizo da sogra.’

Nos exemplos (6-8), mostramos que em Cinyungwe e em Ciwutee ocorre o aplicativo alto, pois a extensão applicativa ocorre em verbos inergativos e transitivos, atribuindo à semântica, o papel de seleccionar ou não o tipo de aplicativo. Neste sentido, os exemplos do Nyungwe e do Ciwutee, abaixo, mostram que o verbo estativo é compatível apenas com o aplicativo alto:

Nyungwe

9.a) ku-khal-a

kukhala

15-morar-VF

‘morar’

b) Suzi adakhalira mayi kwa baba wace.

Suzi a-da-khal-ir-a mayi kwa baba wace.

Suzi MS₁-MT-morar-Apl-VF 1-mãe em 5-pai dele

‘Suzi morou em benefício da mãe em casa do pai.’

Ciwutee

10.a) ku-twar-a

kutwara

15-segurar-VF

‘carregar’

b) Charweyi watwarira Changote mudu

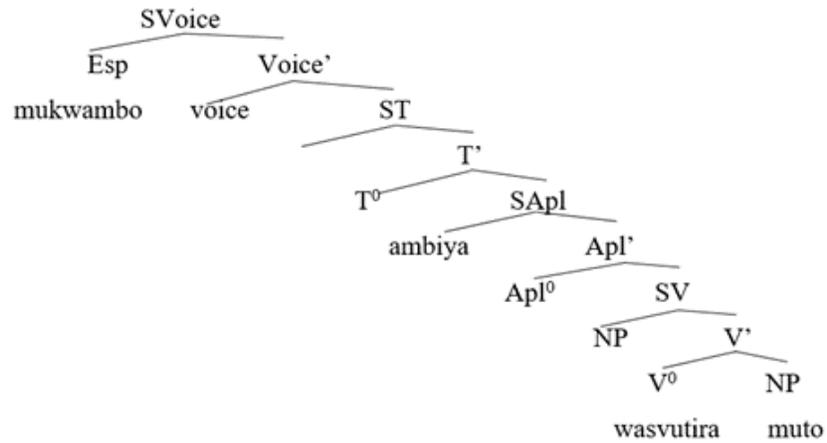
Charweyi u-a-twar-ir-a Changote mudu

Charweyi MS₁-MT-Psd-carregar-Apl-VF 1-Changote 5-pasta

‘Charweyi carregou a pasta pelo Changote.’

Os exemplos acima mostram que o aplicativo alto pode ocorrer em verbos estativos, sendo as construções resultantes gramaticais.

Portanto, com base nos testes acima, concluímos que o aplicativo que ocorre em Ciwutee é alto, o núcleo Apl ocorre acima do SV, tal como ilustra a árvore do exemplo que se segue na mesma língua:



A árvore mostra que o NP *ambiya* ‘sogra’, que ocorre *acima* do SV, estabelece uma relação benefactiva com o evento *chupar* e não tem nenhuma relação com o NP **muto** ‘molho’ (o objecto a ser chupado), que ocorre *abaixo* e no escopo do núcleo de SV, o que, por sua vez, nos permite concluir que o aplicativo é alto em Ciwutee. A seguir apresentamos as conclusões finais.

CAPÍTULO X: CONCLUSÕES

10. Conclusões

O presente estudo analisou as frases com extensões verbais, num número de oito (8) extensões (causativa, aplicativa, recíproca, passiva, pseudo-passiva, intensiva, persistiva, reversiva/separativa) e movimento N (Q/Wh) em Ciwutee à luz do Princípio de Espelho (Baker, 1985) e Incorporação (Baker, 1988), olhando para questões de Princípios e Parâmetros.

A pesquisa orientou-se por objectivos previamente traçados para o trabalho que se desenvolveu em torno de três hipóteses, nomeadamente:

- (i) O PE e Incorporação fornecem uma adequação explicativa para as frases envolvendo as extensões verbais em Ciwutee.
- (ii) O PE e Incorporação podem explicar, com frase, a relação entre a morfologia e a sintaxe.
- (iii) As frases com evidências da relação entre a morfologia e a sintaxe são explicadas, apenas, com uma abordagem morfológica.

A partir dos dados empíricos analisados, mostrou-se que as frases com extensões verbais analisadas nesta língua alteram a estrutura morfológica do verbo, afectam a interpretação semântica das bases, e algumas podem alterar (aumentando, mantendo ou reduzindo) a valência do verbo de base. Quanto à estrutura dos verbos, as extensões verbais podem ocorrer em verbos de qualquer estrutura, desde os do tipo mais simples (-C-) até ao tipo mais complexo (-CVC- ou mais longas).

Mesmo não tendo sido profundamente usada, o CARP (Hyman 2002, 2007) foi importante para conjugar as várias abordagens teóricas usadas para alcançar o objectivo da tese. Por isso, quanto à ordem de ocorrência dos constituintes, esta língua permite uma ordem fixa (CARP), principalmente na incorporação de materiais morfológicos, com certa leveza, nos argumentos da frase. A inversão desta ordem cria frases agramaticais, para o primeiro caso, e ordem marcada, para o segundo, de acordo com o contexto. Os dados mostram que, numa frase básica, existem dois constituintes imediatos (NP e SV). O NP com função sintáctica de sujeito pode não ocorrer sintacticamente, daí a ser uma língua com parâmetro de sujeito nulo positivo.

Existem três locativos (*pa-*, *ku-*, *mu-*) com interpretações semânticas diferentes na língua. Quando ocorrem em posição do sujeito, determinam a concordância sintáctica, podendo-se fazer sentir a sua marca em toda a estrutura da frase.

A última parte da tese teve por objectivo testar se o Ciwutee faz parte do grupo de línguas de objecto simétrico ou do grupo de línguas de objecto assimétrico. Notou-se que a apresentação dos papéis temáticos e as funções sintácticas na mesma estrutura pode ser redundante, mas há momentos em que uma parte é complementada pela outra.

Quanto à ordem de ocorrência dos constituintes, nesta língua, a inversão dos lugares dos objectos cria estruturas agramaticais ou marcadas. Os diversos níveis de aceitação dependem da distância sintáctica entre o objecto movido e o núcleo do SV, isto é, do espaço que separa o verbo e o objecto movido.

A pronominalização é aplicada para qualquer constituinte na estrutura frásica. Os objectos substituídos/substituíveis podem co-ocorrer com os respectivos pronomes. Os objectos aceitam ser representados por pronomes, mesmo que aqueles não ocorram lexicalmente na estrutura. Não se aceita a pronominalização de dois complementos simultaneamente. Refira-se que o teste de pronominalização é menos forte do que o de ordem de ocorrência dos constituintes e o de passivização.

A passivização revela que o objecto com a função sintáctica de objecto primário e com papel temático de alvo é o único que deve ser passivizado. O objecto primário passivizado adquire a função sintáctica de sujeito, mantém o papel temático e, por conseguinte, ocorre no [Esp, Voice] e passa a determinar a concordância sintáctica na frase. Dada esta constatação, conclui-se que o Ciwutee é uma língua de objecto assimétrico.

No final da análise, os dados do Ciwutee, do Nyungwe levaram-nos a optar pela utilização de SVoice, em vez de VP, a ocorrer acima do SV e aplicativo alto, em detrimento de aplicativo baixo.

Partindo da nossa pergunta de pesquisa, notamos que as primeiras duas Hipóteses foram confirmadas, mas a terceira não foi porque não é, apenas, a abordagem morfológica que pode explicar de forma cabal a morfossintaxe nas frases do Ciwutee.

Para além das constatações apresentadas ao longo da tese, através da pergunta de partida e das hipóteses válidas, nesta tese foi possível constatar que os princípios que regem a ordem de ocorrência e hierárquica temática dos objectos sintácticos nas LBs, que remonta de Bresnan & Kanerva (1988: 28), foram usados no mapeamento das funções sintácticas do Ciwutee.

Neste sentido, mostrou-se que os papéis temáticos são organizados hierarquicamente e apresentam sensibilidade à proeminência semântica dos argumentos. Existem evidências de que os verbos transitivos fornecem dados híbridos sobre como os beneficiários ou os temas devem ser escalonados na hierarquia. Nalgumas línguas, caso do Ciwutee, o beneficiário exhibe certa proeminência em relação aos temas, enquanto noutras sucede o contrário.

Olhando para os dados, onde ocorrem objectos com papéis temáticos diferentes, por exemplo, beneficiário e locativo, o beneficiário ocorre mais próximo do núcleo SV, enquanto o locativo ocupa o último lugar no sintagma.

Noutra vertente, de acordo com os dados, nota-se que, em Ciwutee, o alvo é mais proeminente que o tema e que ambos argumentos são importantes em verbos ditransitivos não derivados e derivados. A proeminência não é arbitrária, é semântica e sintacticamente determinada. Semanticamente, o papel mais proeminente representa o argumento mais activo mesmo que sejam objectos do mesmo ambiente natural, na interpretação do evento descrito. Sintacticamente, se o papel temático de um dado argumento for mais elevado do que o papel temático de um segundo argumento, o primeiro determina o segundo, isto é o primeiro *c-comanda* o segundo.

Segundo a hierarquia temática, os papéis temáticos podem ser gramatical ou semanticamente ligados às formas de superfície. O sujeito e os objectos são diferenciados somente por meio das suas posições na hierarquia e pelos mecanismos morfossintácticos pelos quais são expressos. Em Ciwutee, caso ocorram dois objectos como complementos, o tematicamente mais importante (beneficiário) é o que sobe, preferencialmente, para a posição de sujeito passivo. Alguns dos requisitos para a escolha de uma variante de referência, língua regional, língua nacional, é a abrangência em número de falantes, a literatura e a padronização da ortografia. Sendo assim, Ciwutee preenche alguns dos requisitos para fazer parte das línguas estudadas e, por conseguinte, fazer parte da planificação linguística do país.

Sendo um trabalho pioneiro desta natureza no Ciwutee, em algumas secções dos Capítulos VII e VIII, os dados são apresentados numa perspectiva introdutória para, primeiro, manifestar a sua existência nesta língua e, segundo, convidar os estudiosos interessados a desenvolverem temas iniciados, usando várias teorias que o campo da morfologia e sintaxe oferece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFIDO, P. (1997). *Contribuição para o Estudo dos Morfemas do Presente do Indicativo no Emakhuwani*. Maputo: UEM (Tese de Licenciatura).
- ALEXIADOU, A. (2014). Active, middle, and passive: the morpho-syntax of Voice. *Catalan Journal of Linguistics* 13. Pp. 19-40.
- ALSINA, A. (1999). Where's the mirror principle? *The Linguistic Review*, 16 (1). Pp: 1-42.
- ALSINA, A. & MCHOMBO, S. (1989). *Object Asymmetries in the Chichewa Applicative*. Berkeley: University of California, Berkeley.
- AMARAL, L. (2009). A causativização de verbos inacusativos. *Seminário do GEL*, 1-57. São Paulo
- APPOLINÁRIO (2004). *Dicionário de Metodologia Científica: Um Guia para a Produção do Conhecimento Científico*. São Paulo: Editora Atlas.
- BAKER, M. (2002). Building and merging, not checking: The nonexistence of (Aux-) SVO languages. *Linguistic Inquiry* 33: 321-328.
- BAKER, M. (1988b). *A Theory of Grammatical Function Changing*. Chicago: University of Chicago.
- BAKER, M. (1988a). *Incorporation: A Theory of Grammatical Function Changing*. Chicago: University of Chicago Press.
- BAKER, M. (1988c). *Theta Theory and the Syntax of Applicatives in Chichewa*. Natural Language. Chicago: University of Chicago.
- BAKER, M. (1985). *Linguistics Inquiry*. Cambridge: The MIT Press.
- BAPTISTA, J. (2005). *Sintaxe dos Predicados Nominais com Ser e de*. Lisboa. Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- BAUER, L. (1983). *English Word-Formation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BAUER, L. (1988). *English Word Formation*. Cambridge: Cup.
- BAUER, L. (1988). *Introducing Linguistic Morphology*. Great Britain: J.W. Arrowsmith LTD.
- BAUMBACH, E. (1987). *Analytical Tsonga grammar*. Pretoria: University of South Africa (UNISA).
- BELL, J. (1997). *Como Realizar Um Projecto de Investigação*. Lisboa: Gradiva.
- BISOL, L. (1989) *Vowel harmony: A variable rule in Brazilian Portuguese*. Language Variation and Change 1, p. 185-198. Cambridge University Press.

- BISOL, L. (1981). *Harmonização vocálica*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BISQUERRA, R (1989). *Métodos de investigación educativa: Guía práctica*. Barcelona: Ed. CEAC.
- BLEEK, W. (1862). *A Comparative Grammar of South African Languages*. London: Trübner.
- BLENCH, R. (1987). *New Developments in the Classification of Bantu Languages and their Historical Implications*. New York: Oxford University Press.
- BLOOMFIELD, L (1939). *Menominmorphophonemics*. *Travaux du Cercle linguistique de Prague* 8, 15-105.
- BLOOMFIELD, L. (1933). *Language*. New York: Holt
- BRESNAN, J & MOSHI, L. (1990). *Object Asymmetries in Comparative Bantu Syntax*. URL. MIT Press.
- BRUENING, B. (2006). *The Morphosyntax and Semantics of Verbal Reciprocals*. University of Delaware.
- BURZIO, L. (1986). *Italian Syntax. A Government-Binding Approach*, Dordrecht, Reidel.
- BYBEE, J. (1985). *Morphology: A Study of the Relation Between Meaning and Form*. Amsterdam: John Benjamins. Cambridge: Cambridge University Press.
- CÂMARA, C. (2018). *Análise Minimalista das Extensões Verbais em Nyungwe*. Maputo: CEA.
- CANIÇADO, M. (2008). *Manual de semântica, noções básicas e exercícios*. 23ª edição revisada. Lisboa.
- CARONE, F. (1986). *A Morfossintaxe*. São Paulo: Ática.
- CARSTAIRS, A. (1992). *Current Morphology*. London: Routledge.
- CHABATA, E. (2007). *The Nambya Verb with Special Emphasis on the Causative*. Unpublished PhD Thesis. University of Oslo.
- CHANG, L. (1991). *On the Tipology of WH-questions*. Ph.D. Dissertation. MIT.
- CHIERICI, P. (2008). *Distinção Morfossintática Entre Verbos Inergativos e Inacusativos*. UFMG.
- CHIMBUTANE, F. (2012). *Panorama Linguístico de Moçambique: Análise dos Dados do III Recenseamento Geral da População e Habitação. 2007*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

- CHIMBUTANE, F. (2002). Grammatical Functions in Changana: Types, Properties and Function Alternations. Unpublished MPhil thesis. The Australian National University.
- CHOMSKY, N. (1986). *Barriers*. Cambridge: MIT Press. (Linguistic Inquiry Monograph 13)
- CHOMSKY, N. (1970). *Remarks on Nominalization*. In Jacobs, R. and Rosenbaum, P. S. (eds.) *Reading in English Transformational Grammar*. Waltham: Ginn.
- CHOMSKY, N. (1995). *The Minimalist Program*. Massachusetts: The MIT Press, Cambridge.
- CHOMSKY, N. (1965). *Aspects of the Theory of Syntax*. 1ª edição. Massachusetts: The MIT Press, Cambridge.
- CHOMSKY, N. (1981). *Lectures on government and binding*, Dordrecht: Foris.
- CHOMSKY, N. (1957). *Syntactic structure*, The Hague: Mouton.
- CHOMSKY, N. & HOWARD, L. (1993). *Principles and parametric theory*, in *Syntax*, ed. J. Jacobs et al, Walter de Gruyter).
- CHOMSKY, N. (1993). *A Minimalist program for linguistic Theory*. *MIT Occasional Papers in Linguistics*, nº 1.
- CHOMSKY, N. (1972). *Studies on semantics in generative grammar*, The Hague: Mouton.
- CHOMSKY, N. 2002. *On Nature and Language*. Cambridge: Cambridge University Press
- CHOMSKY, N. (2001). “*Derivation by phase*”, in Michael Kenstowicz, ed. Ken Hale, *A life in Language*, Cambridge Mass: The MIT Press.
- CHOMSKY, N. (2004). “*Beyond explanatory adequacy*” in Belletti, A. (org.) *Structures and Beyond– The Cartography of Syntactic Structures*, Vol. 3, Oxford, Oxford University Press, pp.104-131.
- CHELLIAH, S. (2013). Fieldwork for Language Description. In Podesva, R. & Sharma, D. (ed.). *Research Methods in Linguistics*. Cambridge: CUP. Pp. 51-73.
- CHIZZOTTI, A. (2010). *Elaboração de um Projecto de Pesquisa*. São Paulo: Cortez Editora.
- CÒ, J. (2012). Causativização em crioulo de Guiné-Bissau. Dissertação de Licenciatura (não publicada). Universidade Federal de Minas Gerais.
- COCCHI, G. (2008). *Verbal Extensions in Tshiluba*. *Língua* (1). Pp:75-89.
- CORONE, F. (1986). *Morfossintaxe*. Universidade do Texas: Editora Atica.
- CRESWELL, W. (2011). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2.ed. Porto Alegre.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. (2005). *Nova Gramática do Português*. Lisboa: Pp: 119-150.

- DAMONTE, F. (2007). *In The Mirror Principle and the Order of Verbal Extensions: Evidence from Pular*. Universitá di Padova. Department of Linguistics. University of Texas at Austin.
- DI SCIULLO, A and WILLIAMS, E (1987). *On the Definition of Word*. Cambridge, MA: MITI Press.
- DIERCKS, M. (2010). *Agreement With Subjects in Lubukusu*. Unpublished PhD Thesis. Georgetown University.
- DUBOIS et al. (2006). *Dicionário de linguística*. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix.
- ELWELL, R. (2006). *Reexamining Lexical Integrity: The Case of Verbal Extensions in Bantu*.
- EPSTEIN, S. & SEELY, T. (2002). Introduction: On the Quest for Explanation. In Epstein, Samuel & Seely, T. (ed.) *Derivation and Explanation in the Minimalist Program*. Blackwell Publishing Company.
- JACKENDOFF, R. (1983). *Semantics and cognition*, Cambridge, MA: MIT Press.
- FERNANDO, M. (2008). An Analysis of Verbal Affixes in Kikongo with Special Reference to Form and Function. MA thesis. University of South Africa.
- FERREIRA, R. (2009). Língua e mente. In Chomsky 1975. *Language and mind*. 3rd ed: Tradução. USP: São Paulo.
- FIORIN, J. L. (2012). *Introdução à Linguística II: Princípios de análise*. 5ª Edição. São Paulo: Contexto.
- FILHO, J. (2011). DP: uma visão a partir do Programa Minimalista. *Leitura*. Maceió. Pp 193-213.
- FRIESEN, L. (2002). Valence Change and Oroko Verb Morphology (Mbonge Dialect). MA thesis. University of South Africa.
- GIL, C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas.
- GOOD, J. (2005). *Reconstructing morpheme order in Bantu: The case of causativization and applicativization*. Germany: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology.
- GÜLDEMANN, T. (2003). Grammaticalization. In Derek Nurse & Gérard Philipson. (eds). *The Bantu Languages*. Rutledge Language Family Series. New York. PP182-20.
- GUTHRIE, M. (1948). *The classification of the Bantu languages*. London: Oxford University Press.

- GUTHRIE, M. (1967). *Classification of the Bantu Languages*. London: Pall Mall.
- GUÉROIS, R. (2014). Locative inversion in Cuwabo. *ZAS Papers in Linguistics* 57: 49-71.
- GUÉROIS, R. (2016). *A grammar of Cuwabo (Mozambique, Bantu P34)* [PhD dissertation].
Lyon: University of Lyon 2.
- HALE, K. & KEYSER, S. (2002). *Prolegomenon to a theory of argument structure*. Cambridge: MIT Press.
- HALE, K. & KEYSER, S. (1993). On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In Hale, K. and Keyser, S. J. (Orgs.) *The view from building 20*. Cambridge: MIT Press.
- HOCKETT, C. (1958). *Two models of grammatical description*: Permutter and Rose (ed.).
- HORROCKS, G. (1987). *Generative Grammar*. London: Longman Group UK Limited.
- HYMAN, L. (2002). *Suffix ordering in Bantu: A Morphocentric approach*. Rutgers Optimal Archive (ROA), article n° 506-0302.
- HYMAN, L. (2003). "Suffix Ordering in Bantu: a Morphocentric Approach". In G. Booij and J. Van Marle (eds.). (2002). *Yearbook of Morphology*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. Pp. 245-281.
- HYMAN, L. (2007b). Reconstructing the Proto-Bantu Verbal Unit: Internal Evidence. Berkeley: University of California. In Nancy C. Kula & Lutz Marten (eds). *Bantu in Bloomsbury: Special issue on Bantu linguistics. SOAS Working Papers in Linguistics*. Pp. 201-211.
- INE, (2010). *Dados do Recenseamento Geral da População*. www.ine.gov.
- INE, (2009). *Resultados preliminares do Recenseamento Geral da População de 2007*. www.ine.gov.
- KAMFULI, B. (2009). *A Grammar of Verbal Extensions in Bemba*. MA Dissertation. Lusaka: University of Zambia.
- KATAMBA, F. (1993). *Morphology*. London: St. Martin's Press.
- KATUPHA, J. (1991). *The Grammar of Emakhuwa Verbal Extensions: An Investigation of the Role of Extension Morphemes in Derivational Verbal Morphology and Grammatical Relations*. Unpublished PhD Thesis SOAS. University of London
- KATUSHEMERERWE, F. (2013). *Computational Morphology and Bantu Language Learning: An Implementation for Runyakitara*. geboren op 7 juli 1972 te Rubaga. Uganda.

- KENEDY, E. (2013). *Curso básico de linguística gerativa*. São Paulo: Contexto
- KIMENYI, A. (2013). *Comitatives or Reciprocals*. www.kimenyi.com/comitatives-reciprocals.php (acessado a 6/11/2020).
- KIPKA, P. (2002). Slavic passives, Bantu passives, and human cognition. In: *Language universals and variation*, p 41ff. Edited by Mengistu Amberber & Peter Collins. Westport CN: Praeger Publ.
- KRATZER, A. (1996). “Severing the External Argument from Its Verb.” In John Rooryck and Laurie Zaring (eds.). *Phrase Structure and the Lexicon*. Dordrecht: Kluwer. Pp. 109–137.
- LANGA, C. (2014). As Implicações Sintáticas da Co-ocorrência das extensões Causativa e Aplicativa em Cinyungwe à luz do Princípio de Espelho. In Ngunga, A. (ed.). 2015. *Elementos de Linguística Teórica e Descritiva das Línguas Bantu*. Coleção: As Nossas Línguas XIV. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA)-UEM.
- LANGA, D. (2013). *Morfologia do Verbo em Changana*. Coleção: “As nossas Línguas X”. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA).
- LANGA, D. (2007). Verbal Extensions in Changana: A Re-statement. In Akindele et al. (eds). *LASU: Journal of the Linguistics Association of Southern African Development Community [SADC] Universities*. Vol 3. Linguistics Association of SADC, Pp 51-60.
- LARSON, R. (1988). On the double object construction. *Linguistic Inquiry*, vol. 19. Pp. 335-391.
- LETSHOLO, R. (2002). Syntactic Domain in Ikalanga. PhD Dissertation. University of Michigan.
- LIEBER, R. (2010). *Introducing Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LIPHOLA, M. (2015). *Morfologia de Shimakonde*. Maputo: Imprensa Universitária - UEM.
- LIPHOLA, M. (2001). Aspects of Phonology and Morphology of Shimakonde. (Tese de Doutorado): Ohio: Universidade Estadual de Ohio.
- LODHI, A. (2002). Verbal extensions in Bantu: the case of Swahili and Nyamwezi. *Africa & Asia: Göteborg working papers on Asian and African languages and literatures*, 2, p 4-26.
- LYONS, J. (1968). *Introduction to Theoretical Linguistics*. Cambridge: CUP.
- MACALANE, G. 2013. *A variação paramétrica das interrogativas parciais em Cinyanja*. Coleção “As nossas Línguas IX”. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA)-UEM.

- MATTHEWS, P. (2014). *Oxford Concise Dictionary of Linguistics*. United Kingdom: Oxford University Press.
- MAHO, J. (2007). The Linear Ordering of TAM/NEG Markers in Bantu languages. *SOAS Working Papers in Linguistics, vol.15*. Pp. 213-225.
- MAHO, J. (1999a). *A Comparative Study of Bantu Languages*. (Orientalia et Africana Gothenburgensia 15). Gothenburg: Acta Universitatis Gothenburgensis.
- MAHO, J. (1999b). A (tentive) verb slot system for Shona. Comunicação não Publicada apresentada na Universidade de Gotemburgo.
- MAIA, M. (2000). Palavras Interrogativas em Karaja. In *Revista Lacos*. Vol. 1. N. 1. Pp.91-110.
- MARCONI, M. A. & LAKATOS, M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5ª Edição. São Paulo: Editora Atlas.
- MARCONI, M e LAKATOS, E. (2001). *Metodologia de Trabalho Científico*. 6a Edição. São Paulo: Editora Atlas.
- MARTINS, M. (1991). *Elementos da Língua Nyungwe*. Lisboa: Editorial Além-mar.
- MARTEN, L E KULA, N. (2007). *Morphosyntactic co-variation in Bantu: two case studies*. School of Oriental and African Studies: University of Essex. SOAS.
- MATAMBIROFA, F. (2003). A Lexical Mapping Theory Account of the Applicative and Causative Extensions in Shona. Unpublished PhD Thesis. University of Zimbabwe.
- MATEUS, M.H.M. (1990). *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*. Universidade Aberta (Pp. 413-514).
- MATHANGWANE, J. (2001). *Suffix Ordering in the Ikalanga Verb Stem: A case against the Repeated Morph constraint*. South African Journal of African Languages 24. Pp. 396-409.
- MATSINHE, S. (1994). The Status of Verbal Affixes in Bantu Languages with Special Reference to Tsonga: Problems and Possibilities. *South African Journal of African Languages* University of South Africa. Pp. 163-176.
- MAYANGWANA, S. (2011). “EPP, scrambling and wh-in-situ”. In Kenstowicz, M. (Ed.), *Ken Hale: A life in language*. Cambridge, MA: MIT Press. Pp 293-338.
- MARTINS, M. (1991). *Elementos da Língua Nyungwe*. Lisboa: Editorial Além-mar.
- MARANTZ, A. (1984). *On the nature of grammatical relations*, MIT Press.
- MCHOMBO, S. (2007). *Argument Binding and Morphology in Chichewa*. In Frederick Hoyt.

- MCHOMBO, S. (1993). "On the Binding of the Reflexive and the Reciprocal in Chichewa". In: S. A. Mchombo (ed.). *Theoretical Aspects of Bantu Grammar*. Stanford: CSLI Publications. Pp. 181–207.
- MCHOMBO, S. & GREGÓRIA, F. (1999). Double object constructions in Chichewa and Gitonga: A comparative analysis. *Linguistic Analysis* 29: 214-233.
- MEEUSSEN, E. (1967). *Bantu grammatical reconstructions*. In: *Africana linguística* 280 III, p 79-121. *Annalen van het Koninklijk Museum voor Midden-Afrika, menselijke wetenschappen*, n 61. Tervuren.
- MEINHOF, C. (1932). *Introduction to the Fonology of de Bantu Languange*. Berlim: Dretrich Reimer.
- MIOTO, C. et al. (2004). *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Editola Insular.
- MITI, L. (2006). *Comparative Bantu Phonology and Morphology: A Study of the Sound Systems and Word Structure of the indigenous Languages of Southern Africa*. Pretoria: The Center for Advanced Studies of African Society (CASAS).
- MODESTO, M. (2012). *O Programa Minimalista em sua primeira versão* pp.127-152. Universidade de São Paulo.
- MOGARA, G. (2013). *Valency Adding Processes in Khoesan: The case of Naro, Ju/hoansi & !Xoo*.
- MORAIS, M. (2006). Argumentos Dativos: Um Cenário para o Núcleo Aplicativo no Português europeu. *Revista da ABRALIN*, vol. 5, nº 1 e 2. Pp. 239-266.
- MUTAKA, N. & P. TAMANJI. (2000). *An Introduction to African Linguistics*. Lincom Europa.
- NGONYANI, D. (2003). *A Grammar of Chingoni*. Munchen, Lincom-Europa.
- NGONYANI, D. (2000). *The constituent structure of Kindendule applicatives*. In: Carstens. Parkinson (Eds). Michigan University.
- NGONYANI, D. (1999). *XC-movement in Kiswahili relative clause verbs*. *Linguistic Analysis*.
- NGONYANI, D. (1996). *The Morphosyntax of Applicatives*. Doctoral Dissertation, UCLA.
- NGONYANI, D & GITHINJI, P. (2006). *The Asymmetric Nature of Bantu Applicative Constructions*. Michigan University.
- NGUNGA, A. (2014). *Introdução à Linguística Bantu*. 2ª Edição. Maputo: Imprensa Universitária.

- NGUNGA, A. (2004). *Introdução à Linguística Bantu*. 1ª Edição. Maputo: Imprensa Universitária.
- NGUNGA, A. (2000). *Phonology and Morphology of Ciyao Verbs*. New York, Chicago, San Francisco, Toronto, London: Holt, Rinehart and Winston.
- NGUNGA, A. (1999). *Restrições na combinação e ordem dos sufixos verbais em Ciyao*. Simango, A. (ed.). *Folha Linguística*, 3. Maputo: Imprensa Universitária. Pp. 8-18.
- NGUNGA, A & SIMBINE, C. (2012). *Gramática Descritiva da Língua Changana*. Coleção: “As nossas Línguas V”. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA)-UEM.
- NGUNGA, A & FAQUIR, O. (2011). *Padronização da ortografia de Línguas Moçambicanas: Relatório do III seminário*. Coleção: “As nossas Línguas V”. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA).
- NGUNGA, A. et al. (2022). *Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas: Relatório do IV Seminário*. Editores. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA).
- NGUNGA, A & RAZÃO, J. (2022). *Estudos linguísticos Ciwutee: Língua de objecto simétrico ou Língua de objecto assimétrico?* In Estudos Linguísticos e Literários sobre Moçambique. Crisofia Langa e Alexandre Timbane (org.): Itapiranga. Schreiben. Pp27-38.
- NUNES, J. (1995). *The Copy Theory of Movement and Linearization of Chains in the Minimalist Program*. Juan Uriagereka.
- NURSE, D. (2003). Aspect and Tense in Bantu languages. In Nurse, D and G. Philippson (eds). 2003. *The Bantu Languages*. London and New York: Routledge. PP90 – 120.
- NEVES, J. (1996). Pesquisa qualitativa- Características, usos e possibilidades. *Cadernos de Pesquisas em Administração, vol.1, no 3, 2º SEM*. São Paulo.
- OROZ, H. (1996). Observaciones sobre el Programa Minimalista. *BFUCh XXXV (1995- 1996)*. Pp. 139-150.
- OTHERO, G. & MENUZZI, S. (2015). *Estruturas sintáticas*. In CHOMSKY, N. 2002. *Syntactic Structures*: Tradução. Editora Vozes Ltda: Brasil. Cosmos, Lisboa.
- OUHALLA, J. (1994). *Introducing Transformational Grammar: From Principles and Parameters to Minimalism*. London: Arnold Edward.
- PAYNE, T. (1997). *Describing Morphosyntax*. UK: CUP.
- PERINI, M. (2006). *Princípios de Linguística Descritiva*. São Paulo: Parábola.

- PERLMUTTER, D. (1978). *Impersonal passives and inaccusative Hypothesis*. BLIS 4, 157-89.
- PINTO, A. (1994). *Cognição, Aprendizagem e Memória*. Porto: Edição policopiada do Autor (227 p). (1997, 4ª ed., revista). Capa-Índice.
- POLLOCK, J. (1989). Verb Movement, Universal Grammar, and the Structure of IP. *Linguistic Inquiry*, vol. 20, n°3. The MIT Press. Pp. 365-424.
- PYLKKÄNEN, L. (2008). *Introducing Arguments*. Cambridge MA: The MIT Press.
- PYLKKÄNEN, L. (2002). *Introducing Arguments*. MIT PhD dissertation.
- QUIRAQUE, Z. (2017). Estudo Morfo-lexical de Provérbios em Língua Tewe e suas Estratégias de (não) correspondência no Português usado no Brasil. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Goiás.
- RAPOSO, E. (1999). *O Programa Minimalista*. Lisboa: Editorial Caminho.
- RAZÃO, J. (2017). *Implicações Sintáticas da co-ocorrência das Extensões Causativa e Passiva em Ciwutee*. Dissertação de Mestrado. FLCS: UEM.
- RAZÃO, J. (2021). *Estratégias de Concordância de Sintagmas Nominais Complexos em Ciwutee. Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 1 (Especial): 243-254.
- REGO, V. (2012). *Descrição sistémico-funcional da gramática do modo oracional das orações em Nyungwe*. Tese (Doutorado em Linguística Geral): Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa.
- RIBEIRO, A. (2010). *Dicionário Gramatical Changana*. Maputo: Paulinas Editora.
- RIBEIRO, E. (2008). A Perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. *Evidência Araxá*, n°4. Pp. 129-148.
- RIBEIRO, A. (1965). *Gramática Changana (Tsonga)*. Kusubi: Marianum Press SSPC.
- RICE, K. (2000). *Morpheme Order and Semantic Scope: Word Formation in the Athapaskan Verb*.
- RIZZI, L. (1990). *Relativized Minimality*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- ROSA, M. (2013). *Introdução à Morfologia*. 6ª edição. São Paulo: Contexto.
- ROSÁRIO, A. (1999). *Cidade de Chimoio: Ensaio Histórico-Sociolinguístico-1*. Coleção Embondeiro.14. Maputo.
- SAPIR, E. (1921). *Language: An Introduction to the Study of Speech*. New York: Harcourt, Brace.

- SELIGER, H & SHOHAMY, E. (1989). *Second Language Research Methods*. Oxford: Oxford University Press.
- SEIDL, A. & DIMITRIADIS, A. (2003). Statives and Reciprocal Morphology in Swahili. *Théories linguistiques et langues subsahariennes*.
- SELLTIZ, C. (1965). *Métodos de pesquisa das relações sociais*. São Paulo: Herder.
- SIEDEL, F. 2008. *A Grammar of Yeyi. A Bantu Language os Southern Africa*. Germany: DIP-Digital-Print, Witten.
- SCHADEBERG, T. (2003). Derivation. In D. Nurse & G. Philippson (eds.). *The Bantu Languages*. London: Routledge.
- SCHWINDT, C. (2002). *A regra variável de harmonização vocálica no RS. [“The vowel harmony variable rule in Rio Grande do Sul.”]* In: Leda Bisol & Cláudia Brescancini, eds. *Fonologia e Variação: Recortes do português brasileiro*. Porto Alegre: Editora Universitária da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. pp. 161–182.
- SCHWINDT, L. (1995) A harmonia vocálica em dialectos do sul do país: Uma análise variacionista. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- SILVA, Y. (2009). *As Causativas Sintéticas no Português do Brasil: Novas Evidências a favor da Estrutura Bipartida do SN*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais.
- SINGER, H. & SHOHAMY, E. (1989). *Second Language Reseach Methods*. Oxiford: Oxford University Press.
- SITOE, B. (2009). *A categoria das Extensões Verbais em Changana. Folha Linguística*. Vol. 14. FLCS. UEM.
- SITOE, B. (1996). *Dicionário Changana - Português*. Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação (INDE), Ministério da Educação.
- SITOE, B & NGUNGA, A. (2000). *Relatório do II Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicana*. Maputo: UEM.
- STEFANIE J, at al. (1998). *Language Files*. Ohio State University Press.
- STEGEN, O. (2002). Derivational Processes in Rangi. *Studies in African linguistics*31 (2). Pp. 129-153. Unpublished PhD Thesis. Leiden University.
- STOCKWELL, R. (1977). *Foudation of Syntax Theory*. Prentice-Hall. Englewood Cliffs, N.J.

- SUANA, E. (1999). *Introdução à Cultura Tewe*. Maputo: Seminário Filosófico Interdiocesano S. Agostinho.
- TEIXEIRA, E. (2003). A análise de Dados na Pesquisa Científica: importância e desafios em estudos organizacionais. *Desenvolvimento em Questão*. ano 1, nº 2, Jul/Dez. Editora Unijui. Pp. 177-201.
- WAWERU, M. (2011). *Gĩkũyũ Verbal Extensions: A Minimalist Analysis*. Unpublished PhD Thesis. Kenyatta University.
- XAVIER, M, F & CAMPOS, M. H. (1991). *Sintaxe e Semântica do Português*. Universidade Aberta. Lisboa.
- XAVIER, M. F. & M. H. MATEUS, (Org.) (1992), *Dicionário de Termos Linguísticos*, Associação Portuguesa de Linguística e Instituto de Linguística Teórica e Computacional, Vol. II, Ed.
- ZELLER, J & NGOBOKA, J. (2015). *On Parametric Variation in bantu, with particular reference to Kinyarwanda*: University of KwaZulu-Natal.
- ZEMBA, M. (2015). *A Grammatical Sketch of Kunda Language*. MA Dissertation. Lusaka: University of Zambia.
- ZVITNEVICH-BEAULAC, O. (2009). *On WH-Questions and on Nature of WH-Words in Russian in Comparison with English*. University of Cambridge: Research Centre for English and Applied Linguistics.

ANEXOS

Ficha de recolha de dados

Guião de entrevista semi-estruturada

Considere as frases como estivessem em Ciwutee, mesmo tendo a tradução literal. De acordo com conhecimento que tem sobre esta língua⁸⁶, assinale com “*não*” as frases erradas (agramaticais) e com “*sim*” as certas (gramaticais) e ainda com X as que considerar menos usadas (marcadas) na sua comunidade falante.

Nome _____

Género: masculino ()/ feminino ().

Idade ().

Ocupação _____

1. Dhobho arranjou cabo de enxada _____ ()
2. Dhobho fez arranjar cabo de enxada a um português _____ ()
3. Dhobho fez arranjar a um português cabo de enxada _____ ()
4. Dhobho arranjou para cabo de enxada _____ ()
5. Jambato viu relâmpago _____ ()
6. Jambato fez ver avô _____ ()
7. A água fez com que o pintainho voasse _____ ()
8. O pintainho, a água fez voar _____ ()
9. Militares fizeram com que residentes saíssem da zona do ripembe _____ ()
10. Residentes, os militares fizeram com que saíssem da zona do ripembe _____ ()
11. Tendai fez comer termites cunhado _____ ()
12. Tendai fez comer cunhado termites _____ ()
13. Tendai fez comer. _____ ()

⁸⁶ As frases são produto de tradução directa de Ciwutee para Português no sentido de acomodar a sintaxe e evitar ambiguidades na compreensão do significado das estruturas no Ciwutee.

14. Comprei alguns cabritos vermelhos_____ ()
15. Cabritos vermelhos, comprei alguns _____ ()
16. Compraste alguns cabritos vermelhos? sim, comprei alguns. _____ ()
17. alguns cabritos, comprei vermelhos. _____ ()
18. Este cão morde! _____ ()
19. Cão este morde! _____ ()
20. Este cão este morde! _____ ()
21. Mãe está a fazer esticar corda ao genro. _____ ()
22. Mãe está a fazer esticar corda. _____ ()
23. Genro chupou molho. _____ ()
24. Molho foi chupado pelo genro _____ ()
25. Fiz causar cozinhar medicamento para doente _____ ()
26. Muzekethwa foi feita apanhar carteira por Kunsewu _____ ()
27. Muzekethwa foi passível de ser feito apanhar carteira por Kunsewu _____ ()
28. A menina ela fez comer atas criança _____ ()
29. A menina fez comer criança atas _____ ()
30. A menina fez comer atas criança _____ ()
31. A menina fê-las comer atas a criança _____ ()
32. A menina fez comer a criança atas _____ ()
33. A menina fez comer atas a criança _____ ()
34. A menina ela fez comer a criança atas _____ ()
35. A menina fê-la comer atas _____ ()
36. A menina fez come-la a criança _____ ()
37. A menina fê-la come-las _____ ()
38. Na casa entrou uma cobra _____ ()

39. O João comeu a ata _____()

40. Ele comeu a ata _____()

41. Comeu a ata _____()

42. Os meninos viram o livro _____()

43. Os meninos viu o livro _____()

44. A Maria foi à escola a pé _____()

45. O cão que rouba não se cria _____()

